

Marie Luce Tavares

NA PARADA DO LAZER:

diagnóstico do campo de atuação profissional nas ONGs LGBT de Belo Horizonte/MG

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2011

Marie Luce Tavares

NA PARADA DO LAZER:

diagnóstico do campo de atuação profissional nas ONGs LGBT de Belo Horizonte/MG

Dissertação apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação - Mestrado em Lazer - da Universidade Federal de Minas Gerais, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lazer.
Área de concentração: Lazer, Cultura e Educação

Linha de atuação: Formação e Atuação Profissional em Lazer

Orientador: Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama

Universidade Federal de Minas Gerais

T231p Tavares, Marie Luce
2011 Na parada do lazer: diagnóstico do campo de atuação profissional em ONGs LGBT de Belo Horizonte/MG. [manuscrito] / Marie Luce Tavares – 2011.
183f., enc.

Orientador: Hélder Ferreira Isayama

Mestrado (dissertação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 161-175

1. Lazer - Teses. 2. Organizações não-governamentais – Teses. 3. Homossexuais - Teses. 4. Lésbicas – Teses. 5. Bissexuais – Teses. I. Isayama, Hélder Ferreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Mestrado em Lazer
Área Interdisciplinar

Dissertação intitulada *Na parada do lazer: diagnóstico do campo de atuação profissional em ONGs LGBT de Belo Horizonte - MG* de autoria da mestranda **Marie Luce Tavares** defendida e aprovada em 12 de maio de 2011, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e submetida à banca examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama (Orientador)
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Silvana Vilodre Goellner
Escola Superior de Educação Física,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo
Escola de Educação Física e Desportos
Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFMG

Aos meus pais, “rimas” e irmão,
que pela proximidade na distância
ajudaram a construir
a minha história.

AGRADECIMENTOS

*Medo de voltar pra casa
Medo de sair de casa
E encontrar tudo no mesmo lugar
Medo de abrir os olhos
Medo de fechar os olhos
E enxergar o que não quer nem imaginar*

Ritos de Passagem
Engenheiros do Hawaii

*Talvez seja este o aprendizado mais difícil:
manter o movimento permanente,
a renovação constante,
a vida vivida como caminho e mudança.*

Maria Helena Kuhner

A Deus, por guiar-me sempre.

À minha família, meu apoio, meu recanto, aos quais devo em grande parte o que eu sou, pela entrega e apoio incondicional.

Às minhas irmãs, que acompanharam todo o processo de materialização desse trabalho, fruto da nossa construção coletiva.

Ao Vinícius, pela companhia, carinho e momentos de descontração vividos.

Ao Adriano e ao Rafael, grandes instigadores desse processo.

Ao meu orientador, agradeço as cobranças, exigências, dinamismo, e confiança ao abraçar essa ideia.

À ALEM e ao CELLOS, pela oportunidade, vocês foram essenciais nessa caminhada.

Aos profissionais que se dispuseram gentilmente a participar deste estudo.

Aos amigos que acompanharam de perto essa trajetória, trocando experiências e dividindo aflições: Carla, Tônia, Juliana, Cristiane, Luciana, Tiago Felipe, Amanda, Michele, Marcília. E aos demais colegas do Mestrado em Lazer, por estarem presentes em distintos e importantes momentos desse processo.

Aos demais amigos que, mesmo distantes, se fizeram presentes.

Ao Alex, pelas vindas esporádicas, mas recheadas de ideias que iluminaram de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

Ao Oricolé, pelas trocas e possibilidades de crescimento.

Às pessoas que porventura não foram citadas, mas que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Quero aprender sua lição
Que faz tão bem pra mim
E agradecer de coração
Por você ser assim

Legal ter você aqui
Um amigo em que eu posso acreditar
Queria tanto te abraçar

Pra alcançar as estrelas não vai ser fácil
Mas se eu te pedir
Você me ensina como descobrir
Qual é o melhor caminho

Foi com você que eu aprendi
A repartir tesouros
Foi com você que eu aprendi
A respeitar os outros

Legal ter você aqui
Um amigo em que eu posso acreditar
Queria tanto te abraçar

Pra mostrar pra você
Que eu não esqueço mais essa lição
Amigo eu ofereço essa canção
Ao mestre com carinho

Pra mostrar pra você
Que eu não esqueço mais essa lição
Amigo eu ofereço essa canção
Ao mestre com carinho

Ao Mestre Com Carinho
Eliana

**Aos mestres, Hélder e Adriano, com
carinho.**

“Up!... Up!... Up!..”

Há tantos quadros na parede
Há tantas formas de se ver o mesmo quadro
Há tanta gente pelas ruas
Há tantas ruas e nenhuma é igual a outra
Ninguém = ninguém

Me encanta que tanta gente sinta
(se é que sente) a mesma indiferença
Há tantos quadros na parede
Há tantas formas de se ver o mesmo quadro

Há palavras que nunca são ditas
Há muitas vozes repetindo a mesma frase:
Ninguém = ninguém
Me espanta que tanta gente minta
(descaradamente) a mesma mentira

São todos iguais
E tão desiguais
uns mais iguais que os outros

Ninguém é igual a ninguém
Engenheiros do Hawaii

RESUMO

O Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) vem se consolidar no Brasil a partir da década de 1970, caracterizando-se como manifestação pelo direito à livre orientação sexual. Nos anos 90, há um revigoramento na militância homossexual, com crescente aumento no número de grupos institucionalizados, difundidos por todo o país. O surgimento dessas organizações se caracteriza pela busca de autonomia em relação ao Estado, levando os movimentos a se estabelecerem a partir do modelo de Organizações Não Governamentais (ONGs), que se enquadram no chamado “terceiro setor”. A incorporação dessa gestão social demandou profissionalização, visando à manutenção da qualidade dos serviços e a sistematização de ações. Sendo o lazer uma das áreas de atendimento às comunidades e organizações sociais, pode-se subentender a necessidade de profissionalização da área. Diante desse contexto, o proposto estudo objetiva diagnosticar e analisar o campo de atuação profissional na área do lazer no terceiro setor, tendo em vista compreender o trabalho realizado nesse campo por Organizações Não Governamentais ligadas ao Movimento LGBT. Para tanto, busco analisar as concepções de lazer que permeiam as ações dessas organizações; diagnosticar as ações relacionadas direta ou indiretamente com o lazer; identificar os profissionais responsáveis e atuantes junto a essas ações e compreender o “papel” desses profissionais na organização e no desenvolvimento dessas ações. Assim, apresento como proposta metodológica a pesquisa bibliográfica combinada com a documental e de campo, aplicando a imersão no campo e as entrevistas semiestruturadas como instrumentos de coleta de dados. Foram analisadas duas instituições localizadas em Belo Horizonte/MG, sendo entrevistados seis profissionais que atuam no âmbito do lazer. Ressalto que não há necessariamente um profissional específico envolvido no planejamento, execução e avaliação dessas atividades. Contudo, existe certa aproximação e um maior envolvimento de algumas pessoas frente à organização delas. As ações de lazer são voltadas ao atendimento do público LGBT, mas há abertura para participação de outros sujeitos. Os objetivos dessas ações variam, cabendo a elas desde o trabalho da autoestima até o empoderamento desse público visando a seu protagonismo social. Há uma multiplicidade de ações que envolvem os diversos conteúdos do lazer, das artes às atividades físicas. Em relação aos profissionais envolvidos, a relação estabelecida com a instituição é a da militância, e a atuação nas atividades resulta, na maioria das vezes, do trabalho voluntário. No que tange ao perfil desses profissionais, enfatiza-se a importância do conhecimento da realidade ao se trabalhar com o público LGBT, bem como o domínio do conteúdo; contudo, há a necessidade de maior clareza acerca do conhecimento na área do lazer e da cultura. As concepções de lazer se apresentam de forma diversificada, convergindo no seu entendimento como um tempo, caracterizado por uma busca pelo prazer, mas que não tem relação com as obrigações. Em relação à presença do lazer na agenda do movimento LGBT, acredito não haver clareza por parte dos entrevistados quanto a essa questão; no entanto, apesar de permear as ações das instituições, o lazer não é vislumbrado como sua prioridade. Assim, este trabalho traz algumas provocações que convidam a pensar o campo de atuação profissional em lazer em ONGs LGBT: o planejamento participativo das ações; a utilização e apropriação dos espaços públicos para o lazer; os investimentos no setor; e a conscientização do lazer como direito. Diante do contexto analisado, aponto a Animação Cultural como perspectiva para a atuação no âmbito do Lazer nessas instituições, a partir de uma proposta pedagógica pautada na ideia de mediação, com o intuito de provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo*.

Palavras-chave: lazer. atuação profissional. organização não governamental. movimento LGBT.

ABSTRACT

The Movement of Lesbians, Gay, Bisexual and Transgender (LGBT) in Brazil has been consolidating since the 1970s, characterized as a manifestation for the right to freedom of sexual orientation. In 90 years, there is a revival in homosexual militancy, with increasing the number of institutionalized groups, spread across the country. The emergence of these organizations is characterized by the pursuit of autonomy against the State, leading the movement to settle from the model of Nongovernmental Organizations (NGOs) that fall within the named "third sector". The incorporation of social management demanded professionalization, aimed maintaining of the quality of services and systematization of actions. Being one of the leisure areas of service to communities and social organizations, we can imply the need to professionalization of the area. In this context, the proposed study objective to diagnose and analyze the field of professional activity in the recreation sector in the third, in order to understand the work performed in this field for Non-Governmental Organizations related to the LGBT movement. For that, I try to analyze the concepts of recreation that pervades the actions of these organizations, to diagnose the actions directly or indirectly related to recreation, to identify the individuals responsible and working with these actions and understand the "role" of these professionals in the organization and development these actions. Therefore, I present how the proposed methodology bibliographic research combined with the documentary and field survey, applying the immersion in the field and semi-structured interviews as data collection instruments. We analyzed two institutions located in Belo Horizonte / MG, through interviews with six professionals working within the recreation. I emphasize that there is not necessarily a specific professional involved in the planning, implementation and evaluation of these activities. However, there is a certain approach and greater involvement of some people ahead of organizing such activities. The actions of play are directed to meet the LGBT audience, but there is openness to other persons. The goals of these actions vary, fitting them since the work of self-esteem to the empowerment of the public seeking its social protagonism. There are a variety of actions that involve the several contents of recreation, arts, physical activities. In relation to the professionals involved, the relationship established with the institution is the militancy activities and actions results, in most cases, voluntary work. Regarding the profile of these professionals, it emphasizes the importance of knowing the reality, when working with the LGBT audience, as well as mastery of content but there is a need for more clarity about the knowledge in the leisure and culture. The concepts of recreation present in a diverse, converging in their understanding as a time characterized by a seeks of pleasure, but which has no relation to the requirements. Regarding the presence of recreation on the agenda of the LGBT movement, I believe that there is clarity on the part of respondents on this issue, but despite being embedded in the actions of institutions, leisure is not envisioned as the same priority. Therefore, this work presents some challenges that invite you to think about the field of practice in recreation in LGBT NGOs, participatory planning of actions, use and appropriation of public spaces for recreation, investment in the sector, and awareness of leisure as a right. Considering all the analysis, I point out a perspective for the work within these institutions of Leisure Cultural Animation, from an educational proposal based on the idea of mediation, with the intention of provoking questions about the established social order and contribute to overcoming the status quo.

Keywords: leisure. professional performance. non-governmental organization. the LGBT movement.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 TERCEIRO SETOR: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública.....	18
2.1 Sociedade Civil: o palco das lutas sociais.....	18
2.2 Das Políticas Sociais à Consolidação do Terceiro Setor.....	24
2.3 O Novo Trato à “Questão Social”: o chamado “terceiro setor”	37
2.4 Pensando as ONGs.....	40
3 A BANDEIRA DO ARCO-ÍRIS: O Movimento LGBT.....	48
3.1 Da “movimentação” ao movimento: em questão, os Movimentos Sociais.....	49
3.2 Na arena: a (Homo)sexualidade.....	57
3.3 Em campo: o Movimento LGBT.....	62
4 O CAMPO DE ATUAÇÃO EM LAZER NAS ONGs LGBT.....	77
4.1 O Campo de Atuação Profissional no âmbito do Lazer.....	77
4.2 Trajetória Metodológica.....	83
4.3 O Palco de Atuação: Associação Lésbica de Minas (ALEM) e Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS).....	88
4.3.1 Associação Lésbica de Minas (ALEM).....	91
4.3.2 Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS).....	98
4.4 Conhecendo as ações de Lazer.....	107
4.5 Em foco: os sujeitos da pesquisa.....	129
4.6 O Lazer na agenda LGBT: conceitos e perspectivas.....	142

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 153

REFERÊNCIAS..... 161

ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

Durante minha graduação em Educação Física, pela Universidade Federal de Viçosa, tive a oportunidade de estreitar meus laços com o movimento estudantil, outrora experienciado nas primeiras manifestações e ações de um grêmio estudantil em emergência. Nesses contatos iniciais, pude perceber a intrínseca relação entre as diversas esferas da vida e, ao mesmo tempo, a inter-relação delas com a construção histórico-sociocultural da sociedade. Foi a partir da interlocução entre essas pressuposições com o contexto do curso que iniciei algumas de minhas indagações no campo da Educação Física, e mais especificamente nos estudos sobre o Lazer.

Entendo que o movimento e, conseqüentemente, o corpo constituem, por excelência, o foco de análise da Educação Física. Embora possua interfaces com as áreas biológicas e exatas, penso que essa área tem a sua base na Educação, no ato pedagógico, trabalhando em interação constante com o corpo, que, por sua vez, é expressão da cultura. Nesse sentido, compartilho com Bracht (1989) o argumento de que o movimento que confere especificidade à Educação Física é aquele com determinado sentido e significado, que lhe é conferido pelo contexto social.

Assim, os conteúdos da Educação Física implicam pensar em ideologias, valores e representações histórico-culturais que devem ser cuidadosamente considerados e discutidos. Contudo, ao longo da minha graduação, pude perceber um caráter “biologizante” e normativo em diversas disciplinas, que não consideravam os variados aspectos que delineiam o ser humano, descontextualizando-o de sua construção sociocultural. Essa forma normativa de lidar com os conteúdos perpassava também as relações interpessoais.

Esse cenário me possibilitou estabelecer contatos que culminaram em uma rede de amizades, cujo convívio me levou a questionar a presença dos padrões normativos sociais nos diferentes espaços em que circulava. Nesse processo, o que muito me inquietou foi a heteronormatividade¹.

¹ Entende-se por heteronormatividade a histórica naturalização da heterossexualidade como referência à normalidade do comportamento e identidade sexual (BUTLER, 2003). A matriz heteronormativa pressupõe que a ideia de masculinidade repousa sobre a repressão necessária de aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição do masculino e do feminino. Calegari (2006) ainda ressalta que a heteronormatividade se caracteriza pela reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pela naturalização do casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal e a constituição de família.

Também no âmbito da universidade, tive o contato com a disciplina *Estudos do Lazer*, que me oportunizou perceber e estabelecer um olhar mais relacional, contextualizado nos processos societários. Procurei, a partir das discussões sobre o lazer, responder a inquietações diversas; e por meio de estágios e monitorias, aprofundei nas questões relacionadas às “minorias sociais”², principalmente no que se referia à promoção do lazer para esse público.

Ainda assim, a heteronormatividade me intrigava e, após o contato com esse novo campo de estudos, outros questionamentos cercaram esse preceito. Passei a me inquietar com as possíveis relações entre a homossexualidade³ e o lazer, tanto nas vivências, quanto nos estudos acadêmicos e, até mesmo, na atuação profissional.

Percebi a necessidade de focalizar, em meus estudos, a área do lazer e começar a me envolver academicamente com a discussão sobre homossexualidade. Foi quando iniciei o curso de Especialização em Lazer, pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisei especificamente a relação Lazer e Homossexualidade. Passei a refletir sobre a forma como o lazer vem sendo pensado e trabalhado pelo mercado e pelo movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT⁴). Nesse sentido, e diante de minha trajetória, decidi me enveredar nos movimentos LGBTs institucionalizados, organizações que reivindicam direitos e a não discriminação das pessoas LGBT. Para tanto, procurei me apropriar dos saberes que dão corpo a essa área de conhecimento, iniciando esse processo a partir da articulação com os movimentos sociais.

Segundo Santos (2008), é principalmente no fim da década de 1970 e na de 1980 que novos movimentos sociais passam a ocupar espaço nos meios de comunicação. Tais movimentos, ligados às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, ao próprio movimento sindical vinculados às greves do ABC paulista, ao movimento por moradia com as ocupações de terra urbana, passaram a ser denominados movimentos urbanos. Assim, nos

² Conceito que contempla duas naturezas de definição: a primeira, de natureza numérica, ou seja, grupos que possuem um menor número de membros; e a segunda, a natureza de acesso ao poder, isto é, grupos que podem até ter um número elevado de membros, mas que têm acesso aos mecanismos de poder. Esses grupos podem ainda ser de natureza étnica (negros) ou ativista (aqueles cujo status é fruto de uma opção) (MELO, 2003).

³ Inicialmente, vale ponderar que o termo *homossexual* tem sido usado como referência crítica à ótica cultural da *heterossexualidade* como “norma” (HEILBORN, 1994). Para Fry e MacRae (1983), a homossexualidade é uma infinita variação sobre um mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo.

⁴ Os termos “gay” e “lésbica” se referem a homossexuais masculinos e femininos, respectivamente. Já a expressão “bissexual” se refere às pessoas que sentem atração sexual por ambos os sexos. A nomeação “transgênero” tem a etimologia em origem latina a partir do prefixo “trans”, que significa “posição além de”, “através” (TERRA, 1996, p. 58), e, agregada a “gênero”, caracteriza todos aqueles que, em seus corpos, vão para a “posição além” daquela de nascimento, ou seja, neste caso específico, homens e mulheres que “alteram” sua aparência com a utilização de vários meios, desde o uso de maquiagens até intervenções cirúrgicas. Assim os “trans”, como são tratados intimamente, designariam as (os) travestis, transexuais e transformistas (Drag Queens). Já o termo “bissexual” se refere às pessoas que sentem atração sexual por ambos os sexos.

movimentos sociais urbanos no Brasil, nos anos 1980, vemos a consolidação de três frentes importantes: os sindicatos, os movimentos populares comunitários e o movimento estudantil, cuja retomada contribuiu significativamente para a mudança no cenário político da repressão.

Gradativamente, outros movimentos sociais, como o feminista, o ecológico, contra a discriminação (étnicos, LGBT), começaram a se destacar nas cidades – lugar privilegiado para a deflagração desse tipo de manifestação. A emergência de tais movimentos, organizados e/ou protagonizados pelas chamadas “minorias sociais”, tem papel importante no arranjo da sociedade. Esses grupos minoritários têm reivindicado direitos sociais e o exercício da cidadania, apoiados pelos discursos democráticos. Paradoxalmente, mulheres, crianças, negros, homossexuais, portadores de necessidades especiais continuam vivendo em condições sociais e/ou econômicas que contradizem os princípios de uma sociedade democrática. Diante disso, muitos desses grupos têm se organizado e travado diversas frentes de lutas. Dentre esses, ressalto a importância do Movimento LGBT na luta para a redefinição do seu lugar na sociedade, por meio da discussão e do enfrentamento da sua condição de marginalização (MACRAE, 1990).

Ao pensar nas organizações sociais, não posso negar que a realidade baseada no consumismo/conformismo também produz uma série de obstáculos que dificultam a vivência dos direitos humanos. Transformando-se em uma sociedade autoritária e excludente, os mais diversos grupos e/ou classes sociais são discriminados e desfavorecidos das condições mínimas para uma vida com qualidade. Assim, refletir sobre organizações sociais remete à necessidade de considerar o lazer, que se coloca como um dos elementos essenciais para a cidadania e melhoria da qualidade de vida, tendo em vista promover o crescimento do ser humano como pessoa e englobá-lo como membro de uma coletividade (SILVA; SCHWARTZ, 2001). Trata-se de um fenômeno sociocultural historicamente compreendido como um tempo conquistado e direito garantido pela constituição brasileira, devendo ser assegurado também pelo Estado.

Em contrapartida, o governo, na tentativa de prover os direitos sociais, tem procurado criar alternativas mediante parcerias com instituições da sociedade civil, principalmente do terceiro setor, na busca de soluções para o *déficit* social. Com isso, o número de Organizações Não Governamentais (ONGs) com ações voltadas diretamente para a área social tem aumentado de forma incontestável e passa a ser uma alternativa de trabalho para as pessoas. No intuito de desenvolver e “explorar” o lazer, é necessário que vários segmentos da sociedade se interessem e passem a atuar nesse campo. Ou seja, órgãos

governamentais, iniciativa privada e diversos segmentos sociais devem atuar em conjunto (TRIGO, 1995).

Pereira (2004) ressalta que, com a intervenção do Estado e do mercado na destinação de recursos financeiros, tecnológicos e humanos, o tem ganhado espaço para uma atuação mais efetiva, principalmente na área social. A parceria junto ao setor público possibilita a ampliação da elaboração de políticas públicas, com a incorporação de demandas levantadas por meio da participação na gestão de programas e projetos. O setor privado contribui capacitando as ações, dando-lhes um caráter mais “transparente”, a partir do acompanhamento e avaliação das atividades realizadas.

A incorporação dessa gestão social demanda profissionalização, visando à manutenção da qualidade dos serviços e à sistematizações de ações. Sendo o lazer uma das áreas de atendimento às comunidades e organizações sociais, pode-se subentender a necessidade de profissionalização da área. Ressalto ainda que a prática do lazer pode ser um importante instrumento de intervenção social no intuito de gerar mudanças visando à cidadania, a partir da valorização e do fortalecimento das iniciativas comunitárias, bem como da formação de agentes de mobilização social. O profissional atuante nessa área deve ter a competência para diagnosticar e analisar a conjuntura social da comunidade; definir e redefinir diretrizes de ação frente a conjunturas específicas; elaborar, executar e avaliar programas e projetos de interesse junto à comunidade (PEREIRA, 2004).

Ao mesmo tempo, considero que não se pode depositar toda a expectativa de mudanças cristalizadas ao longo da história em uma única esfera da vida, mesmo sendo fundamental que o lazer faça parte dessas oportunidades de transformação do *status quo*. Acrescento a perspectiva de que esse campo de experiência humana é marcado por um duplo aspecto educativo, conferindo sentido à vida das pessoas pela fruição que o momento possibilita, bem como pelo processo de desenvolvimento pessoal e social de novos valores, cujo potencial pode transformar a realidade (MARCELLINO, 2006).

Diante desse exposto teórico, pergunto: como o lazer se apresenta no planejamento e no cotidiano das Organizações Não Governamentais voltadas ao Movimento LGBT? E ainda: como se configura o campo de atuação profissional nessa área, no contexto dessas instituições?

Dessa forma, o proposto estudo objetiva diagnosticar e analisar o campo de atuação profissional na área do lazer no terceiro setor, tendo em vista compreender o trabalho realizado nesse campo por Organizações Não Governamentais ligadas ao Movimento LGBT. Para tanto, busco analisar as concepções de lazer que permeiam as ações dessas organizações;

diagnosticar as ações relacionadas direta ou indiretamente com o lazer; identificar os profissionais responsáveis e atuantes junto a essas ações; e compreender o “papel” desses profissionais na organização e no desenvolvimento dessas ações.

A profissionalização dos prestadores de serviços na área social está se tornando uma necessidade, tendo em vista a manutenção da qualidade dos serviços e a sistematização das ações. As áreas relacionadas à manutenção da saúde, à preservação do meio ambiente, à questão da moradia, do lazer, da educação de crianças e adolescentes e o atendimento ao idoso sobressaem como prioridades no atendimento às comunidades e organizações sociais e, portanto, na profissionalização do terceiro setor (PEREIRA, 2004).

Diante do exposto, percebo que o lazer, um dos campos da prestação de serviços, principalmente quando pensado na perspectiva do setor privado, tem também ganhado espaço nas políticas públicas, assim como no terceiro setor. Pensar no lazer como possibilidade de ação do terceiro setor para fins desta pesquisa implica considerá-lo como campo de atuação profissional e, como tal, apresenta-se como uma área com multiplicidade de oportunidades, que envolve diretamente mudanças sociais e requer um profissional capaz de promover a integração e facilitar os processos de inclusão social (PEREIRA, 2004). Contudo, o mercado de trabalho ainda não se encontra bem delimitado e estabelece estreita dependência da consciência social e cidadã de governos, empresários e população em geral.

Nesse sentido, diagnosticar o campo de atuação profissional na área do lazer nas ONGs possibilita o conhecimento das práticas existentes e do contexto nelas inseridos, importantes para a qualificação das ações. Ressalto ainda que alguns trabalhos⁵ abordam a temática da atuação profissional no âmbito do lazer, mas no Brasil não encontrei trabalhos que o façam especificamente no contexto de organizações não governamentais. Diante disso, torna-se necessária a produção de mais estudos empíricos preocupados com a atuação dos profissionais nos diversos contextos, buscando uma reflexão sobre as vivências de lazer desenvolvidas em diferentes âmbitos, que amplie a visão das lideranças atuantes no lazer para socializar e democratizar a apropriação, a criação e a recriação de diferentes conteúdos culturais, historicamente construídos.

No que se refere ao Movimento LGBT, a pertinência desse tema está relacionada à emergência das questões da sexualidade – em geral, desde o século XIX – e da

⁵ “Lazer e Clubes: mapeamento do campo de atuação profissional do lazer em clubes de Belo Horizonte” (CUNHA, 2004); “Ação Profissional no Lazer em Acampamentos de Férias: analisando o planejamento, a metodologia e a avaliação” (HENRIQUES, 2004); “Sobre o Fazer Técnico e o Fazer Político: a atuação profissional de lazer no serviço público municipal” (LOPES, 2009); “Ética X Preconceito: um desafio para profissionais no âmbito do lazer” (SILVA; SCHWARTZ, 2001).

homossexualidade – em especial, em fins do século XX – bem como com base na disseminação desse tema em outras esferas da atividade humana, como é o caso da luta pela cidadania. Nesse sentido, percebo que a sociedade atual, juntamente com a cultura na qual está inserida, discrimina certos comportamentos que se diferenciam dos ditos “normais”, sejam eles em nível fisiológico, cognitivo, religioso ou de orientação sexual, alegando serem eles “incomuns” em relação à moral vigente. Essa sociedade forma juízos que não possuem uma base concreta ou fundamentada, contribuindo, dessa forma, para a perpetuação de valores e estigmas. Encontram-se atitudes parecidas com estas, quando se faz referência ao lazer, em que várias atividades acabam por excluir pessoas, segregando-as em minorias (SILVA; SCHWARTZ, 2001). Alguns estudos na área do lazer vêm apontando para a existência do preconceito, inclusive no âmbito profissional, podendo ser evidenciadas as produções de Silva (2001) e Silva; Schwartz (2001).

Ainda no contexto do Movimento LGBT, apesar de a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) apresentar como linha prioritária de atuação a capacitação em projetos culturais LGBT, ainda não se encontram estudos que tematizam esses projetos quanto ao fomento, ao desenvolvimento, bem como relacionados ao campo de atuação dos profissionais neles envolvidos.

Assim, entre as questões que desafiam os Estudos do Lazer está sua interlocução a partir das teorias de gênero e, conseqüentemente, aos temas ligados às sexualidades. As contradições acerca das concepções de lazer no cenário brasileiro, em especial a partir da década de 1970, implicam perguntar em qual contexto sócio-histórico se desenvolveu o conceito de lazer. Nesse sentido, Sampaio (2008) ressalta que identificar as relações sociais de poder que revelam assimetrias de gênero, somadas às desigualdades de etnia, idade ou classe social, é fundamental para o enfrentamento das principais barreiras existentes para a vivência do lazer.

Compartilho das ideias de Silva e Schwartz (2001), ao ressaltarem que muito ainda se tem que refletir para que as concepções sobre homossexualidade não continuem sendo alvo de preconceito. É importante que esses temas sejam discutidos com a maior naturalidade e que, nessas discussões, as possibilidades de reflexões sejam ampliadas, tanto no que se refere às vivências, quanto na atuação profissional no âmbito do lazer, as quais envolvem passagens de valores e atitudes, formação de opiniões e a disseminação de posturas éticas.

Diante disso, buscando atingir os objetivos propostos estabeleci uma metodologia de trabalho compreendendo a pesquisa bibliográfica combinada com a pesquisa documental e

de campo. Utilizei a imersão no campo e as entrevistas semi-estruturadas como instrumentos de coleta de dados. Ponderando que as atividades de cunho cultural desenvolvidas pelas instituições podiam ser incluídas como atividades de lazer, não hesitei em incluir as pessoas envolvidas na organização e execução dessas atividades como sujeitos desta pesquisa.

Acompanhando o cotidiano das instituições, tive ciência da ausência de profissionais específicos e do diversificado grupo de pessoas envolvidas nas atividades, para o recorte dos sujeitos da pesquisa, me apropriei do caráter de aproximação para elencar aqueles sujeitos que representariam os profissionais ligados às atividades de lazer. Realizei seis entrevistas no período 15 de setembro a 23 de dezembro de 2010 e, desse recorte metodológico, busquei elementos que auxiliassem na construção do diagnóstico e que conferissem sentido e significado ao campo de atuação profissional no âmbito do lazer.

Dividi a dissertação em três capítulos. No primeiro, busquei tecer reflexões acerca do chamado “terceiro setor”, traçando como ponto de partida o processo de reestruturação do capital pós-70, orientado segundo os princípios neoliberais, com o intuito de abordar as outras relações que perpassaram e demarcaram a consolidação desse “setor”.

No segundo capítulo, procurei localizar o leitor no nomeado Movimento LGBT, através de uma (re) visita na história, não de forma a contar a trajetória linear do Movimento LGBT no Brasil contemporâneo, mas no sentido de trazer elementos que possibilitem maior compreensão acerca desse movimento social.

No último capítulo, apresentei o diagnóstico e a análise do campo de atuação profissional na área do lazer nas ONGs direcionadas ao Movimento LGBT, na cidade de Belo Horizonte/MG. Procurei diagnosticar as ações relacionadas direta ou indiretamente com o lazer, identificar os profissionais responsáveis e atuantes junto a essas ações, de forma a compreender o “papel” desses profissionais na organização e no desenvolvimento dessas ações e analisar as concepções de lazer que permeiam essas ações.

2 TERCEIRO SETOR: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública

Este capítulo tem por objetivo tecer reflexões acerca do chamado “terceiro setor” (as Organizações Não Governamentais - ONGs) e investigar se os processos e relações por trás desse fenômeno refletiram e/ou moldaram o cenário de atuação de profissionais que atuam no campo do lazer. Traço como ponto de partida o processo de reestruturação do capital pós-70, orientado segundo os princípios neoliberais, tentando abordar as outras relações que perpassaram e demarcaram a consolidação desse “setor”.

Sendo assim, busquei refletir, a princípio, sobre os debates acerca da sociedade civil, para posteriormente enveredar nas relações que culminam nos processos de constituição e consolidação do terceiro setor, e, por fim, trato especificamente das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Efetivamente, para além das diferenças entre as organizações, uma questão é central, e só pode ser determinada com certo nível de generalização. Para além dos eventuais objetivos manifestos de algumas organizações ou da boa intenção que move o ator solidário e voluntário, o conjunto de organizações e atividades que compreende o chamado “terceiro setor” termina por ser instrumentalizado pelo Estado e pelo capital no processo de reestruturação neoliberal. Tal movimento se dá particularmente no que se refere à formulação e implementação de uma nova modalidade de trato à “questão social”, desvalorizando os ganhos históricos dos trabalhadores nos seus direitos de cidadania.

2.1 Sociedade Civil: o palco das lutas sociais

A sociedade civil, como palco de um pluralismo de organismos coletivos ditos “privados” (associações e organizações, sindicatos, partidos, atividades culturais, meios de comunicação, dentre outros), é a nova configuração da dinâmica social, na qual se precisava repensar a política e sua relação com as esferas da vida social e elaborar os novos termos da hegemonia. Nesse sentido, Duriguetto (2007) ressalta a presença de um novo conceito de sociedade civil, diferenciado da tradição jusnaturalista: a sociedade civil não é a esfera das liberdades econômicas, dos contratos; não está orientada em função do Estado, nem se reduz ao espaço exclusivo das relações econômicas e da hegemonia burguesa. O autor elucida a

sociedade civil como esfera em que as classes se organizam, defendem seus interesses e disputam o poder.

[...] a esfera da sociedade civil é interpretada como campo em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe; é pensada como esfera em que se desenvolvem estratégias de convivência com o Estado e o mercado e é usada para legitimar a desresponsabilização estatal no campo das políticas públicas. Também é nela e a partir dela que são construídas prospecções sócio-interventivas para a construção de um aparato estatal democrático e de direito e é ainda em seu nome que se atacam todas as interferências e regulamentações estatais. (DURIGUETTO, 2007, p. 16).

A função que a sociedade civil ocupa dentro do Estado é a de ser o espaço no qual se decide a hegemonia, onde os diversos projetos de sociedade são confrontados, até que se prevaleça um que estabeleça a direção geral na economia, na política e na cultura (SEMERARO, 1999).

No contexto do Brasil, foi a partir da segunda metade da década de 1980 e na década de 1990 que se reatualizaram e formularam diversificadas concepções acerca da categoria de sociedade civil a partir dos interesses populares na realidade do país. Tais formulações apresentam fundamentos teóricos e prospecções prático-operativas que vão desde uma radical contraposição à hegemonia do ideário neoliberal e ao sistema capitalista na sua totalidade, quanto aos que buscam a ampliação cívico-participativa das dimensões dos direitos de cidadania.

Na perspectiva dos direitos, a sociedade civil vem sendo conceitualizada como esfera pública não estatal de cidadania, que teria sua base material nos discursos e consensos acerca do que seria o “verdadeiro” interesse público. Como produto desse universo discursivo e consensual, teríamos a criação, o reconhecimento, a garantia e a consolidação de direitos sociais, políticos e culturais, base fundante da democracia (DURIGUETTO, 2007). Dessa forma, a sociedade civil é o lugar em que se potencializa a expansão da democracia, através de uma pluralidade de movimentos que se auto-organizam e que constroem uma esfera pública na qual as ações do Estado e do mercado são limitadas, moderadas e/ou influenciadas pelo estabelecimento de acordos, parcerias e consensos acerca do interesse público.

Embora possamos encontrar diferentes leituras acerca do significado de sociedade civil, grande parte das produções acadêmicas e das ações sociais interventivas dos movimentos e organizações que expressavam os interesses das classes subordinadas na primeira metade da década de 1980 concebia que as lutas políticas por direitos deveriam ser desenvolvidas num crescente processo de negação da institucionalidade político-institucional, particularmente a condensada no aparato estatal. Nessa direção, todas as expressões sócio-

organizativas, políticas e culturais desenvolvidas no campo da sociedade civil passaram a ser enaltecidas positivamente, pois foram entendidas e valorizadas pelas suas contraposições e enfrentamentos ao Estado. Esse tão celebrado momento tinha como substrato teórico-político uma imagem de sociedade civil como esfera de representação e defesa homogênea dos interesses populares.

No entanto, como afirma Duriguetto (2007), no decorrer dos anos da década de 1980, assistimos a uma inflexão nas ações e interpretações dos movimentos e organizações das classes subalternas desenvolvidas no campo da sociedade civil e na sua relação com o Estado. Particularmente no período que imediatamente precede a elaboração da Constituição de 1988, esse “campo movimentalista” passa a incorporar e a valorizar a expansão dos canais institucionais do aparato estatal, em suas diferentes instâncias, como espaço estratégico de encaminhamento de suas demandas e reivindicações. Um dos caminhos visualizados para a ampliação da democracia passa a ser a reivindicação da criação de canais político-institucionais para a participação dos cidadãos nos processos de discussão e negociação de políticas públicas, por exemplo, os conselhos de direitos.

Essa perspectiva denota um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões das políticas públicas (TEIXEIRA; DAGNINO; SILVA, 2002). O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental (DAGNINO, 2004).

Nesse sentido, são valorizados a emergência e o desenvolvimento de uma pluralidade e diversidade de ações, movimentos e organizações no campo da sociedade civil voltados para reivindicações de mudança dos valores culturais da sociedade, particularmente no que tange aos “direitos das minorias”. Assim, os dois vetores, o institucional e o extrainstitucional, passam a ser vislumbrados como os caminhos a serem perseguidos para alcançarmos a nossa consolidação democrática. E esta consolidação está organicamente vinculada à redefinição da noção de cidadania e de seu referente central, à noção de direitos que são exercitados nesses espaços institucionais e extrainstitucionais, conformando a criação

de uma esfera pública não estatal que vem sendo incorporada como concepção relativa às estratégias de fortalecimento da sociedade civil (DURIGUETTO, 2007).

Essa esfera pública não estatal, na condição de estratégia de fortalecimento, proposta política de campo democrático, aponta para o papel central da auto-organização da sociedade civil como constituição de uma “terceira via” entre o mercado e o Estado. Ou seja, o desafio para uma efetiva democratização do Estado e da sociedade estaria na construção de uma esfera pública para a exposição, o debate e a negociação pública de interesses.

Contudo, ressaltamos que, nas propostas neoliberais, a tese da autonomia da sociedade civil também se metamorfoseou numa proposta de esfera pública não estatal, para fazer as vezes do Estado. Aqui, a “descentralização”, a “participação cidadã”, “as parcerias entre Estado e sociedade civil” são discursos que acompanham as propostas de desresponsabilização do Estado com as políticas sociais, evidenciados através do projeto de “reforma” do Estado brasileiro implementado na década de 1990.

Nele, por exemplo, as propostas de descentralização dos programas e serviços vêm se dando através das “parcerias”, subvenções ou transferência de responsabilidades às instâncias locais, ao mercado e à sociedade civil. Esta é, então, identificada como espaço de um “terceiro setor”, situado além do Estado e do mercado, espaço da solidariedade, do voluntariado, das ações sociais fragmentadas e, por vezes, despolitizadas.

Dessa forma, percebemos que a sociedade civil é o domínio da ideologia, como dissemos anteriormente, é a esfera em que se desenvolve a luta pela hegemonia. Uma práxis política ativa e de discussão crítica é a via que pode propiciar a passagem da fragmentação à unicidade, de um modo de pensar desagregado a uma forma de pensar crítica e coerente para a formação processual de uma “vontade coletiva” genuinamente revolucionária. Sua construção está alicerçada na formação de uma hegemonia consensual que se gesta a partir da pluralidade de valores sócio-culturais e espaços sócio-institucionais que parametrizam a ação humana e a vida social (DURIGUETTO, 2007). Segundo Montaño (2002), a atividade da sociedade civil, na acepção marxiana – na qual o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento dominante –, constitui o motor da história, e na interpretação gramsciana, condiciona os espaços e as formas de lutas de classes e a transformação social. Na perspectiva gramsciana, as lutas sociais têm como terreno decisivo os aparelhos privados de hegemonia, na medida em que visam à obtenção da direção político-ideológica e do consenso.

Ainda há de se considerar que um sistema social e político sem a ativa participação dos setores progressistas, populares, trabalhistas, subalternos, explorados, remete

a uma ordem congelada e inteiramente dominada pelas elites sociais. As lutas de movimentos sociais, organizações comunitárias, associações e grupos pró-defesa de direitos sociais, sindicatos, com o claro e nítido apoio de organizações articuladoras (ONGs, instituições de promoção, partidos políticos), resultam indispensáveis se pensarmos, em curto prazo, no enfrentamento ao processo neoliberal de reestruturação social (produtiva, comercial, normativa, legal, estatal), e, em médio e longo prazo, na transformação da ordem (MONTAÑO, 2002).

Decerto, é tão equivocado considerar apenas o Estado como arena possível de lutas sociais, como considerar a sociedade civil como seu espaço único e exclusivo. A questão recai sobre o cerne do debate dominante acerca o terceiro setor, que concebe as atividades (“sociais”) desenvolvidas pela sociedade civil como um todo orgânico, relativamente homogêneo, dirigido ao mesmo fim: o bem comum, a participação cidadã – isto é, o SESI, a Fundação Roberto Marinho, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Fundação Augusto Pinochet, todos eles de formas diferentes, seguindo supostamente o mesmo rumo que a CUT, o Movimento Feminista, a OAB, o MST, as FARC.

Há no discurso da refuncionalização neoliberal das políticas sociais um pressuposto tão importante quanto polêmico: o recorte da realidade social em esferas, o Estado constituindo-se no “primeiro setor”; o mercado, no “segundo setor”; e a sociedade civil, no terceiro setor. Ao segmentar a realidade social em três “setores”, considera-se o “primeiro” – o Estado – como burocrático, lento, corrupto, ineficiente, radiador dos valores e interesses do capital, e não como uma arena de lutas. O “segundo” – o mercado –, também na exclusiva dominação capitalista, ignorando as lutas ali desenvolvidas, deriva-se necessariamente na conceituação de um “terceiro setor”, a “sociedade civil”, que luta contra, ou em parceria com o Estado. Nessa luta/parceria, ambos os “setores” são tidos, não como esferas da totalidade social, mas como verdadeiros sujeitos, que ora se confrontam, ora se complementam. Eles são personificados: o Estado é o sujeito mau, a sociedade civil (ou o terceiro setor) é o mocinho. Assim, tanto se justifica a redução das atividades outrora desenvolvidas por esse mau sujeito, quanto se aclama a ampliação das tarefas que o bom sujeito venha a fazer.

Escapa (também) às possibilidades deste texto um tratamento do tema em detalhes, já que os problemas dessa conceituação são evidentes: desde a própria divisão do social em “setores” autônomos; a possibilidade de intermediação do público e privado; a noção de sociedade civil, a qual a identifica com o terceiro setor. Este último ponto – a identificação do terceiro setor com a sociedade civil – é um dos aspectos mais problemáticos

desta análise. A (vasta) literatura acerca do terceiro setor costuma identificar as entidades do terceiro setor como organizações privadas (não governamentais), sem fins lucrativos, autogovernadas e de associação voluntária. Essa definição – abrangente – poderia colocar lado a lado entidades tão diferentes como as fundações empresariais, sindicatos e até mesmo seitas religiosas (YAMAMOTO, 2007).

Considerar a sociedade civil como palco de lutas sociais é pensá-la como espaço de lutas e não como sujeito delas. Entendo que nesse espaço coexiste um conjunto heteróclito e contraditório de setores, não apenas diversos, mas também antagônicos. Ao isolar e autonomizar a sociedade na totalidade social, ao transformá-la em unidade harmônica, opera-se uma transformação desta, de uma esfera, espaço, âmbito do social, em sujeito. Com isso, está aberto o caminho para se pensar nas outras esferas sociais (mercado e Estado) como representantes do capital e do poder político, como sujeitos de dominação econômica e política, respectivamente, e, ao mesmo tempo, conceber a sociedade civil como representante do trabalhador, do cidadão, ou do excluído, como sujeito de lutas populares. Nessa visão, claramente ideológica, sataniza-se tudo que vem do Estado e santifica-se tudo o que provém da sociedade civil; aquele seria expressão de dominação, esta é vista como portadora da emancipação (MONTAÑO, 2002).

As lutas nessa perspectiva são vistas não como lutas internas à sociedade civil, mas como enfrentamento desta contra seus supostos oponentes, o Estado e/ou mercado. Nessa concepção, quando se fala de confronto de interesses, põem-se em tela os interesses da sociedade civil, contra os do Estado e do mercado. Não se percebe a disparidade e o antagonismo no interior da própria sociedade civil. As lutas sociais são concebidas a partir das contradições entre classes e interesses sociais; com independência dos espaços onde elas se processam. Não são lutas da sociedade civil contra o Estado, mas lutas dos trabalhadores contra o capital (ou, particularmente, contra sua estratégia neoliberal), desenvolvidas ora no Estado, ora na sociedade civil, ora no mercado, ora no espaço produtivo. Da mesma maneira, as lutas contra exclusão de gênero, de idade, de religião, de etnia e raça, pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, pela preservação do meio ambiente, e até pelo saneamento numa comunidade, pela redução da passagem de transporte coletivo – sendo elas derivações, desdobramentos ou articulações das contradições entre capital e trabalho, também, se não concebidas na sua imediatividade, mas mediatizadas nas determinações da totalidade social, articulam-se – ou tendem a articular-se – num confronto de interesses não definidos pelo “espaço” do qual partem (a sociedade civil ou o Estado, por exemplo), mas pelas contradições de uma vida emancipada e uma vida alienada.

Assim, essas lutas são travadas por sujeitos, porém não entre a sociedade civil, o Estado, o mercado, mas por sujeitos individuais (homens e mulheres) e coletivos (grupos e organizações) em diversos espaços ou esferas da sociedade total, na sociedade civil, no Estado, na esfera produtiva, no espaço do consumo, na vida cotidiana.

2.2 Das Políticas Sociais à Consolidação do Terceiro Setor

É a partir da chamada Revolução de 30 que, no Brasil, vemos a concretização das determinações econômicas e sócio-políticas que, ao se revelarem por mediações sócio-institucionais, configuram a ordem capitalista no país. Nossa modernidade econômica e política foi gestada a partir da relação ruptura/conservação com os elementos da velha ordem, tendo o Estado como baluarte de sua emergência e desenvolvimento. O Estado assumiu atuar como protagonista no papel de construção da industrialização, bem como no conjunto das condições sócio-institucionais que parametrizaram suas relações com a sociedade.

Duriguetto (2007) afirma que, na nossa formação social, o processo de desenvolvimento capitalista pode ser compreendido e caracterizado por dois traços típicos. Um deles é nossa modernização, que não eliminou de forma “revolucionária” as relações sociais herdadas no passado; ao contrário, redimensionou e readequou essas relações como fator de acumulação e desenvolvimento. O outro traço expressou-se no plano diretamente político, por meio da recorrente exclusão da participação popular nos processos de decisão política. Tais traços acabaram caracterizando nossa modernização capitalista como *conservadora*.

Essa lógica se voltava tanto para a economia quanto para a política, e a burguesia reagiu de maneira predominantemente reacionária e conservadora, ao impedir que os setores populares conquistassem espaço político. Exemplo significativo foi o tratamento dado às greves operárias na década de 1910, em São Paulo, configurando-as “questão de polícia”; bem como, quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas desses setores. Dessa forma, o espaço político era inacessível para os que não fossem concordantes com as posições de dominação econômica, social e política.

Ao contrário de outras burguesias que forjaram instituições próprias de poder especificamente social, utilizando-se do Estado para demandas mais específicas, a burguesia brasileira converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de se converter

à dominação sócio-econômica. A transição brasileira para o capitalismo não conheceu a emergência de uma burguesia revolucionária em condições de representante do “interesse geral”, nem foi resultado de movimentos populares radicais, capazes de empolgar a sociedade e democratizar o poder.

Montaño (2002) ressalta que o capitalismo não se implanta aqui mediante uma revolução democrático-burguesa, mas, pelo contrário, se faz de uma forma “reacionária”, um processo revolucionário “de cima para baixo”, sem mediar um processo revolucionário de ruptura com o feudalismo. Este fato faz com que, mesmo modificadas as estruturas econômicas, não tenham sido atingidos e alterados elementos ideológicos, culturais e até relações sociais e produtivas próprias dos sistemas latifundiário, servil e escravocrata. O autor ainda ressalta que o capitalismo “industrial” nasce na América Latina, numa nova fase de colonialismo, com a dependência tecnológica e financeira, mudando apenas a modalidade e o centro da relação: Espanha-Portugal/ Inglaterra/ Estados Unidos.

O desenvolvimento dessa industrialização exigiu, portanto, a constituição de alianças entre o capital nacional, o estado e frações da classe trabalhadora. Desenvolve-se no Brasil, como em outros países da América Latina, a industrialização por substituição de importações, demandando forte intervenção estatal, participação engajada dos trabalhadores, como produtores e consumidores, e a transferência de tecnologia produzida nos países centrais. Para tanto, são constituídos acordos “antioligárquicos”, “industrialistas”, caracterizando o que alguns autores denominam de “pacto populista”, ou seja, o Estado passa a refletir tanto o predomínio da fração da classe burguesa industrial como determinados efeitos da luta das classes trabalhadoras e, em particular, do proletariado. Dessa forma, para aumentar a produção e o poder de compra através da elevação do salário real, a industrialização teve de ser feita por meio da ampliação do emprego (MONTAÑO, 2002).

Contudo, tais concessões não se realizaram espontaneamente, pela generosidade da burguesia industrial, mas a partir de enfrentamentos contínuos entre esta e o proletariado. Diante da pressão e do risco iminente da revolução, para que o modo de produção vigente continuasse legitimado pelos setores populares, a classe burguesa faz concessões, criando espaço suficiente de negociação como para que o Estado pudesse confirmar o seu papel. Assim, fortalecido pela parte do excedente que captou e diante do contexto político, o Estado revê sua pauta de seletividade e realiza alguns gastos “sociais” com vistas a promover o bem-

estar social, retificando sua condição de *Welfare State*⁶. Entretanto, pela característica do próprio sistema de produção, o limite de concessões se estabelece a tal ponto que não comprometa a reprodução do capital global. Essas conquistas políticas e sociais, segundo Coutinho (1989, p. 54), “são importantes porque indicam a possibilidade de, num Estado capitalista, ter lugar a representação de interesses das classes subalternas, com a conseqüente formulação de políticas que respondam a demandas provenientes dessas classes”.

Surge, então, mesmo que tardia e inacabadamente, uma espécie de “Estado Social Intervencionista”. Para Montaño (2002), a tardia e dependente construção de uma sociedade brasileira industrializada, fundada no trabalho urbano assalariado, propicia também a constituição de um tardio e inacabado Estado “protecionista”.

Assim, a segunda metade do século XIX e o século XX caracterizaram-se pela contínua expansão de direitos políticos e sociais, o que nos permite evidenciar que novas determinações e mediações econômicas e sócio-políticas foram modificando a relação do Estado com as classes sociais. A crescente presença de inúmeras organizações políticas, criadas na sociedade civil, e a ampliação das demandas, particularmente dos setores populares, por direitos políticos e sociais, passam a ser mediadas por uma crescente regulação jurídico-política estatal. Essa regulação é que delimita a participação e os conflitos de interesses nos processos sócio-políticos, dando forma à institucionalidade democrática, inscrita no modelo *Welfare State* (DURIGUETTO, 2007).

Segundo Duriguetto (2007), a estratégia fordista/keynesiana constitui os pilares centrais desse novo regime de acumulação e regulação. O fordismo significou uma nova forma de organização e gerenciamento da produção⁷, articulada a um novo tipo de regulação social operado pelo aparato estatal, que passa a combinar um alto grau de intervenção no financiamento e na regulação do crescimento econômico, voltado para a garantia dos

⁶ Segundo a concepção de *Welfare State*, todo o indivíduo teria o direito, desde seu nascimento, a um conjunto de bens e serviços que deveriam ser fornecidos diretamente através do Estado ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esses direitos iriam desde a cobertura de saúde e educação em todos os níveis, até o auxílio ao desempregado, à garantia de uma renda mínima, recursos adicionais para sustentação dos filhos, etc. Ao longo dos anos 70 e 80, o Estado brasileiro busca organizar um “arremedo” de *Welfare State*, na tentativa de satisfazer algumas demandas da população desprotegida. Mesmo diante das controvérsias existentes em torno do significado dos termos utilizados para nomear o Estado Social como expõe Medeiros (2001) e embora essa distinção seja relevante, para fins desse estudo, os termos *Welfare State*, Estado de Bem-Estar Social, Estado Social Intervencionista e Estado Social são usados como sinônimos.

⁷ O binômio taylorismo-fordismo foi a expressão dominante do sistema produtivo que vigorou a partir da segunda década do século XX, estruturando-se com base no trabalho parcelar e fragmentado; na produção em massa de mercadorias; na racionalização do tempo e aumento do ritmo de trabalho; na separação entre elaboração e execução de tarefas; nas mercadorias padronizadas e homogêneas; no mercado de massa para consumir a produção em massa, etc. (ANTUNES, 1999).

superlucros dos monopólios com a função de legitimação social via incorporação das demandas sociais dos trabalhadores. Suas funções econômicas são, assim, articuladas com suas novas funções políticas; ou seja, o Estado, para legitimar-se “politicamente”, passa também a alargar sua base de sustentação sócio-política através da incorporação de direitos políticos e sociais demandados pelo processo organizativo e reivindicativo do conjunto dos trabalhadores. A direção da intervenção estatal é voltada para a garantia das condições necessárias à acumulação e à valorização dos monopólios através da incorporação de novas funções econômicas, tais como: inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas); controle de empresas em dificuldades; entrega, aos grupos monopolistas, de complexos construídos com fundos públicos, encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas; subsídios, investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura; gastos com investigação e pesquisa (NETTO, 1992).

Para Draibe (1993, p. 5), “o conceito de *Welfare State* não é unívoco e admite variações segundo as correntes teóricas a que se filiam seus estudos”, diversificando as concepções de como, com que peso e grau o Estado deve atuar na área social. Portanto, num esforço de significação, assinalam-se os elementos comuns presentes nessas diferentes concepções e que de alguma forma compõem uma delimitação conceitual de Estado Social. Num primeiro momento, é consensual a existência de ação estatal na organização e implementação das políticas sociais. Já no segundo momento, concebe-se a existência de uma relação entre Estado e mercado, em que o primeiro tende a alterar o livre movimento assim como os resultados adversos produzidos pelo segundo. Por fim, localiza-se a noção da substituição temporária ou permanente de renda ou mesmo a manutenção desta, tomando como referência um patamar mínimo considerado necessário para a satisfação das necessidades básicas do indivíduo.

Fundamentando-se no conceito proposto por Draibe (1990, p. 3), entende-se por *Welfare State* “no âmbito do Estado capitalista, uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico”. Estas transformações são expressas por meio da oferta e da regulação de serviços públicos de educação, saúde, previdência social, integração e substituição de renda, assistência social e habitação que amenizam tensões e potencializam a produção.

Segundo Lopes (2009), é esse Estado Social que promoverá as políticas sociais caracterizadas como estratégia governamental para intervenção nas relações sociais por meio

da alocação e distribuição de valores. O que implica escolhas em um quadro conflitivo de forças e interesses e pressupõe um posicionamento do que é obrigação do Estado ou não.

Para Medeiros (2001, p. 8), “as circunstâncias do surgimento e do desenvolvimento do *Welfare State* no Brasil são peculiares e diferentes das observadas nos países aos quais as teorias mencionadas se referem”. Foi desenvolvido e consolidado num país de capitalismo tardio, sob a égide do sistema autoritário, seguindo um modelo concentrador e socialmente excludente de desenvolvimento econômico.

Considerando tais especificidades e corroborando com Draibe (1993, p. 4), tomo o caso brasileiro como um dos padrões de Estado Social dentre os vários desenvolvidos. Isso “significa reter e amalgamar características de tendências gerais às condições históricas particulares do Brasil”. Nesse sentido, consideramos plausível afirmar que as políticas de intervenção do Estado na sociedade, que ocorreram no Brasil a partir da década de 30, nos permitem concluir a respeito da constituição do nosso *Welfare State*, embora tenha se estruturado sob um padrão particular de sociedade (de capitalismo tardio, autoritário, concentrador e socialmente excludente).

São estes os critérios que nos permitem considerar os anos 30 como ponto de partida deste movimento no Brasil: a ruptura do Estado Oligárquico e de sua base federalista, e a emergência de nova forma de Estado, centralizador e concentrador de poder, dotando-se de mecanismos que permitem a efetivação de políticas de corte de fato nacional constituem as condições políticas e institucionais que dão cabida a uma nova e mais densa área de ação pública, legalizando e (auto) legitimando a presença estatal no campo de proteção social. (DRAIBE *et al*, 1991, p. 7).

A era Vargas, inaugurada com a revolução de 1930, incita profundas transformações no âmbito de atuação do Estado, demarcando e caracterizando o protecionismo social no Brasil. Segundo Ianni (1989, p. 77-78),

[...] o varguismo teve várias fases. Entre 1930 e 1937, Getúlio Vargas ensaiou uma democracia de bases populares, fazendo concessões simultâneas à classe média e ao proletariado. Nesses anos, criou algumas bases do populismo brasileiro, formulando a doutrina da “paz social” e reconhecendo os sindicatos como legítimos órgãos do proletariado. Nos anos de 1937-45 Vargas instalou uma ditadura de tipo populista, sob a denominação de *Estado Novo*, com elementos de inspiração corporativa. Nesse período, outorgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [em 1943], formalizando as relações de trabalho nos setores secundário e terciário. Por meio do salário mínimo, as férias remuneradas, o aviso prévio, a proteção à maternidade e outros dispositivos, formalizaram-se os direitos e deveres dos trabalhadores [...] Ao mesmo tempo, criam-se os requisitos organizatórios ou burocráticos por meio dos quais se dá o aparecimento do *peleguismo* [...] Nos anos de 1951-54 o populismo de Vargas conformou-se às regras da democracia representativa, onde os remanescentes da oligarquia, ao lado do imperialismo, estiveram bastante ativos contra o seu governo [criando-se aqui, a *Petróleo Brasileiro S.A.* (Petrobras)] [...] Ao longo dos anos 50 e 60 [desde o suicídio de Vargas, em 54, até a deposição de Goulart, em 1964], um elemento importante do populismo brasileiro foi a aliança entre o Partido

Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB).

Para Montañó (2002), essa aliança foi tensa e inconstante, contudo elaborou e desenvolveu as relações entre o proletariado, as organizações sindicais e o aparelho estatal. Os “ganhos” incorporados nos direitos do trabalhador e da população em geral não ocorreram sem uma contrapartida de legitimação e consolidação da hegemonia capitalista industrial. Assim, a elite político-econômica necessitou “fazer a revolução de cima para evitar que ela partisse de baixo, isto é, permitir ao país a ilusão de algumas pequenas coisas, que o contentavam” (IANNI, 1985, p. 17). Ianni (1985) ainda observa que, embora as minorias sociais adquiram alguns direitos no populismo, é óbvio que esses direitos e deveres são também as condições e os limites da participação política dessas pessoas nas campanhas e lutas sociais. Ainda assim, esses direitos adquiridos, juntamente com a participação dessas minorias nas questões políticas, impressionam os remanescentes da oligarquia e os vários setores do imperialismo, levando-os a se opor a esse movimento.

Em toda a legislação da fase inicial de constituição do *Welfare State* no Brasil, os direitos sociais foram conferidos somente aos grupos ocupacionais reconhecidos e regulamentados pelo Estado, e os cidadãos eram aqueles localizados em ocupações reconhecidas e definidas por lei. Percebemos que as políticas sociais reproduzem o sistema de desigualdade pré-existente na sociedade, onde benefícios diferenciados são concedidos a cidadãos estratificados em categorias profissionais. Outro aspecto relevante dessa fase foi a incorporação das massas, que se deu pela via das leis sociais e não pela ação sindical e política. Consequência disso é o pensamento até hoje vigente que concebe os direitos sociais como favor e não como direito. A cidadania resultante é mais passiva e receptora do que ativa e reivindicativa (LOPES, 2009).

Mas é no pós-64, sob a égide de um regime autoritário, nos quadros de um modelo econômico concentrador e socialmente excludente, que reconhecemos o Estado de Bem-Estar Social no Brasil conformado, de maneira mais completa, consolidando o arcabouço político-institucional das políticas sociais brasileiras. Acontece uma “radical transformação da armação institucional e financeira do perfil da política social” com a organização efetiva de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados na área de bens e serviços sociais básicos como a educação, assistência social, previdência e habitação. As políticas sociais assumem um caráter mais abrangente e com tendências universalizantes (DRAIBE, 1993, p. 20). Desenvolvem-se políticas de massa e de cobertura significativa, instituem-se novos mecanismos de formação de um patrimônio dos trabalhadores (FGTS,

PIS/Pasep), incluem-se os trabalhadores rurais na proteção social e ampliam-se os “benefícios” para os trabalhadores urbanos.

É dessa forma, sob as características autoritárias e tecnocráticas do regime que se instalou em 64 que se completa o sistema de Welfare State no Brasil: define-se o núcleo duro da intervenção social do Estado; arma-se o aparelho centralizado que suporta tal intervenção; são identificados os fundos e recursos que apoiarão financeiramente os esquemas de políticas sociais; definem-se os princípios e mecanismos de operação e, finalmente, as regras de inclusão/exclusão social que marcam definitivamente o sistema. A expansão massiva que se verifica a partir de meados dos anos 70 far-se-ão sob este padrão de organização desde 64. (DRAIBE, 1993, p. 21).

Refletindo sobre essa etapa do sistema de proteção social no Brasil, Lopes (2009) afirma ser essa fase marcada por grande centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do governo que, ao atingir níveis elevados, desapropria os estados e municípios, concentrando recursos no executivo federal, estabelecendo normas gerais aplicáveis às políticas sociais e evitando qualquer tipo de repasse automático de recursos.

Ainda em sua análise acerca do Estado Social no caso brasileiro, Lopes (2009) enfatiza a existência de um agravante: o fato de o Estado ter se antecipado aos conflitos sociais ocasionados pela exploração do trabalho, utilizando as políticas sociais como moeda de troca a favor da suspensão dos direitos políticos. Para a autora, se nos países industrializados a conquista dos direitos sociais foi consequência da árdua luta travada entre operários e patrões, no Brasil (de industrialização tardia), embora essa efervescência tenha ocorrido, ela foi suavizada antecipadamente pelo Estado autoritário. É como se este cumprisse uma dupla função em favor dos interesses do capital, deslegitimando o conflito que negociaria a tênue linha do compromisso de classe.

Soares (2001) aponta que, no final dos anos 1970, aparecem indícios de esgotamento e crise desse padrão de intervenção estatal nos aspectos organizacional, social e, sobretudo, financeiro, que acabam levando, na década seguinte, a uma série de tentativas de reestruturação. O declínio do crescimento econômico nos países capitalistas centrais, a queda das taxas de lucro e o desemprego foram indícios da saturação daquele padrão de acumulação, vindo a se manifestar em uma crise estrutural do capital.

Contudo, a partir de 1985, e até 1988, as importantes modificações introduzidas nas políticas sociais brasileiras foram determinadas por todo um complexo quadro de transformações políticas e econômicas, tais como o advento do governo da Nova República no bojo do movimento de redemocratização nacional; a possibilidade de ocupação de postos estratégicos nesse governo por pessoas e grupos políticos identificados anteriormente como oposição; a organização dos movimentos sociais, que pressionavam por mudanças efetivas; e

a mudança da política econômica, comprometida com a retomada imediata do crescimento (SOARES, 2001). Dessa forma, se a era Vargas “consolidou” as leis do trabalho e desenvolveu determinado “Estado Social”, por meio de um tipo de “pacto oligárquico” e “industrialista”, é somente com a Constituição de 1988 que se consagra o *novo “pacto social”*, resultado das lutas sociais gestadas no período que precedeu a ditadura.

Nesse período, o contexto brasileiro era caracterizado por: aumento da demanda pelo resgate da dívida social, que suscitava uma revisão do padrão de financiamento das políticas sociais; implantação de critérios mais justos de equidade; e reforma da máquina estatal. Criticava-se o caráter burocrático, privatista, centralizado, excludente e ineficaz de gestão das políticas sociais e sugeria-se a participação popular, a transparência nos processos públicos e a descentralização (LOPES, 2009).

Concomitantemente à elaboração de planos emergenciais de combate à fome, ao desemprego e a miséria, foram criadas comissões de proposição com o objetivo de sugerir princípios para a reformulação do padrão do Estado Social brasileiro. Essas comissões eram compostas por técnicos governamentais, acadêmicos e membros da sociedade civil (sindicatos e associações profissionais). Foram elencados, como princípios para a reforma a descentralização, a participação popular, a garantia do direito social em detrimento ao assistencialismo, clientelismo e tutela, culminando na Constituição de 1988 (DRAIBE, 1990).

Segundo Netto (1999), a Constituição de 1988 consagrou um avanço social, resultado das lutas conduzidas, por duas décadas, pelos setores democráticos. Sem ferir a ordem burguesa, assentou fundamentos a partir dos quais a dinâmica capitalista poderia ser direcionada de modo a reduzir, a níveis toleráveis, o que os próprios segmentos das classes dominantes denominavam de “dívida social”. A Constituição Cidadã configurou um pacto social que apontava para a construção de uma espécie de Estado de Bem-Estar Social. Contudo, contraditoriamente à abertura política no Brasil e à publicação da Constituição de 1988, que amplia consideravelmente os direitos sociais, acontece em nível mundial o colapso do *Welfare State*, incitado principalmente pela crise do petróleo – a crise econômica que gerou um período recessivo e afetou diretamente os Estados, que se viram diante de uma grande demanda social em detrimento dos baixos recursos financeiros necessários para solucioná-la. O *novo “pacto social”* se consolida no país num contexto internacional no qual se questionava a intervenção do Estado. A corrente neoliberal consolidada nos países centrais na década de 80, com ampla hegemonia internacional, centra-se no ataque aos elementos de conquista sociais e trabalhistas contidos no Estado de Bem-Estar Social.

Nesse cenário de crise mundial, os neoliberais, fortalecidos pelas eleições de Reagan nos EUA e Thatcher na Grã Bretanha, defendiam a premissa do Estado mínimo com um discurso que intitulava o modelo weberiano como ineficiente, pouco flexível e clientelista. As diretrizes do Estado mínimo pressionam, internacionalmente, pela diminuição do tamanho do Estado, sugerindo uma nova lógica de gestão da coisa pública. No projeto neoliberal, a ação pública deveria ser direcionada para os grupos sociais impossibilitados de conseguir no mercado o provimento dos serviços estimulando a privatização. Nesse sentido, surgem algumas tendências: a descentralização político-administrativa como estímulo a democratização e à contenção de custos; a participação popular no processo de constituição de políticas públicas; e a redução do Estado com estímulo à privatização e ao terceiro setor (LOPES, 2009).

Tomada em suas linhas mais gerais, a agenda consistiria da contração da emissão monetária, da elevação das taxas de juros, da diminuição da taxa sobre os altos rendimentos, da abolição de controles sobre os fluxos financeiros, da criação de níveis massivos de desemprego, do controle e repressão do movimento sindical, do corte dos gastos sociais pela desmontagem dos serviços públicos, além de um amplo programa de privatizações. As suas premissas fundamentais são o estabelecimento do mercado como instância mediadora fundamental e a ideia de um Estado mínimo (nos moldes assinalados anteriormente) como a única alternativa para a democracia. O impacto do programa neoliberal no plano social em nações como as latino-americanas, que se notabilizam pela debilidade na cobertura e pelos reduzidos graus de eficácia, sob a égide de políticas de cunho meritocrático-particularista, tendeu a acentuar as desigualdades e aprofundar o quadro de miséria social (YAMAMOTO, 2007).

Assim, aquele *novo* “*pacto social*” no Brasil, conformado pelos setores democráticos, no pós-ditadura, é rapidamente substituído, na década de 90, por uma nova aliança significativamente diversa. No país, o processo aliancista é radicalmente diferente do ocorrido nos países centrais. Se a década de 80 marcou, nos países centrais, um avanço da hegemonia neoliberal mais radical, e no decênio seguinte consolida-se a chamada “terceira via”, considerada mais *light*, no Brasil, devido a suas especificidades históricas, o processo se deu ao contrário. Enquanto a década de 1980 é marcada por um “pacto social” entre os diversos setores democráticos, pressionados por amplos movimentos sociais e classistas, culminando na Constituição de 1988, os anos 1990 representam o contexto do desenvolvimento mais explícito da hegemonia neoliberal, onde inclusive setores da esquerda

resignada e possibilista sucumbem às pressões do Consenso de Washington⁸ (MONTAÑO, 2002).

Consolidou-se nos anos 1990, inicialmente com o Governo Collor, um amplo consenso liberal (filiado ao Consenso de Washington) favorável à implementação do programa de estabilização, ajuste e reformas institucionais, apoiado e promovido pelos governos nacionais e pelas agências financeiras internacionais: programa de privatizações, redução de tarifas alfandegárias para importação, liberalização dos preços, política monetária restritiva, redução de isenções fiscais, subsídios e linhas de crédito, corte dos gastos públicos, liberalização financeira e renegociação da dívida externa.

Nesse contexto, as possibilidades de levar à prática o essencial da Constituição de 1988 tornavam-se problemáticas. Segundo Netto (1999), para os segmentos dominantes, tornar prático o pacto social plasmado na Constituição Cidadã equivalia, no viés econômico, à redução das taxas de exploração e, no plano político, à construção de mecanismos democráticos de controle social. E é no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que se começa o movimento de uma geral e radical reforma do estado, orientada pelos postulados do Consenso de Washington.

O cenário no qual Fernando Henrique Cardoso assume o governo se caracterizava pelo desemprego estrutural de longa duração, a piora na distribuição de renda, o aumento e diversificação da pobreza e a redução dos recursos fiscais, entre outras questões que exerciam pressão sobre o sistema de proteção social. Os reflexos da crise do Estado eram visivelmente identificados, e nesse contexto os governos viviam o dilema entre a nova política econômica e a política de proteção social. Na América Latina como um todo, foi feita a opção pelo ajustamento fiscal e pelas reformas comerciais e patrimoniais pró-mercado. Ocorreram privatizações de serviços sociais, quedas do gasto social e redução do grau de proteção social (DRAIBE, 1998).

Luís Carlos Bresser Pereira, nomeado no governo de FHC como titular no então novo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, irá atribuir à Constituição de 1988 a responsabilidade pelos males nas formas prévias de administração estatal. Para Bresser, é justamente em um momento em que o país necessitava reformar a sua administração política, de forma a torná-la mais eficiente e de melhor qualidade,

⁸ Em novembro de 1989 foi realizada uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como Consenso de Washington. As recomendações dessa reunião abarcaram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual (MONTAÑO, 2002).

aproximando-a do mercado privado de trabalho, que o inverso foi realizado (MONTAÑO, 2002).

Para Bresser (1998, p.32-33),

torna-se [...] essencial dotar o Estado de condições para que seus governos enfrentem com êxito as falhas do mercado. Para isso, é necessário dotar o Estado de mais governabilidade e governança; é preciso, além de garantir condições cada vez mais democráticas de governá-lo, torná-lo mais eficiente, de forma a atender as demandas dos cidadãos com melhor qualidade e a um custo menor.

Inicia-se, assim, uma “Reforma Gerencial”, supostamente voltada para o “cidadão-cliente” e para a democracia; uma “reforma para a cidadania”. Tal reforma visava assegurar o caráter democrático da administração pública, por meio da implantação de um serviço público orientado para o cidadão-usuário (que não paga pelo serviço) ou o cidadão cliente (que paga por ele). Contudo, para Bresser, na “Reforma Gerencial”, é como “cidadão-cliente” que o cidadão deveria ser considerado. Tal reforma travestida dirigia seus motivos tanto à maior competitividade do empresariado nacional, fundamentalmente pequeno e médio, quanto a melhor atender as necessidades da população, desenvolvendo e estimulando a participação democrática, o controle social e a cidadania (BRESSER PEREIRA, 1998). Contudo, a análise crítica do processo deixa claro o privilégio e favorecimento que a reforma do Estado traz ao grande capital, fundamentalmente internacional em especial o financeiro.

Segundo Montañó (2002), o argumento dado para justificar a “retirada” do Estado do controle econômico de esferas da produção/comercialização e essa “desresponsabilização” estatal das respostas às refrações da “questão social” não foi precisamente o da sua articulação com um novo projeto de desenvolvimento exigido pelo grande capital mediante os postulados do Consenso de Washington. Para ele, o argumento utilizado se deu no campo ideológico, apontando-se para a burocracia, a ineficiência e a corrupção do Estado como supostas causas para sua reforma.

E para a reforma em questão, três dimensões são compostas: uma dimensão institucional-legal, baseada na criação de instituições normativas e organizacionais, como agências executivas e organizações sociais, que constituem unidades de descentralização de gestão; uma dimensão cultural, baseada na mudança dos valores burocráticos para os gerenciais; e uma dimensão-gestão, para pôr em prática as novas ideias gerenciais, oferecendo à população um serviço público de melhor qualidade, em que o critério de êxito seja sempre o do melhor atendimento do cidadão-cliente a um custo menor (BRESSER PEREIRA, 1998). Daí a preferência de “cidadão-cliente” a “cidadão-usuário”.

O que Bresser chama de “reforma gerencial” não é outra coisa senão a continuidade do “ajuste estrutural macroeconômico” com o desenvolvimento de novas áreas de ordem “institucional-legal”, como as reformas administrativas e da Previdência. Para Montañó (2002), tratava-se de uma reforma administrativa que se depreende da política econômica e nela se insere, de forma a readequar a Constituição Brasileira às necessidades do grande capital, de subordinar os princípios da Constituição de 1988 aos ditames do FMI, BM OMC e aos postulados do Consenso de Washington.

O caminho apontado para os principais problemas do Estado, para dotar de maior eficiência e governança⁹ o aparelho estatal, foi a chamada “*publicização*”, definida por Bresser Pereira (1998) como transformação dos serviços não exclusivos de Estado em propriedade pública não estatal e sua declaração como organização social. Essa “*publicização*” vem acompanhada pela privatização de áreas de ação social, a partir da transferência de sua responsabilidade do Estado para o mercado ou o chamado “terceiro setor”.

Assim, sob o pretexto de chamar a sociedade à participação em torno do “controle social” e da “gestão de serviços sociais e científicos”, desenvolvendo a democracia e a cidadania, a chamada “*publicização*” é a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado “terceiro setor” – conjunto de entidades públicas não estatais, mas regido pelo direito civil privado – e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado. Esta estratégia de “*publicização*” orienta-se numa perspectiva desuniversalizante, contributivista e não constitutiva de direito das políticas públicas.

Enfatiza-se aqui a refuncionalização neoliberal das políticas sociais, ou seja, as respostas neoliberais às refrações da “questão social”. Tal refuncionalização passa por dois processos articulados: a precarização e a privatização dos serviços. A precarização é traduzida através de dois mecanismos, a descentralização dos serviços (que implica transferência de responsabilidade aos níveis locais do governo da oferta de serviços deteriorados e sem financiamento) e a focalização (introduzindo um corte de natureza discriminatória para o acesso aos serviços sociais básicos pela necessidade de comprovação da “condição de pobreza”) (YAMAMOTO, 2007).

⁹ Para Bresser Pereira (1998), a “governabilidade” se refere à capacidade política de governar, derivada da relação de legitimidade do Estado e do seu Governo com a sociedade, e faz alusão à existência de um pacto social e político entre governo e setores sociais. Já a “governança” remete à capacidade financeira e administrativa de um governo implementar políticas, ou seja, de poder realizar suas decisões.

A privatização (total ou parcial) dos serviços obedece a duas lógicas: a (re)mercantilização (com a transformação dos serviços sociais em mercadorias, “oferecidos” no mercado ao consumidor, configurando uma nova forma de apropriação de mais-valia do trabalhador) e a (re)filantropização das respostas à “questão social”, ou seja, a transferência, para o âmbito da “sociedade civil”, de parte da responsabilidade pela oferta de serviços (voluntários), sobretudo para as parcelas “excluídas” – processo no qual o chamado “terceiro setor” desempenha papel fundamental. Portanto, a responsabilidade pelas sequelas da “questão social” no projeto neoliberal deixa de ser do Estado – ou, ao menos, exclusividade do Estado –, sendo “dividida” com dois outros “setores”, o mercado (privatização) e a sociedade civil (ação solidária, filantrópica, voluntária) (YAMAMOTO, 2007).

Nesse contexto, as Organizações Não Governamentais passaram a ser reconhecidas como legítimas interlocutoras da sociedade no que tange à formulação da política social. O discurso do Estado mínimo é propagado, difundido e reproduzido por diversos veículos, mesmo que diretamente não tenhamos nos atentado para ele. Em alguns casos, as ONGs atuam como um coletivo de representantes da sociedade civil que comungam de uma mesma concepção de vida e daí questionam das ações do Estado. Em outros casos, talvez os mais recorrentes atualmente (Montaño, 2002; Yamamoto, 2007), essas organizações são formatadas dentro dos gabinetes de governo, com a função de promover ou viabilizar ações do próprio Estado, “terceirizando” suas responsabilidades.

Lopes (2009) pondera que, sem dúvida, a contradição está posta, e reclama solução. Assistimos a uma crescente demanda direcionada ao Estado, que, ao não dar conta de atendê-la, transfere sua responsabilidade para o terceiro setor, subsidiando-o. Desse modelo de organização derivam os mais diferentes arranjos, que, na maioria dos casos, também não dão conta de resolver o problema da pobreza, da miséria e da exclusão.

Dessa forma, as políticas sociais tendem a abarcar segmentos populacionais em situação de maior risco e vulnerabilidade social. A pobreza e a desigualdade configuram-se como questões de solidariedade social, formando a base de um sistema misto de proteção que concilia iniciativas do Estado e do terceiro setor (DRAIBE, 1998).

2.3 O Novo Trato à “Questão Social”: o chamado “Terceiro Setor”

A ação do terceiro setor é definida como um conjunto de iniciativas particulares sem fins econômicos e com sentido público. Incluem-se nessa denominação as organizações, que vão desde fundações (com estruturas formais rígidas e uma relação de proximidade com o Estado e com grandes empresas) a movimentos sociais pouco ou muito estruturados (englobando grupos ambientais, culturais, religiosos e associações de moradores), que constroem estratégias em busca de melhorias para uma comunidade ou grupo específico da população. Uma de suas características é sua extrema heterogeneidade, o que repercute na ausência de consenso quanto à abrangência de seu conceito (PEREIRA, 2004).

O termo “terceiro setor” é uma categoria em construção, sendo a ele atribuídos diversos sentidos e significados, caracterizando-o de forma muito abrangente e não livre de ambiguidades. Diante disso, o terceiro setor não pode ser considerado uma categoria neutra. Deve-se ainda reconhecer a origem norte-americana (*third sector*), tendo como inspiração o modelo dos *non-profits*¹⁰, encontrando-se carregado das referências da cultura política dos Estados Unidos, marcada pelo associativismo e pelo voluntariado baseados no individualismo liberal¹¹ (FERNANDES, 1997).

Para Gohn (2000, p. 60), a expressão terceiro setor

É um “Frankenstein”: grande, heterogêneo, constituído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras. Abrange projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica de mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania... O novo associativismo do terceiro setor tem estabelecido relações contraditórias com o “antigo” associativismo advindo dos movimentos sociais populares (na maioria urbanos) dos anos 70 e 80.

Quando se refere ao terceiro setor, ainda se reforça a referência “sem fins lucrativos”, dando a sensação de uma espécie de panaceia, com uma inserção ambígua no mundo dos negócios e no mercado, juntamente com a procura de substituir o Estado no enfrentamento das questões sociais (MATOS, 2005). Assim, no mesmo e diversificado leque

¹⁰ “*non-profits*”, que em português significa sem fins lucrativos. Descrição para as comunidades que não têm fins lucrativos, sociedades civis, autônomas, cooperativas e grupos de ativistas.

¹¹ No padrão *neoliberal* de resposta às demandas sociais, a modalidade de intervenção é setorialista, mas também localizada, e seu fundamento é a focalização e desconcentração das respostas, sustentadas na autoajuda e ajuda mútua (“solidariedade local”), sendo, assim, de responsabilidade dos próprios portadores de necessidades, de seus pares e de suas localidades a resposta às suas demandas (MONTAÑO, 2002).

de entidades, encontram-se empresas de grande porte e alta rentabilidade, que adotaram a forma jurídica legal de fundações, apenas como meio formal lícito de proteger-se das exigências fiscais e tributárias. Essas empresas estão ao lado de associações comunitárias empenhadas em defender interesses sociais ou prestar serviços públicos, que optaram por decisão semelhante pela necessidade de legalizar um movimento informal, que assumiu maiores proporções.

A partir de uma perspectiva crítica e de totalidade acerca dos conceitos tecidos para o terceiro setor, percebe-se o aspecto ideológico e a inadequação deles à realidade. A realidade social não se divide em “primeiro”, “segundo” e “terceiro” setor, divisão que, como vimos, consiste num artifício positivista, institucionalista ou estruturalista. Numa primeira hipótese, estaria mostrando o debate sobre o terceiro setor para além de sua funcionalidade com a ofensiva neoliberal, como fundado num conceito abstrato, sem existência real. Por outro lado, esse debate setorialista oferece uma discussão sobre o social que entende de forma desarticulada o estado, o mercado e a sociedade civil. Para Montañó (2002), em ambas as hipóteses, o debate ocorre mistificando o real.

Mas o que se observa é que, efetivamente, a sociedade civil está desenvolvendo atividades antes atribuídas ao Estado, caracterizando mudanças em processo no trato da “questão social”. Dessa forma, o desafio que se coloca é, para além das intencionalidades dos autores, desvendar o que na realidade está contido no conceito de terceiro setor. Ou seja, não descartar o conceito por completo, mas também não o aceitar tal como ele é isoladamente, e sim procurar sua expressão na realidade, a partir da análise dessa realidade, para então explorar essa categoria. Tal estratégia nos permite pensar o terceiro setor a partir das mudanças da realidade contemporânea, promovidas pelo embate desigual entre o projeto neoliberal e as lutas dos trabalhadores, o que nos permite avaliar que verdadeiras transformações estão se processando nas respostas da sociedade à chamada “questão social” e suas refrações (YAMAMOTO, 2007).

Para Montañó (2002), o que alguns autores denominam de terceiro setor nem é terceiro, nem é setor, nessa forma segmentada de conceber o social entre Estado, mercado e sociedade civil autônomos; tampouco se refere às organizações desse setor, ONGs, instituições, fundações e outros. Para ele, no lugar desse termo, o fenômeno real deve ser interpretado como ações que expressam funções a partir de valores. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de respostas às demandas sociais – antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado – a partir de valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços. Dessa forma, o que está

em jogo não é o âmbito das organizações, mas a modalidade, os fundamentos e as responsabilidades inerentes à intervenção e respostas para a “questão social”.

Entretanto, é importante ressaltar que a esfera da cotidianidade é, por sua natureza, uma permanente arena de disputa, de lutas individuais e sociais, pontuais ou gerais, e seria equivocada identificá-la como mero espaço de dominação, de alienação, assim como âmbito imaculado de emancipação. Assim, consideramos a necessidade de que, no âmbito da sociedade civil, inclusive desde sua cotidianidade, as pessoas, os movimentos sociais, as ONGs, as associações participem do processo de lutas sociais. Corroborando com as ideias de Montañó (2002), pensar em uma sociedade civil desarticulada, apática, desmobilizada, é deixar espaço para o controle hegemônico dos setores sociais que exercem direção hegemônica na sociedade como um todo, do Estado ao mercado.

Nesse contexto, vemos, no Brasil, um terceiro setor que vem sendo esboçado como um conjunto organizacional diferenciado no bojo do processo de redemocratização, consolidando o trabalho de inúmeros grupos formais e informais que atuavam em diversos tipos de trabalho. A ação envolve desde a mobilização civil para assegurar direitos e/ou para canalizar reivindicações, até atividades estruturadas de atendimento a necessidades específicas dos vários segmentos carentes da população.

De fato, essa nova modalidade de resposta às “questões sociais” se faz de forma contraditória, já que insere interesses desiguais, ideologias, projetos e precisa ser construída entre o Estado e a sociedade civil. O Estado precisa da participação da sociedade civil para enfrentar a questão social, e a sociedade civil precisa participar do espaço público estatal para garantir seus direitos, uma relação baseada no confronto de interesses (LEAL, 2000). A participação da sociedade civil é tão importante no Estado como no mercado. Sua intervenção deve ser no plano da mobilização, organização e participação para o enfrentamento de questões não econômicas – meio ambiente, direitos humanos, violência, homossexualidade, drogadição, prostituição infanto-juvenil, família, mobilização – buscando garantir sua autonomia, identidade e democratização.

Há de se considerar que a ação pública da sociedade é capaz de mobilizar recursos, sinergizar iniciativas, promover parcerias em prol do desenvolvimento humano e social sustentável. O olhar da sociedade civil detecta problemas, identifica oportunidades e vantagens colaborativas, descobre potencialidades e soluções inovadoras em lugares em que o olhar do Estado não tem grande inserção e ao mercado só interessa a partir do momento que se vislumbra a possibilidade de lucro. A quantidade, a qualidade, a força e o conhecimento

acumulado dessas organizações formam o capital social de uma nação, não contabilizado nos cálculos de seu Produto Interno Bruto (PIB) (FRANCO, 2000).

Ressalto que, nessa modalidade de resposta ao social, a capacidade da sociedade civil, agrega possibilidades de atuação a serviço da redefinição do desenho das políticas públicas governamentais, preconizando políticas de parceria entre Estado, mercado e sociedade civil em todos os níveis. Assim, possibilita a incorporação das organizações de cidadãos em suas fases de elaboração, execução, monitoramento, fiscalização e avaliação.

Esse caráter gestor tem caracterizado o terceiro setor e propiciado o avanço de algumas de suas organizações, que, trabalhando pela construção da cidadania, a incorpora à formação, implementação e avaliação de suas ações a partir da ótica do mercado, do Estado e do social. Essa nova lógica de gestão social passa, dessa forma, a requerer a profissionalização de prestadores de serviços, buscando manter a qualidade dos serviços e a sistematizações das ações. É a partir desse viés que me propus pensar o campo de atuação em lazer nesse setor, e para isso focalizei as ONGs.

As Organizações Não Governamentais têm se apresentado como um dos grandes fenômenos do final de século XX e começo do novo milênio, uma tendência bastante significativa para enfrentar os problemas sociais emergentes. No Brasil, esse fenômeno veio a ocorrer quando a sociedade passou a se organizar, ansiando fiscalizar e participar das decisões públicas, num processo de ampliação da cidadania. Atualmente, no país, milhares de organizações atuam nos mais diferentes âmbitos, com ênfase principalmente na área social.

2.4 Pensando as ONGs

Matos (2005) aponta que, se é na contemporaneidade que as dimensões da desigualdade e da opressão se ampliaram, também as ações transformadoras se diversificaram e pôde-se assistir à emergência de novas formas de lutas globais, os movimentos ecológicos/ambientalistas, das mulheres, dos homossexuais, dos direitos humanos, dentre outros. Essas formas de lutas vêm sendo desencadeadas por promotores heterogêneos, com práticas e modos de organização diversificados, geralmente ligados à denominada “globalização de valores”, entendida como a extensão gradual de princípios éticos comuns articulados à emergência de novas experiências, com destaque para as ações ligadas às Organizações Não Governamentais (CEPAL, 2001).

Desde o final dos anos 1980 e início da década de 1990, período em que as ONGs ganham visibilidade como forma de associativismo, discussões em torno da relação entre estas e os movimentos sociais foram suscitadas. Algumas abordagens as colocam como nova fase desses movimentos; outras, como fenômeno, parte de um processo de “amadurecimento” no âmbito das ações coletivas de tipo movimentalista; e ainda há quem as situe como “redes de movimentos sociais” que compõem a sociedade civil; e, ainda, como as representantes mais importantes do terceiro setor (FACCHINI, 2005).

O reconhecimento das ONGs se afirmou e se popularizou a partir da década de 1980, ganhando importância mundial no decênio seguinte, sobretudo após a Eco-92¹². A partir daí, o termo passou a ser incorporado pelas agências internacionais para denominar as organizações responsáveis pela implementação de projetos de promoção do desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas (ONU) utilizava o termo para se referir a um conjunto variado e heterogêneo de organizações internacionais já atuantes no âmbito supranacional e que tinham ação de importância, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Cruz Vermelha Internacional, a UNESCO e a FAO (MATOS, 2005).

Contudo, foi o conjunto de tensões e manifestações que marcaram as décadas de 1950 e 1960 – as lutas dos negros, as campanhas pacifistas, os movimentos feministas, dos homossexuais, dos estudantes e de outras categorias que lutavam pelos direitos sociais, políticos, culturais – que possibilitou o surgimento de outros tipos de organizações, atuantes nesses diferentes campos. Para Gohn (1999), esses novos formatos das organizações as distanciaram do perfil caritativo ou filantrópico; umas redescobriram ideais utópicos, outras propuseram novos projetos, investindo em grandes campanhas educativas, em diferentes áreas, envolvendo-se em novas lutas, ecológicas ou de defesa dos direitos humanos, contra as diferentes formas de violência e a favor da anistia.

Nesse sentido, Gohn (2004, p. 315-316) ainda ressalta que,

Nos locais onde havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social local. Estas redes são formadas pelas lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena, que agora assume o papel de responsável por etapas ou processos dos projetos em andamento, e por técnicos das ONGs, profissionais [...] atuando como assalariados, num campo de trabalho pouco preocupado com as questões ideológicas ou político partidárias, e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos projetos, pois deles depende sua continuidade e, portanto, seu próprio emprego. Nos locais onde não havia movimentos organizados nem população minimamente aglutinada em torno de interesses coletivos, os novos ‘programas sociais’ de parceria têm se implantado

¹² Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 03 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, buscou meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

como ‘serviços sociais’, ou seja, não como direito, mas como prestação de serviço, despolitizando totalmente os programas, desvinculando-os de qualquer conteúdo político, retrocedendo à problemática da cidadania de seus termos coletivos para os antigos patamares da cidadania individual.

A descrição de alguns reflexos no campo dos movimentos sociais – resultado da atuação das ONGs nos anos 1990, que permitiriam falar em um novo paradigma de ação social – parece não contemplar o que foi descrito anteriormente como sendo uma nova concepção de cidadania. Esta última remeteria a uma cidadania coletiva, colocando-se como uma possibilidade de reconstrução das utopias sociais. Já o que foi colocado como novo paradigma de ação social tem levado a um retrocesso a antigos patamares da cidadania individual. Esta aparente desconexão entre concepção de cidadania e paradigma de ação social estaria expressa na metodologia de trabalho das ONGs, implementada por seus técnicos que vieram ocupar o lugar dos antigos militantes. Há quem afirme, no entanto, que os antigos militantes da esquerda não perderam o seu lugar para outros profissionais; eles teriam sido cooptados pelas ONGs. A partir dessa realidade, a criação e a expansão das ONGs podem ser vistas como um fenômeno social e histórico (MOTTA, 2005).

O termo ONG não possui sentido unívoco, sendo uma “categoria” instável e difícil de ser captada pelas análises, pois abarca um universo amplo de organizações com trajetórias históricas, propostas e formatos heterogêneos. De acordo com Matos (2005), pelas suas divergências históricas, para alguns autores, as ONGs são motores de transformação social, uma nova forma de fazer política; para outros, um campo propício às ações do neoliberalismo, que busca repassar suas responsabilidades sociais para a sociedade.

A partir das elucidações de Montañó (2002), vimos que esse novo setor no qual as organizações não governamentais estão inseridas é um fenômeno real, tanto inserido, quanto produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta às sequelas da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da autoajuda e da ajuda mútua. Nesse sentido, abro um parêntese para retomar que o surgimento dos movimentos sociais organizados em torno das discussões referentes à livre orientação sexual estabelece uma paradoxal relação com o sistema capitalista de produção, assim como com o processo de globalização neoliberal, o qual constitui a sociedade.

Machado e Prado (2007), a exemplo disso, apontam para o que se convencionou chamar de “indústria cor-de-rosa” ou “*pink money*”, no qual os homossexuais se tornam um grupo de consumo importante, movimentando cada vez mais produtos específicos e volume de capital. Ressaltam ainda que esse contexto proporcionou aos homossexuais zonas de

democracia sexual por meio do mercado e do espaço midiático importantes para o lançamento de suas demandas em diversas agendas, trazendo ampla visibilidade e uma vasta gama de negociações políticas. Dessa forma, assim como as ONGs, esse processo revela ambiguidade: se, por um lado, o sistema capitalista e o processo de globalização oferecem condições às ações do Movimento LGBT, da mesma forma pode ser visto como “parceiro” de ideologias patriarcais e homofóbicas.

De um ponto de vista formal, as ONGs são organizações da sociedade civil, com algum nível de institucionalização, sem fins lucrativos, entidades privadas com fins públicos, geralmente de pequeno porte, embora algumas tenham poder e capacidade diferenciadas. Nesse amplo quadro incluem-se tanto organizações meramente recreativas ou de assistência social, como as participantes e atuantes nas políticas públicas.

Contudo, com suas características pouco conhecidas, em algumas situações propiciam que entre elas se encontrem inclusive as “quase empresas” (ex: institutos de pesquisa e consultorias) e, até mesmo, empresas “disfarçadas” de entidades sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades produtivas, comerciais ou de serviços, mas que se escondem da carga tributária, elegendo se constituir em entidades sem fins lucrativos (ESFLs) (LEAL, 2000).

Segundo Peliano (1991), a variação terminológica intenciona demarcar enormes diferenças entre as organizações, sobretudo em relação aos objetivos, população-alvo, orientações política e ideológica e origem de seus membros. Após a designação pelos organismos internacionais como “instrumentos de desenvolvimento”, a sigla ONG foi acompanhada de outros qualitativos: ONG de desenvolvimento, de cooperação para o desenvolvimento, a serviço do movimento popular, filantrópica e comunitária.

No início dos anos de 1990, angariam maior autonomia e se enquadram em uma nova relação entre Estado e Sociedade Civil, procuram pela formação de novas fontes de legitimidade e, portanto, novas áreas de consenso. Se, no Estado autoritário, a tradição dessas organizações, principalmente aquelas de perfil político, era de resistência, no processo de redemocratização do Estado brasileiro passaram a ser propositivas e estabelecer novas relações com o Estado, por exemplo, a parceria¹³ entre ONGs e diversos setores da sociedade, entre eles, agências internacionais e governos.

Assim, na tentativa de viabilizar a estratégia de cooperação do governo com o terceiro setor e o setor privado, novas figuras jurídicas institucionalizaram a relação Estado-

¹³ Entende-se parceria como cooperação e complementaridade entre governos, setor privado e sociedade civil.

sociedade. O Estado, seja como consequência da crise, seja como resultado da própria pressão exercida pela sociedade civil num contexto de democratização buscou alternativas para modificar sua relação com a sociedade civil, em forma e conteúdo (PECI *et al.*, 2008).

Exemplo disso são as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), um instrumento jurídico instituído a partir da implementação da Lei 9.790/99, conhecida como “Nova Lei do Terceiro Setor”. Essa lei traz a possibilidade de as pessoas jurídicas (grupos de pessoas ou profissionais) de direito privado sem fins lucrativos serem qualificadas, pelo Poder Público, e poderem com ele relacionar-se por meio de *parceria*¹⁴, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam os requisitos da lei, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Peci *et al* (2008) compreendem ainda que, ao mesmo tempo em que esses novos mecanismos viabilizam os processos de cooperação entre os setores, também tornam mais complexos os arranjos institucionais utilizados para essa finalidade, uma vez que multiplicaram os atores e as formas de relação entre eles.

As OSCIPs podem receber recursos públicos por meio de *termo de parceria*, um novo instrumento jurídico definido na própria Lei nº 9.790/99. Antes dessa lei, os repasses se davam exclusivamente por meio de convênios, o que obrigava tanto o governo quanto as entidades parceiras a seguirem o disposto nas instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional IN/STN nº 01/1997 e nº 03/1993. O *termo de parceria* é um instrumento menos rigoroso que os convênios na aplicação dos recursos recebidos do governo. Não é necessário seguir a legislação de licitações, Lei nº 8.666/93, devendo a instituição publicar, em 30 dias, contados da assinatura do *termo de parceria*, seu regulamento de compras e contratações. Além disso, são considerados legítimos os adiantamentos da OSCIP à conta da parceria no caso de atraso nos repasses públicos e as despesas ocorridas entre o término da vigência do termo de parceria e a sua renovação (LEITE, 2003).

Em outro formato, vemos a vinculação das ONGs com os movimentos sociais. Os movimentos sociais, entre as décadas de 70 e 80, desenvolvem uma atividade dirigida para ou contra o Estado, muitas vezes apoiada por um tipo de organização que, particularmente nos contextos ditatoriais, surgia e se expandia de forma progressiva, a ONG. As ONGs surgem fortemente vinculadas aos movimentos sociais desses anos, procurando sua melhor organização, participação, articulação nas suas demandas, reivindicações e lutas. Não eram as

¹⁴ Parceria estabelecida pelo *termo de parceria* previsto pela Lei nº 9.790/99, que qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), e institui e disciplina o termo de parceria. O artigo 9º da lei institui o termo de parceria, a ser firmado entre o Poder Público e as Oscips, destinado ao vínculo de cooperação entre as partes.

ONGS, mas os movimentos sociais os que lutavam contra uma ditadura, contra mecanismos de opressão e exploração, os que se articulavam em torno de interesses específicos; enfim, os movimentos sociais eram os protagonistas da história, enquanto as ONGs eram um importante ator coadjuvante. Assim, era a população que, para além de seus eventuais vínculos partidários e/ou sindicais, formava parte de movimentos sociais, constituídos para dar resposta a necessidades específicas, ou para lutar por/contrasituações mais estruturais (MONTAÑO, 2002).

Contudo com o advento dos regimes democráticos pós-ditaduras, com a retirada paulatina das agências financiadoras internacionais, com o retorno à vida política dos sindicatos e partidos, particularmente após a Constituição de 1988, muitos movimentos começam a entrar em crise (GOHN, 1998). No entanto, os movimentos sociais buscam se estruturar de forma diferenciada, “a luta social nunca morre e ela se apresenta historicamente de muitas formas” (GOHN, 1998, p. 12). A militância passou a se dar em espaços diferenciados; muitas lideranças e assessores foram defender teses, ministrar aulas nas universidades, trabalhar em ONGs. Dessa forma, houve uma reestruturação do movimento, que passou a intensificar seu processo de institucionalização, o velho militante do movimento social (dos anos 70-80) agrega agora o novo militante da ONG (anos 90). Para Gohn (1998), não têm sido os movimentos sociais populares urbanos do tipo que predominou nos anos 70/80 os que mais têm crescido nos anos 1990, mas sim as ONGs, que ganharam autonomia e hoje constituem um universo próprio no cenário organizativo.

Montaño (2002) ressalta que esse novo formato acarretou aos movimentos sociais um caráter de despolitização, sendo vistos como mais empresariais, voltados para o autofinanciamento ou para a procura de parcerias no sentido de obter fundos, o que lhes exige maior eficiência, daí a profissionalização da militância. Para o autor, tais diferenças confirmariam a tendência de mudança de um tipo de organização (o movimento social) para outra (a ONG), de um tipo de militante para outro.

Para Yamamoto (2007), a questão é a mudança do foco das antigas entidades da sociedade civil – como os movimentos sociais – para as chamadas organizações não governamentais, que tem como consequência a despolitização dos conflitos sociais. Enfatiza ainda que, como um dos elementos do tripé responsável pela intervenção no campo social, tais organizações estabelecem “parcerias” com o Estado, sendo repositórios da transferência de recursos públicos por meio do chamado “fundo público” (uma das facetas da privatização antes aludida).

Diante disso, ao buscarmos compreender o campo de atuação profissional no âmbito do lazer no terceiro setor a partir do contexto das ONGs voltadas ao Movimento LGBT, corremos o risco de alguns equívocos, caso não situemos as características apontadas acerca desse setor de mercado de forma crítica, trazendo alguns elementos que permitam ampliar o panorama descrito. Para Motta (2005), cabe acentuar que as diretrizes e financiamentos de grande parte das ações e projetos do terceiro setor provêm do Estado e/ou das fundações vinculadas às empresas do segundo setor. Esse dado, por si, é bastante questionador da pretensa autonomia e independência do terceiro setor em relação aos dois outros setores. Montañó (2002), ao mencionar as debilidades do setor, ressalta que as chamadas organizações não governamentais (ONGs), quando por meio das parcerias, passam a ser financiadas por entidades ou, quando são contratadas pelo Estado para desempenhar, de forma terceirizada, as funções a ele atribuídas, parecem não salvaguardar seu caráter “não governamental” e à sua condição de “autogovernada”. Assim como o Estado, ao estabelecer “parceria” com uma determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro e a partir da política governamental, o que leva à presença e permanência de certas ONGs, e determinados projetos.

Assim, estas organizações estão fortemente condicionadas – a sobrevivência seus projetos, seus recursos, sua abrangência e até suas prioridades – à política governamental. Não têm a autonomia que pretendem demonstrar – nem prática, nem ideológica e, muito menos, financeira – dos governos. Lopes (2004) ressalta ainda que, sem enfatizar a origem do suporte financeiro de manutenção das ONGs, o discurso dos apologistas do terceiro setor tem, geralmente, recaído numa argumentação que desqualifica o Estado como esfera de efetivação das políticas sociais e públicas. Tal argumentação, visando, sobretudo, realçar o papel e a importância das ONGs, muitas vezes obscurece o fato de que muitas delas não definiram sua posição no confronto entre os projetos sociais hoje em pauta, no campo das políticas sociais.

Nesse contexto, resalto que a perspectiva é a de que novas subjetividades, padrões de conjugabilidade, identidades de gênero e percepções da sexualidade, vêm produzindo novas agendas políticas no mundo público, reconfigurando o escopo do debate político no Brasil, embora seja possível diagnosticar recorrente pessimismo a respeito da capilaridade das instituições políticas às demandas sociais. Nessa chave, haveria, no Brasil, uma sociedade politicamente atomizada e um hiato entre os partidos políticos e os conflitos sociais (SANTOS, 1993). Tal percepção se insere em um debate maior, em nível mundial, a respeito de cultura cívica e do papel dos partidos políticos em um mundo no qual as agendas

políticas se expandiram para além dos marcos organizativos do conflito capital-trabalho. Se, por um lado, sob a perspectiva angular da luta de classes, parece haver um hiato, por outro lado, frente à explosão de demandas que acontece nas últimas décadas do século XX, é possível perceber um florescimento político, com o aparecimento de novos atores sociais, entre eles, as ONGs e os movimentos sociais de reconhecimento (TELLES, 1994).

Esta dinâmica é protagonizada por uma crescente “consciência do direito a ter direitos”, que parece trazer em si a possibilidade de gerar uma gramática social diferente da atual. A distinção está alicerçada, por um lado, em relações na esfera política sob o enfoque do clássico conflito capital-trabalho e, por outro, nas novas agendas políticas provenientes das novas subjetividades da contemporaneidade. Essa é a realidade do movimento enfocado nesse estudo, o Movimento LGBT.

3 A BANDEIRA DO ARCO-ÍRIS: O MOVIMENTO LGBT¹⁵

A proposta do presente capítulo é localizar o leitor no nomeado Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Nesse sentido, busco (re)visitar a história, não de forma a contar a trajetória linear do Movimento LGBT no Brasil contemporâneo, mas no sentido de pontuar que “a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar 'status' e elaboração à massa documental de que ela não se separa” (FOUCAULT, 2005, p. 8). A história, nesse sentido foucaultiano, “se preocupa em descrever e compreender a gênese, enquanto proveniência e emergência – seja de um conceito, de uma prática, de uma idéia –, e não propriamente em encontrar uma origem fundacional, um suposto ponto inicial de tal conceito, prática ou idéia” (VEIGA-NETO; FISHER, 2004, p. 22-23).

Fazendo referência a Facchini (2005), utilizo como ferramenta norteadora dessa (re)visita histórica a noção de distinção entre “campo” e “arena”. O primeiro se aplica “aos atores envolvidos diretamente no processo sob estudo”, mas é tido como “suficientemente flexível, podendo se contrair ou expandir para fora dos limites da arena”, que se refere a “uma área social ou cultural imediatamente adjacente ao campo [...], onde estariam os que, ainda que envolvidos diretamente com os participantes do campo, não estivessem envolvidos em seus processos definidores” (SANTOS, 1977, p. 32). Nesse sentido, no “campo” do movimento estariam todos os atores sociais diretamente envolvidos em seu cotidiano – como as organizações ativistas, as agências estatais e poderes públicos com os quais se relacionam – e os atores do mercado que abrem espaço ou se dirigem a homossexuais. Na “arena”, estariam todos(as) aqueles(as) que poderiam se reconhecer ou ser reconhecidos(as) a partir das categorias enunciadas no sujeito político do movimento, sem, no entanto, estarem diretamente envolvidos(as) no cotidiano da militância (FACCHINI, 2005).

Apresento ainda alguns aspectos acerca dos movimentos sociais, visando à caracterização dessa ação coletiva, assim como uma reflexão sobre a construção da (homo)sexualidade, especificidade que assinala o movimento focalizado, passando para a discussão do Movimento LGBT propriamente dito.

¹⁵ Optamos por utilizar “Movimento LGBT” para designar o movimento em foco neste trabalho, por considerá-lo um termo mais plural e devido a sua adoção pelo respectivo movimento social a partir da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ponderamos Movimento LGBT e Movimento Homossexual enquanto sinônimos: sempre que nos referirmos a um, estaremos nos referindo ao outro, automaticamente. Ressaltamos também que respeitaremos a nomenclatura empregada pelos autores nas citações utilizadas neste estudo.

3.1 Da “movimentação” ao movimento: em questão, os Movimentos Sociais

O confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos – e apenas em tais casos – estamos diante de um movimento social (PARROW, 2009).

Muito antes do surgimento do movimento social moderno, os confrontos assumiram muitas formas, incluindo insurreições, revoltas, revoluções e guerras civis e religiosas. A estrutura das primeiras sociedades modernas possibilitou fazer guerras por causa de religião ou sucessões dinásticas, mas para aqueles que buscavam pão, terra e liberdade da opressão do Estado agregar seus interesses tornava-se difícil. Essas dificuldades se refletiam na natureza das reivindicações que permaneceram, em sua maioria, diretas, paroquiais e segmentadas.

Para Parrow (2009), as sociedades que se formaram em torno de estados consolidados nos últimos dois séculos proporcionaram mais conexões translocais, comunicações mais rápidas, redes de associações mais densas e alvos e arenas para os grupos que sentiam que seus interesses estavam sendo prejudicados. No entanto, esses processos não foram interrompidos com a disponibilização de oportunidades criadas pela construção do Estado. Para formar um movimento social, foi preciso que os organizadores – vindos de associações pré-existentes ou surgindo da luta – criassem pontos focais para os movimentos. O movimento social não foi um resultado automático da modernização, mas surgiu através do processo longo, atormentado, mas basicamente interativo, de formação do Estado, da cidadania e da difusão dessas formas de interação no tempo e no espaço.

A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas é cheia de ciclos estratégicos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação) em face a novas conjunturas e forças sociopolíticas em ação. É importante destacar que esse campo de força e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas, assim como o repertório de lutas construído por eles demarca interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais.

Nos estudos sobre movimentação social, uma mudança foi reforçada pelo desafio dos “novos” movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 – alguns dos quais pareciam ter substituído os velhos programas estruturais do passado por reivindicações do tipo “espaço vital”, buscando potenciais de emancipação na esfera da interação: no mundo vivido, no mundo cultural. No espaço do "mundo vivido", haveria a perspectiva de construção de novas solidariedades a partir de sujeitos autônomos e competentes, que são capazes de discutir e revalidar as regras sociais e, com isso, revitalizar a própria sociedade. A construção da solidariedade pressupõe, dessa forma, a formação do indivíduo que pensa, age e se comunica, buscando o diálogo e o entendimento, através do melhor argumento. E isso implica processos de comunicação através dos quais se questiona o mundo do sistema técnico instrumental, e onde se afirmam a individualidade do sujeito e a sua autonomia (DELUIZ, 1995).

A ênfase na cultura resulta em um paradigma substancialmente novo. Isso foi reforçado pela política de “identidade” que tinha sido desenvolvida a partir dos anos 1960 – e, especialmente, pelos movimentos das mulheres, dos homossexuais e lésbicas e dos direitos das minorias; e pela nova onda de estudos sobre o nacionalismo, em que o construcionismo social foi difundido pela metáfora de Benedict Anderson¹⁶ sobre as comunidades “imaginadas”. Contudo, para os inovadores mais sistemáticos, todos os movimentos constroem significados, e essa construção é uma função fundamental de qualquer movimento social (PARROW, 2009).

No Brasil, o século XX imprimiu um novo caráter às lutas sociais. O caráter urbano passa a ter tonalidade própria, criada a partir de uma problemática que advém das novas funções que passam a se concentrar nas cidades. Progressivamente, a indústria e as classes sociais que lhe são caudatárias orientaram as ações e os conflitos que ocorrem no meio urbano. No Brasil e em vários outros países da América Latina, no final da década de 70 e parte dos anos 80, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar, especialmente aqueles de base cristã.

No decorrer dos anos 80, os movimentos sociais no país passaram da fase de otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença. Vários fatores contribuíram para essas mudanças, com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação. Além disso,

¹⁶ Anderson (2008, p. 32) define a nação como “[...] uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Limitada, porque, por maior que elas sejam, sempre haverá fronteiras finitas; soberana, porque pressupõe lidar com um grande pluralismo; e, finalmente, imaginada, porque seus indivíduos, mesmo nunca conhecendo integralmente uns aos outros, compartilham signos e símbolos comuns, que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário.

acrescento o consenso, a generalização, e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; a intensificação do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos 80, absorvendo grande parte da parcela dos desempregados do setor produtivo privado; o surgimento de grandes centrais sindicais; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos populares, especialmente, no setor da moradia; e, fundamentalmente, o surgimento e a expansão da forma que viria a ser quase que substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs (GOHN, 2004). Acrescento a esse cenário a insatisfação da sociedade civil com a política, inclusive com a praticada pelos partidos políticos, que foram perdendo a capacidade de articular as demandas populares e médias.

A autonomia, categoria tão importante nos 70, passou a ser problemática, pois a partir de 1982, com as mudanças no cenário político, os movimentos foram convidados a participar de mesas, câmaras e conselhos de negociações. O Estado, nessa conjuntura, não era simplesmente o adversário dos movimentos, mas seu principal interlocutor. Aos militantes, a profissionalização produziu efeitos contraditórios por estar apenas a serviço do movimento. Culminou em uma camada de dirigentes cada vez mais distantes das bases dos movimentos, que se aproximou das ONGs e se ocupou em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários.

No final dos anos 80 e ao longo dos anos 90, o cenário sociopolítico se transformou radicalmente, marcando um declínio das manifestações nas ruas, que confeririam visibilidade aos movimentos populares nas cidades (GOHN, 2007). Surgiram ainda, nos anos 90, novos movimentos sociais centrados em questões éticas ou de revalorização da vida humana. A corrupção, a violência generalizada, as várias modalidades de clientelismo e corporativismo, os escândalos na vida política nacional levaram a rações no plano da moral. Compreender o sentido das mudanças que ocorreram no processo de desenvolvimento brasileiro nos anos 90 demanda, inicialmente, entender as transformações econômicas do país nesse mesmo período e as novas ênfases em suas políticas sociais. Segundo Gohn (2004, p. 295),

[...] é preciso identificar as bases sociais e as mediações políticas postas em prática para a implementação dos ajustes estruturais em nossa economia. Esses últimos têm sido apresentados pelos governantes como único meio de assegurar a superação da crise, a retomada do desenvolvimento e uma certa proteção social aos grupos sociais extremamente vulneráveis à situação econômica. Novas estratégias de intervenção social têm sido defendidas para enfrentar os entraves a uma suposta capacidade

reguladora do mercado, de forma a criar oportunidades aos desempregados e subempregados.

O resultado das novas políticas foi uma ênfase no mercado informal de trabalho e uma redefinição de seu papel no conjunto do processo de desenvolvimento social. Assim, a partir de 1990, os movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia popular. As políticas integradoras exigiram a interlocução com organizações institucionalizadas, aquelas com registros legais e certificações, e/ou outras, com apenas normas ou procedimentos internos à associação. Tais transformações demandaram aos movimentos estabelecerem práticas, fazerem diagnósticos e criarem agendas para si próprios, para a sociedade e para o poder público.

Com a conferência Eco-92, inúmeras Organizações Não Governamentais passam a ter tanta importância quanto os próprios movimentos sociais. Portanto, nos anos 90, as ONGs ganham relevância por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público, que, na grande maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados como avalista dos recursos econômicos/monetários. Trata-se de ONGs diferentes das que atuavam nos anos 80 junto com os movimentos populares. São instituições inscritas no universo do terceiro setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas onde a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente, como educação e saúde, para clientela como meninos e meninas que vivem nas ruas, mulheres com baixa renda, escola de ensino fundamental.

Há, então, uma mudança de caráter das organizações e movimentos sociais, dos anos 60 a 80 para os anos 90. Os movimentos sociais – e as ONGs a eles articuladas – desenvolvem até finais de 80 uma estratégia de enfrentamento/negação ou de demanda/pressão contra ou dirigida ao Estado. Entretanto, no contexto dos anos 90, eles passam a incorporar um comportamento de “parceria”, de articulação com o Estado. Neste novo contexto, os movimentos sociais típicos das décadas de 60 a 80, de reivindicações por direitos democráticos e políticos, por direitos civis, econômicos e sociais, de enfrentamento ao Estado, deixam lugar a um “terceiro setor”, que desenvolve uma participação em parceria com o Estado (MONTAÑO, 2002).

Diante desse contexto, o que se percebe é a ocorrência de profundas alterações no cotidiano da dinâmica interna dos movimentos populares. A identidade coletiva dos movimentos populares deixou de lado as frequentes contestações às políticas públicas e incorporou outros elementos, o que lhes possibilitou sair do nível apenas reivindicatório, para

um nível mais operacional, propositivo. Embora alguns dos eixos norteadores das demandas fossem os mesmos, eles incorporaram novas práticas, e alguns de seus líderes ou assessores passaram a compor diferentes escalões da administração pública. Seus discursos se alteraram em função da mudança na conjuntura; assim, matrizes que estruturaram esses discursos e as práticas também se alteraram. Não se tratava mais de negar o Estado, mas de participar das políticas, das parcerias. Dessa forma, ajudaram a construir outros canais de participação, principalmente os fóruns, e contribuíram para a institucionalização de espaços públicos, tais como os diferentes conselhos criados nas esferas municipais, estaduais e nacional.

O que se observa é que o perfil dos movimentos sociais se alterou na virada do novo milênio porque a conjuntura política mudou. Mas eles foram também coartífices dessa nova conjuntura, em termos de conquista de direitos sociais, resultado das pressões e mobilizações que os movimentos realizaram nos anos 80. Foram também vítimas dessa conjuntura, que, por meio de políticas neoliberais, buscou desorganizar e enfraquecer os setores organizados. Por isso, ao longo dos anos 90, os movimentos sociais, em geral, e os populares, em especial, tiveram que abandonar algumas posturas e adotaram posições mais ativas/propositivas. Passaram a atuar em rede e em parceria com outros atores sociais dentro dos marcos da institucionalidade existente e não mais à margem, negando o Estado, como na fase do regime militar. Propõe-se que os movimentos se articulam em redes de movimentos sociais, conectando as identidades, definindo os adversários, estabelecendo objetivos e construindo projetos (SCHERER-WARREN, 2004).

Percebe-se, então, que as lutas já não se fazem mais isoladas; existem conexões estabelecidas entre os grupos, fazendo com que as ações não se deem de forma isolada, o que ocorre também no âmbito das ONGs. Landim (2002) sugere que no crescimento recente de redes e articulações transnacionalizadas de atuação esteja se criando um contexto em que as ONGs, advindas desses movimentos, ganham visibilidade e identidade como atores em um polo “antissistêmico” da política.

Essa fase gerou práticas novas e exigiu qualificação dos militantes, levando ONGs e movimentos a redefinirem seus laços e relações. No urbano, os movimentos com matizes político-partidários se enfraqueceram e fortaleceram os movimentos com perfil de demandas mais universais, mais plurais em termos de composição social, como os ecologistas e os pela paz. Na área rural, a luta social recrudescceu, e os movimentos sociais com perfil de lutas de resistências e classistas cresceram e tiveram seu auge (GOHN, 2007). Destaco ainda que, nos anos 90, os movimentos sociais tornaram-se mais qualificados, e a quantidade de reuniões, assembleias, atos públicos e o próprio número de militantes foi substituída por ações

qualitativamente mais estruturadas. Antes, os movimentos utilizavam sedes de sindicatos e a própria infraestrutura dos partidos políticos; já a partir dos anos 90, por meio das ONGs, passaram a ter infraestruturas próprias e, em alguns casos, a se utilizar mais de recursos tecnológicos, como computadores e redes da internet.

Com todas essas transformações, acredito que um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica, outros igualmente carentes, excluídos ou sem direitos, reconhecimentos ou pertencimentos. Um movimento social não assume uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade; esse ato configura uma política de identidade e não uma identidade política. Melluci (2001) afirma que, para poder produzir e consumir, os atores sociais precisam se “reconhecer” na identidade que estão em condições de construir ou naquela que lhes é imposta pela multiplicidade de pertencimentos sociais e pelos sistemas de regras que os governam. Uma sociedade de aparatos impõe identidades, definindo o sentido e as orientações da ação dos indivíduos por meio de processos capilares, diferenciados, pontuais de difusão de modelos simbólicos. Para o autor, importa obter identificação, modelar identidades funcionais, adaptáveis, substituíveis.

Assim, os conflitos se movem rumo à apropriação do sentido, contra os aparatos distantes e impessoais que fazem da racionalidade instrumental a sua “razão”, e sobre essa base impõem identificação. As questões antagonistas não se limitam a atingir o processo produtivo em sentido estrito, mas consideram o tempo, o espaço, as relações, os próprios indivíduos. Surgem questões relacionadas com o nascimento, com a morte, com a saúde, com a doença, que colocam, em primeiro plano, a relação com a natureza, a identidade sexual e afetiva, do agir individual. Nessas áreas, aumenta a intervenção dos aparatos de controle e de manipulação, mas se manifesta, também, uma reação difusa às definições externas de identidade, surgem questões de reapropriação que reivindicam o direito de serem eles mesmos (MELLUCI, 2001).

Nesse sentido, o reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política, ou seja, não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. O reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada. Deve-se tratar a questão da identidade em termos de um campo relacional de disputas e tensões, um processo de reconhecimento da institucionalidade da ação e não como um processo de institucionalização da ação coletiva de forma normativa, com regras e enquadramentos, como se tem observado nas políticas públicas no Brasil na atualidade. Estas

considerações são fundamentais para diferenciar os movimentos sociais das redes de mobilizações estimuladas pelas atuais políticas de parcerias (GOHN, 2010).

Melluci (2001), ao fazer um panorama das recentes formas de ação coletiva nas sociedades contemporâneas, ressalta as especificidades dos conflitos emergentes, inicialmente, a heterogeneidade e a escassa negociabilidade das lutas. Diversas áreas do social são atravessadas pelas formas de mobilização e de protesto coletivo: as lutas estudantis, o feminismo, a liberação sexual, os movimentos urbanos, as lutas ecológicas e pacifistas, a mobilização de consumidores e dos usuários de serviços, as minorias étnicas e linguísticas, os movimentos neorreliгиозos e comunitários, as lutas sobre o tema da saúde e contra instituições de segregação. Ressalta que nem todas essas formas de lutas têm o mesmo significado, tampouco são a expressão dos conflitos antagonistas: são sinais importantes da transformação na qualidade da ação coletiva, mobilizando grupos sociais sobre objetivos dificilmente negociáveis.

Outra característica diz respeito à escassa focalização sobre o sistema político e o interesse limitado em torno do problema da tomada de poder. A conquista do poder político e o controle imediato das condições de existência e das reivindicações de um espaço que indicam independência do sistema – característica sempre assinalada como fator de fragilidade “política” dos movimentos – abrem certamente interrogações sobre as relações entre movimentos e sistemas políticos.

Melluci (2001) enfatiza ainda o fim da separação entre público e privado. As relações públicas e políticas são investidas por questões que dizem respeito à identidade afetiva, biológica, sexual dos indivíduos. Ou seja, as esferas “privadas”, nas quais tradicionalmente se realizava a troca afetiva e se distribuía as recompensas ou os ressarcimentos individuais, são invadidas pela intervenção das mídias e transformação do conflito. As grandes etapas da existência “privada” (nascimento, amor, velhice, morte) transformam-se em pontos críticos da sensibilidade para a ação coletiva: esses temas entram na área “pública” e se transformam em campos de experiência humana dos quais se reivindica a reapropriação.

O particularismo parece ser a forma de resistência específica a um poder que se generaliza. A solidariedade, como objetivo, aparece com uma característica ulterior dos movimentos contemporâneos. A busca de uma identidade comunitária e o retorno ao pertencimento primário (o sexo, o idade, o lugar ou o grupo de pertencimento, a raça) parecem motivar a resistência contra uma mudança vinda diretamente do alto. A luta tem objetivos instrumentais, mas se reforça na solidariedade do grupo, na busca da troca simbólica

e afetiva. O grupo centra-se sobre a própria identidade e resiste à “racionalidade”, às decisões, aos fins impostos por um poder distante e impessoal.

Nesse sentido, as questões coletivas fazem crescente referência ao indivíduo, às suas necessidades. Os problemas do individual transformam-se em problemas coletivos porque encaminham, de um lado, à manipulação exercitada pelo poder sobre a identidade individual e, do outro, à representação cultural das necessidades como demandas individuais. Com a sua ação, os movimentos afirmam que é necessário socializar o indivíduo sem perder sua especificidade; é necessário atribuir aos problemas do cotidiano, às relações afetivas, às motivações profundas do agir individual o lugar que lhes pertence em uma sociedade programada: de serem terrenos sobre os quais emergem conflitos (MELLUCI, 2001).

Mas, sem dúvida, a questão da cidadania, principalmente a de ordem coletiva, foi a grande conquista dos movimentos sociais contemporâneos, consequência das novas estruturas de ação. A principal delas diz respeito à forma como homens e mulheres se posicionam nas lutas, como atores e não mais como agentes executores ou representantes de certos grupos. A cidadania tutelada começa a ser substituída por uma cidadania moderna, ainda não plena, mas fundada na noção de direito à diferença. Não apenas o direito à vida, mas também o direito de autodeterminação em questões como gênero, raça, idade, manifestação sexual. Reivindica-se a participação na sociedade civil e política, no mercado de bens e produtos, mas reivindica-se também a manutenção de bens culturais (GOHN, 2008).

Gohn (2007) assinala que o cenário geral dos movimentos sociais no início deste milênio organiza-se ao redor de dez eixos temáticos das lutas e demandas no Brasil: lutas e conquistas por condições de habitabilidade na cidade, nucleados pela questão da moradia; mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa da cidade; mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais, assim como de equipamentos e serviços coletivos; mobilizações e movimentos contra desemprego; de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas nas ruas, adolescentes que usam drogas, portadores de HIV/AIDS e de deficiências físicas; mobilizações e movimentos dos sem-terra; étnico-raciais; rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos rurais; contra as políticas neoliberais e os efeitos da globalização; e envolvendo questões de gênero e sexualidade, como o Movimento LGBT.

O Movimento LGBT – assim como o dos afro-descendentes, o dos indígenas, o dos jovens ou o dos idosos – insere-se no grupo de movimentos considerados identitários e culturais, por conferirem aos seus participantes uma identidade centrada em fatores culturais,

étnico/raciais, ou geracional (idade). Castells (1999) assinala que o florescimento de movimentos sociais e culturais – feminismo, ambientalismo, defesa dos direitos humanos, das liberdades sexuais (LGBT) – teve um importante papel na conformação da sociedade atual, reagindo de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, revoltando-se contra a injustiça e procurando a liberdade necessária para a experimentação pessoal. Em sua luta, questionaram as bases da sociedade e os valores estabelecidos; no entanto, embora esses movimentos sociais fossem em princípio culturais e independentes das transformações econômicas e tecnológicas, seu espírito libertário influenciou a mudança para os usos individualizados e descentralizados da tecnologia. Sua cultura aberta estimulou a experimentação, com a manipulação de símbolos, e seu internacionalismo e cosmopolitismo estabeleceram as bases intelectuais para um mundo interdependente.

É nesse cenário que o Movimento LGBT cresce no Brasil na última década e ganha impulso nas ruas, organizando passeatas e atos de protestos, tendo demandas específicas e diferentes dos movimentos nucleados sob a perspectiva do gênero, que trata mais das relações sociais entre homens e mulheres. Gays, lésbicas, travestis e transexuais não são apenas discriminados, são criminalizados, alvos de atentados à vida, perseguidos e morrem em atentados de grupos fascistas e nazistas (GOHN, 2010).

3.2 Na arena: A (Homo)sexualidade

Nos dois últimos séculos, a sexualidade tornou-se objeto privilegiado do olhar de cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, educadores, passando a se constituir, efetivamente, numa ‘questão’. Desde então, vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada, a partir das mais diversas perspectivas. Se, nos dias de hoje, a sexualidade continua alvo da vigilância e do controle, agora se ampliaram e diversificaram suas formas de regulação, multiplicaram-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar as normas, a definir os padrões de pureza, sanidade ou insanidade, a delimitar os saberes e as práticas pertinentes, adequados ou infames. Ao lado de instituições tradicionais, como o Estado, as igrejas ou a ciência, agora outras instâncias e outros grupos organizados reivindicam, sobre a sexualidade, suas “verdades” e sua ética. Contemporaneamente, proliferam os discursos sobre o sexo, e as sociedades continuam

produzindo, avidamente, um “saber sobre o prazer”, ao mesmo tempo em que experimentam o “prazer de saber” (FOUCAULT, 1993).

Nesse sentido, a homossexualidade e o sujeito homossexual são conceitos recentes. Se anteriormente as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas sodomia (uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir), tudo mudaria a partir da segunda metade do século XIX: a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser marcado e reconhecido. Foucault (1993, p. 43-44) sintetiza essa diferenciação entre o comportamento sodomita e a identidade homossexual, afirmando que:

[...] a sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual porém como natureza singular. É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constitui-se no dia em foi caracterizada [...] menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androginia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.

Foi assim que, em nossa sociedade ocidental contemporânea, constituiu-se a classificação dos sujeitos em oposições binárias, sendo esta uma forma de organizar a vida social segundo identidades específicas. Categorizado e nomeado como desvio da *norma*, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação, um lugar incômodo para permanecer. Ousando se expor a todas as formas de violência e rejeição social, alguns homens e mulheres contestam a sexualidade legitimada e se arriscam a viver fora de seus limites. A ciência, a Justiça, as igrejas, os grupos conservadores e os grupos emergentes irão atribuir a esses sujeitos e a suas práticas distintos sentidos.

A homossexualidade, discursivamente produzida, transforma-se em questão social relevante, na qual a disputa centra-se fundamentalmente em seu significado moral. Enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade do homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade, mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um ‘tipo’ humano distintivo (LOURO, 2001).

Hoje, as chamadas “minorias” sexuais estão muito mais visíveis; conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta com os grupos conservadores. Sua visibilidade tem efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, consumir alguns de seus produtos culturais; por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de agressão e violência física.

O embate por si só merece uma especial atenção de estudiosas(os) culturais e educadoras(es), e o que o torna ainda mais complexo é sua contínua transformação e instabilidade. O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários, mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e, o que é ainda mais complicado, que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (LOURO, 2001).

Hall (2005) ressalta que mudanças estruturais transformaram as sociedades modernas no final do século XX, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando o que entendemos de nós mesmos como sujeitos integrados. Essa perda de um "sentido de si" estável é chamada de deslocamento ou descentralização do sujeito.

Nesse contexto, o autor propõe como categoria analítica a “descentração do sujeito pós-moderno”, ilustrando o caminho através do qual se estabelece uma crise de identidade no homem contemporâneo. De uma identidade anteriormente unificada e estável pelas raízes do tradicionalismo, assiste-se a um deslocamento para outra descentrada, resultante de mudanças estruturais e institucionais. Assim, “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (Hall, 2000, p. 13).

Para o autor, que parte da concepção do sujeito cartesiano¹⁷, ocorreram cinco grandes descentramentos. O primeiro diz respeito a uma reinterpretação do pensamento marxista, que atrela a ação humana às condições históricas dadas.

¹⁷ O sujeito cartesiano é o sujeito da razão; por ser dotado de razão, ele é sujeito e não indivíduo. O sujeito cartesiano é apresentado como o eu do penso, do cogito (SALES, 2007).

O segundo dá-se pela teoria freudiana no que tange ao inconsciente. A identidade é construída ao longo da vida, tendo por base processos psíquicos e simbólicos inconscientes. A teoria de Freud afirma que nossa identidade, nossa sociedade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em nossos processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, e se dão de acordo com uma lógica diferente daquela da razão, descaracterizando o conceito de sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada.

O terceiro descentramento ocorre por meio da teoria de Ferdinand de Saussure, que propõe a língua como um sistema social, anterior ao indivíduo e através do qual este se comunica, sem, portanto, qualquer autoria sobre suas afirmações ou os significados do que expressa. Soma-se a isto o fato de que os significados das palavras também variam na medida em que se relacionam por similaridade e/ou diferença com outras palavras. O próprio “eu” só é conhecido em contraposição ao “outro”, e os significados, portanto, são sempre instáveis: apesar de buscarmos o fechamento (a identidade), são frequentemente questionados pela diferença.

O quarto descentramento se delineia a partir da teoria do poder disciplinar de Michel Foucault, que acredita na construção do corpo e do indivíduo para controlá-lo, normatizando, disciplinando e corrigindo. Trata-se, portanto, de um corpo dócil, e, nesse processo, a alma, entendida como subjetividade, consciência, personalidade, também é, para Foucault (1987, p. 29), uma construção do saber que visa controlar o corpo: “Uma ‘alma’ o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo”. Ao categorizar o corpo, ao instituir o sexo como a verdade suprema sobre o indivíduo, dá-se voz para que esse mesmo corpo se expresse, fale de si mesmo e reivindique sua legitimidade.

Por fim, o feminismo, considerado pelo autor não só como movimento, mas como crítica teórica, na medida em que traz para o debate categorias como o privado e o público, politizando a subjetividade e questionando a formação das identidades sexuais e de gênero.

Assim, o sujeito deste tempo percebe-se como detentor de diversas identidades ou “posições de sujeito” (Hall, 2005, p. 17), algumas até contraditórias. Conseqüentemente, esse sujeito é entendido como dono de uma identidade móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Ou seja, a identidade “[...] é definida historicamente, e não biologicamente” (Hall, 2005, p. 13).

Diante disso, Hall (2005, p. 12) afirma que, “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de

uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”. Essa dinâmica coloca, na arena política, uma série de identificações não conhecidas no início do século XX e que, a partir da década de 1970, se posicionam frente à sociedade, configurando uma política de identidades. Estas políticas são entendidas como um conjunto de estratégias de que se apropriam os indivíduos e os grupos, para efetivamente existirem no nível social, para contarem suas histórias e imporem sua versão de si (SEFFNER, 2003). O nascimento dessa política de identidade é também descrito por Hall (2005, p. 45), que afirma:

Cada movimento apelava para a 'identidade' social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como 'política de identidade' – uma identidade para cada movimento.

Com isso, podemos dizer que a identidade é uma construção histórica, marcada contemporaneamente por escolhas entre possíveis modos de vida, pela reflexividade constante, pela política e pelo conflito entre um Eu historicamente constituído em relação a um Outro. Na imagem consagrada por Said (2007), este Eu inventa um Outro, construindo uma imagem agenciada politicamente, que define os contornos das hierarquias e do poder. Dessa forma, apesar dos esforços em assentar essas identidades em estabilidades ontológicas, estas são constituídas pelo esforço humano, ora por afirmação, ora pela identificação do Outro, portanto são móveis, dinâmicas, não essencializadas (MARQUES; D'AVILA, 2009).

É nesse caminho, em que a identidade não é concebida em sua visão essencialista, que “existe um conjunto cristalino, autêntico, de características que todos [...] [os identificados] partilham e que não se altera ao longo do tempo” (WOODWARD, 2000, p. 12), mas sim em sua perspectiva pós-estruturalista, que as considera flutuantes, cambiantes, contingentes e necessitadas de constante (re)invenção. Para Bauman (2005), “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (p. 33) ou, ao menos, encontram-se em uma luta de afirmação com suas (re)elaborações constantes. o que nos faz crer que estamos diante de políticas de identificação antes que de identidade.

Os processos de identificação são assumidos, então, como:

[...] o ponto de encontro, o ponto de 'sutura', entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos 'interpelar', nos falar ou nos convocar, para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode 'falar'. (HALL, 2000, p. 111-112).

O Movimento LGBT reflete essa dinâmica, sendo organizado não só por uma nova identidade, mas por várias: as lésbicas, os gays, os bissexuais, os travestis e os transexuais. Para se chegar a essas identidades, no entanto, um caminho precisou ser percorrido: não o da mera criação de novos nomes, mas o da formação de conceitos e simbolismos inerentes a cada uma delas. Nesse percurso, disputas políticas se dão até mesmo dentro do próprio Movimento; afinal, construir uma identidade é construir poder, como afirma Castells (2001).

Assim, os ativistas do Movimento LGBT buscaram romper com a concepção de que sua sexualidade era determinada biologicamente, da mesma forma que afirmam não se tratar de uma opção sexual, e sim, de orientação sexual, que diz respeito ao desejo. Desta forma, os discursos médicos, biologizantes, que associavam a *expertise* dos especialistas ao controle e ao poder, podem ser retrucados hoje por este mesmo “Outro” e suas próprias narrativas constitutivas de suas identidades em um campo discursivo de muitas vozes (FOUCAULT, 1993).

3.3 Em campo: O Movimento LGBT

Nos últimos anos, temos assistido a um crescimento do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis transexuais (LGBT) e da visibilidade das questões que envolvem a temática das homossexualidades e da multiplicidade das expressões e identidades de gênero no Brasil. Se, por um lado, há avanços, representados principalmente pela formalização de programas governamentais e pelo incremento do debate público, há também desafios (FACCHINI, 2009).

No século XX, a discussão da homossexualidade começa a caminhar por horizontes distintos. Apenas com o surgimento do HIV/AIDS é que esse tema passa a ter maior relevância nas universidades, ainda que com um discurso biologizante pelo olhar da medicina. Na segunda metade do século XX, a sociedade começa a tomar ciência da existência de um mundo homossexual diverso. Nesse contexto, o Movimento LGBT no Brasil vem se consolidar a partir da década de 1970, caracterizando-se como manifestação pelo direito à livre orientação sexual e, assim, ao longo de sua trajetória histórica, vem sendo marcado por diversas manifestações e acontecimentos.

O embate político, conhecido como Rebelião de Stonewall, ocorrido em Nova York, foi e é emblemático para o movimento homossexual mundial e brasileiro. Considerada uma das primeiras manifestações homossexuais contra a repressão promovida em lugares de sociabilidade homossexual, vem sendo narrada, nos grupos do movimento homossexual brasileiro, como um marco na história. *Stonewall* é tida como “[...] o início do movimento de liberação gay nos Estados Unidos” (GREEN, 2000, p. 458).

Para Fry e MacRae (1983, p. 96),

[...] na noite de 28 de junho de 1969, uma sexta-feira, alegando o descumprimento das leis sobre a venda de bebidas alcoólicas, a polícia tentou interditar um bar chamado 'Stonewall Inn', localizado em Christopher Street, a rua mais movimentada da área conhecida como o 'gueto' homossexual de Nova York. O que era para ser simplesmente uma ação policial rotineira suscitou uma reação inédita.

Os frequentadores do bar se revoltaram e reagiram, durante três dias, contra as frequentes batidas policiais de uma sociedade que adotava caráter homofóbico em nome de uma retrógrada moralidade conservadora. A Rebelião Stonewall se configurou como marcador histórico para as identidades ativistas no Movimento LGBT, caracterizado pela luta contra o aparato militar de uma sociedade disciplinar.

Conciliando acontecimentos ao redor do mundo (Estados Unidos e países europeus) e diante das repercussões de um governo ditatorial, a década de 1970 é palco para as primeiras ações de um movimento institucionalizado no Brasil. Segundo Fernandes (2007), é na década de 1970 que se vê surgir uma nova forma de se fazer movimentos sociais. O que antes era priorizado pela esquerda – a identidade de classe – passa a ser problematizado, e novas configurações como as identidades raciais, de gênero, ambientalistas e sexuais são colocadas na ordem do dia. Câmara (2002) aponta que “foram introduzidas reivindicações que fugiam do econômico e colocavam em evidência a existência de múltiplas relações de poder” (p. 15). Diante disso, houve grande relutância da esquerda em considerar a importância dos movimentos sociais identitários, nas lutas que visavam à mudança social, já que “as discussões sobre o preconceito e a discriminação não têm uma referência econômica direta, porém alteram a estrutura social e revelam as expressões individuais” (p. 147).

O regime ditador instituído com o golpe de 1964 no Brasil manteve um governo de direita, caracterizado por uma larga perseguição aos opositores do regime, e práticas de punição, como a tortura. A censura, como suposto instrumento de manutenção do regime, foi amplamente utilizada pelos membros do governo. Segundo Fachini (2005, p. 93), esse período estimulou “a formação de resistências em diversos setores sociais e como ela

[ditadura militar] pode ter sido, inclusive, responsável pelo perfil fortemente antiautoritário que marcou [...] [o] movimento homossexual brasileiro”.

Green (2000) ainda aponta que o fim dos anos 60 e o início da década de 1970 foram uma época de revolta política e social. As ideias da contracultura penetradas no Brasil influenciavam muitos jovens da classe média. Entre os novos desafios aos valores hegemônicos, estava a desestabilização da virgindade feminina antes do casamento e da heterossexualidade normativa para homens e mulheres.

É no ano de 1968 que estudantes iniciam um processo de questionamento e oposição à ditadura militar; seus protestos incitam na sociedade “um sentimento crescente de otimismo quanto à possibilidade de um retorno ao governo democrático” (GREEN, 2000, p.391). Contudo, esse movimento foi reprimido com o decreto do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), que fechou o Congresso, suspendeu os direitos constitucionais e cassou inúmeros mandatos, culminando em frequentes práticas de tortura e prisão das vozes dissidentes. Tal repressão levou membros de várias organizações de esquerda que esperavam derrubar o governo militar a partirem para a luta armada, o que resultou no banimento de adversários do governo e na pena de morte para atos subversivos.

No campo cultural, cantores da MPB, como Ney Matogrosso e Caetano Veloso, projetaram uma imagem andrógina, que insinuava uma bissexualidade ou homossexualidade. Essas mudanças no comportamento sexual e social anteciparam o surgimento de um movimento gay politizado no Brasil. A interlocução com os setores artísticos foi essencial nesse momento e, para Fernandes (2007), além de questionarem o regime em si, traziam para a cena brasileira novas perspectivas identitárias, e a possibilidade de identificações diferentes dos padrões rígidos de masculinidade e feminilidade, vividos até então. O grupo *Dzi Croquettes*, apresentando um espetáculo de dança e humor, combinando barbas cerradas com cílios postiços, meias de futebol com sapatos de salto alto e *soutiens* com peitos peludos, levavam as ousadias de Caetano Veloso “quase” às últimas consequências. Fry e Macrae (1983, p. 20) ressaltam:

Numa época em que ao sair do teatro deparava-se costumeiramente com viaturas da polícia fazendo questão de mostrar seu poderio bélico, apontando canos de metralhadoras pelas janelas, o deboche bem-humorado dos Dzi Croquettes parecia abrir brecha para a expressão de alguma forma de não-conformismo. Se não era possível criticar publicamente o regime ou sistema econômico, questionavam-se as bases sagradas da vida cotidiana.

Assim, grupos musicais como *Secos e Molhados*, *Dzi Croquettes* e os cantores Caetano Veloso e Ney Matogrosso surgem na cena brasileira adotando um visual andrógino,

que representou o questionamento da masculinidade vigente na época. Para Fry e Macrae (1983), é interessante observar como as questões ligadas aos papéis sexuais podem ser transformadas em produções artísticas legítimas e amplamente “curtidas”.

É durante o processo de abertura política iniciado por Geisel no fim de 1974, permeado de censura, cassação de mandatos e prisões, que a ala progressista da Igreja Católica e várias correntes de esquerda agem clandestinamente e começam a organizar as comunidades pobres e a classe trabalhadora rural e urbana. Como consequência dessa organização, surgem os movimentos sociais, reivindicando democracia, melhores condições de trabalho, e um padrão de vida mais elevado (GREEN, 2000). Esse processo da abertura política em nosso país possibilita a retomada do movimento estudantil, então clandestino. Nessa arena, outros movimentos sociais de base se multiplicaram e jornais alternativos com crítica ao regime começaram a surgir.

Neste cenário um movimento que merece destaque é o movimento feminista. Para Green (2000), o desafio das feministas ao patriarcado, à rigidez dos papéis de gênero e aos costumes sexuais tradicionais desencadeou uma discussão na sociedade brasileira, que convergiu com as questões levantadas pelo movimento homossexual. Ativistas gays e muitas feministas viram uns aos outros como aliados contra o *sexismo* e uma cultura dominada pelo machismo. E, como as feministas, os homossexuais aproveitaram o “espaço de oportunidade” para lançar as fundações para a construção de um movimento.

Assim, as primeiras iniciativas do então chamado movimento homossexual brasileiro surgem no final da década de 70, com a fundação, no Rio de Janeiro, do jornal *Lampião da Esquina* (1978) e do grupo “SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual¹⁸” (1979). O intuito desses grupos era formar alianças com outras minorias, como nos mostram Fry e MacRae (1983, p. 21):

O Jornal *Lampião*, editado no Rio de Janeiro por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais [...] pretendiam originalmente lidar com a homossexualidade, procurando forjar alianças com as demais “minorias”, ou seja, os negros, as feministas, os índios e o movimento ecológico.

O *Lampião da Esquina* é considerado o primeiro jornal nacional a tratar abertamente a questão da homossexualidade, valendo-se do momento político de ditadura militar, tendo em vista o conservadorismo e a repressão desse período. Tal publicação,

¹⁸ “SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual” intitulava um grupo formado por estudantes, artistas e intelectuais, formado no final da década de 70, com o objetivo de trazer ao Brasil do final do Regime Militar as discussões sobre sexualidade que já há algum tempo existiam nos EUA e na Europa. Os membros do SOMOS queriam tornar a homossexualidade algo visível à sociedade brasileira, tida como conservadora e preconceituosa.

lançada em abril de 1978, é considerada por alguns pesquisadores e estudiosos como o marco zero do Movimento LGBT brasileiro. Rodrigues (2007, p. 66-67) ressalta:

No fim da década de 1970, um grupo de intelectuais assumidamente gays, dentre eles o próprio Trevisan¹⁹, valendo-se do arrefecimento da repressão política brasileira, lança aquele que é considerado o primeiro veículo de ampla circulação dirigido ao público homossexual – *O Lâmpião da Esquina*. A idéia do jornal surgiu a partir da visita ao Brasil do editor Winston Leyland, da Gay Sunshine Press, de São Francisco, Califórnia. (...) Pode-se dizer que o lançamento do jornal, em abril de 1978, fortaleceu a ação de alguns rapazes de São Paulo que organizavam grupo que se tornaria responsável por consolidar o movimento homossexual no Brasil – o Grupo Somos. Com seus textos longos e comprimidos em letras pequenas, que só não atrapalhavam mais a leitura porque a vontade de lê-los era maior do que a crítica que podíamos fazer na época, o Lâmpião da Esquina Iniciava um novo capítulo para a história da construção e da afirmação de uma identidade gay no Brasil.

É a partir de seu lançamento que as questões ligadas à homossexualidade passam a ser discutidas com outro olhar, fazendo com que a sociedade conservadora da época começasse a refletir sobre a homossexualidade, para que, assim, os sujeitos pudessem viver sua sexualidade livremente (PRATA, 2008). O *Lâmpião* foi uma importante publicação homossexual; primeiro, por ser o pioneiro em tratar abertamente um assunto tão polêmico em sua época; e segundo, por abrir portas para o Movimento LGBT brasileiro. A sua união com o Grupo SOMOS no debate público sobre as chamadas minorias sociais, realizado na Universidade de São Paulo (USP) em 1979, resultou na realização do 1º Encontro Nacional de Gays e Lésbicas do Brasil em 1980.

O SOMOS era formado exclusivamente por homens, e seu primeiro nome foi Núcleo de Ação pelos Direitos Humanos dos Homossexuais. Em 1978, foi renomeado de SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual, sendo reconhecido na bibliografia como pioneiro por ter uma proposta de politização da questão da homossexualidade. O grupo formado por intelectuais, artistas, e profissionais liberais, descontentes com as restrições do “gueto”, começou a se reunir semanalmente em São Paulo. Visando discutir as implicações sociais e pessoais acerca da orientação sexual, manifestaram-se publicamente através de uma carta aberta ao Sindicato dos Jornalistas e protestaram contra a forma difamatória com que a “imprensa marrom²⁰” apresentava a homossexualidade (FRY e MACRAE, 1983).

¹⁹ João Silvério Trevisan é ativista LGBT brasileiro. Ex-seminarista, assumiu sua homossexualidade à época da vigência do Ato Institucional nº 5, o que o obrigou a mudar-se para a Califórnia, onde acabou se assumindo politicamente. Voltando ao Brasil, foi um dos fundadores do grupo Somos na defesa dos direitos dos homossexuais, na década de 1970.

²⁰ A imprensa marrom é aquela dedicada ao sensacionalismo, com amplo predomínio de fofocas, escândalos e denúncias, com caráter meramente especulativo. A expressão “imprensa marrom” foi inspirada na expressão americana *yellow press* (“jornalismo amarelo”), que surgiu no final do século XIX a partir da concorrência entre os jornais *New York World* e *The New York Journal*. Na época, ambos disputavam a primeira tira em quadrinhos da história: as aventuras de *Yellow Kid*. A disputa nos bastidores foi tão pesada que o amarelo do cobiçado

Sua primeira manifestação em público foi durante um debate promovido pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo. Esse ato foi de extrema importância para a militância LGBT, já que, após esse fato, várias outras manifestações surgiram em defesa dos Direitos Sexuais. Segundo Facchini (2005, p. 95), o SOMOS provocou o surgimento de outros grupos:

A partir desse debate, novos integrantes, inclusive mulheres, entraram no Somos e dois novos grupos se formaram: o Eros e o Libertos. É interessante observar, em relação à forma como surgiram novos grupos, que em um evento em que a questão homossexual teve destaque não só trouxe novos membros ao Somos como provocou o surgimento de novos grupos.

Percebo a importância desse debate para o campo ao marcar o movimento homossexual como interlocutor legítimo na discussão dos grandes assuntos nacionais, aumentando a confiança dos participantes e impulsionando a formação de grupos similares em São Paulo e outras cidades de vários estados brasileiros.

O grupo seguia uma estratégia política de fortalecimento da identidade homossexual e valorização das categorias “bicha” e lésbica, juntamente a uma postura política altamente antiautoritária e crítica ao Estado, e da hierarquização de papéis entre casais do mesmo sexo. Fry e Macrae (1983) ressaltam que o grupo contrário às dicotomias “ativo/passivo”, “dominador/dominado”, “bofe/bicha”, “fanchona/lady” propunha uma nova identidade homossexual e relações sexuais/afetivas essencialmente igualitárias. Esse posicionamento procurava reformular a visão dos homossexuais como rapazes efeminados e “mulheres-machos” e se deu a partir da “movimentação” homossexual e não de um movimento propriamente dito, o que atingiu um número maior de pessoas. Fry e Macrae (1983, p. 24) apontam que,

Na década de 1960 surge um novo termo para nomear uma figura social cada vez mais comum e aceita, o “entendido” e a “entendida”, uma espécie de equivalente tupiniquim do *gay* que se alastra nos Estados Unidos na mesma época. O “entendido” e o *gay* vieram a denominar fundamentalmente pessoas que “transam” pessoas do mesmo sexo sem que adotassem necessariamente os traços associados às figuras da “bicha” ou do “sapatão”. Ao contrário destas, as novas palavras não são pejorativas.

personagem acabou virando sinônimo de publicações sem escrúpulos. Em língua portuguesa, a expressão teve sua cor alterada no Brasil em 1959, quando a redação do jornal carioca Diário da Noite recebeu a informação de que uma revista chamada Escândalo extorquia dinheiro de pessoas fotografadas em situações comprometedoras. O jornalista Alberto Dines preparava para a manchete do dia seguinte, algo como "Imprensa amarela leva cineasta ao suicídio". O chefe de reportagem do Diário, Calazans Fernandes, achou o amarelo uma cor amena demais para o caráter trágico da notícia e sugeriu trocá-la por marrom. Além de criar o novo termo, a manchete do Diário da Noite contribuiu para o fim da criminosa revista Escândalo, fechada logo em seguida (MIRANDA, 2011).

No entanto, a adoção do termo “bicha” se fez a partir da peculiaridade dos primeiros grupos do Movimento LGBT, que resolveram rejeitar tanto o “entendido” como o *gay*, preferindo manter o termo “bicha”, propondo um novo conceito com ênfase na militância e na consciência. A ideia desses grupos era “esvaziar” tanto a palavra quanto o conceito que representava de suas conotações negativas. A autodenominação “bicha” surgiu da intenção de “assumir” uma homossexualidade considerada mais “consciente” do que a dos *gays* e “entendidos”, levando a opinião pública a reconsiderar suas atitudes (SIMÕES; FACCHINI, 2009; GREEN, 2000; FRY; MACRAE, 1983).

O grupo de lésbicas se empenhou na discussão sobre a reprodução do machismo nas relações homossexuais. No “gueto lésbico”, a manutenção da dicotomia “ativo/passivo” (fanchona/lady) era extremamente acentuada, e, diante dessa constatação, muitos grupos organizados tentaram transformar essa realidade. Esse tipo de debate já era bandeira do movimento feminista, e as lésbicas acabaram se aproximando desses grupos, o que resultou em uma aguçada sensibilidade das sutilezas do machismo e, conseqüentemente, na percepção de sua presença/lugar no movimento homossexual. Mesmo entre os militantes homossexuais, apesar da ideologia de igualdade, eram os homens que dominavam as discussões e as tomadas de decisão. Em decorrência disso, somado à opção por maior autonomia para as mulheres lésbicas, em maio de 1980, foi fundado o Grupo de Ação Lésbico-Feminista.

Ao mesmo tempo em que os movimentos homossexuais surgiram com o propósito de repensar sua identidade homossexual e combater o preconceito social em todas as suas manifestações, a homossexualidade tornou-se mais visível em geral para o público como um todo. E com maior visibilidade da homossexualidade, proliferaram-se os empreendimentos comerciais orientados para o mercado homossexual, principalmente bares, discotecas, saunas e revistas eróticas. A imprensa dedicava cada vez mais espaço ao assunto, o movimento editorial aumentava, sem contar a mídia televisiva, com personagens explicitamente homossexuais que gozavam [e ainda gozam] de popularidade enorme, como o Capitão Gay de Jô Soares.

Refletindo essa maior visibilidade e a partir da interlocução entre o SOMOS, o jornal *Lampião* e o movimento operário e sindical, houve a institucionalização da luta homossexual no Partido dos Trabalhadores, no intuito de buscar alianças e fortalecer a luta pelos direitos e cidadania LGBT. Na campanha eleitoral de 1982, Lula²¹, nessa época

²¹ Luiz Inácio Lula da Silva, político, ex-operário e sindicalista, foi presidente da República Federativa do Brasil por dois mandatos consecutivos, permanecendo na presidência de 2003 a 2010.

candidato a governador de São Paulo, fez uma declaração manifestando a posição do PT de que a homossexualidade não devia ser tratada nem como crime nem como doença.

É interessante lembrar que, até a década de 70, os partidos políticos tentavam dar conta dos conflitos capital/trabalho, traduzidos em seus estatutos pelo viés liberal e ou socialista. A partir da explosão das demandas sociais, não se enfatiza mais a luta de classes, mas diversas lutas sociais em andamento, requisitando participação e emancipação. Tais lutas empreendidas pelas “minorias” (mulheres, negros, homossexuais, dentre outros) requerem legitimidade de sua “diferença”, e contrapõem a uma determinada norma: homem, branco, heterossexual.

Marques e D’Ávila Filho (2009) chamam atenção para a articulação desses movimentos em relação aos partidos políticos, no sentido de que algumas interpretações sugerem certa incapacidade das democracias em reduzir o desequilíbrio social, através de uma distribuição mais igualitária de poder, e põem em questão a legitimidade da própria democracia representativa, em que a participação social via voto passa a ser instrumental. Nesse sentido, afirmam que esses atores, céticos em relação à virtualidade da política, integram-se na arena política proclamando-se antipartido. Contudo, o próprio Movimento se distancia dessa posição que marcou sua origem, para assumir uma postura política mais habituada ao diálogo nas várias esferas do Poder, tendo em vista a oportunidade de constituir uma interlocução capaz de debater sua agenda política e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática.

Assim, na década de 1980, frentes se mobilizavam em favor do combate aos preconceitos, e, no processo de redemocratização do Estado, uma nova Constituição se formulava, a Constituição Cidadã. O movimento nesse período, segundo Câmara (2002, p.111), foi marcado pela

[...] reivindicação do movimento gay brasileiro, representado pelo Triângulo Rosa, para incluir a orientação sexual no capítulo referente às garantias e aos direitos individuais na Constituição Federal, configurou um momento marcante para a história política do país. (...) a demanda do movimento gay era incluir a expressão orientação sexual, garantidora dos direitos civis de gays e lésbicas, no Parágrafo 1º, após a igualdade por sexo.

Câmara (2002) ainda afirma que, “durante a Assembleia Nacional Constituinte a luta foi pela garantia da não discriminação por orientação sexual” (p. 107), e “todos os grupos sociais excluídos participaram, de alguma maneira, do debate sobre as garantias individuais” (p. 108). Entretanto, articulações políticas e a inconsistente discussão do movimento *gay* acerca da expressão orientação sexual acabaram por favorecer o pensamento conservador.

O marco na história do movimento nessa década se deu pela rearticulação pela qual passou após a chegada avassaladora da AIDS, passando a buscar caminhos de cooperação com o Estado e abandonando a crítica ao autoritarismo, sem deixar de atribuir valor positivo à categoria de homossexual (FACCHINI, 2004).

Apresentada, inicialmente, como o ‘câncer *gay*’, a doença teve o efeito imediato de renovar a homofobia latente da sociedade, intensificando a discriminação já demonstrada por certos setores sociais. A intolerância, o desprezo e a exclusão, aparentemente abrandados pela ação da militância homossexual, mostravam-se mais uma vez intensos e exacerbados. Simultaneamente, a doença também teve um impacto que alguns denominaram de ‘positivo’, na medida em que provocou o surgimento de redes de solidariedade. O resultado são alianças não necessariamente baseadas na identidade, mas sim num sentimento de afinidade que une tanto os sujeitos atingidos (muitos, certamente, não homossexuais) quanto seus familiares, amigos, trabalhadores e trabalhadoras da área da saúde. As redes escapam, portanto, dos contornos da comunidade homossexual tal como era definida até então, e o combate à doença também acarreta um deslocamento nos discursos a respeito da sexualidade, que se dirigem menos às identidades e se concentram mais nas práticas sexuais (ao enfatizar, por exemplo, a prática do sexo seguro) (LOURO, 2001).

Para Trevisan (2000), diante da expansão da AIDS, a discussão a respeito da homossexualidade se ampliou. Devido a sua associação com a doença, “a metáfora – tantas vezes empregada nas entrelinhas – de que a homossexualidade pega quase deixou de ser metáfora” (p. 462).

De fato, a partir da segunda metade dos anos 80, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério de Educação e Cultura (MEC), passassem a estimular projetos de educação sexual e, em 1996, o MEC incluiu a temática, *como tema transversal*, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)²². Ressalta-se, contudo, que as condições que

²² Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial para a educação em todo o Brasil, com a função de orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional. Socializam discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. Configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Dessa forma, não configuram um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do país ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas (BRASIL, 1997). A criação do tema transversal “Orientação Sexual” é um indício da inserção desse assunto no âmbito escolar, ainda que não seja garantia de sua

possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano sua associação ao prazer e à vida.

Trevisan (2000) ainda afirma que, a partir desse momento, além de se tornar mais evidente o desejo homossexual, ocorreu uma espécie de “efeito colateral da epidemia sexualizada”: a deflagração de uma “*epidemia de informação*” (p. 463). Para ele,

o vírus da AIDS realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o *outro*, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e – isto é importante! – dentro de cada um de nós, pelo menos enquanto virtualidade (TREVISAN, 2000, p. 462).

Facchini (2005) salienta ainda que, nos anos de 1980, com o fechamento do *Lampião*, único jornal de grande circulação nacional voltado para o público homossexual, há uma redução dos grupos do movimento homossexual brasileiro. Embora o *Lampião* nunca tenha se colocado como porta-voz do movimento, afirmando sempre sua autonomia editorial, ele representava ponto de referência e disseminava no país inteiro notícias sobre as atividades dos grupos (FRY; MACRAE, 1983). Facchini (2005, p. 102) ainda evidencia que:

Antes do final da primeira metade dos anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento. Isso pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da AIDS, então chamada de peste gay, e seu poder de desmobilização das propostas de libertação sexual, e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a AIDS, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia.

Segundo Facchini (2009), a partir dos anos 90, inicia-se um novo momento que parece deslocar o movimento definitivamente das margens ao centro. Há um revigoramento na militância homossexual, com crescente aumento no número de grupos institucionalizados, difundidos por todo o país, calcados em outros discursos e estratégias. Facchini (2005, p.149) destaca

[...] o reflorescimento do movimento homossexual [...] ressaltando que não somente aumentou o número de grupos/organizações do movimento, como houve uma diversificação de formatos institucionais e propostas de atuação. Por outro lado, notam-se também uma ampliação da rede de relações sociais do movimento e a presença de novos atores.

Esse crescimento parece estar relacionado ao modo como se organizou a “resposta coletiva” à epidemia da AIDS, através da implementação de uma política de prevenção às

implementação nas escolas. O interesse do Estado pela sexualidade da população torna-se evidente a partir dessa proposta.

DST/AIDS, baseada na ideia de parceria entre Estado e sociedade civil, e o incentivo às políticas de identidade como estratégia para a redução da vulnerabilidade de populações estigmatizadas.

Quanto à diversificação dos formatos institucionais e iniciativas dos ativistas, o movimento passou a contar com associações e organizações formalmente registradas, com setoriais de partidos políticos, com grupos religiosos e com grupos situados na interface entre ativismo e pesquisa, constituídos no interior das universidades (FACCHINI, 2009). Aponto ainda que, apesar da diversidade dos formatos, há certa tendência à institucionalização das organizações, predominando as associações, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Para Gohn (2007), em parte essas mudanças se explicam pelos efeitos do próprio modelo organizacional adotado (de atuação em redes). O outro, o diferente, acaba alterando o movimento local e, com isso, outros temas entraram para a agenda dos movimentos populares urbanos – tais como o de uma cidadania planetária²³ – antes circunscritos aos movimentos sociais organizados e assessorados por outras camadas sociais, como os ambientalistas, as mulheres, direitos humanos.

Entre os interlocutores do Movimento LGBT, encontram-se os movimentos dos direitos humanos, de luta contra a AIDS e de “minorias”, especialmente o feminista e, ainda, agências governamentais, parlamentares e setores do mercado segmentado. Ampliam-se também os espaços de participação, como comissões de discussão de leis ou políticas públicas, como também a construção de espaços para *advocacy*²⁴ no cenário internacional.

²³ A noção de cidadania planetária (mundial) sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Ela se manifesta em diferentes expressões: “nossa humanidade comum”, “unidade na diversidade”, “nosso futuro comum”, “nossa pátria comum”. Cidadania Planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstra uma nova percepção da Terra como uma única comunidade (BOFF, 1995). Frequentemente associada ao “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação com a economia. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da civilização planetária e da ecologia. A questão fundamental colocada é a da reterritorialidade: uma cidadania planetária que supere as nacionalidades (e sobretudo os nacionalismos), mas que, ao mesmo tempo, reconheça expectativas éticas, ecológicas, de gênero como constitutivas de um direito à institucionalidade como novos “Estados-Nação” (por isso fala-se, por exemplo, em “Nação negra”, “Nação indígena”). São novas territorialidades que combinam os determinantes econômicos com os da etnicidade, de gênero, de sexualidade. A cidadania nacional perde o seu território de origem e aparece uma cidadania pluriterritorial. Este é o espaço (ciberespaço?) das ONGs e das estruturas intergovernamentais que tomam fatias de poder cada vez maior do Estado-Nação. O desafio que se coloca a essas novas territorialidades é o de fortalecimento da perspectiva democrática no seio da própria Sociedade Civil (GADOTTI, 1998).

²⁴ A noção de *advocacy* aponta para uma ação coletiva, política, pública e embasada em valores e racionalidades. O termo inglês ainda não conquistou uma tradução própria na língua portuguesa. Diz respeito a uma ação de Advocacia e Defesa em um sentido público, e não em um sentido privado e comercializado. Um sentido público, no entanto, que emerge no âmbito da sociedade civil organizada e não do Estado (RODRIGUES, 1999). No contexto do movimento, as ações de *advocacy* referem-se a estratégias de incidência política em diferentes âmbitos. Uma importante tendência de atuação diz respeito às estratégias em favor da aprovação de leis, como o

Assim, o movimento passa a ganhar visibilidade social através do debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; pela adoção estratégica da visibilidade massiva através da organização das paradas do Orgulho LGBT; e pela grande mídia, a partir da inserção de personagens em novelas, em matérias de jornais ou revistas, acionando o tema de modo mais “positivo”, e incorporando os LGBT como sujeitos de direitos (FACCHINI, 2009).

Ainda nesse período, percebo a organização de redes de entidades ou ativistas em nível nacional e local. A formação de fóruns estaduais e municipais de organizações ou ativistas se segue à formação de redes nacionais. E, em 1995, é fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT), com 31 grupos homossexuais filiados. A associação, com abrangência nacional, vinha com a missão de afirmar a livre orientação sexual e identidade, promovendo a cidadania e defendendo os direitos de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, de forma a contribuir para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação de gênero²⁵. A partir de então, multiplicaram-se as categorias nomeadas como sujeitos políticos do movimento e, atualmente, a ABGLT, conta com a filiação de 220 organizações, que atuam na defesa, promoção e garantia de direitos. É a maior rede LGBT na América Latina, estruturada em todas as capitais do país, muitas cidades, e vem crescendo no interior dos estados brasileiros.

Atualmente, as linhas prioritárias de atuação da ABGLT incluem: o monitoramento da implementação das decisões da I Conferência Nacional LGBT; o monitoramento do Programa Brasil Sem Homofobia; o combate à homofobia nas escolas; o combate à AIDS e a outras doenças sexualmente transmissíveis; o reconhecimento de Orientação Sexual e Identidade de Gênero como Direitos Humanos no âmbito do Mercosul; *advocacy* no Legislativo, no Executivo e no Judiciário; a capacitação de lideranças lésbicas em direitos humanos e *advocacy*; a promoção de oportunidades de trabalho e previdência para travestis; e a capacitação em projetos culturais LGBT.

Segundo Facchini (2009), a partir de 2000 há um processo de multiplicação de redes nacionais²⁶. Todas as redes atualmente existentes estão implicadas numa trama que

PLC 122/06 (Projeto de Lei da Câmara, nº 122 de 2006, que criminaliza a homofobia no Brasil, cuja aprovação tem se configurado como uma das principais demandas do movimento, ocasionando uma variedade de iniciativas em torno da campanha por sua aprovação. Outro projeto de lei sobre o qual recai parte das ações de *advocacy* é o que reconhece a união civil entre pessoas do mesmo sexo, embora atualmente as discussões se deem em torno da reformulação do projeto, considerado obsoleto em alguns aspectos, dado o seu longo período de tramitação na Câmara dos Deputados.

²⁵ Site ABGLT: www.abglt.org.br/port/index.php

²⁶ Articulação de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), criada em 2000; a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), criada em 2003; a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), criada em 2004; o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) e a Rede Afro-LGBT, criadas em 2005; o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras

envolve não apenas o reconhecimento de especificidades, mas também relações políticas que estabelecem quem pode falar em nome do movimento ou de que parcelas dele, em qual momento.

Pode-se dizer que o processo de afirmação de especificidades e complexificação do sujeito político parece implicar conflitos entre as organizações, por tocar mais especificamente nas questões centrais como a “representatividade” e a busca por reconhecimento. Nesse sentido, a própria descrição do movimento caracteriza esse conflito. Facchini (2009) aponta que, até 1993, o movimento aparece descrito, predominantemente, como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB); depois de 1993, como Movimento de Gays e Lésbicas (MGL); após 1995, como Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis (GLT); e, em 1999, como Movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), passando a GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de vizibilização dos segmentos.

Em 2005, no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, foi aprovado o uso de GLBT, incluindo oficialmente o “B” (bissexuais) à sigla utilizada pelo movimento; convencionou-se também que o “T” refere-se a travestis e transexuais. Contudo, em 2008, a partir da 1ª Conferência Nacional GLBT, aprova-se o uso da sigla LGBT para denominação do movimento, justificada pela necessidade de dar maior visibilidade ao segmento de lésbicas. Essa conferência demarcou também a proposta do movimento a entrar no circuito das políticas públicas, ao propor um plano nacional para a comunidade LGBT e a criação de um conselho nacional e de uma subsecretaria no governo federal, que ficaria subordinada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Com relação ao âmbito interno dos grupos, Facchini (2009) enfatiza a crescente aproximação ao modelo das ONGs. Conseqüentemente, tal aproximação traz a campo suas implicações em termos de redução do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou de reivindicação de direitos; *profissionalização de militantes* (grifo meu); maior capacidade e necessidade de comunicação e dependência de estruturas, como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; necessidade de integrar os militantes dentro de um discurso pragmático; adoção de técnicas de dinâmica de grupo em reuniões e atividades; preocupação em ter quadros preparados para

Feministas Autônomas (Candace), criado em 2007; o E-Jovem, que tem se articulado desde 2001 e a Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY), fundada em 2005.

estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e atores internacionais.

Desta forma, o que se observa é que, desde a década de 90, os movimentos vêm se profissionalizando e especializando a militância neste determinado modelo de estrutura denominada de ONG. Cada vez mais se fazem necessários a profissionalização, o aprimoramento e transparência dessas organizações e de seus funcionários. As instituições - pública ou privada - que financiam ou apoiam seus projetos ou atividades também demandam uma atuação mais qualificada (ALBUQUERQUE, 2006). Assim, a profissionalização é o discurso corrente: formar líderes, capacitar em administração e profissionalizar a direção das entidades.

A demanda de profissionalização das ONGs foi colocada, em boa medida, pelas agências de cooperação, que passaram a privilegiar o perfil profissional especializado em detrimento do militante. As organizações começaram a desenvolver uma gestão estratégica e buscar a institucionalidade, apostando na necessidade de ter competência e capacidade estratégica para se manter e garantir espaço político, num contexto de transformações, globalização e novos desafios (COSTA, 2005).

O profissionalismo alterou o perfil da “mão-de-obra” das ONGs: os velhos ativistas juntam-se a profissionais, entre eles ex-funcionários públicos e trabalhadores do setor privado. Com o terceiro setor em expansão, as ONGs passam a ser vistas não só em sua dimensão política e ideológica, mas como um mercado de trabalho promissor. Os que atuam em ONGs não são apenas os antigos voluntários ou os românticos militantes, mas profissionais e técnicos acostumados a imprimir uma cultura pragmática às suas ações (COSTA, 2005).

A maior profissionalização está relacionada diretamente com a qualidade dos quadros, possibilitando a sobrevivência das entidades. Para Muraro e Lima (2003), o terceiro setor diante da necessidade de parceria com o Estado e ampliação de sua parceria com o segundo setor precisa também buscar sua profissionalização, não como ganho de mercado ou de lucro, mas como a capacidade de uma organização em colocar em prática seus objetivos e justificar por meio de bons resultados sua existência. Para os autores, apesar dos vários problemas sociais, a tendência é a ampliação das organizações do terceiro setor, da sua profissionalização e da sua parceria com o Estado.

Mota (2008) destaca que a pauta do movimento de ONGs da área aponta para as lutas no âmbito do Legislativo, no Judiciário, e por visibilidade política identitária. No contexto do Legislativo, as ações dessas organizações priorizaram a busca por legitimidade e

políticas públicas, na construção dos direitos civis e sociais; e no Judiciário, a luta pela coibição da homofobia, discriminação e acesso aos direitos. Esse processo de transformação social, no âmbito das lutas por direitos civis e sociais, é fruto do movimento social homossexual organizado e também de uma luta contra o lastro de intolerância, violência e morte deixado pela epidemia HIV/AIDS.

O surgimento dessas organizações se caracteriza pela busca de autonomia em relação ao Estado. A procura por recursos financeiros e a necessidade de manter uma estrutura administrativa que inclui funcionários, espaço/sede, equipamentos e projetos estratégicos delineados como ação interventiva levaram os movimentos a estabelecerem-se a partir do modelo das ONGs (RAMOS; CARRARA, 2006).

A partir da entrada desses novos atores/sujeitos sociais na sociedade civil, ONGs e demais entidades do terceiro setor, as políticas sociais públicas ganharam destaque na organização dos grupos sociais. Dessa forma, a sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas e associações por outros eixos – focada menos nos pressupostos ideológicos e políticos – predominantes nos movimentos sociais dos anos de 1970/1980, e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidade e capacidades humanas. Dessas articulações surgem redes sociais e temáticas organizadas segundo gênero, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas, raciais, religiosas, além dos fóruns, conselhos, câmaras, que compõem o novo quadro do associativismo brasileiro (GOHN, 2010).

Foi diante desse contexto e a partir do novo formato que estrutura o Movimento LGBT atual, as ONGs, que me propus pensar o campo de atuação profissional no âmbito do Lazer. Considero que o processo de “ONGnização” trouxe para o movimento peculiaridades e implicações no que tange à organização, estrutura e efetivação das ações, demandando profissionalização da militância, dentre outros aspectos. Nesse sentido, levantei as seguintes perguntas: como o Lazer se apresenta no planejamento, execução e avaliação e no cotidiano das Organizações Não Governamentais voltadas ao Movimento LGBT? E ainda: como se configura o campo de atuação profissional nessa área, no contexto dessas instituições?

4 O CAMPO DE ATUAÇÃO EM LAZER NAS ONGs LGBT

O capítulo que segue visa apresentar o diagnóstico e a análise do campo de atuação profissional na área do lazer nas ONGs direcionadas ao Movimento LGBT, na cidade de Belo Horizonte/MG. Procurei diagnosticar as ações relacionadas direta ou indiretamente com o lazer, identificar os profissionais responsáveis e atuantes junto a essas ações, de forma a compreender o “papel” desses profissionais na organização e no desenvolvimento dessas ações e analisar as concepções de lazer que as permeiam.

Inicialmente, faço uma reflexão acerca do campo de atuação profissional no âmbito do lazer, para posteriormente abordar o percurso metodológico trilhado e apresentar as instituições pesquisadas, prosseguindo com o tratamento dos dados. Através da pesquisa bibliográfica combinada com a pesquisa de campo, construí um panorama do campo de atuação da Associação Lésbica de Minas (ALEM) e do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS), por meio da imersão no campo que durou cerca de dois meses. A partir daí, defini os sujeitos da pesquisa e realizei entrevistas semiestruturadas com seis profissionais.

4.1 O Campo de Atuação Profissional no âmbito do Lazer

Durante muitas décadas, as discussões relativas à temática “lazer” não foram frequentes no Brasil, tanto no âmbito das instituições acadêmicas quanto no das organizações governamentais, já que o assunto era considerado de menor importância, muitas vezes não reconhecido como um direito social. Contudo, a partir da década de 60, esse quadro começa a ser alterado, e uma maior visibilidade passa a ser dada ao tema no meio acadêmico. Desde então, outras preocupações circundam a temática, sua incorporação de forma mais estruturada nos programas governamentais, certa incompreensão teórica, o rápido desenvolvimento de um novo mercado – a “Indústria de Lazer e Entretenimento” – e sua relação com o trabalho (MELO, 2003).

Todavia, alguns pontos precisam ser questionados, o mercado está cada vez mais seletivo, acessível, sobretudo aos privilegiados economicamente e àqueles que comungam dos padrões normativos da sociedade, e a ação da indústria cultural, cada vez mais forte,

propagando uma visão de cultura linear, superficial e unidimensional. Tal enquadramento restringe as possibilidades de vivências de lazer da população e coloca em risco as manifestações tradicionais da cultura popular. O grande desafio é tornar as atividades de lazer acessíveis a todos, de forma qualitativamente superior à encontrada hoje, bem como o de conceber a intervenção no campo de ação do lazer como algo que possa contribuir para superar essa lógica social pautada na diferença e na desigualdade.

Segundo Lopes (2009), assistimos a uma crescente demanda direcionada ao Estado, que, ao não dar conta de atendê-la, transfere sua responsabilidade para o terceiro setor, subsidiando-o. A partir desse modelo de organização decorrem arranjos diversificados que, na maioria dos casos, acabam também não dando conta de resolver o problema da pobreza, da miséria e da exclusão. Nessa nova forma de gestão pública, as políticas sociais tendem a abarcar segmentos populacionais em situação de maior risco e vulnerabilidade social. A pobreza e a desigualdade configuram-se como questões de solidariedade social, formando a base de um sistema misto de proteção que concilia iniciativas do Estado e do terceiro setor. Promovem-se, assim, a refilantropização da questão social e a despolitização da política social (DRAIBE, 1998).

Nesse contexto, busco compreender o lugar do lazer, direito social, nas iniciativas do terceiro setor. Para Lopes (2009, p. 54-55),

Nesse caminho de ampliação e reconfiguração dos direitos, o lazer é estabelecido pela Constituição de 1988 como um direito social, merecendo e se tornando obrigatoriamente um assunto a ser tratado pelo Estado por meio das políticas públicas. Esse marco lógico inaugura uma nova maneira de conceber o lazer que, mesmo estabelecendo uma relação direta com o trabalho, passa a ser reconhecido como uma riqueza cultural que deve ser garantida a todos os cidadãos como premissa de qualidade de vida.

Contudo, a partir do contraditório cenário delineado pela crise do Welfare State e pela ascensão neoliberal, as alternativas traçadas não garantiram o direito ao lazer. E frente às investidas neoliberais, acentuou-se a privatização dos direitos sociais no Brasil. É inegável o avanço do neoliberalismo a partir da década de 90, assim como também o é a crise de legitimidade por que passou o Estado Social, estimulando seu questionamento.

Nesse sentido, pergunto: como tem sido travada a luta pela garantia desse direito? As considerações de Menicucci (2006) a esse respeito nos apontam a necessidade de

[...] desmontar esperanças em um ativismo estatal isolado da construção social de um ideário relativo ao lazer, processo que envolve uma definição de lazer e de políticas de lazer, dos princípios e diretrizes a orientar essa política, dos conteúdos principais e das formas de sua implementação (p. 141).

Dessa forma, torna-se necessária a ação de um conjunto de atores sociais que, comungando de uma mesma concepção, buscam incluir o tema na agenda pública. Melo (2003) ressalta que, no que se refere à superação das diferenças e das desigualdades, podemos situar o surgimento de movimentos sociais que vêm lutando para que a sociedade possa considerar de maneira adequada as diversas formas e escolhas da vida em sociedade, sem preconceitos, estereótipos e discriminações. Mesmo correndo o risco de fragmentação da luta pela construção de uma nova ordem social, não podemos negar a importância e a contribuição desses movimentos.

É diante desses pressupostos que busco refletir acerca do campo de atuação profissional no âmbito do lazer no terceiro setor, considerando os seguintes aspectos: a nova faceta da gestão pública no que tange aos direitos sociais, a partir da transferência das responsabilidades do Estado para esse “novo” setor; a gestão do terceiro setor, a partir das ações das organizações do Movimento LGBT, no enfrentamento às desigualdades e, ao mesmo tempo, tentando buscar o entendimento dessa categoria ‘lazer’. Como ele vem sendo tratado, como direito e/ou como serviço?

Ao pensar na incorporação da gestão social no terceiro setor, a partir das parcerias entre mercado, Estado e sociedade civil, Pereira (2004) ressalta que a profissionalização de prestadores de serviços se faz presente principalmente na área social, tornando-se uma necessidade. Assim, áreas relacionadas à manutenção da saúde, à preservação do meio ambiente, à questão da moradia, **do lazer** (grifo meu), da educação de crianças e adolescentes e o atendimento ao idoso sobressaem como prioridades no atendimento às comunidades e organizações sociais.

De acordo com Trigo (1995), o lazer é um dos muitos componentes do âmbito terciário da economia. O que significa que o mesmo compõe o mais importante setor das sociedades denominadas pós-industriais, ou seja, o de prestação de serviços. Este setor favorece a área, a oportunidade de novos negócios, de emprego e de geração de renda, passando a ser objeto de substanciais investimentos profissionais, conferindo ao lazer um mercado de trabalho em expansão. Mundialmente, o lazer vem ocupando a pauta de projetos de investidores, tanto no setor privado, quanto por parte dos governos e, até mesmo, fundos de pensão (WERNECK, 2001).

Consequentemente, o trabalho em serviços de lazer, embora ainda pese pouco na estrutura ocupacional (em comparação com outros ramos de atividades), passa a se apresentar relativamente dinâmico, em presença da crescente expansão na oferta pública, privada e no terceiro setor da atividade de entretenimento. De fato, nos países desenvolvidos, cada vez

mais pessoas estão trabalhando em empresas comerciais, em órgãos governamentais ou no terceiro setor (ou ainda de forma autônoma), abrangendo uma enorme gama de atividades e assegurando um “leque” de opções de lazer dos mais diferentes tipos (PRONI, 2004).

Seja pela via da indústria cultural, ou da cultura popular, na atualidade, o lazer representa, entre outras coisas, a incessante busca pelo divertimento. Essa busca pode ser desencadeada com base nas ações empreendidas pelo próprio sujeito, família ou grupo social, ou estimulada por meio de ações profissionais. Tanto o conformismo e a passividade, por um lado, quanto o pensar crítico e a resistência, por outro, podem estar presentes nesses dois eixos (STOPPA; ISAYAMA, 2001).

Marcellino (2001) ressalta que a prestação de serviços na área do lazer (sobretudo por meio da busca por divertimento) ainda é vista, em larga escala, como oportunidade para o simples preenchimento do tempo disponível das pessoas. Isso denota a necessidade de políticas de lazer que tenham um entendimento amplo sobre a questão. Estudos de Gutterres e Rodrigues (1996) e Zingoni (1998) indicam que as políticas de lazer que predominam em nossa realidade são, muitas vezes, traduzidas como políticas de atividades, nas quais prevalece uma “cultura” dos eventos e da prática, com oferta de eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem reflexos sociais contínuos capazes de enfrentar as desigualdades sociais. É preciso levar em conta, entre outros aspectos, a dimensão da formação e do desenvolvimento de quadros capazes de atuar em equipes de planejamento, projetos de equipamentos e de atividades com competência técnica e com compromisso político, tendo em vista promover mudanças na situação injusta encontrada em nosso dia a dia, situação que entendemos como de fundamental importância para o campo do lazer (MARCELLINO, 2001).

Para Stoppa e Isayama (2001), são várias as possibilidades de intervenção na esfera do lazer, mas é preciso ter clareza sobre aspectos referentes à especificidade e à abrangência dessa ação. Dentre as inúmeras funções que um profissional nesse campo pode assumir, destacam-se: planejamento, organização, realização e avaliação das vivências de lazer; gerenciamento, coordenação, supervisão e avaliação de projetos e ações de lazer; viabilização de projetos e recursos; realização, registro e socialização de pesquisas; docência, entre outras. Se, por um lado, essa diversidade é interessante, por outro ela é complicada, na medida em que envolve um domínio amplo de fundamentos, competências e habilidades, nem sempre trabalhadas adequadamente na formação profissional.

Segundo Stoppa (2000), vem se avolumando, nos últimos anos, a realização de assessorias que envolvem a atuação de profissionais como organizadores e/ou orientadores de

projetos e programas de lazer, em diferentes âmbitos. Esse tipo de iniciativa visa implementar novas possibilidades de trabalho e exige do profissional uma formação mais aprofundada, bem como maior experiência com o lazer.

Em termos de inserção e de atuação profissional no campo do lazer, vários exemplos podem ser apresentados. No setor público, verifica-se a contratação de profissionais para a realização de ações no âmbito do lazer direcionadas para a população em geral, bem como para o desenvolvimento de projetos diversificados. O trabalho desenvolvido por Lopes (2009) ilustra a atuação dos profissionais no âmbito do lazer no setor público. Em seu trabalho, a autora buscou conhecer e analisar a atuação do profissional que atua no âmbito do lazer diretamente vinculado ao serviço público municipal no contexto diário de trabalho. O setor privado também apresenta possibilidades de atuação voltadas para o lazer em espaços diferenciados, como clubes, campings, hotéis, condomínios, academias de ginástica e parques temáticos. Entidades patronais de direito privado também pertencem a esse setor e realizam trabalhos de lazer bastante expressivos em nosso país. No contexto do setor privado, Barbosa (2010), em seu estudo, realizou um diagnóstico do lazer nos resorts brasileiros na perspectiva da estratégia organizacional, de forma a identificar como ele é compreendido, tratado e desenvolvido nesses empreendimentos. No chamado terceiro setor, por sua vez, são encontradas algumas oportunidades de atuação profissional em ONGs, associações de classes e sindicatos. Contudo, não encontrei qualquer trabalho que abordasse o campo de atuação profissional no âmbito do lazer nesse setor.

Ressalto que a ampla gama de possibilidades de atuação profissional na área do lazer – sejam ligadas ao setor público, ou ao privado e ao terceiro setor – levanta a questão de como estão sendo desenvolvidos os trabalhos nesses âmbitos e quais experiências significativas merecem ser consideradas, para melhor visualização do campo de atuação nessa área.

Marcellino (2001), ao pensar a questão do lazer na sociedade atual, chama a atenção para a ocorrência de um processo antagônico no desenvolvimento de ações que podem estar presentes nesses diferentes setores. Existe uma corrente que enfatiza o lazer como mercadoria – simples entretenimento, que visa desviar a atenção de pessoas, consideradas apenas como consumidoras de mais um serviço, ajustando e ajudando os indivíduos a conviverem com as injustiças da sociedade. A outra corrente entende o lazer como algo gerado social e historicamente, possibilitando o desenvolvimento de valores questionadores da ordem estabelecida e colaborando para a formação de indivíduos críticos e participantes da sociedade.

Contribuem para o desenvolvimento dessas duas correntes: a crescente possibilidade de consumo de bens e serviços e as ações organizadas, principalmente por parte da sociedade civil e do poder público (ligado, sobretudo, a governos progressistas), que passaram a entender o lazer como um direito de cidadania e, portanto, como uma das prioridades de governo. Para Cunha (2004), devido ao fato de o lazer ser uma área relativamente recente da economia brasileira, a sociedade em geral não possui consciência sobre a sua relevância, em termos econômicos e profissionais dessa área.

Assim, ao discutir a questão da atuação profissional, é necessário ressaltar o entendimento de lazer como um campo multidisciplinar que possibilita a concretização de propostas interdisciplinares, por meio da participação de profissionais com diferentes formações. Embora, lamentavelmente, muitas vezes se acredite que, para atuar no campo do lazer, não seja necessário ter uma formação específica e aprofundada sobre este fenômeno (ISAYAMA, 2006).

Pina (1995) sugere que para a atuação profissional no âmbito do lazer a formação superior é desejável, apesar de não ser imprescindível, podendo ser realizada por intermédio de diferentes cursos universitários. Enfatiza ainda a importância da informação, tanto em termos de conhecimentos gerais como em específicos; e, conseqüentemente, a necessidade de se atualizar social e culturalmente.

A atuação profissional no campo do lazer é importante, principalmente por dois motivos. Primeiro, porque, ao ter acesso aos conhecimentos sobre o lazer, o profissional passa a considerar o papel de desenvolvimento pessoal e social com um dos pilares básicos de sua atuação. Segundo, por estar relacionada ao conjunto de barreiras presentes na prática do lazer, que tem como pano de fundo o fator econômico, alicerçado nos preconceitos elaborados por uma grande parte da população (mulheres, crianças, idosos, portadores de deficiências, negros, índios, homossexuais, entre outros).

Werneck (1997) ressalta que os profissionais comprometidos com essa visão precisam respeitar e compreender a diversidade cultural, buscando a reflexão e a ampliação do seu potencial crítico e criativo, tendo em vista a complexidade e o processo dinâmico de nossa sociedade. Com base nisso, torna-se possível descobrir novas formas de enfrentar as barreiras socioeconômicas que dificultam a participação cultural no lazer.

Contudo, são poucos os estudos que abordam as questões referentes ao campo de atuação profissional no âmbito do lazer, e a ênfase geralmente se limita ao mapeamento de características necessárias para o profissional. Não são, dessa forma, apresentadas propostas

ou fundamentos que possam orientar a intervenção profissional na área do lazer em nosso contexto sociocultural mais amplo.

Ayoub (1993, p. 50) afirma que, para o profissional que atua no campo do lazer, o grande desafio é

[...] o de trabalhar objetivando uma educação pelo e para o lazer (duplo aspecto educativo do lazer – veículo e objeto de educação), que possibilite a vivência dos diferentes conteúdos culturais do lazer, nos vários gêneros, intencionando a superação de níveis conformistas a críticos e criativos, contribuindo, assim, para gerar atitudes críticas criativas que certamente influenciarão outros campos da atividade humana.

Assim, todo profissional que trabalha com intervenções no lazer deveria ser capaz de desorganizar a visão conformista do sujeito para organizar novas ideias através da educação pelo e para o lazer. Cunha (2004) enfatiza que, ao refletir sobre as relações entre lazer e seu campo de atuação profissional de forma contextualizada, sensível e abrangente, não se deve compreender apenas os bens produzidos e os serviços ofertados nesse âmbito. Há que se levar em consideração, sobretudo, sua inserção numa trama social e cultural mais ampla, de forma a buscar contribuir com o repensar dos significados, dos dilemas e das possibilidades de engajamento profissional no campo do lazer.

A atuação profissional precisa comprometer-se, ainda, com mudanças sociais que considerem as lutas contra as injustiças sociais presentes em nosso cotidiano, na intenção de concretizar uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite as diferenças e crie possibilidades de participação cultural e de democratização social.

A partir do exposto, apresento, então, o percurso metodológico trilhado e as organizações não governamentais – a Associação Lésbica de Minas (ALEM) e o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS) – para prosseguir com o tratamento dos dados.

4.2 Trajetória Metodológica

A metodologia é aqui compreendida como o caminho do pensamento e prática exercida na abordagem da realidade. Dessa forma, este estudo foi orientado a partir dos aportes da pesquisa de caráter qualitativo. Esta corresponde a um espaço mais profundo das relações, um universo de significados, aspirações, motivos, crenças, valores, atitudes, e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Caracteriza-se pelo

seu caráter construtivo-interativo, dialógico, e pela sua atenção ao estudo de casos singulares (MINAYO, 1998).

Delinee a pesquisa bibliográfica combinada com a pesquisa documental e de campo. A pesquisa bibliográfica aconteceu durante todo o processo de elaboração deste estudo, que foi fundamentado tendo como referência o processo de constituição das políticas sociais, a consolidação do terceiro setor, o histórico do Movimento LGBT, o fenômeno lazer como campo de atuação e as relações construídas cotidianamente pelo profissional que atua com o lazer, ator social inserido no âmbito específico de atuação, que é o terceiro setor.

O primeiro contato com o campo de pesquisa se deu através de uma busca pelos sites e/ou blogs das instituições LGBT de Belo Horizonte/MG durante o primeiro semestre de 2009, na qual realizei uma pré-seleção baseada nas missões e eixos de trabalho dessas organizações. Priorizei aquelas que focavam os direitos sociais e civis dessa população como um todo, não restringindo o eixo de trabalho a apenas uma temática, por exemplo: saúde. Em um segundo momento, procurei as instituições pré-selecionadas, com o intuito de conhecer as atividades proporcionadas, analisando quais se aproximavam ao lazer, seja direta ou indiretamente. A partir desse panorama, estabeleci os seguintes critérios para a definição das organizações: ser uma organização não governamental que trata das questões voltadas ao Movimento LGBT e a constatação de ações de lazer em seu planejamento. Foram encontradas duas instituições que atenderam aos critérios: a Associação Lésbica de Minas (ALEM) e o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS).

As duas organizações foram contatadas para a apresentação do projeto aos dirigentes das instituições. Prestei informações sobre os objetivos e sobre a metodologia a ser empregada, verificando a disponibilidade de participarem do estudo. Cabe ressaltar que a carta de anuência foi prontamente assinada e os profissionais autorizados a participarem, caso optassem por contribuir. A documentação foi encaminhada ao Comitê de Ética da UFMG, que analisou o projeto de pesquisa, sendo autorizada a realização do estudo em abril de 2010.

Após a aprovação do Comitê de Ética, iniciamos a pesquisa de campo. Durante dois meses fui às instituições cerca de duas vezes por semana, procurando identificar a organização delas, coletar documentos, conhecer os profissionais, assim como suas respectivas formas de atuação e os locais onde as ações eram realizadas e, por fim, definir quem seriam os sujeitos da pesquisa. Primeiramente, tive certo receio em relação à aproximação com as instituições, tendo em vista que a dinâmica das ONGs era tão nova para mim quanto o universo das questões intimamente relacionadas à orientação sexual. Aponto ainda que no início pensei que a pesquisa de campo poderia ser prejudicada em função de eu

não possuir uma identidade LGBT. Entretanto, parto das palavras de Barros (2008, s/p.), ao ressaltar que,

Iniciar uma Pesquisa, em qualquer campo do conhecimento humano, é partir para uma viagem instigante e desafiadora. Mas trata-se decerto de uma viagem diferente, onde já não se pode contar com um caminho preexistente que bastará ser percorrido após a decisão de partir. Se qualquer viagem traz consigo uma sensação de novidade e de confronto com o desconhecido, a viagem do conhecimento depara-se adicionalmente com a inédita realidade de que o caminho da Pesquisa deve ser construído a cada momento pelo próprio pesquisador. Até mesmo a escolha do lugar a ser alcançado ou visitado não é mera questão de apontar o dedo para um ponto do mapa, pois este lugar deve ser também ele construído a partir da imaginação e da criatividade do investigador.

Assim, me lancei neste desafio e me deparei com uma realidade totalmente diferente da que havia mapeado anteriormente perante o medo do desconhecido. A proposta de pesquisa foi bem recebida pelos representantes e militantes de ambas as instituições, o que gerou um clima acolhedor para a coleta dos dados.

A pesquisa de campo se efetivou por meio da imersão nas instituições e de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos profissionais atuantes nas ações de lazer. Para o registro das informações coletadas, utilizei o caderno de campo, ou as “anotações de campo”.

Cabe ressaltar que, no Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS), as incursões ocorreram durante o período que antecedeu à Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte; e, na Associação Lésbica de Minas (ALEM), as observações se deram no período de organização do Seminário Internacional Olhares Diversos: *Direitos Sexuais, Feminismos e Lesbianidades*. Tais eventos imprimiram uma dinâmica diferenciada ao cotidiano dessas instituições.

Por entender o lazer como uma dimensão da cultura constituída a partir da vivência lúdica de manifestações culturais em tempo e espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, constituindo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004), ponderei que as atividades de cunho cultural, desenvolvidas pelas instituições, podiam ser incluídas como atividade de lazer. Não hesitei em incluir as pessoas envolvidas na organização e execução dessas atividades. As atividades selecionadas são denominadas pelas duas instituições como “atividades culturais”.

Através da imersão no campo, foi possível traçar um panorama geral acerca do campo de atuação nas ONGs LGBT pesquisadas, e identificar a diversificada composição do quadro de pessoas envolvidas nas atividades de lazer. Detectei que não havia necessariamente um profissional específico envolvido no planejamento, execução e avaliação dessas

atividades. Contudo, foi possível identificar certa aproximação e um maior envolvimento de algumas pessoas frente à organização dessas atividades. Diante da ausência de profissionais específicos e do diverso grupo de pessoas envolvidas nas atividades, para o recorte dos sujeitos da pesquisa, apropriei-me do caráter de aproximação para elencar aqueles sujeitos que representariam os profissionais de lazer. Foram selecionadas seis pessoas, três mulheres e três homens, com faixa etária de 30 a 60 anos. Dentre eles dois dirigentes, um de cada ONG; uma militante heterossexual e três militantes homossexuais. Apenas uma entrevistada não tinha formação acadêmica ou estava cursando o nível superior, apesar da procura pela formação não estar diretamente relacionada com a atuação na instituição.

Diante desse contexto, utilizei entrevistas semiestruturadas, que, segundo Gomes e Amaral (2005, p. 74) são “conversas intencionais, que têm como objetivo o recolhimento de informações a respeito de um assunto determinado” e se desenrolam a partir de um esquema básico não aplicado rigidamente permitindo que o entrevistador faça as adaptações necessárias. Entendo esse esquema básico a partir das contribuições de Triviños (2008), as quais se originam de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, oferecendo um campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Com o intuito de compreender as diferentes etapas de organização das atividades e espaços de atuação, decidi abordar os profissionais envolvidos com o lazer, delimitando o sujeito alvo da pesquisa de acordo com sua aproximação às determinadas fases de organização das atividades de lazer, captação de recursos, planejamento e execução. A escolha de participantes entrevistados que se enquadrassem nos critérios estabelecidos aconteceu por sugestão e disponibilidade dos dirigentes, aos quais solicitei ainda que autorizassem o uso das informações e garanti o anonimato no tratamento dos dados. Para isso, adotei números ao me referir aos sujeitos da pesquisa, com o objetivo de resguardá-los de qualquer tipo de exposição.

Para a pesquisa documental, localizei, nas instituições, os estatutos e carta pública, assim como materiais produzidos por elas, tais como planejamento anual das ações, folders, cartilhas e relatórios anuais, além de leis municipais e estaduais. Esses textos me permitiram analisar as diretrizes para atuação do profissional que detém o conhecimento em lazer e para

atuação das respectivas instituições, além de fornecer uma visão sobre os princípios e fundamentos que regem as atividades das organizações pesquisadas.

O roteiro de entrevista, composto por dezesseis questões, buscou diagnosticar o campo de atuação profissional no âmbito do lazer, procurando analisar as ações, concepções e os sentidos e significados da atuação do profissional no âmbito do lazer nas organizações não governamentais do Movimento LGBT sob o olhar desses mesmos profissionais. Posteriormente, essas questões compuseram o que chamo de eixos de análise. As entrevistas foram agendadas anteriormente de acordo com a disponibilidade dos profissionais e realizadas nos locais com eles acordados. Consubstancialmente iniciei o processo de transcrição dos depoimentos, o que me permitiu incorporar ao roteiro outros temas que julguei importantes.

O tratamento dos dados teve como instrumento a análise de conteúdo. De acordo com Laville e Dionne (1999), esta técnica pode se aplicar a uma grande diversidade de materiais; além disso, permite abordar uma grande diversidade de objetos de investigação: atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias. Para orientação nesse processo de análise, tomei Bardin (2004, p. 38) como referência principal, o qual o define o tratamento de dados como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Tais procedimentos são criteriosos, com muitos aspectos observáveis, mas que colaboram bastante no desvendar dos conteúdos de seus documentos.

Bardin (2004) assinala três polos cronológicos que marcam fases distintas da análise. A primeira é a pré-análise, fase da organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo sistematizar e tornar operacionais as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.

A exploração do material é a fase seguinte, caracterizada pela administração sistemática das decisões tomadas na fase anterior. Consiste essencialmente de operações de codificação, a transformação de dados brutos do texto, que visa permitir atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão. Por fim, a fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Nesta fase, os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos, são elaborados quadros de resultados, diagramas, figuras, modelos, os quais condensam e põem em relevo informações fornecidas pela análise.

Diante do exposto e a partir do arcabouço teórico construído, busquei realizar uma leitura desses eixos, e para tanto os agrupei em três grandes temáticas. A primeira trata das ações, seus objetivos, público atendido, planejamento, espaços e equipamentos relacionados,

bem como os limites, dificuldades e potencialidades do serviço no terceiro setor. A segunda sequência apresenta os profissionais, abordando sua história de militância e sua relação com o Movimento LGBT, sua formação, forma de seleção e contratação, conhecimentos e habilidades pertinentes para atuação e perspectiva em relação a ela. Por fim, no último analisei as concepções de lazer desses profissionais, a relação do lazer com a agenda Movimento LGBT, no intuito de interpretar o papel dessas organizações e desses profissionais, no que tange às ações de lazer e ao entendimento do lazer como direito, seguindo as construções interpretativas elaboradas pelos profissionais.

Cabe, portanto, ressaltar que antes de iniciar o tratamento e a exposição dos dados interpretados apresentarei as duas organizações não governamentais a partir do meu olhar investigativo – consubstanciado nos documentos aos quais tive acesso –, que, apesar de metodologicamente delimitado, não quis se fazer, em momento algum, neutro e isento de opiniões.

4.3 O Palco de Atuação: Associação Lésbica de Minas (ALEM) e Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS)

O processo de institucionalização dos movimentos sociais brasileiros tem sua trajetória marcada por certo rompimento com algumas de suas características originais, como o *mobilismo* (instrumento de legitimação de suas lideranças junto à sua base social) e o *assembleísmo* (na tomada de decisões). Tal processo, ancorado na década de noventa, encontrou nesse contexto um ambiente de conquistas legais, combinadas com a crise do modelo desenvolvimentista e a crise fiscal do Estado moderno, que conformou uma estrutura organizativa e certo distanciamento social progressivo das lideranças populares. Para Ricci (2006), o fórum de lutas sociais deixou de ser a rua e a fábrica, sendo transferido para os gabinetes e salas de negociação, e algumas ONGs passaram a assumir o direcionamento de políticas públicas em muitas regiões do país.

Para o autor, Minas Gerais também representa esse cenário, entretanto os movimentos sociais mineiros e organizações não governamentais possuem uma peculiaridade em relação ao restante do país.

A primeira marca de Minas é o personalismo. Minas se alimenta, mesmo no campo da esquerda, deste personalismo muito especial. Não por outro motivo, as forças

políticas, incluindo as populares, possuem forte identidade com deputados, vereadores e, ainda que em menor grau, lideranças específicas. Esta característica respinga e se reproduz nos movimentos sociais e ongs mineiras. Não por outro motivo, as ongs e a grande maioria dos movimentos sociais desta região são absolutamente localistas. Não temos ongs estaduais ou nacionais, como ocorrem em outros Estados da região sudeste do país. Nossos eventos são efêmeros, passageiros. Não temos articulações permanentes entre movimentos sociais, com exceção dos fóruns temáticos, claramente vinculados aos conselhos estaduais de gestão pública. Não são iniciativas que emergem de uma vocação pública das entidades populares e movimentos sociais [...] São raras as tentativas de articulação estadual ou nacional a partir de temas mineiros, por iniciativa própria. Grande parte das ongs vinculam-se a programas ou recursos públicos. [...] As características marcantes, contudo, são o localismo e o personalismo (RICCI, 2006, s/p).

Ainda que esse ponto de vista descreva a perspectiva de trabalho de alguns movimentos sociais em Belo Horizonte, inclusive de algumas instituições e associações do Movimento LGBT local, corroboro com Machado (2007) ao considerar reducionista essa visão, por não explicar certas características marcantes dos grupos pesquisados (ALEM e CELLOS), como a forte tendência de enfileiramento e de mobilização junto às bases. Acrescento também que, por esse viés, fica difícil compreender o associativismo LGBT mais recente, que estabeleceu um diálogo mais próximo das instituições estatais, além da forte tendência à nacionalização e internacionalização.

Como abordei anteriormente, no começo dos anos 1990 há o reflorescimento do Movimento LGBT brasileiro, marcado pelo aumento e diversificação dos grupos militantes, sendo que, na segunda metade da década, esse reflorescimento se torna ainda mais visível (FACCHINI, 2005). Seguindo essa tendência nacional, surgem em Belo Horizonte, na segunda metade da década de 1990, os grupos e os militantes que desenvolveram o cenário do Movimento LGBT contemporâneo.

Buscando diagnosticar e analisar o campo de atuação profissional no âmbito do lazer no Movimento LGBT institucionalizado, a opção por Belo Horizonte/MG se fez no intuito de facilitar a aproximação entre os sujeitos do estudo e a sede do programa de mestrado ao qual está vinculado este projeto. Ademais, minhas intenções tangenciam as especificidades que circundam o Movimento LGBT em Belo Horizonte, dentre as quais ressalto a organização da Parada de Orgulho LGBT da cidade.

Em Belo Horizonte, ao contrário de outras paradas, esse evento foi inaugurado e dirigido durante sete anos por um grupo de lésbicas (ALEM). Outro ponto de distinção é que, diferentemente de outras “Paradas LGBT”, as quais têm sido organizadas por um único grupo ou associação, na capital mineira parece surgir um processo novo de produção dessa ação coletiva. Apesar de, para o apoio financeiro recebido do Ministério da Saúde, ser necessária a assinatura de uma ONG específica, todo o processo de organização e deliberação tem sido

desenvolvido pelo Comando da Parada. Esse grupo é constituído por cinco entidades/ONGs²⁷ que atuam em políticas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e contra a discriminação (MACHADO; PRADO, 2007). A composição do Comando da Parada variou muito desde o seu surgimento, tendo sido liderado pela ALEM de 1998 até 2004, e pelo CELLOS de 2005 até hoje. Essa organização coletiva ratifica o entendimento de movimento social como força social coletiva organizada.

A Parada LGBT tem se revelado uma importante ação coletiva de cunho político e instrumento de participação social e política de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, na sociedade contemporânea. Enfatizo, ainda, o caráter lúdico dessa manifestação. Machado e Prado (2007) ressaltam que, em inúmeros locais, as paradas, têm chamado a atenção das sociedades, tanto pelo crescente número de participantes, quanto por reivindicações, que têm colocado na pauta das discussões políticas de vários Estados Modernos temas como: reconhecimento das parcerias entre casais do mesmo sexo; a criação de políticas públicas próprias para a população homossexual; a criação de leis que punam crimes de ódio; constituição de mecanismos políticos e sociais para uma maior visibilidade homossexual.

A Parada LGBT de Belo Horizonte é uma das mais antigas do país e foi a única Parada LGBT do Brasil inaugurada e dirigida por lésbicas, em um contexto histórico que exigia muita coragem. Nessa época, inicialmente o grupo não teve apoio de outras instituições, nem mesmo do próprio público LGBT, que temia represálias. Esse diferencial traz um novo delineamento para a constituição histórica do movimento e, conseqüentemente, para a constituição das paradas. A ALEM esteve durante sete anos na direção desse evento, sendo a responsável por sua continuidade em tempos de pouco respaldo político (MACHADO; PRADO, 2007). A instituição surgiu da relação de uma de suas fundadoras com partidos e sindicatos comprometidos com ideais da extrema esquerda da política brasileira, que, para Machado (2007), influenciou toda a militância LGBT em Belo Horizonte, posicionando aliados e adversários.

²⁷ ALEM (Associação Lésbica de Minas), ASSTRAV (Associação de Transgêneros e Transexuais de Minas Gerais), CELLOS (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual), GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção contra a AIDS) e GRUPO GURI.

4.3.1 Associação Lésbica de Minas (ALEM)

A Associação Lésbica de Minas (ALEM) nasce dentro de um contexto institucionalizado, estabelecendo relações com partidos políticos de esquerda e movimentos sociais diversos. Nesse sentido, seu campo de atuação – que parte de um objetivo de representação – é ampliado também para atividades de atendimento da população homossexual, mas de forma a manter um posicionamento antagônico à política neoliberal e de direita.

A ALEM parte de uma tentativa de representar politicamente o segmento das lésbicas, como indica claramente seu estatuto:

Associação Lésbica de Minas, enquanto instituição social e política, é constituída para fins de coordenação, estudo, proteção, luta, reivindicação e representação legal das lésbicas na base territorial de Belo Horizonte e Estado de Minas Gerais, atuando no sentido de articular e expressar o conjunto de reivindicações deste segmento social, visando a melhoria das condições de vida de suas representadas, a defesa da liberdade e cidadania das lésbicas e fortalecimento da participação democrática em igualdade de condições com outros setores da sociedade brasileira, a nível Municipal, Estadual e Federal (ESTATUTO DA ALEM, 1999, p. 01).

Sua origem se dá a partir de um grupo misto, o Grupo de Lésbicas, Gays e Simpatizantes de Minas Gerais, organizado pela atual dirigente em 1997 (e registrado em 1999), que tinha como principal bandeira combater o preconceito e a discriminação dirigidos à comunidade LGBT. A ideia de criação do grupo se deu com o envolvimento dessa militante com o movimento nacional de lésbicas. Segundo a entrevistada,

[...] em 1996, teve o primeiro SENALE, que é um Seminário Nacional de Lésbicas, e no segundo, que aconteceu no Rio de Janeiro, eu participei com uma fala sobre a questão da lésbica na política, lésbica no sindicato [...] chegando lá conheci alguns grupos organizados de lésbica no Brasil, como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e, aqui em Minas ainda não tinha um grupo organizado de lésbica, “LGBT”, enfim. E, nesse seminário nacional de lésbica, nós pegamos a tarefa de trazer o terceiro seminário nacional de lésbica pra Minas Gerais, porque um dos objetivos dos SENALES é fortalecer os grupos existentes dos estados ou então criar um grupo onde não existe, como aqui em Minas Gerais não existia. Foi me dada essa tarefa da organização do terceiro SENALE aqui. E, ao voltar para Belo Horizonte, já começamos a nos organizar no intuito de estar organizando as lésbicas na realização do Senale pra estar discutindo a questão pertinente a nós. Aqui a gente percebeu que tanto dentro de partido político, dentro de sindicato, que era onde era a minha militância, não tinha esse debate. Então, em 1997, nós começamos a nos organizar; era um grupo de mulheres na área da saúde, da educação, bancária (ENTREVISTADA 02).

Desde sua participação no I SENALE, a entrevistada esteve comprometida com as especificidades das lésbicas. Embora compartilhando a proposta de montar um grupo misto

que unificava o segmento dos Gays ao das Lésbicas, com o decorrer do tempo as questões inerentes à lesbianidade foram ficando mais visíveis, e as lésbicas sentiram a necessidade de se expressar e debater sobre sua vivência. Dessa forma, elas se separaram do grupo misto para organizar o III SENALE.

E foi constituído, então, o grupo de lésbicas e simpatizantes, que hoje vem a ser a ALEM. Em 1998 nós organizamos o terceiro SENALE; vieram pessoas de 12 estados, teve 82 mulheres nesse SENALE; e, a partir desse SENALE, numa assembleia onde tinha várias mineiras, foi definido que seria o nome Associação Lésbicas de Minas. A partir de então, desse SENALE, o grupo passou de Lésbicas simpatizantes a ALEM. Assim, a primeira organização de um grupo de lésbicas, foi a necessidade mesmo de fazer um debate em relação à sexualidade, em relação à questão da homossexualidade feminina, e essa foi uma primeira necessidade. Em 1998, como nós já estávamos organizadas, organizamos o SENALE. Nós decidimos também como seria o perfil dessa entidade, e uma das coisas que definimos foi que não era uma entidade para ser entre quatro paredes, não era para ser aquele grupo fechado sem visibilidade, porque, na época, falar de visibilidade era muito difícil (ENTREVISTADA 02).

Dessa forma, a fundação da ALEM é motivada pela necessidade de se criar um espaço para que as mulheres lésbicas se organizassem, para o enfrentamento da discriminação e para lutar por direitos, promovendo seu empoderamento. A ALEM foi composta por lésbicas que saíram de movimentos sindicais, estudantis e políticos, com o objetivo de ampliar a discussão acerca da homossexualidade, até então inexistente nesses espaços, com o objetivo de assumir a lesbianidade feminista como postura política para desconstruir o patriarcado como sistema de opressão com suas instituições e ideologias. A instituição delineou como missão os seguintes ideais: ser referência na luta contra o preconceito e a discriminação dirigidos às lésbicas e bissexuais femininas e por direitos reprodutivos e sexuais das mulheres; buscar combater toda forma de violência contra as mulheres; promover a Visibilidade Lésbica; lutar contra as desigualdades e injustiças sociais, das quais as mulheres são as principais vítimas.

A trajetória política da maioria das militantes que integram a entidade conserva fortes traços das formas tradicionais de militância sindical e partidária de esquerda, o que acabou dando à entidade essas características. Para Machado (2007), “embora a ALEM não seja um partido político, possui uma proximidade com seus modos de operar. Por exemplo, por mais divergências que se tenham sobre determinado ponto, após as discussões e votações, as integrantes devem sair com um posicionamento unificado”.

[...] minha relação com o Movimento LGBT já vem desde a época em que eu militava no partido de esquerda. Pela formação que eu tenho como feminista, a gente sempre apoiava as causas LGBTs. Então, quando surgiu o movimento aqui, nós apoiamos, e eu, enquanto feminista, estava ali, dando aquele apoio. No decorrer da história, eu acabei me relacionando diretamente, militando diretamente dentro do

movimento, mais especificamente aqui na Associação Lésbica de Minas (ALEM), quando a gente foi realizar a 4ª Parada. Mas anterior a isso, nós, na 1ª Parada, estávamos lá, carregamos a bandeira, porque naquela época a maioria das lésbicas não tinha visibilidade, as mulheres que eram do partido tinham a responsabilidade de estar levando a faixa que era a faixa das lésbicas na 1ª Parada (ENTREVISTADA 01).

Em 1998, a ALEM, junto aos demais integrantes da Associação Mineira de Gays, Lésbicas e Simpatizantes, conseguiu organizar a Primeira Parada do Orgulho LGBT de Minas Gerais, com o amplo apoio do meio sindical e de integrantes do PSTU, que representaram uma parcela considerável dos 50 participantes contabilizados no evento (MACHADO, 2007). Segundo uma das entrevistadas, a primeira parada foi um movimento de visibilidade, característica que o grupo almejava desde sua fundação.

[...] então definimos dar visibilidade, e dentro dessa visibilidade fazer a primeira parada LGBT de Minas Gerais. Então, diferentemente de outros estados que eram organizadas as paradas pelos gays, as lésbicas aqui de Minas foram para as ruas para dizer que existia um grupo e que tínhamos orgulho. Isso foi muito importante, porque era uma época que a homossexualidade, se aparecia na televisão, era estereotipada, se aparecia no jornal, também era estereotipada, então foi um momento difícil, mas nós fomos às ruas e fizemos (ENTREVISTADA 02).

A instituição esteve à frente na organização da parada durante sete anos, sendo coordenadora geral e responsável jurídica do evento, e, atualmente, ainda participa do Comando da Parada. Entretanto, desde 2005, a ALEM passou a organizar a Caminhada Lésbica, por entender a importância da visibilidade para as lésbicas e mulheres bissexuais.

Na realidade, nós notamos que trabalhávamos, a primeira acho que foi muito importante porque demarcou um espaço onde as lésbicas saíram às ruas, e isso é história. Nós fizemos a parada de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, e notamos que não tinha muita visibilidade para as lésbicas nessas paradas. Visibilidade era muito mais para as travestis, para os gays, e nós trabalhávamos muito. Politicamente, não dava assim uma visibilidade em relação às lésbicas, às nossas bandeiras de luta. Então, em 2005, nós entregamos a parada para o CELLOS, por uma definição que nós iríamos fazer a caminhada de lésbicas. Em 2005, nós iniciamos a realização da primeira caminhada de lésbica, ainda inseguras, porque estávamos ainda pensando em como seria a participação das lésbicas nessa caminhada, visto o tanto de lésbica invisível ainda. O preconceito ainda, infelizmente, existe, mas nós falamos: “Olha, quem realizou a primeira parada, realiza a primeira caminhada”. Realizamos, e notamos que a cada ano ela cresce. A primeira caminhada em 2005, nós tínhamos em torno de 300 mulheres, e a sexta caminhada foi em torno de 5000 pessoas, então acho que dá uma visibilidade para as nossas bandeiras enquanto lésbicas feministas [...] Caminhada de lésbica e bissexual tem um outro teor, e tem um outro peso, que são as mulheres nas ruas reivindicando, as mulheres que fazem sexo com mulheres. Ainda que nessa caminhada nós temos vários parceiros como heterossexuais, ou mesmo os gays, mas é uma caminhada de lésbicas e é um diferencial (ENTREVISTADA 02).

A inserção desse evento no calendário reafirma a identidade da ALEM e caminha para superação de desafios. Essa é a opinião das integrantes da instituição, que buscam vencer a invisibilidade, muitas vezes utilizada como autoproteção contra a discriminação, o

preconceito e a violência, remetendo lésbicas e mulheres bissexuais ao isolamento social, interferindo na livre expressão de sua sexualidade. A caminhada é uma ação que reafirma as bandeiras feministas, combatendo não só estigmas imputados em razão da orientação sexual, mas de todo o tipo de opressão, discriminação e violência que vitimiza muitas mulheres.

Estruturalmente, em respeito a seu estatuto, a ONG tem um corpo de responsáveis jurídicas; entretanto, no fazer cotidiano da instituição, há outro grupo de mulheres, que se responsabilizam pelas atividades, parcerias, enfim, pelo dia a dia da ALEM. Quanto a sua base organizacional, a instituição se pauta nas decisões tomadas no coletivo, em assembleia. As decisões mais importantes são adotadas em reunião com esse grupo de mulheres que dirigem o cotidiano da instituição, mas também existem reuniões abertas para todas as afiliadas e mulheres que quiserem comparecer.

Para a manutenção da entidade, a ALEM conseguiu internacionalizar contatos e financiamentos para suas atividades. Hoje a ONG conta com o financiamento do *Global Fund For Woman*, que financia o funcionamento cotidiano da instituição e ajudou em parte da compra da atual sede; da MAMA CASH, que financiou compra de equipamentos, móveis, bem como parte da compra da sede; da ASTRAEA (*Lesbian Foundation For Justice*), que também financiou parte da compra da sede e vem financiando várias atividades, bem como seu funcionamento cotidiano. Além disso, a instituição busca realizar parcerias para execução de projetos e atividades.

Na reunião de planejamento, nós já tiramos qual parceria vamos realizar. Então, nós temos parcerias com alguns grupos de mulheres, por exemplo, a Marcha Mundial de Mulheres. Uma das parcerias, por exemplo, a nível internacional, que fizemos com a realização da oficina de batuque, foi com a ASTREA, uma parceria importante que nos possibilitou inclusive a compra dos materiais para execução dessas atividades (ENTREVISTADA 02).

[...] nós temos parceria [...] com o Movimento Negro Unificado, nós temos parceria com um grupo que é um grupo de teatro, [...]cujos componentes são todos negros, então eles trabalham na perspectiva da raça, na perspectiva da pele, do corpo, dos ritmos, e isso é muito importante. E nós temos também parceria com instituições do movimento de mulher organizado (ENTREVISTADA 01).

A ALEM também estabelece parcerias com o poder público para receber recursos para projetos de prevenção, como a Coordenação Estadual DST/AIDS e a Coordenação Municipal DST/AIDS. Para o estabelecimento de parcerias, a instituição definiu alguns critérios, e o primordial é a afinidade com suas reivindicações.

[...] e, acima de tudo, nós não vamos estabelecer parceria com instituições que são instituições homofóbicas ou lesbofóbicas, então tem que ter essa afinidade. E a outra, tem que ter também a disponibilidade para poder contribuir; a pessoa ou a instituição tem que ter essa disponibilidade, tem que se interar daquilo do que é a

ALEM para poder participar com a gente, sendo parceira com a gente (ENTREVISTADA 01).

Bom, o critério [...] que seja grupos de mulheres. A gente sempre faz uma parceria, por exemplo, [...] com a oficina de batuque a gente abriu pra vários outros grupos participarem. Então esse é um dos critérios que a gente usa (ENTREVISTADA 02).

[...] mas você vai identificar esses colaboradores, esses parceiros como sendo pessoas que estão colaborando, não com o interesse de um voto, não com o interesse de, de repente, ter um apoio, mas parceiros, que estão dentro de um processo de luta por direitos humanos, por sociedade justa e igualitária para todos. Tem sindicatos que a gente não solicita colaboração, porque nós não identificamos como um parceiro, porque não comunga do mesmo que a gente (ENTREVISTADA 03).

Ainda em relação às parcerias, uma das entrevistadas ressalta que:

Nós precisamos desses parceiros, porque [...] não tem um fundo de caixa, não é uma instituição com fins lucrativos. [...] Logo, o pouco recurso que tem é para sustentabilidade, então nós precisamos de parceiros para poder nos ceder locais, para poder fazer certas atividades, pra nos emprestar, nós precisamos de parceiros. Normalmente são os sindicatos que nos emprestavam quando nós não tínhamos aparelho de som, equipamento de som com microfone. São esses sindicatos que nos emprestam os locais para fazermos certas atividades que não comportam na Associação, são esses mesmos sindicatos que colaboram com cem, duzentos reais, conforme for a disponibilidade deles (ENTREVISTADA 03).

Nesse sentido, o que observo são as condições colocadas para a maioria das instituições que caracterizam o terceiro setor, realidade das duas ONGs pesquisadas, e isso é possível observar nos depoimentos abaixo:

[...] o governo brasileiro não dá uma sustentabilidade de pagamento de condomínio, de material de escritório, outra coisa assim. Somente com projetos pontuais que já têm uma rubrica, que já vêm para aquilo. Então, para sustentabilidade da sede, tem uma parceria, que é a Liga Internacional (ENTREVISTADA 02).

[...] porque também é um absurdo, você está cumprindo o papel do governo, você não vai ter a parceria do governo, com a liberação de equipamentos, material e de dinheiro, o que for? Então se a gente está ali cumprindo uma coisa que ele não quer, que ele não pode, ou que ele não dá conta, ele tem que dar essa estrutura (ENTREVISTADA 03).

É importante destacar, na fala das entrevistas, a relação do Estado com essas instituições no que tange ao repasse de recursos. A chamada “*publicização*” – definida por Bresser Pereira (1998) como transformação dos serviços não exclusivos de Estado em propriedade pública não estatal e sua declaração como organização social – culminou na transferência da responsabilidade do Estado para o mercado ou o chamado “terceiro setor”. Para Yamamoto (2007), são essas as respostas neoliberais às refrações da “questão social”, que culminou na precarização dos serviços. Isso se reflete na descentralização dos serviços, que implica transferência de responsabilidade aos níveis locais do governo e à oferta de serviços deteriorados e sem financiamento; e na focalização que introduziu um corte de

natureza discriminatória para o acesso aos serviços sociais básicos pela necessidade de comprovação da “condição de pobreza”. Dessa forma, percebo aqui “resquícios” desse modelo de organização, que são as ONGs. Enquadradas no terceiro setor, por serem entidades sem fins lucrativos e se responsabilizarem pelas questões sociais, trazem consigo todas essas carências estruturais e financeiras, e acabam não dando conta de se estruturarem.

A ALEM busca realizar atividades diversificadas, contribuindo para o alcance da participação política do grupo e a busca de formas inesperadas de apoio de outros atores políticos, visando à visibilidade do segmento. Além do enfrentamento público de questões políticas, a instituição tem sido um ponto importante de sociabilidade de lésbicas em Belo Horizonte, que frequentam a entidade participando de seminários, oficinas, sessões de vídeos, bate-papos e, acima de tudo, para estarem “entre iguais” e militarem por algo em que acreditam, bem como produzirem novas relações de reconhecimento identitário. E, nesse contexto, a partir de um tipo específico dessas atividades de socialização, meu interesse despertou para as “atividades culturais”, assim nomeadas pelas militantes da instituição.

As atividades culturais descritas pelas militantes se aproximam do que chamo, para fins deste estudo, de atividades de lazer. Norteadas pelos princípios apontados na missão da instituição, as atividades de lazer realizadas são: o Futebol Lilás; a Caminhada Lésbica (ato que, norteado pelo caráter lúdico, procura dar visibilidade à causa lésbica, sensibilizando e informando as pessoas, além de politizar as mulheres frente à questão dos direitos); Sessão Pipoca, momento em que há exibição de filmes com temáticas que abordem a cultura LGBT; as Batucadeiras, um grupo de percussão só com mulheres lésbicas; e “Mulheres que Pintam e Bordam”, momento em que toda a comunidade é convidada a se encontrar e socializar seus saberes, através da música, da dança, do artesanato e de outras manifestações culturais.

[...] o “Chá Das Iguais” era uma atividade mais lúdica, em que se trabalhava, com poesia, com performance, e o famoso “Chazinho” também. [...] “Mulheres que Pintam e Bordam” é um momento para trabalhar, para organizar os trabalhos das mulheres, trabalhos artesanais, pintura em tela. Então, é uma maneira que temos, é um espaço que temos de valorizar e desenvolver o gosto pela arte, e é um espaço de expressão da arte da mulher lésbica, da bissexual, da mulher hetero também, porque é aberto. [...] Tem também o batuque, que foi uma ideia antiga, que como nós não conseguimos financiamento, nós fomos adiando esse projeto, o desenvolvimento desse projeto, e logo quando nós conseguimos, fizemos então oficinas, várias oficinas de batuque com alguns ritmos, priorizando alguns ritmos, e construímos os instrumentos a partir de material reciclável (ENTREVISTADA 01).

[...] ‘Mulheres que Pintam e Bordam’, que eu acho muito legal, é uma atividade que fica o dia inteiro, nós trabalhamos a arte de várias formas, por exemplo, mosaico; oficinas mais lúdicas como de dança, para trabalhar a autoestima; fizemos a oficina de batuque, que é uma oficina que trabalha a musicalidade, onde a gente trabalhou vários ritmos e também fizemos uma vez um passeio ecológico, num parque, que foi

muito legal, [...] então, são várias formas que nós trabalhamos aqui com a questão da cultura (ENTREVISTADA 02).

Atividade cultural com viés, especificamente cultural, nós temos a oficina de batuque, que nós construímos os tambores e nós interagimos para construir a sonoridade desses instrumentos. [...] Nós temos 'Mulheres que Pintam e Bordam', uma atividade que tem também um viés cultural, que é um ambiente para as mulheres poderem mostrar os dons delas, os talentos, [...] realmente se expressar culturalmente, não só com trabalhos que sejam feitos, mas também verbalmente né, corporalmente, esse outro espaço. [...] o futebol lilás, que é uma atividade esportiva, ou futebol de campo ou futebol de quadra, [...] o chá das iguais, que é uma atividade literária, para você poder trabalhar a literatura lésbica e bissexual. [...] Nós chegamos a fazer um passeio ecológico, [...] nós fomos no Parque das Águas, no Barreiro, atividade muito interessante, porque você sai da sua rotina do dia a dia. (ENTREVISTADA 03).

Desde já, aponto que não houve consenso entre as entrevistadas acerca das atividades representadas como atividades de lazer e/ou culturais, sendo esse recorte estabelecido pelo meu olhar de pesquisadora. Ainda assim, para elas, há uma diferença entre as atividades de lazer e as atividades culturais. Ao se nomear atividades culturais há um consenso no que se refere àquelas atividades voltadas para a arte e musicalidade, contudo as atividades relacionadas à atividade física, como o futebol lilás, são considerados, pelas entrevistadas, como atividade de lazer. Segundo Gonçalves (2010), essa relação entre o Lazer e as atividades físicas pode ser compreendida considerando que, desde as origens da preocupação com o Lazer no Brasil, privilegiavam-se nos programas as atividades físicas. Essa proximidade tem relação com a compreensão das atividades recreativas, principalmente como forma de recuperar a força de trabalho do operariado, apontando, assim, para o profissional de Educação Física como o perfil mais indicado e, conseqüentemente, as atividades como as mais adequadas para atuar nos programas de Lazer (MELO, 2003).

É diante desse contexto e a partir da análise dessas atividades que nosso diagnóstico do campo de atuação profissional no âmbito do Lazer se baseou, tendo como campo de investigação a ALEM. A outra instituição pesquisada também tem suas origens ligadas a partidos de esquerda e outros movimentos sociais. Para Machado (2007), essa ligação, assim como na ALEM, influenciou muito o estilo de militância do grupo e suas concepções políticas. Para ele, talvez seja por isso que as duas instituições desenvolveram uma relação muito próxima, tendo o CELLOS utilizado a sede da ALEM em seus primeiros meses de existência e a sede do Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos de Serviços de Saúde (SINDESSE), sindicato dirigido por uma militante da ALEM, para algumas reuniões.

4.3.2 Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS/MG)

O Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS/MG) é uma Organização Não Governamental de luta pelos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e pela efetivação da cidadania desse grupo social, e começa a ser pensado no ano de 2001. Segundo Fernandes (2007), um grupo de jovens homossexuais provindos do movimento estudantil, que militavam em partidos políticos da esquerda brasileira como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), uniu-se com dissidentes de grupos homossexuais da capital mineira para formarem uma entidade homossexual.

Sou militante do Movimento LGBT faz muito tempo, [...] antes eu participava do movimento estudantil, apesar de já ser gay assumido, mas essa não era a minha pauta. Fui de Movimento Estudantil, fui presidente do DA de Comunicação por três gestões e fui diretor do DCE lá da Federal do Pará, e também militei no DCE da PUC-Minas, quando eu era estudante de Letras e na Federal eu era de Comunicação. Em 2002, nós fundamos o CELLOS, que é o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual, que foi a partir daí que eu comecei a ter uma atuação mais orgânica no Movimento LGBT (ENTREVISTADO 04).

Os fundadores do grupo apresentavam origens e formações heterogêneas, mas compartilhavam da insatisfação com o cenário da militância da cidade, impermeável a uma discussão política mais aprofundada. Para Machado (2007), o objetivo central desse grupo era não se limitar à convivência ou à realização de ações de prevenção, mas refletir sobre essas ações, dando um caráter politizado e discutindo as questões sociais como um todo, e não apenas a sexualidade.

Em março de 2003, o grupo realizou o lançamento da carta aberta da organização. A carta remetia à necessidade de novas respostas à homofobia e à forma como se organizavam os homossexuais, reivindicando uma entidade vinculada às lutas sociais e aos direitos humanos, que fosse capaz de dar voz aos homossexuais “mais oprimidos” de camadas populares. Com essa diretriz, o CELLOS/MG nasce como um núcleo revolucionário de homossexuais que buscavam “conciliar” a luta geral com as demandas específicas de um público submetido à marginalização social devido às relações afetivo-sexuais (FERNANDES, 2009).

Legalizado em 2004 como uma Organização Não Governamental, o grupo estabelece em seu estatuto, no Art. 2º, os objetivos:

(i) defender os homossexuais em situação de violência; (ii) conscientizá-los de seus direitos; (iii) lutar contra o preconceito, a discriminação e a violência, formar e educar os homossexuais para que eles vivam com dignidade a [sic] suas visibilidades; (iv) promover encontros, fóruns, debates e outras formas de eventos para discussão de seus objetivos (ESTATUTO CELLOS, 2003, p. 01).

Fernandes (2007) afirma que os militantes partidários preferiram a institucionalização de suas ações em um grupo homossexual por avaliarem que, nos partidos da esquerda brasileira, a discussão sobre os temas como sexualidade, homofobia, AIDS, respectivos aos homossexuais, não era priorizada. Em contrapartida, para os dissidentes de outros grupos homossexuais, as entidades se limitavam à execução de projetos e ações assistenciais, e não buscavam questionar e transformar o sistema capitalista no qual estamos imersos. Diante disso, para o autor, a emergência do grupo surge como resistência ao formato das outras entidades que atuavam no movimento homossexual na capital mineira.

Assim como a ALEM, o CELLOS/MG defende a associação das questões da sexualidade com outras demandas sociais. Dessa forma, a sexualidade é tratada pelo grupo como parte da trama que envolve outros elementos identitários, como raça, classe social, sexo e gênero, ocupação, faixa etária. Os integrantes da instituição participam de uma rede de movimentos sociais que ultrapassa as fronteiras do Movimento LGBT: Movimento Negro, Movimento Feminista, Movimento Estudantil, dentre outros.

Inicialmente, como característica de composição, a entidade tinha o seu quadro formado exclusivamente por gays, afirmando nessa metodologia de ação as especificidades do segmento; diferenciando-os de identidades lésbicas, travestis e transexuais. Assim como a ALEM e a ASSTRAV, o CELLOS/MG defende a importância dos grupos tratarem das demandas específicas de apenas um segmento. Mesmo desenvolvendo ações em parceria com outras instituições e representantes de outras minorias sociais, os militantes do CELLOS/MG foram críticos aos grupos mistos e se colocaram como uma entidade direcionada aos homossexuais. Juntamente com a ALEM e a Associação dos Travestis e Transexuais de Minas Gerais (ASSTRAV), o CELLOS auxiliou na coordenação participativa do Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRDS), órgão da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), vinculado à Coordenadoria de Direitos Humanos (CMDH) e ligado, portanto, à Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania (SMDC). Contrariando esse posicionamento, em 2007 se formou um núcleo de lésbicas dentro do CELLOS/MG. Essas mulheres buscaram a instituição por não se identificarem com a política da ALEM. A diretoria do CELLOS/MG vem buscando formas de incluir essas mulheres no grupo, sem inferiorizá-las. A partir do ano de

2010, a instituição também incluiu um núcleo de travestis, tendo atualmente como vice-presidente uma representante desse segmento.

O CELLOS nasce com um grupo de militantes gays. A princípio, o CELLOS era só gay, alguns já experientes de Movimento LGBT, [...] eles vieram de outras organizações. [...] Então a ideia surgiu de termos um grupo especificamente LGBT, que lutasse, que fosse um espaço, porque naquela época as ONGs LGBTs estavam voltadas muito para a questão da AIDS, e a questão da AIDS exigia uma relação mais assistencialista, e nós queríamos ter um outro formato, [...] que o CELLOS tivesse um caráter diferente, não assistencialista, que fosse um espaço de formação para novos militantes e que fosse uma ONG de base, que tivesse um número grande de militantes. Porque o que víamos também era que algumas organizações tinham poucas pessoas, e eram muito centralizadas em uma pessoa só. Então, o CELLOS nasce com esse propósito. Desde o nascimento, sempre tivemos parceria com outras organizações, apesar do centro nosso não ser a AIDS, mas a gente tinha parceria com o GAPA, nós tínhamos parceria com a ALEM, e a gente sempre atuou na organização da Parada. Mesmo a ALEM sendo a organizadora oficial, a responsável jurídica, nós sempre estivemos lá, ajudando na construção da Parada. O CELLOS teve um perfil, no seu início, de trabalhar com juventude. Não era bem pensado isso, mas eu acho que talvez porque a gente era jovem (risos), há dez anos atrás, no túnel do tempo (risos), nós éramos jovens, aí acabou vindo mais jovens para o CELLOS, então o nosso grupo era bem de jovens assim. E foi isso o início. Óbvio que o CELLOS modifica algumas questões, mas foi assim que ele surgiu (ENTREVISTADO 04).

Recentemente a instituição passou por um processo de reestruturação, estabelecendo-se da seguinte forma:

[...] tem a direção, são os responsáveis jurídicos pela entidade, alguns foram convidados, mas basicamente hoje a direção toda está dentro do nosso estatuto, então cada um hoje composto pela direção é responsável pela entidade. A maioria tem formação superior, mas também nós temos alguns componentes da direção que não têm formação superior e é bem diversificado: a gente tem indígena, tem negro, tem branco, nós temos duas mulheres na direção também, e a vice-presidente do CELLOS é travesti. Como o nome da entidade: Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual, o intuito do grupo nasceu praticamente masculino, de gays, só que o intuito nosso era ter a diversidade aqui dentro, tanto de travestis, quanto de lésbicas, aí hoje a gente tem uma travesti, temos duas mulheres que fazem parte do grupo também, mas ainda é organizada diretamente por gays, que tomam a frente. Além da direção, a gente tem a base, [...] que são os militantes; eles não são responsáveis diretamente, não respondem juridicamente pela entidade, em questão de assinar documentação, mas fazem parte da entidade. Em relação às atividades que eles desenvolvem, que participam, que ajudam, principalmente no evento da Parada todo ano, eles entram como voluntários, e tem outras atividades que a gente faz ao longo do ano que eles participam também. Então na estrutura do CELLOS tem a direção e a base, que é a militância (ENTREVISTADO 05).

Assim como a ALEM, a estruturação do CELLOS/MG foi fortemente influenciada por formas tradicionais de militância; isso contribuiu para o desenvolvimento de um estilo próprio de atuação e concepção política, que, por sua vez, traz novos modos de pensar as relações políticas dentro do Movimento LGBT. Pensar as temáticas LGBT inseridas em um contexto mais amplo de demandas pode ser um caminho político democrático e transformador. O CELLOS/MG, bem como a ALEM, ao fazerem a opção pelo discurso de

esquerda, limitaram as possibilidades articulatórias com setores da direita e, conseqüentemente, com determinados aspectos da gramática política do Movimento LGBT contemporâneo, tal como podemos perceber na crescente mercadorização das formas de atuação política e da produção de algumas Paradas LGBT no Brasil (MACHADO, 2007).

No que se refere às paradas, o CELLOS/MG desenvolve a Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, sendo esta a atividade que mais tem impactado a sociedade e uma das ações de visibilidade à luta do movimento. Machado (2007) ressalta que, apesar de as paradas terem um formato semelhante, as características regionais e locais se apresentam de forma diferenciada, garantindo que as especificidades locais se posicionem. Com isso, as paradas têm contribuído para o aumento da abrangência de ação das entidades LGBT, ampliando a capilaridade do debate sobre a política sexual e recrutando novos ativistas. Hoje, a Parada de Belo Horizonte, uma das mais antigas do Brasil, está entre as 10 maiores Paradas do país. Desde 2002, a instituição atua na organização da parada, e, em 2005, tornou-se a entidade responsável juridicamente pelo evento e por sua coordenação geral.

O financiamento da Parada parte de uma série de formas que a gente faz, vem do sistema de cotas, vem dos colaboradores e parceiros, vem do poder público. O Estado mesmo, contribuindo, porque, realmente, senão a militância não dá conta de fazer funcionar, precisa de outros recursos. Eu vou retomar àquela questão que eu falei: não é de tudo negativo tornar-se ONG, fazer com que a entidade torne-se uma ONG, fazer com que o Movimento tenha um sustentáculo na ONG, até porque, de outra forma, eu acho que seria muito mais difícil, [...] nem sei falar o quanto seria mais difícil (ENTREVISTADO 06).

Diante disso, é importante enfatizar que a instituição desenvolveu ampla relação com o terceiro setor e órgãos do Estado responsáveis por políticas sociais. Nessa direção, participam de atividades como: Conferência Nacional de Direitos Humanos; Centro de Referência da Diversidade Sexual, onde realizam o atendimento às vítimas de discriminação e homofobia, e fazem encaminhamento jurídico e psicológico; Frente parlamentar contra a homofobia em BH, entre tantas outras (MACHADO, 2007). Além disso, estabelecem parcerias com o Conselho Regional de Psicologia, o Conselho Regional de Serviço Social, Ouvidoria de Polícias, o Centro de Atendimento de Penas Alternativas, o Núcleo de Psicologia Política da UFMG e o Programa Conexão de Saberes da UFMG, e muitas dessas parcerias auxiliam na execução das atividades da instituição.

Sim, muitas, a maioria a gente tem parceria, por exemplo: o vôlei a gente tem parceria com a Secretaria de Educação, com a Diretoria da Escola; na atividade de prevenção, [...] nós temos parceria com a Coordenação Municipal de DST/AIDS que nos dá os insumos. Antigamente nós tínhamos com 'Vídeo Pipoca' parceria com o GAPA, parceria com a Secretaria de Direito e Cidadania. Então a gente sempre busca encontrar uma parceria (ENTREVISTADO 04).

Nós temos um projeto que está terminando de fechar, é um projeto vinculado à ABGLT, a ABGLT recebe o recurso das ONGs, como se fosse uma unidade, não sei direito como que funciona, e ela abre alguns editais, para poder financiar aqueles projetos, então, normalmente são projetos que são já determinados por segmento (ENTREVISTADO 06).

A parceria da instituição com a Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenação Municipal DST/AIDS, oferece bolsas para os Agentes de Saúde, que distribuem material informativo e de prevenção.

[...] é um fundo que ele é mais firme, que é da ONG fazer o papel do Estado. [...] se o CELLOS recebe uma cota pra poder cumprir um projeto, por exemplo, do DST/AIDS. [...] O programa DST/AIDS não é só por edital, também não é uma relação com o Conselho, não é uma associação com o Conselho; mas, por exemplo: tem lá o programa, a coordenadoria DST/AIDS, e os insumos que o CELLOS distribui enquanto prevenção pra Coordenação DST/AIDS, e vai receber uma contrapartida [...] e funciona dessa forma, a gente vai construindo (ENTREVISTADO 06).

[...] nós mantemos a entidade através de uma parceria que temos com a Secretaria Municipal de Saúde, nós fazemos a prevenção, é uma parceria, né, recebemos um recurso e que nem fica com os companheiros que fazem a prevenção, eles doam pra entidade para pagar o aluguel aqui, por exemplo, entendeu, e apesar da atividade ser do coletivo de direção, todo mundo faz. E aí o que acontece? Nós temos essa verba que recebemos. Então, como somos uma entidade sem fins lucrativos, [...], os eventos que fazemos, tudo sempre, o recurso vem de fora para poder nos manter (ENTREVISTADO 05).

Em relação à parceria com a coordenadoria DST/AIDS, e em se tratado da saúde como eixo de ação da instituição, um dos entrevistados fez questão de enfatizar a história do Movimento LGBT, correlacionado-a a esse tipo de parceria.

Eu vou retomar também a questão histórica do Movimento LGBT com a questão da saúde DST/AIDS. Muitos projetos e editais que as ONGs de segmento LGBT conseguem, na maioria das vezes tem a questão da saúde DST/AIDS, vamos dizer assim, o Programa Nacional DST/AIDS é um dos maiores financiadores das ONGs LGBT que tem no Brasil, isso eu não tenho dúvida, por conta dessa relação histórica. Fora isso, é muito complicado, principalmente na cultura, na educação. Agora, teve esse conselho Educação Sem Homofobia, que é com financiamento da educação, mas, imagina, não sei se você ouviu falar das intempéries que isso causou na universidade, ‘ah, agora vai ter recurso pra ‘viado’, ‘agora vai ter recurso pra esses caras ficarem discutindo ‘viadagem’ aqui na universidade’? Tem essas intempéries e que é difícil demais de passar, a pessoa vai ler aquele projeto vai falar assim ‘Oh, nós vamos tratar a questão da homofobia sabendo a atual conjuntura da homofobia no Brasil?’ Como é que tem sido a política pública no Movimento LGBT?(ENTREVISTADO 06)

Ressalto um dos pontos levantados pelo entrevistado no que tange aos financiamentos para a demanda LGBT. Nesse sentido, aponto a dificuldade de concretização dos financiamentos, tendo em vista a falta de clareza por parte de políticos e da sociedade de uma forma geral (na maioria das vezes, fruto de preconceito e discriminação) da importância

e necessidade dessas questões. A área da cultura e também a do lazer, em que também encontramos o mesmo delineamento, são áreas nas quais a dificuldade de recursos é uma realidade. Historicamente, os orçamentos dedicados às Secretarias que cuidam do lazer de forma direta são os de menores valores; e, para aquelas que atendem essa demanda indiretamente, os valores são desprezíveis. Em seu estudo, Bramante (1999) ressalta que, a exemplo da execução orçamentária do DEFER, órgão específico que trata do lazer, os recursos destinados a essa área representaram: R\$ 7.391.077 em 95, R\$ 4.815.194 em 96, R\$ 5.634.560 em 97 e, até novembro de 1998, R\$ 4.753.390. Para o autor, se essa dimensão da vida humana é considerada de importância pelo administrador público, é vital alocar recursos para tal.

Nesse sentido, Azevedo (2001) afirma que o Estado demonstrou uma falsa expansão das políticas públicas sociais no momento em que aparentam andar juntos neoliberalismo e Estado mínimo; contudo, para o autor, o Estado nunca foi tão forte e interventor como nesse período. Diante disso, o que se delineou em todos os setores das políticas públicas foi uma expansão traduzida em aumento do poder do Estado como regulador das práticas ditas descentralizadoras, em vez do aumento de investimento. Segundo Amaral (2004), o resultado desse processo é pouco investimento estatal e muito controle sobre os negócios da iniciativa privada, e, no campo do Lazer, o Estado se desresponsabiliza sobre as políticas públicas diretas, contudo estabelece leis de incentivo fiscal, investimentos diretos em empreendimentos privados. Para a autora, cresce o lazer como mercadoria de consumo e entretenimento.

Em presença desse contexto, embora o grupo conte com outras fontes de recurso, a grande parte dos recursos utilizados pelo grupo ainda se obtém com a contribuição dos militantes, seja pela doação dos pró-labores vindos dos projetos, seja através do sistema denominado por eles de *cotas*.

[...] uma das fontes de financiamento das atividades ou mesmo de manutenção da instituição é o sistema de cotas. Nós temos o sistema de cotas, a pessoa começa a participar das atividades e ela quer se tornar militante; a partir do momento que ela quer se tornar militante, ela é convidada a participar do sistema de cotas. Existe uma cota, que ela não tem o limite máximo, não tem o limite mínimo, a pessoa contribui com quanto ela achar que pode. Além disso, têm os parceiros, os colaboradores e parceiros, que são empresários e pessoas que têm afinidades e que ajudam a construir o Movimento, que colaboram, são menores (ENTREVISTA 06).

[...] todos, inclusive da direção, todos pagam uma cota mensal, que é um valor pra cobrir despesas mesmo de luz, condomínio, material interno nosso mesmo, né, então, aí os militantes também pagam, um valor simbólico de cinco reais por mês, cada um paga, mas pode pagar mais, né, mas vai de acordo com cada pessoa. (ENTREVISTADO 05).

Assim como na ALEM, o estabelecimento de redes de cooperação, o sistema de parcerias para efetivação e andamento das atividades, bem como para o funcionamento das instituições, são características que acompanham as instituições do terceiro setor, principalmente aquelas vinculadas a movimentos sociais. Muitas dessas parcerias são firmadas com o próprio Estado.

Na maioria das vezes essa relação é mais próxima com o poder público, justamente porque são questões que deveriam estar sendo feitas pelo poder público. Então a prefeitura, na maioria das vezes, é a maior parceira, até porque a prefeitura não tem uma atividade esportiva, esportes. A secretaria de esportes... se você for na secretaria de esportes, você vai ver que não tem uma atividade relacionada pro segmento LGBT, não tem. Essa contrapartida que o movimento social, a partir da ONG, está oferecendo é muito nessa relação entre o déficit do Estado, o déficit da prefeitura enquanto estado, o déficit do Estado em garantir o direito das pessoas até porque a educação é um direito, a cultura é um direito, o lazer é um direito. Então, o CELLOS tem feito valer esse direito de uma forma, digamos assim, terceiro setor, vamos pensar assim, a partir da ONG. A gente sabe que tem funcionado assim e que tem tido resultados positivos, mas que nós precisamos, ainda, dessa contrapartida mínima do Estado que é com a estrutura, com recursos e precisamos mesmo disso para poder dar conta de levar essas atividades (ENTREVISTADO 06).

É importante ressaltar o entendimento do entrevistado para o lazer como direito. Enfatizo que foi a partir da Constituição 1988 que o lazer apareceu na lei como uma política pública. Diz a carta no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, no art. 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2002, p. 12, grifo meu). No Título VIII, Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção III, do Desporto, o lazer é tratado no art. 217, § 3º, desta forma: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um observado: [...] **O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social**” (BRASIL, 2002, p. 132, grifo meu).

Segundo Amaral (2004), foi a partir daí que governos de diferentes esferas dedicaram atenção especial à temática. A Frente Popular tem valorizado, principalmente em seus discursos, o lazer como uma política pública de enorme relevância social. Contudo, considerando o modelo de Estado adotado, que congrega as duas formas de democracia, representativa e participativa, há uma acentuada valoração da participação da população no processo de concepção, operacionalização e acompanhamento das políticas públicas e, assim, o que ocorre é que as demandas por políticas públicas de lazer, em geral, quando aparecem, estão sempre em último lugar (AMARAL, 2004).

Nesse processo de resposta às questões sociais, com a refuncionalização neoliberal, os movimentos sociais de reivindicações por direitos democráticos e políticos, por direitos civis, econômicos e sociais, de enfretamento ao Estado, deixaram lugar ao terceiro setor, desenvolvendo uma participação em parceria com o Estado. E, nesse sentido, as ONGs se voltam para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade.

Ainda que permeada por essas características, a instituição é um espaço de formação de novos ativistas da causa LGBT, que busca formar consciência, despertar o senso crítico de seus integrantes, suscitar o protagonismo social e político para que, assim, possam intervir de maneira ativa na construção de sua cidadania (ALEM; CELLOS, 2008). Além disso, as ações do CELLOS buscam sensibilizar os jovens, principalmente jovens da periferia. Segundo o dirigente, embora a opressão seja igual nas diferentes classes sociais, LGBTs da periferia têm menos recursos para lidar com o preconceito. Para Machado (2007), o corte de classe se contrapõe a lógica do mercado, o que, conseqüentemente, imprimirá na entidade uma postura extremamente crítica aos grupos que acreditam que os gays podem se empoderar através do consumo.

Para tanto, o grupo atua em quatro frentes de ação: Educação; Cultura; Direitos Humanos; e Saúde. Busquei encontrar as atividades relacionadas ao eixo “Cultura”. E, tendo por princípio a luta pelos direitos e promoção da cidadania da população LGBT, as atividades desenvolvidas pela instituição a partir do eixo “Cultura” e que estão no âmbito do lazer envolvem o futebol para as lésbicas, Futebol-Lés; Vôlei da Diversidade, que de forma lúdica busca socializar integrantes do grupo e a comunidade LGBT em geral; Vídeo Pipoca, com a mesma abordagem dada à proposta da ALEM, que se propõe a discutir as temáticas LGBTs a partir de um filme; os Encontros Tudo a Ver, que consistem em um grupo de vivência e sociabilidade que debate vários assuntos da cultura LGBT; e a Parada do Orgulho LGBT.

Então, tem o “Vídeo Pipoca”, que é um vídeo, agora é “Vídeo Pipoca e Bate-Papo”, porque é o vídeo, a gente passa um vídeo temático, oferece pipoca e depois rola um bate-papo. Tem o “Tudo a Ver”. ‘O que que é o “Tudo a Ver”? O “Tudo a Ver” era um encontro de jovens e aí, nesse, nós suscitávamos algum tipo de debate em relação a algum tema: se gay namora, se gay “não sei o quê”, promiscuidade, tudo relacionado à questão LGBT, à Comunidade, de vários aspectos, e trabalhava com oficinas também, sempre uma oficina para poder suscitar essa discussão. E tem o “Vôlei da Diversidade”, [...] uma vez por mês que acontece, é bem regular, as pessoas vão para uma escola e aí na escola nós jogamos um vôlei e no final do jogo passamos algumas informações e tal; mas ele é bem um espaço mesmo de sociabilidade, um espaço de prática de esporte, um espaço de lazer também. Então seriam essas três atividades, além de organizar a parada. A parada é o fenômeno que combina vários aspectos assim: o aspecto cultural, a questão política, que é o nosso objetivo, mas também ela tem essa questão bem lúdica, bem descontraída, bem de festividade, que é típico da nossa Comunidade e que mobiliza também para isso (ENTREVISTADO 04).

No CELLOS, atualmente estamos nos reestruturando, então nós estamos com o “Vôlei da Diversidade”, que é uma atividade lúdica e que fazemos lá no Colégio Marconi, que conseguimos através da Secretaria Municipal de Educação conversando com o diretor da Escola, e foi liberado o espaço que jogamos de 15 em 15 dias vôlei no domingo e que é aberta a todos, não é só o pessoal do grupo. Então, vão amigos, colegas, pessoas que querem participar [...]. É, também [...] temos o “Vídeo Pipoca” que é uma atividade que escolhemos um filme da temática do universo ou de lésbica, gay ou trans, travesti. Apresentamos o filme e depois fazemos uma roda para discutir as questões ligadas ao filme fazendo um paralelo com a nossa vida, com o nosso dia a dia, com as questões que acontecem no cenário local, nacional, mundial, entendeu. E aí abrimos a discussão para gays, lésbicas que vêm no evento, na atividade, discutir mesmo, às vezes um filme voltado para a questão da homofobia. Então vamos discutir a questão da homofobia, se é voltada para a questão de AIDS ou DSTs, trabalhamos sobre essa questão com os meninos. Então são vários tipos de assuntos, dependendo do filme e traçamos um paralelo assim, vai trabalhando um pouco com a nossa realidade em vista do que o filme apresenta. É muito bom. Além do “Vídeo Pipoca”, tem o encontro “Tudo a Ver”; esse encontro é um dia que discutimos um assunto, coisas do dia a dia dos jovens: sexo, violência, doenças sexualmente transmissíveis, namoro, amizade, autoestima, são vários tipos de assunto que trabalhamos com os meninos. Então nós temos essas três atividades que desenvolvemos aqui no grupo (ENTREVISTADO 05).

[...] o “Vídeo Pipoca”, o Futebol, o Vôlei, outras atividades, se tiver alguma coisa na cidade, por exemplo, Banda Mole, alguma coisa relacionada à cultura mesmo, à questão cultural, aí ficamos um pouco mais ativos, digamos assim, mais presentes, tem mais atividades, acontecem mais atividades e são mais frequentes. O Vôlei é todo domingo, então tem um período do ano que todo domingo tem a atividade do Vôlei; o Vídeo, “Cine Pipoca” também todo sábado, então tem um período do ano que todo sábado praticamente tem a atividade, a não ser que tenha alguma outra atividade que atrapalhe; tem uma outra atividade que, inclusive, estamos para retomar, que é a atividade do, se eu não me engano chama “Fica Ligado”, e que tomou outro nome, e que é atividades que são atividades lúdicas, reflexivas na verdade, então convidamos um grupo de jovens ou adolescentes, que são homossexuais e lá fazemos discussões a partir de alguma atividade lúdica, ou filme, ou mesmo uma dinâmica, ou uma brincadeira, alguma coisa que vá trazer a reflexão para esse momento, que vai discutir a homossexualidade, vai discutir DST/AIDS, vai discutir um série de questões, que não deixa de ser uma atividade cultural. E são essas atividades que são fixas. E por que não dizer também que a Parada também é uma atividade cultural. A gente às vezes coloca, vê a Parada de tantos lados e não percebemos a parada por esse lado, enquanto uma atividade que é cultural, e que acaba sendo (ENTREVISTADO 06).

É a partir desse contexto que traço um diagnóstico e analiso o campo de atuação profissional no âmbito do Lazer nessas organizações não governamentais LGBT. Procurei diagnosticar essas ações, buscando identificar e analisar os objetivos, público-alvo, planejamento e avaliação, espaços e equipamentos, bem como os limites e dificuldades encontrados no desenvolvimento dessas ações. Paralelamente, cogitei conhecer os profissionais responsáveis e atuantes nessas ações, analisando os conhecimentos e habilidades julgados pertinentes, bem como a formação dessas pessoas; também esquadrinhei o processo de seleção e contratação desses profissionais, de forma a compreender o “papel” deles na organização e no desenvolvimento dessas ações e analisar as concepções de lazer que as permeiam.

4.4 Conhecendo as ações de Lazer

Para o reconhecimento das ações desenvolvidas pelas instituições no âmbito do lazer, busquei realizar uma interlocução entre minhas observações e a fala dos profissionais envolvidos. É importante caracterizar o público atendido por essas atividades. Na ALEM, as atividades são direcionadas às mulheres lésbicas e bissexuais, contudo há uma abertura à participação de mulheres heterossexuais, como é ressaltado pelos relatos abaixo.

São mulheres, basicamente mulheres lésbicas, bissexuais, e ocasionalmente mulheres 'héteros' também podem participar, nós não fechamos as atividades. O nosso foco são mulheres lésbicas e bissexuais, mas eventualmente aparecem mulheres 'héteros' querendo participar, e isso nunca foi problema não (ENTREVISTADA 01).

O público alvo são lésbicas e bissexuais femininas. O público alvo nosso é esse, lésbicas e bissexuais femininas, mas é claro que sempre que a gente tem as atividades, as mulheres héteros também participam. A exemplo, na 'Mulheres que Pintam e Bordam', participam das nossas oficinas, vêm muitas mulheres; então, não é porque nosso público alvo é lésbicas e bissexuais femininas que a gente fecha não, muito pelo contrário, a gente trabalha com mulheres (ENTREVISTADA 02).

É interessante ressaltar que o público alvo dessa instituição foi se transformando ao longo de sua história; inicialmente, as atividades de ALEM eram voltadas para as lésbicas, contudo outras demandas foram surgindo.

É, o nome já diz, Associação Lésbica de Minas; então, poderia até ser lésbicas e bissexuais de Minas, mas quando você registra o nome, quando você funda, você tinha o foco específico, era lésbica, as demandas vão vindo, as coisas vão acontecendo e você vai se atualizando, tanto que hoje, por exemplo, este ano, fizemos a sexta caminhada, e foi a sexta caminhada das lésbicas, bissexuais e simpatizantes. O foco é mulher. [...] Então, a Associação Lésbica de Minas tem que focar essas ações, essas atividades para mulher, para bissexual, para simpatizantes, para lésbica, porque senão perde a função (ENTREVISTADA 03).

No caso do CELLOS, que trabalha com outras identidades, as atividades atendem um público mais diferenciado.

O público alvo é, objetivamente, o segmento LGBT, homossexuais; homens, mulheres, travestis, transexuais, de várias idades, não tem uma idade específica. O público alvo é esse, pessoas do segmento, e o objetivo é, além de aproximar as pessoas do movimento, além de trazer essas pessoas para elas entenderem o que é o movimento, é fazer o entendimento daquelas pessoas de que a homossexualidade, a sexualidade, o gênero são coisas que a sociedade precisa discutir para avançarem na emancipação daquele sujeito que, por alguma forma sofre opressão, alguma invisibilidade, alguma violência relacionada àquela situação. É aberto para outros segmentos? É, mas especificamente nós estamos fazendo atividade pro segmento LGBT, porque nós entendemos que aquele segmento precisa se reunir de alguma forma, fazer alguma atividade, fazer alguma composição, mobilização que passa no mínimo uma reflexão sobre a condição daquele sujeito na sociedade em que

vivemos. Então, por mais que seja através da atividade lúdica, atividade cultural, ou de outro tipo de atividade, nós precisamos falar: 'Olha, fulano de tal: você, que é homossexual, se aproxime e entenda seus direitos negados, se aproxime e entenda o mundo político da violência que você sofre, se aproxime e entenda qual é a sua condição na sociedade em que vivemos, se aproxime e entenda qual interesse, quais interesses correspondidos nesse processo de opressão e violência'. Eu acho que é mais ou menos isso, trazer essas pessoas pra que elas compreendam da condição delas, porque o movimento vai falar da nossa condição, dos homossexuais, então também daquela pessoa, que é homossexual (ENTREVISTADO 06).

É notório que as atividades realizadas se distinguem como um meio pelo qual as instituições se utilizam para trabalhar questões relacionadas ao público LGBT, e ao movimento social, a partir de um processo educativo. Ressalto aqui a característica do duplo aspecto educativo do lazer, em que o lazer é um veículo privilegiado de educação. Para Marcellino (2006), o duplo aspecto educativo trata-se de um posicionamento baseado em duas constatações: a primeira, que o lazer é veículo de educação; a segunda, que para a prática das atividades de lazer se fazem necessários o aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais, que dão possibilidade à passagem de níveis menos elaborados para níveis mais elaborados, buscando superar o conformismo, pela criticidade e criatividade.

Em relação ao lazer como veículo de educação, perspectiva que considero ser trabalhada nas ONGs, é necessário considerar suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Assim, deve cumprir objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer, consequentes da prática e contemplação, bem como trabalhar objetivos instrumentais, contribuindo para a compreensão da realidade. As atividades de lazer favorecem o desenvolvimento pessoal e social, através do reconhecimento das responsabilidades sociais a partir do aguçamento da sensibilidade pessoal, ante o incentivo ao autoaperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos e de desenvolvimento de sentimentos da solidariedade (MARCELLINO, 2006).

Contudo, ressalto que, mesmo sendo fundamental que o lazer faça parte dessas oportunidades de transformação do *status quo*, considero que não se pode depositar toda a expectativa de mudanças cristalizadas ao longo da história em uma única esfera da vida. Dessa forma, a perspectiva do duplo aspecto educativo do lazer marca esse campo de experiência humana, conferindo sentido à vida das pessoas pela fruição que o momento possibilita, assim como pelo processo de desenvolvimento pessoal e social de novos valores, cujo potencial pode transformar a realidade (MARCELLINO, 2006).

Segundo os entrevistados, mesmo atendendo todo o segmento LGBT de uma forma geral, há certa especificidade em relação a esse público.

Nosso público alvo sempre são os homossexuais jovens de periferia, porque sentimos que é o grupo que é mais vulnerável que tem na sociedade. Então, na hora de fazermos a prevenção, por exemplo, não vamos pra Zona Sul, nas boates da Zona Sul fazer prevenção, porque entendemos que um grupo que frequenta essas boates mais populares é que precisa de mais orientação, de mais assunto, não o pessoal da Zona Sul. [...] Mas eles vêm para o CELLOS por quê? Por isso que eu digo que não basta ser só homossexual para ir para o CELLOS, tem que ter toda uma exclusão. A nossa juventude não é uma juventude de classe média, por exemplo, alguns grupos universitários LGBT, é bem diferente (ENTREVISTADO 04).

A focalização dada pela instituição corrobora com as considerações de Nunan e Jabloski (2002), que apontam para a prevalência do preconceito ligado às divisões hierárquicas de raça e classe social. Consideram ser preciso estar atento para o fato de que as divisões de raça e classe características da sociedade brasileira em geral também estão refletidas nas interações entre os homossexuais.

Em relação ao lazer, detecta-se um conjunto de variáveis que têm como pano de fundo as limitações econômicas, caracterizando o todo inibidor de acesso ao lazer, quer em termos de quantidade, e, principalmente, em termos de qualidade de participação. Marcellino (2006) aponta que a classe, o nível de instrução, a faixa etária, e o sexo, entre outros fatores, limitam o verdadeiro lazer a uma minoria da população. O autor enfatiza que tais elementos “são indicadores indesejáveis verificados no plano social da situação e necessitam, [...], ser atacados pelo movimento social embasado nos valores de democratização do lazer” (MARCELLINO, 2006, p. 55).

Diante dessa realidade, e como visto anteriormente, consegui localizar dez atividades (cinco em cada ONG) norteadas por aquilo que entendo como lazer. Na Associação Lésbica de Minas, são realizados: o Futebol Lilás, Sessão Pipoca, as Batucadeiras, como atividades periódicas; e a Caminhada das Lésbicas e Mulheres Bissexuais e o “Mulheres que Pintam e Bordam”, eventos que ocorrem uma vez ao ano. Já no Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual, as atividades realizadas são: o Futebol-Lés, Vôlei da Diversidade, Vídeo Pipoca, os Encontros Tudo a Ver, como atividades recorrentes e a Parada do Orgulho LGBT, organizada uma vez por ano. A Caminhada das Lésbicas e Mulheres Bissexuais e a Parada do Orgulho LGBT não são apontadas por alguns profissionais como atividades de lazer, por afirmarem que estas são atividades de cunho político. Contudo, foi possível perceber que estas atividades têm como elemento fundante o caráter lúdico, e vêm adotando um formato de festividade, despertando o interesse das pessoas neste e para este sentido, sem perder o viés político da ação. Até porque educamos pelo e para o lazer. E a educação pelo lazer e para o lazer, numa perspectiva de influência funcionalista, com o fim último de pensar o lazer como

um eficiente instrumento de auxílio no vasto esquema educacional, visualiza a promoção humana e o progresso da sociedade (STIGGER, 1996).

Se para alguns o lazer é desvinculado desse lado político, qual seria, então, o objetivo dessas atividades, qual o interesse em realizar ações? Nesse sentido, questionei aos entrevistados sobre os objetivos delas. A partir dos relatos, percebi que, para cada ONG, essas ações apresentam objetivos diferenciados. Na ALEM, não há entre as entrevistadas um consenso acerca dos objetivos dessas atividades. O que pude compreender foi uma relação com o resgate da autoestima do público LGBT, no qual as atividades assumem uma forma de descontração frente às mazelas da vida social, a partir desse processo de socialização.

[...] o objetivo da atividade cultural é o resgate da autoestima, e através da música e da dança você consegue fazer isso, é integração do grupo, e valorização também dos trabalhos que as mulheres fazem, e também para desenvolver o gosto pela arte, o gosto pelo ritmo, o gosto pela música. Isso é muito importante (ENTREVISTADA 01).

Acho que um dos principais é trabalhar a autoestima através da arte, trabalhar a questão do reconhecer, da visibilidade. Por exemplo, essa oficina de dança afro foi muito legal, porque as mulheres que estavam meio que presas chegaram, soltaram, então, a arte – eu posso dizer – é libertadora para vários sentimentos, inclusive o da culpa que muitas mulheres carregam e que a sociedade impõe a todo momento pelo fato de ser lésbica, pelo fato de ser mulher, às vezes pelo fato de ser negra. Então, eu acho que essa arte liberta muitas mulheres que participam (ENTREVISTADA 02).

[...] os objetivos de qualquer atividade que a Associação faça, e penso eu que qualquer grupo LGBT a nível de Brasil e de Mundo é quebrar os preconceitos, é mostrar pra pessoa que existe um mundo além daquele que ela acredita, que ela pensa que é o correto, e que o melhor Mundo é o Mundo inclusivo. [...] Então os objetivos dessas atividades são mobilizar, trazer informação, quebrar tabu, abrir, colocar a pessoa pra poder pensar (ENTREVISTADA 03).

Já no CELLOS, as atividades estão relacionadas ao empoderamento desse público, visando a seu protagonismo social, através do processo de socialização.

O nosso objetivo é empoderamento da nossa Comunidade e suscitar o protagonismo dela, por isso que é o Centro de Luta, então nós, o CELLOS nunca vai fazer as coisas para você, queremos que esse homossexual se empodere e desperte o protagonismo dele, e o CELLOS vai ser um instrumento desse protagonismo. Então, todas as nossas atividades são voltadas para formação, mesmo que seja para jogar vôlei, queremos um empoderamento desse homossexual, ou seja, ele ter clareza que existe uma sociedade homofóbica, que existe uma sociedade que discrimina, que tem preconceito e que ele precisa se empoderar para lutar contra, para modificar isso. Então, nossas ações são sempre voltadas para isso, empoderamento da nossa Comunidade (ENTREVISTADO 04).

O CELLOS é uma entidade que visa o protagonismo social, então tentamos trazer o maior número de gays para se juntarem à gente na luta contra a homofobia. O objetivo dessas atividades é justamente, através delas, a gente trazer os homossexuais: gays, lésbicas, travestis, pra conhecer a entidade e fazer parte da entidade. [...] Essas atividades nossas trazem as pessoas pro grupo. Mas, no caso, essas atividades justamente, além de trazer pessoas para o grupo, trabalham a autoestima do homossexual também, porque vemos que muitos têm a autoestima

baixa, por conta do preconceito, discriminação. [...] Então, essa é uma forma deles poderem estar participando (ENTREVISTADO 05).

Temos o desejo de que essa atividade traga algo mais para aquele sujeito que está ali participando, não só uma reflexão, mas também outras coisas. A partir dessa reflexão, uma emancipação, o cara pensar o que ele assistiu o filme, ele vai refletir o que é a homossexualidade, ou vai refletir o que é DST/AIDS, ou ele vai repensar como é que é o comportamento social que ele, que a sociedade tem esperado dele ou o que ele pode esperar da sociedade com relação à homossexualidade dele; então, vamos discutir várias coisas relacionadas a isso. E lá tem pessoas de diversas áreas, de diversas qualificações, que dão conta de fazer esse debate, ou pela experiência no Movimento ou até pela experiência profissional mesmo. [...] Tem o objetivo também da socialização, que eu não falei, [...] mas todas as atividades são atividades de socialização (ENTREVISTADO 06).

Ressalto que não foi possível perceber a valorização dessas ações como um tempo, que tem um fim em si mesmo; ao contrário, as atividades de lazer são entendidas como um meio para se atingir determinado fim. Nesse sentido, não as entendo a partir de um viés funcionalista, mas ressaltando a perspectiva do duplo aspecto educativo do lazer. Entendo que, no contexto das ONGs, é enfatizado o potencial educacional do lazer, ou seja, por meio dessas atividades, é possível se educar para o enfrentamento ao preconceito, seja através do empoderamento, seja trabalhando a autoestima.

Em todas as suas manifestações culturais – físico-desportivas, artísticas, turísticas, intelectuais, manuais e sociais –, o potencial educacional está presente, sendo possíveis a reflexão e o aprendizado. Entretanto, é interessante observar que, mesmo trabalhando com essa perspectiva, alguns profissionais parecem não se dar conta dessa potencialidade em todas as diversificadas atividades, em todos os seus diferentes conteúdos.

Todas as nossas atividades são voltadas para formação, **mesmo que seja para jogar vôlei** (grifo meu), queremos um emponderamento desse homossexual, ou seja, ele ter clareza que existe uma sociedade homofóbica, que existe uma sociedade que discrimina, que tem preconceito e que ele precisa se empoderar para lutar contra, para modificar isso (ENTREVISTADO 04).

Assim, eu vou falar de alguns objetivos que são mais gerais, porque na verdade podemos pensar outras coisas a partir de uma atividade, mas, na maioria das vezes, elas têm os objetivos de mobilização, por exemplo: **se nós temos um grupo grande de adolescentes e jovens que vão para o Vôlei, é uma forma de trazer e mobilizar os homossexuais** (grifo meu), os jovens a participarem, a virem conhecer o Movimento, nem que seja através do Vôlei, da atividade esportiva. **Então, por mais que ele esteja indo ali só por conta do Vôlei** (grifo meu), ele vai saber que quem está organizando o Vôlei é uma entidade e que aquele espaço é um espaço que ele vai ter uma liberdade, porque é um espaço que tem um grupo que ele se reconhece, é um grupo que ele pertence, que é um grupo de homossexuais. [...] **Algumas atividades são realmente muito reflexivas**; então, o que acontece? Por exemplo: tem uma, **eu falei do Vôlei que mobiliza o número de jovens, não que o Vôlei também não possa trazer uma reflexão, mas o Vídeo Pipoca, também mobiliza um grupo de pessoas**, só que esse grupo de pessoas, além de haver a mobilização, **essa atividade tem o objetivo que é diferente, não é mais atividade esportiva, do corpo, mas uma atividade reflexiva** (grifo meu) (ENTREVISTADO 06).

Segundo Marcellino (2006), em se tratando do lazer, é necessário considerar suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, tanto cumprindo objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer; quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade, e esse aspecto se dá nos seus diferentes conteúdos. Para o autor, a realização de qualquer atividade de lazer envolve a satisfação de aspirações de seus praticantes. Há alguma coisa em comum entre o que se busca indo ao cinema ou ao teatro, e que se difere das razões que motivam o desenvolvimento de esportes, por exemplo. Enquanto, na primeira opção, a satisfação estética pode ser considerada como critério norteador, na segunda possibilidade, prevalece o movimento, o exercício físico.

Em um dos relatos, foi possível perceber a iniciativa de articulação entre a cultura, a educação e o lazer:

Nós sabemos que a cultura e a educação são processos sociais que fazem com que o sujeito se socialize, se emancipe, tenha mais informação e, automaticamente, tome outros rumos que possam trazer essa emancipação. Então, o objetivo geral está dado, só que, dentro de uma entidade que vai trabalhar questões específicas, esse objetivo vai ser trabalhado a partir de questões específicas. Então, qual é o objetivo de fazer atividades culturais e de lazer dentro do CELLOS? Além de trazer questões relacionadas ao lazer e à cultura para aquelas pessoas que normalmente não têm acesso a essas atividades, [...] proporcionar esses espaços. [...] São espaços abertos, mas ali aquele sujeito sabe que ele está indo pra aquela especificidade que é do grupo e que também é dele. Então, qual que é o objetivo de fazer? Fazer a integração e trazer a integração de sociabilidade para o grupo e para o segmento LGBT (ENTREVISTADO 06).

Essa articulação tem em vista o processo de emancipação dos sujeitos em prol de sua autonomia, características dadas pelas ONGs às atividades de lazer. Nesse sentido, a educação para o Lazer poderá contribuir, qualitativamente, para reverter os aspectos axiológicos que inibem a autonomia humana e, também, para estimular a produção de bens culturais como forma de equilibrar a relação consumo-produção cultural. De Gáspari e Schwartz (2001) acrescentam que a significativa contribuição da Educação para o Lazer reside, inclusive, na perspectiva de conferir à pessoa humana sua existencialidade, a qual perpassa pela liberdade e emancipação que a distinguem como singular na diversidade cultural onde se insere e busca, incessantemente, a melhoria de sua qualidade de vida.

Aponto para essa discussão a concepção de autonomia proposta por Freire (1996), quando afirma que educar é proporcionar autonomia de escolhas, uma cultura de vida, associando à ideia de autonomia a ideia de liberdade e de força pessoal e coletiva para intervenção na realidade e escolha dos próprios caminhos. Wimmer e Figueiredo (2006) acreditam que, pelas ações coletivas, é possível intervir na realidade local por meio da prática

da intersetorialidade, da transdisciplinaridade e da educação para autonomia. A partir dessa perspectiva, a atuação no âmbito do lazer está mais próxima de pensar as necessidades da comunidade de forma mais ampla e de agir nos problemas de forma menos pontual e considerando toda sua complexidade.

Frente a esses dados, ao observar a proposta de emancipação a partir da interlocução entre cultura, educação e lazer traço uma aproximação com a proposta de Animação Cultural. Para Trilla (1997), a Animação Cultural é um conjunto de ações realizadas por indivíduos, grupos ou instituições, sobre uma comunidade (ou um setor desta) e no marco de um território concreto, com o propósito principal de promover, em seus membros, uma atitude de participação ativa no processo de seu próprio desenvolvimento, tanto social quanto cultural.

A partir dessa proposta pedagógica, o profissional atua como mediador, favorecendo a problematização e o questionamento da ideologia dominante, no intuito de superar a alienação, no caso do lazer, desenvolvida de forma dissimulada pela indústria cultural, que, além de criar, objetiva padronizar gostos e necessidades. Dessa forma, remeto às contribuições de Melo (2006), que nos diz que um dos objetivos da Animação Cultural seria desorganizar pensamentos enraizados nas pessoas, desencadeando certo incômodo, possibilitando ao sujeito atentar para detalhes antes não observados. Daí a importância de esse processo ser trabalhado nos diferentes conteúdos. Contudo, a materialização dessa proposta está intimamente relacionada com o planejamento dessas ações, caso contrário ela se restringe ao campo das ideias, como pude perceber em determinadas ocasiões, nas quais as questões relacionadas ao contexto do e para o lazer não foram consideradas.

Entendo o planejamento como um processo que busca o equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. Nesse sentido, corroboro com as ideias de Padilha (2001), ao dizer que o ato de planejar é processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

Dessa forma, o planejamento é demandado por problemas aflorados no cotidiano de trabalho e por novas questões que surgem de forma a seguir o que está preestabelecido como objetivo para determinadas ações. No caso das ONGs pesquisadas, o planejamento das ações de lazer é projetado de forma distinta nas diferentes instituições. No caso da Associação

Lésbica de Minas, toda a comunidade atendida é convidada (via site e email) a participar desse processo, intervindo diretamente tanto na elaboração e implementação, quanto na avaliação das ações. Para tanto, a sistematização desse planejamento se dá através de uma reunião no princípio do ano, na qual são sugeridas e escolhidas as atividades que serão realizadas ao longo do ano.

Todo ano, no início do ano, a gente faz uma plenária, que é a plenária para a programação do ano todo. E nessa plenária já pensamos essa parte cultural: 'na área cultural o que nós podemos desenvolver?'. Isso vai depender da demanda do grupo (ENTREVISTADA 01).

Na reunião de planejamento,

[...] participam todas as mulheres que quiserem participar, que frequentam, que têm uma frequência mais assídua na ALEM. E elas querem mesmo participar para estar ajudando a organizar mesmo as atividades da entidade. Então, quem participa? É aberta pra todas as mulheres que quiserem construir essa luta conosco [...] é aberto (ENTREVISTADA 02).

Na mesma reunião, são retirados os nomes das responsáveis pelas atividades, que se organizam entre si, para pensar o desenvolvimento daquela atividade específica. Vale ressaltar que os grupos são diversificados e não necessariamente nas atividades de lazer permanecem as mesmas mulheres na organização, como também nem sempre há uma mediadora ou mediador nesse processo. Em cada atividade, as mulheres intervêm diretamente planejando as ações e opinando quanto às diretrizes de desenvolvimento delas. Há uma preocupação com a construção coletiva das ações, com o protagonismo e autonomia dessas mulheres, no sentido de estas se constituírem como atores sociais, sujeitos da própria história. Ao mesmo tempo em que entendo essa perspectiva, questiono sua consolidação, no sentido de pensar se era essa a proposta inicial da instituição, ou se, diante da falta de recursos provenientes para o âmbito do lazer, essa não passou a ser uma alternativa.

No caso do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual, segue-se outro tipo de organização. O coletivo de direção estruturou o planejamento em duas fases: um planejamento geral, envolvendo todas as atividades da instituição, e um planejamento específico, voltado mais para a atividade em si. Dessa forma, organizam as demandas da instituição em eixos de tarefas, e se subdividem em comissões que são responsáveis por cada eixo. Essa divisão fica mais explicitada na fala de um entrevistado:

Nós temos o planejamento geral, que é coordenado pelo coletivo da direção. [...] Dentro desse coletivo, nós temos divisões de comissões, comissão de comunicação, comissão de administrativo, comissão das atividades. Essas pessoas vão se dividir em comissões, planejam as atividades e fazemos um grande planejamento com todas as atividades, calendários e etc. (ENTREVISTADO 04).

Diferentemente da ALEM, no CELLOS não há o envolvimento do público atendido no planejamento das atividades, cabendo ao coletivo de direção essa responsabilidade. Nesse caso, há uma preocupação com a mediação dessas atividades, e mesmo se dividindo o grupo em comissões para o planejamento, a figura do mediador é sempre presente e anteriormente direcionada. Há uma preocupação com as demandas e interesses do público atendido, e, diante disso, para o planejamento das ações, a comissão responsável busca articular os objetivos das atividades com essas questões. Para tanto, utilizam os filmes, debates ou garantem em algum momento das atividades uma fala ou uma reflexão acerca dessas demandas. A fala do entrevistado 06 ilustra essa característica do planejamento da instituição.

Nós temos agora o CELLOS-Lés, um grupo de lésbicas dentro do CELLOS. Aí, pensou-se o seguinte: então vamos pensar uma atividade esportiva e de lazer pra esse grupo específico. Foi feita uma consulta com esse próprio grupo e as meninas falaram: 'Ah, nós queremos o futebol', [...] nós já temos aí uma primeira coisa, que é onde cativa. Desse próprio grupo que gostaria que fosse feito o futebol, [...] vamos tirar o responsável, no caso, a Leandra. [...] Ela é responsável por mobilizar as meninas pra poder fazer o futebol, [...] que haja uma socialização e outros objetivos, sabemos que elas têm um objetivo, é de um grupo específico que vai discutir temas específicos (ENTREVISTADO 06).

Nesse sentido, penso que, de formas distintas, as duas instituições percebem o planejamento em seu sentido amplo, entendendo-o como um processo que "visa a dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro", mas considerando as condições do presente, as experiências do passado, os aspectos contextuais e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e com quem se planeja (PADILHA, 2001, p. 63).

Compreendo que planejar é uma atividade que está dentro da educação, por entender que é um processo que tem como características básicas: evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação. Assim, planejar e avaliar quase sempre andam de mãos dadas.

De tempos em tempos, reformulamos, vemos como podemos fazer; de repente, uma atividade não está trazendo tanta gente, aí nos reunimos e analisamos o que está errado, o que podemos reformular. De repente, detectamos que está com pouca divulgação do evento, e começamos a divulgar mais o evento, chamando o pessoal para ir. [...] Basicamente, fazemos isso, de tempos em tempos fazemos uma reformulação. Essas três atividades já passaram por várias, até de localização. O 'Vôlei', por exemplo, era num local totalmente afastado do Centro, que era lá para o lado do Cidade Nova, olhamos a questão de que às vezes os meninos têm

dificuldade de locomover, questão de passagem de ônibus, conseguimos aqui no Marconi, que é próximo do Centro; então, mesmo que ele pague uma passagem de ônibus e vá até o Centro, dá pra ele ir caminhando até no Marconi que não é tão longe. Nós olhamos essas coisas também (ENTREVISTADO 05).

Entendendo a estrutura de organização do planejamento das ações das instituições, busquei compreender o planejamento específico das atividades de lazer, solicitando que os entrevistados levantassem elementos para essa caracterização. Novamente os sujeitos ressaltam a questão da falta de recursos financeiros:

[...] nós não temos, como uma instituição sem fins lucrativos, [...] grana em caixa à vontade, você tem pouco recurso para poder dar sustentabilidade. [...] Então, pensamos em coisas básicas: o local, o deslocamento, em formatar uma atividade sem custo ou com baixíssimo custo, porque não vai ter recurso disponível. Se for um projeto como o Seminário Internacional não, tem que ter muito recurso disponível, tem que ter um projeto para isso acontecer; agora, se for uma oficina ali para quinze mulheres ou se for uma atividade para cem mulheres, tem que pensar da mesma forma: não vai ter projeto, vamos ter que trabalhar com recurso nenhum (ENTREVISTADA 03).

Diante da falta de recursos, outro aspecto enfatizado foi a importância da localização das atividades. Assim, preocupa-se em desenvolver as atividades priorizando espaços na região central da cidade, dada a facilidade de deslocamento.

Tem que ser na região central, porque evitamos custo de deslocamento, não só para a mulher que vai participar, porque ela pode estar passando pelo Centro, porque está voltando do trabalho ou está indo para a aula ou voltando da aula, ou ela pode pegar um ônibus ou vir de táxi ou o que for para o Centro, é mais fácil de qualquer pessoa chegar, não vai ter tanto obstáculo (ENTREVISTADA 03).

Assim, as preocupações e pontos ressaltados no plano de ação das atividades de lazer de ambas as ONGs estão voltados para a estrutura física de realização das atividades, e pouco foi levantado em relação ao conteúdo dessas ações, ao lazer em si. Entendo que isso se dá devido ao entendimento do que são essas atividades para as instituições. Ou seja, o foco dado a elas é o da mobilização para o movimento, como abordei anteriormente, e o lazer é um meio de educação para algo maior, a mobilização do grupo.

[...] deixando claro que por mais que a atividade tenha um caráter ou cultural ou de lazer como, por exemplo, o futebol tem, antes ou durante ou depois vamos ter um momento específico para poder falar da questão da mulher, para trazer informações, para falar da existência da Associação, para falar do histórico da ALEM: por que a ALEM existe, por que ela está ali. Como no futebol, por exemplo, antes de começarmos, eu falo do futebol, porque foi uma ação que aconteceu dentro da Primeira Semana de Visibilidade Lésbica, antes de começar o futebol, fiz uma abertura, falei da Associação, falei do histórico da ALEM, falei o porquê que estávamos ali, falei que elas estavam ali ocupando aquele espaço machista e distribuimos informações da ALEM; então conversamos ali mais ou menos uns vinte minutos antes de irmos para o bom, que era jogar o futebol e depois tomar uma cervejinha, porque ninguém é de ferro (ENTREVISTADA 03).

Nós estamos fazendo essa atividade para que um número maior de lésbicas participe e que essas meninas se empoderem dessa sociabilidade, ou mobilizem outras, ou façam uma reflexão em cima daquilo, ou, de alguma forma, incorporem o Movimento, de alguma outra forma, estejam presentes. Então, é chamar mesmo para que as pessoas reflitam que existe um Movimento, que existe uma organização e que essa organização, por exemplo, promove o futebol de lésbicas. Eu acho que é muito nesse formato, de pensar para quem, no caso falar assim: 'Você, lésbica, você, que é lésbica, tem uma atividade para lésbicas no CELLOS, o CELLOS é uma entidade do Movimento LGBT e tudo'. Trazer todo esse processo hierárquico até chegar à pessoa, digamos assim, saber o que significa tudo. Então, essas atividades têm muito desses objetivos (ENTREVISTADO 06).

Enfim, aponto a importância de se considerar o lazer não só como meio para algo, mas como algo que tem sua importância em si mesmo, na fruição daquele momento, marcado por um estado de satisfação, enfatizando seu caráter desinteressado, ou seja, o lazer não está, fundamentalmente, submetido a algum fim, seja lucrativo, profissional, utilitário, ideológico, material, social, político, socioespiritual (GOMES, 2004). E, nesse sentido, pude observar que, na perspectiva de trabalho das atividades, o lazer não é tratado como um direito social, o que vou abordar mais à frente. O interessante é que há uma demanda do público envolvido por atividades que priorizem essa fruição, e isso foi perceptível não só em minhas observações, mas também pela fala dos sujeitos.

Existe uma demanda e muito, tanto é que no planejamento, às vezes, tira várias atividades lúdicas, porque vemos uma necessidade muito importante, porque não adianta você discutir só política, política e não ter uma atividade lúdica para que essas mulheres possam ter uma liberdade. E sentimos que, quando há uma realização dessas atividades, há uma liberdade maior, inclusive para estar falando as suas questões (ENTREVISTADA 02).

Acho que elas são fundamentais, e todas elas têm algum objetivo e trazem retorno para nós, por exemplo, o "Tudo a Ver". São espaços que, os homossexuais não têm outro lugar, espaço para poder conversar, para poder falar, eles vão falar aonde: aqui. O vôlei... Não é transformar isso em gueto, que a gente não quer que seja, mas não é fácil o homossexual praticar esporte em outros ambientes, porque existe preconceito. e então, se você tem um espaço específico que você possa ficar mais à vontade, dar pinta e tal, essas coisas, então é melhor. Eu acho que isso é legal e empodera também, cria um sentimento de grupo, reconhecimento da sua identidade, porque quando você vai para um grupo e vê que tem jovens iguais você, que são homossexuais, que trabalham, que praticam esporte, que estudam, você começa a ter referências positivas, coisas que são muito raras, essas referências (ENTREVISTADO 04).

Mas ainda é perceptível a relação do lazer como elemento facilitador da dinâmica do grupo, como se a ele fosse dada determinada função, não o caracterizando com um fim em si mesmo. Para Marcellino (1987), o lazer na abordagem funcionalista é simples assimilador de tensões e reparador dos efeitos negativos da força de trabalho, principalmente quando o trabalho é alienado, reforçando princípios como a manutenção da ordem e a busca pela paz social.

Para Pinto (2009), muitas ações relacionadas ao lazer no Brasil poderiam se tachadas de “funcionalistas”, tratando o lazer como recurso para acabar com a violência, com a miséria, tirar os jovens das drogas. Não que o lazer não possa contribuir com a resolução desses e de outros problemas. Contudo, é um equívoco reduzir o lazer a esses aspectos, bem como pensá-lo sob essa vertente, uma vez que o lazer, sozinho, não é capaz de transformar a vida, nem de torná-la qualitativamente melhor. Para Marcellino (1995), é necessário o equilíbrio entre a prática e o consumo de vivências, objetivando o atendimento dos vários interesses e funções verificados no lazer, procurando-se balancear o repouso, o entretenimento e o desenvolvimento das pessoas envolvidas. Interessa ao autor que o fenômeno do lazer se torne criativo, superando os níveis conformistas de vida em sociedade.

Ponderando os diversos aspectos em que o lazer se mostra “funcionalista”, é importante ressaltar que, na maioria das vezes, a discussão teórica é realizada por autores que estabelecem as relações do lazer com o trabalho. O desenvolvimento dessa categoria muitas vezes se dá com enfoque recorrente na condição dos trabalhadores, e na forma como estes vivenciam o lazer, geralmente ansiando a “fuga” para compensar a insatisfação ou o alívio do cansaço gerado pelo trabalho desempenhado (PINTO, 2009). Em seu trabalho, Pinto (2009) estudou a relação do lazer no contexto hospitalar, realidade com a qual, para a autora, são necessárias outras reflexões e aprofundamentos quando se faz a crítica à “abordagem funcionalista do lazer”. Assim como a autora, enfatizo que, para o contexto das ONGs LGBT pesquisadas, essas ponderações são importantes. Dessa forma, busquei também identificar e compreender o processo avaliativo dessas atividades.

Para Freitas (1995, p. 95), os objetivos e avaliação *são categorias que se opõem em sua unidade*. Os objetivos demarcam o momento final da objetivação/apropriação, e a avaliação é um momento real, concreto, cujos resultados nos permitem confrontar o momento final idealizado, antes, pelos objetivos. A avaliação incorpora os objetivos, aponta uma direção. Os objetivos, sem alguma forma de avaliação, permaneceriam sem nenhum correlato prático que permitisse verificar o estado concreto da objetivação.

Assim, o ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: diagnosticar e decidir. Não é possível uma decisão sem um diagnóstico, e um diagnóstico sem uma decisão é um processo abortado. Zingoni (2007) ressalta que é comum encontrarmos na literatura a definição de avaliação como agregação de valor ou julgamento. Para a autora, essa definição é correta, já que o termo “avaliação” diz respeito ao processo de determinação de mérito, da validade ou do valor de algo. Contudo, ressalta que, em atividades de lazer, avaliar

significa analisar elementos dos processos e resultados que produzem conhecimento, permitindo tomar decisões gerenciais acerca do rumo das atividades.

Nesse sentido, em primeiro lugar, vem o processo de diagnosticar, que se constitui de uma constatação e de uma qualificação do objeto da avaliação. Portanto, é preciso constatar o estado de alguma coisa (um objeto, um espaço, um projeto, uma ação, a aprendizagem, uma pessoa...), tendo por base suas propriedades específicas. O ato de avaliar, como todo e qualquer ato de conhecer, inicia-se pela constatação, que nos dá a garantia do que o objeto é e como é. Não há possibilidade de avaliação sem a constatação (LUCKESI, 2000).

E como se estrutura o processo avaliativo das ONGs estudadas?

Em ambos os casos existe a avaliação das atividades, que é realizada em reuniões para essa finalidade.

Elas são avaliadas, a cada atividade fazemos uma avaliação. É o grupo de mulheres, que organizou e participou, que faz essa avaliação. Nós temos a lista de presença que olha quantas pessoas que participaram, acho que é importante também termos esses dados. Mas a avaliação é feita a cada atividade realizada. [...] É no coletivo, coletivo (ENTREVISTADA 02).

Nesse coletivo da direção sempre tem reunião de avaliação (ENTREVISTADO 04).

Nessas reuniões é feita a avaliação dessas atividades e é registrado na ata, é colocado no planejamento do próximo ano, ou colocado no planejamento do próximo mês, no próprio planejamento de recurso, essa atividade está bacana, precisamos investir um pouco mais nela. É feito muito nesse sentido, a partir das reuniões do coletivo de direção principalmente, e da fala dos próprios participantes, porque tem militantes e as pessoas que participaram. Assim, vamos pegando esse montante de informações e avaliando a atividade (ENTREVISTADO 06).

O que se diferencia em relação às duas instituições são os momentos de avaliação, que são influenciados pela forma de planejamento das ações. Como na ALEM, as atividades são planejadas com todo o grupo, as avaliações também são realizadas com o todo o grupo a cada atividade. No CELLOS, é a comissão de atividades que realiza esse processo e encaminha para o coletivo de direção, que levanta os pontos em reunião. O registro da avaliação se dá através de atas, contudo há uma preocupação em se aprimorarem os recursos utilizados para esse processo.

Bom seria se conseguíssemos, se tivéssemos uma estrutura com voluntárias e com um pouco mais de estrutura física, e de um pouco mais de organização pra esse lado, eu diria que publicitário, pegar tudo isso que está acontecendo e 'publicizar'. Não só você transformar num relatório, mas que isso vire um documento e que isso seja exposto pra população de alguma forma. Mas a ideia você tem, mas nem sempre você consegue colocar em prática tudo (ENTREVISTADA 03).

Em relação aos pontos avaliados, pode observar certa predominância dos aspectos quantitativos e técnicos, principalmente em relação ao número de participantes e frequência destes nas diversas atividades.

Sempre nós, da direção, estamos indo nas atividades, depois nas reuniões da direção vamos avaliando como é que estão as atividades. [...] Quando começa a esvaziar muito, começamos a fazer, inventar outra forma de trazer o pessoal. O que fazemos é isso, tentamos atrair as pessoas e constantemente estamos avaliando as atividades (ENTREVISTADO 05).

Ah, são vários pontos, por exemplo, nós fizemos uma avaliação da caminhada. Então, como que fazemos essa avaliação, o que deu certo, a saída deu certinho, o trio elétrico chegou no momento, faltou uma parte mais cultural na concentração e tudo. Então, vamos ponto por ponto (ENTREVISTADA 02).

Quando há a preocupação em avaliar a atividade qualitativamente, a questão que surge em pauta é a falta de um método, um modelo avaliativo, restringindo a avaliação às impressões de quem organizou. O relato da entrevistada 01 ilustra essa preocupação, contudo não exemplifica, não nos dá dados de como essas ideias se concretizam.

A avaliação é realizada da seguinte forma: nós fazemos um monitoramento a cada oficina: 'quem foi?', 'quem não foi?', 'por que faltou?'. Então, nós fazemos primeiro um monitoramento da frequência, fazemos um monitoramento do aprendizado também, o resultado daquela oficina: 'quem aprendeu?', 'quem não aprendeu?', 'quem memorizou?', 'quem tem dificuldade?', 'onde está a dificuldade?', e nessa dificuldade de perceber as dificuldades, tentamos trabalhar; se aquela pessoa teve uma dificuldade no tambor agudo, ela vai para um instrumento mais leve, [...] vai experimentar outro instrumento, vai ter essa possibilidade, então fazemos essa avaliação. E fazemos avaliação também do processo de ensino, de como essas informações são repassadas para nós, a postura da pessoa que está repassando essas informações, o envolvimento dela com o grupo, o compromisso dela com o horário, o respeito com relação aos meninos que estão no processo, no grupo, então, tudo isso é avaliado, e nos reunimos e colocamos tudo no papel, cada uma vai falando o que pensa, o que percebeu, e assim fazemos a avaliação (ENTREVISTADA 01).

Para Zingoni (2007), um modelo avaliativo de uma atividade de lazer, significa definir com clareza os resultados esperados, a metodologia, os condicionantes e as variáveis, as relações das variáveis com os resultados, os parâmetros avaliativos e de comparações e os indicadores. Assim, a avaliação exercida apenas pelo julgamento das impressões, ou do que é possível ser captado pela percepção, não pode ter status de avaliação. E essa é a dificuldade das ONGs, ou seja, materializar esse processo avaliativo.

O que pensamos muito no sentido da avaliação, fazemos o monitoramento das atividades, é difícil de avaliar, avaliamos mesmo, é o planejamento do monitoramento que foi feito, cumpriu o objetivo? Cumpriu. Mobilizou o número de pessoas que foi legal, a reflexão aquele dia foi bacana? As pessoas participaram? Como é que foi a fala? Quem trouxe mais informações? O que apareceu? Por exemplo, às vezes aparecem muitas coisas naquela reflexão, a galera não está sabendo do direito delas, por exemplo, se beijar em um bar, apareceu isso, teve um

filme, e apareceu isso. Então, as avaliações são feitas muito nesse sentido, assim do que aquela atividade trouxe e naquela realização o que aconteceu, então fazemos muito nesse sentido, planejamento, monitoramento e avaliação. Planejou, alguma atividade vai acontecer todo domingo dessa forma, o monitoramento, olha como é que tem sido? A galera está participando? Na participação o que tem aparecido? Como é que tem sido feito? A organização está bacana? Como é que está sendo? Assim, vamos fazendo esse monitoramento e no final avaliamos, como é que foi? Ah, vou precisar de mais atividades para lésbicas [...] Depois disso tudo fazemos uma avaliação de como que foi a atividade, nesse sentido de melhorar mesmo e de fazer com que essa atividade continue ou também refletir, 'olha, essa atividade não está sendo uma atividade que tem sido atrativa, tem uma atividade que não tem correspondido às expectativas, vamos pensar uma outra coisa no lugar dessa atividade (ENTREVISTADO 06).

Há uma ênfase na avaliação quantitativa, em que os aspectos técnicos são os pontos avaliados, havendo certa preocupação com o número de participantes e a frequência nas atividades. Esse tipo de avaliação busca descrever os significados que são observados como inerentes aos objetos e atos, por isso é definida como objetiva. Tem como característica permitir uma abordagem focalizada, pontual e estruturada, utilizando-se de dados quantitativos. A coleta dos dados se baseia na obtenção de respostas estruturadas, e as técnicas de análise são dedutivas, partindo do geral para o específico, e orientadas pelos resultados, que acabam por se tornar generalizáveis (TANAKA, 2001).

Não estou desconsiderando a importância da avaliação quantitativa, entretanto destaco que existe o mito de que apenas o que pode ser expresso em números é permeado com a objetividade exigida para dar cientificidade à avaliação. No entanto, a análise e as conclusões obtidas no processo de avaliação adotando-se a abordagem quantitativa não estão isentas da visão de mundo e dos valores de quem a faz. Dessa forma, a abordagem quantitativa não deve ser utilizada como algo infalível, que expressa uma verdade absoluta. Diante disso, ressalto a importância de uma análise qualitativa, direcionada a identificar benefícios e resultados no/para o público atendido. E isso inclui a explicitação da subjetividade da percepção do outro.

Portanto, corroboro com as contribuições de Demo (2008), ao enfatizar que refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos. Daí que os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados, estejam sempre subordinados às finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra. Assim, seria ingênuo pensar que a avaliação é apenas um processo técnico, já que trata-se também de um movimento político. Avaliar pode constituir um exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode constituir um processo e um projeto em que avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa. Daí a

importância do estabelecimento de metodologias avaliativas, registros, e de a avaliação se dar de forma processual.

Outro aspecto que chamou a atenção em relação às atividades foram os espaços e equipamentos destinados à sua realização. Chamou-me a atenção o fato de as sedes não terem espaços que contemplem todas as atividades e de a dificuldade financeira limitar outras possibilidades. Nesse sentido, procurei não só identificar os espaços, como também descortinar os processos de aquisição desses espaços.

As sedes possuem, como equipamento material permanente e de escritório, computadores, câmeras digitais, notebooks, cadeiras/mesas – e, no caso do CELLOS, data show –, recursos adquiridos via parcerias e projetos ao longo da história das instituições.

A nossa estrutura física é uma sede que comporta nossa estrutura de equipamentos, é uma sede que comporta mais ou menos umas trinta mulheres assentadas, nós temos uma televisão e um aparelho de DVD. [...] nós temos poucos equipamentos, nós temos o básico, e precisamos ainda de mais uns básicos Assim, utilizamos o equipamento de som, sempre na caminhada. Depois que conseguimos a aquisição, deve ter uns três anos, no máximo, esse equipamento é usado na caminhada, é um equipamento de som. Nós temos um *laptop*, que é utilizado para fazer relatórios e atas de reunião, relatórios de alguns seminários. Utilizamos *laptop* também em ambientes externos, em alguma atividade que vamos participar fora, [...] dois computadores, um está sendo mais utilizado para montagem de projeto e a parte administrativa, por isso ele fica em uma sala mais, um pouco mais reservada, e o outro fica à disposição (ENTREVISTADA 03).

Diante disso, qual o cenário destas atividades?

Nós usamos o espaço público em alguns momentos. Para as oficinas de percussão, nós utilizamos o Parque Municipal. [...] O futebol, nós alugamos uma quadra na região central, e a gente divide, rateia esse custo com as meninas que vão jogar, as meninas que vão estar lá como torcedoras, que vão jogar, e fazemos assim. É nesses espaços, alugados ou às vezes cedidos (ENTREVISTADA 01).

São vários. A sede do CELLOS é o nosso principal espaço, mas usamos o espaço da escola, auditórios governamentais, sindicatos, nós já fizemos atividades em sindicatos. Então, nós temos vários espaços que temos que ocupar (ENTREVISTADO 04).

No 'Vídeo Pipoca' a gente usa *datashow*, e tela pra poder colocar o vídeo. No vôlei, temos a rede, a bola, que levamos para lá, inclusive a própria escola já tem o equipamento [...] e o 'Tudo a Ver' praticamente é uma roda de conversa que é feita aqui no espaço mesmo. Então usamos o que a entidade tem mesmo, tem de equipamento, os eventos que fazemos são todos em parceria com o poder público. Na Parada, o palco é da Belotur, grade é Belotur, não recebemos recursos, enviamos as demandas do que é necessário para fazer o evento, corremos atrás do licenciamento, da parte burocrática, tudo isso pra poder realizar, e o poder público auxilia nisso. [...] Trabalhamos dessa forma, eu acho até melhor, porque ter recursos e depois ficar prestando conta disso é muito difícil, chato, preferimos colocar as demandas e eles encaminharem o que é necessário. Para os eventos durante a semana da Parada, geralmente mandamos um projeto pra Coordenação DST/AIDS Nacional, que tem um valor estipulado para os eventos da Parada no Brasil inteiro. Mandamos o nosso projeto, todo ano é aprovado, recebemos uma verba que dá para realizarmos. [...] As casas noturnas de Belo Horizonte doam também e outras coisas

que não tem como o poder público pagar que nós mesmos temos que pagar, então recebemos um recurso da coordenação nacional (ENTREVISTADO 05).

A questão é que, para a maioria das atividades, as sedes não dispõem de espaço físico, devido à própria estrutura das sedes, que mal comportam a parte administrativa. Cabe aqui lembrar que, na ALEM, a aquisição da sede se deu a partir do financiamento estabelecido por parcerias e, no CELLOS, ainda é por aluguel. Contudo, ambos apropriam-se das redes de mobilização para formalizar parcerias que poderão ceder espaços e disponibilizar equipamentos quando necessário. A outra possibilidade é a contribuição dos participantes no custeio das despesas com local e equipamentos.

[...] nós navegamos por esses parceiros, a Sobá, o sindicato, uma ou outra vereadora, quando era na época, buscávamos algum tipo de apoio também, e aí se não temos essa, esse *datashow*, se estamos precisando de mais um *laptop*, se estamos precisando de um outro equipamento de som, estamos precisando de cadeira, se precisamos de espaço físico, vamos transitar nesses parceiros, sentar e ver o que queremos fazer, é uma oficina de, sobre sexualidade, que vai precisar colocar, podemos atingir 50 mulheres, então aqui na ALEM não cabe, então vamos ver qual sindicato que pode, que tem agenda. Acabamos sempre transitando por eles, tanto para a questão de pedir algum recurso financeiro para cobrir alguma coisa, um balão para poder colocar no trio, como para pedir espaço emprestado, ou para pedir algum equipamento, transitamos sempre neles. O interessante é que trabalhamos pouquíssimo com nossos fornecedores e os que pagamos (ENTREVISTADA 03).

Quanto às atividades esportivas, é como eu falei: fazemos normalmente, parcerias com escolas para poder utilizar os espaços das quadras poliesportivas das escolas. Então fazemos nesses espaços as atividades que são esportivas. As atividades culturais, normalmente, fazemos na própria sede da entidade, ou na sede de outras entidades que também são do Movimento LGBT, ou que são colaboradoras e parceiras. Através dessas parcerias, em espaços, ou estruturas que são cedidas ou que nos são emprestadas através dessa colaboração do poder público mesmo, da Prefeitura, digamos assim, na maioria das vezes, que é o auditório, o *datashow*, o som, ou é o espaço da Praça, essas coisas. A rua, eu vou falar da rua, assim, da mobilização, por exemplo, de prevenção: é na rua. Então, se está na porta da boate, o cara da boate até deixa, o empresário até deixa a galera do Movimento entrar, fazer, ir lá em cima, fazer alguma atividade, falar e tudo, fazer o processo de prevenção, ele até deixa, dentro daquele espaço. Então também tem esses, que não deixa de ser um espaço. O momento em que estamos, o espaço que temos, os espaços que temos utilizado são os espaços que estão sendo abertos. Mas, por exemplo, questões de estrutura, o auditório da Prefeitura, o *datashow*, ou um outra atividade que empresta, isso tudo é feito através de uma mobilização de uma rede que pode nos oferecer essa estrutura (ENTREVISTADO 06).

Do mesmo modo, esbarramos na grande dificuldade da maioria das ONGs: a questão financeira. Esse aspecto, que limita muitas das ações dessas instituições, está intrinsecamente relacionado ao setor ao qual elas pertencem: o terceiro setor. É importante enfatizar que, na configuração em que as ONGs estão dispostas, nem sempre as parcerias se dão de forma facilitada, principalmente com o poder público. As duas instituições passaram por uma situação que retrata essa realidade e já indica alguns limites e dificuldades de se trabalhar com o terceiro setor e com esse público específico.

[...] agora, por exemplo, nós estamos diante de um problema, agora nós estamos tentando arrumar um local, um galpão, ou alugar, ou arrumar emprestado um galpão para prosseguirmos com as atividades, com essas atividades de percussão. [...] O Parque Municipal foi fechado para isso, então não podemos mais utilizá-lo, infelizmente, um espaço público que o público não pode participar, não pode utilizar. [...] Que as pessoas estão reclamando do barulho. É, eu achei muito estranho, é uma maneira de fechar o espaço público para o público, porque o que vemos lá é assim. Quando fazíamos as oficinas lá, as pessoas chegavam, gostavam, elas se interagiam conosco, perguntavam como é que era aquilo, como que fazia para entrar, então percebíamos que existia um interesse. Outra coisa, não pode ser o barulho, porque os nossos instrumentos são feitos de tambor, de um tambor de plástico; o som não é um som estridente, não é um som potente, então é uma coisa mais leve, mais suave, porque não são equipamentos, não são instrumentos profissionais. Então, a alegação é essa. Eu acho que é uma maneira que eles encontraram de nos afastar do parque, até porque shows acontecem ali. Há alguns meses atrás, aconteceu um show do Paulinho Pedra Azul lá no Parque Municipal, então assim, eu não acredito que seja por causa do barulho não, essa alegação que eles tiveram não me convence (ENTREVISTADA 01).

Esse ano, a Praça da Estação teve um movimento porque queriam cortar os eventos na Praça da Estação, e o que aconteceu foi que teve um evento muito forte contra, inclusive nós até participamos também, porque a praça é do povo. Então, a parada assim em si, ela é importante porque é realizada naquele espaço, e a gente entende que o evento tem que ser feito no centro da cidade, porque tudo converge para o centro. Não tem sentido você fazer um evento lá na Pampulha, que não vai chamar a atenção, que a população não vai ter visibilidade, entendeu? A gente acha que tem que ser no centro, onde as pessoas estão circulando, elas vão ver que está acontecendo aquele evento, é simbólico, político. O que ocorre é que este ano nós tivemos dificuldade em relação a isso, porque, até que então a gente não achou que ia ter dificuldade não porque o evento ia ser no centro, se não fosse na Praça da Estação, seria na Afonso Pena, mas quem tinha que resolver isso era o poder público, já que o nosso evento já é realizado aqui. Não pode simplesmente chegar e falar que não, que não vai poder ser feito, não existe isso, tanto que o evento aconteceu, vai acontecer ano que vem lá no mesmo local, lá é um espaço bom para poder realizar o evento. A gente fazia aqui na Praça Sete, mas é um lugar muito apertado pela quantidade de pessoas, e lá é mais seguro. Inclusive em questão de segurança (ENTREVISTADO 05).

Democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. E se a questão for colocada em termos da vida diária da maioria da população, o espaço para o lazer é o espaço público. Quando se pensa no espaço público, nas apropriações e nos diversos usos que os sujeitos atribuem ao seu espaço de vida cotidiana, é necessário se conceber que essas apropriações e usos fazem parte de um universo subjetivo criado por esses sujeitos em relação a esse espaço baseando-se, sobretudo, em sua vivência na cidade.

Diante da dificuldade da ALEM de utilizar o espaço do Parque Municipal Américo Renné Giannetti para a realização das oficinas de percussão e, do CELLOS, no contexto da realização da Parada do Orgulho LGBT de 2010 com a utilização da Praça da Estação, acredito que a utilização desses espaços, pressupõe uma territorialidade do lazer, sendo essa articulada com as relações de poder, de controle e de hegemonia. Ou seja, cada cidadão possui um lugar socioeconômico que lhe dá mais ou menos possibilidades de acesso

aos bens e serviços da rede urbana e cada cidadão tem à sua disposição diversos equipamentos e espaços de lazer criados ou revitalizados pelo poder público para o uso de todos. A territorialidade é fruto das relações econômicas, políticas e culturais e, dessa forma, se apresenta em diferentes formas, imprimindo heterogeneidade ao espaço, à paisagem e à cultura, de maneira geral (GIL, 2004).

Entretanto, quando se trata de espaços públicos e da apropriação dos sujeitos, estamos falando em direitos. A Constituição de 1988 ao tratar dos direitos fundamentais no título II aponta em seu primeiro capítulo:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente (BRASIL, 1988, s/p.).

Nesse sentido, diante da dificuldade apontada pelas instituições em relação à utilização e apropriação do espaço público, percebo que esse direito vem sendo vetado à população LGBT. Ambos os espaços destacados (Parque Municipal Américo Renné Giannetti e Praça da Estação), foram construídos para a vivência do lazer pela população, sendo permitida, inclusive, a apresentação de bandas e músicos. São espaços para a sociedade civil, para os cidadãos. E a cidadania enquanto inserção no espaço público necessariamente deve privilegiar a efetividade de todos os direitos ao sujeito, grupo ou comunidade.

Diante dos dados, aponto que por se tratarem de instituições que trabalham com as temáticas relacionadas à orientação sexual, frente ao preconceito e discriminação, enfrentam barreiras e dificuldades para a implementação e execução de suas atividades, fruto da homofobia que assola nossa sociedade. Para Borrillo (2001), a homofobia é a atitude de hostilidade para com os homossexuais, mulheres e/ou homens, que, embora seu primeiro elemento seja a rejeição irracional ou mesmo o ódio, não pode ser reduzida a isso. Para o autor, assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal, de modo que sua diferença o coloca fora do universo comum dos homens. Para a UNESCO (2004), a homofobia refere-se ao tratamento preconceituoso e às discriminações sofridas por homossexuais que acabam ferindo a dignidade alheia e gerando sofrimentos e revoltas.

Assim, os homossexuais vendo sendo frequentemente submetidos a situações de violência, constrangimento e violação de seus direitos essenciais, tais como o de ir e vir, legitimado pela Constituição de 1988. Considerando os espaços públicos assinalo que as

relações que perpassam a utilização e a apropriação desses espaços pelo público LGBT abrigam formas de violência específicas que em larga medida se misturam para concatenar um objetivo comum, o ódio e o repúdio aos homossexuais. A violência física e psicológica são os principais meios para se chegar a esse objetivo.

Para Day (2003), a violência física ocorre quando alguém tenta ou causa dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumentos que possa causar lesões internas, externas ou ambas. Neste quadro estão englobadas as agressões físicas e suas expressões mais marcantes, nas quais o corpo da vítima é o *locus* de ação do perpetrador. Já a violência de natureza psicológica pode ser descrita como toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Nos espaços públicos, a violência psicológica é constantemente operacionalizada por meio das agressões verbais e das ameaças de agressão. Concorrem como atores desse tipo de violência, pessoas as mais distintas que por meio de xingamentos e atitudes preconceituosas agridem esses jovens para além das fronteiras do portão de casa. Uma característica marcante desse tipo de violência é a capacidade que ela possui de difundir visões de mundo, representações e sentimentos negativos que visam gerar humilhação e desprezo (CASTRO, 2004).

Dados da pesquisa de Góis e Soliva, realizada em 2008 com o objetivo de discutir aspectos relevantes da violência perpetrada contra jovens homossexuais em espaços públicos, apontam que além de remarcar a existência de traços extremamente violentos dos espaços públicos, os jovens homossexuais sofrem uma forte limitação dos seus direitos civis, uma vez que as experiências de constrangimento vividas nas ruas terminam por desencadear em alguns deles um recorrente medo de transitar para além dos domínios domésticos. Diante disso, deparamos com complexas questões como o exercício da cidadania, a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas (em particular as de segurança) e a violação dos direitos humanos das pessoas homossexuais no que tange a igualdade entre os mesmos e os seus pares heterossexuais. Assim, aponto que a violência contra os homossexuais, física e/ou simbólica, gera um sentimento de medo e de descrença nos aparelhos do Estado responsáveis pela manutenção da ordem e fomento dos direitos.

Góis e Soliva (2008) apontam que o reconhecimento público da homossexualidade no 'outro' é o ponto-limite que separa os "cidadãos" dos "não cidadãos", tendo como reflexo, entre outras formas, o uso indiscriminado da violência. O não reconhecimento do outro enquanto sujeito de direitos, marcada por essa relação de alteridade produz efeitos objetivos que extravasam a subjetividade e trazem marcas indeléveis que concorrem para a construção de uma identidade homossexual positiva.

Almeida Neto (2003) ressalta ainda que a violência contra homossexuais é um problema cotidianamente vivido pelo conjunto da sociedade brasileira, na qual a negação dos direitos humanos aos homossexuais vem cotidianamente se constituindo em um espaço de grandes tensões, sobretudo na esfera pública, em que sujeitos heterossexuais e homossexuais disputam espaços de convívio e, estes a efetivação de seus direitos. Góis e Soliva (2008) afirmam que apesar dos avanços concernentes aos direitos das pessoas LGBT, sobretudo com a Constituição de 1988 e com o advento da AIDS, ainda convivemos em um ambiente de fortes tensões, que se inscrevem em termos de possibilidades e limites de exercer esses direitos.

No que tange ao lazer, Marcellino (1983) enfatiza que se o espaço para o lazer é privilégio de poucos, todo o esforço para democratizá-lo não pode ficar restrito, como não raro acontece. A ação democratizadora precisa abranger, além de pensar a construção de novos espaços, a luta pela mudança de mentalidade na utilização dos equipamentos e espaços já existentes, possibilitando a utilização e apropriação dos mesmos pela população. Desse modo, compartilho com Marcellino (1983) ao entender que a cidade constitui o espaço mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver, local no qual a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um público significativo.

Relatar as dificuldades do trabalho com o Lazer no terceiro setor visando o público LGBT não é tarefa difícil. Ao longo da análise das atividades e dos profissionais envolvidos, algumas dificuldades já puderam ser observadas, inclusive algumas que limitam a realização das atividades com qualidade. Ressalto que alguns apontamentos são recorrentes, sendo que muitas questões expressam os problemas do formato no qual as ONGs estão inseridas, de instituições vinculadas ao terceiro setor.

[...] eu acho que exige muito uma estrutura que não temos. Se você for pensar, por exemplo, em uma atividade, vamos caminhar, vamos correr, vamos para um parque, vamos fazer uma atividade ecológica, vamos fazer um violão e voz, vamos fazer uma atividade que, por mais que vamos discutir assuntos importantes da nossa causa, do nosso processo, mas que também seja de lazer, que seja específico de lazer vai exigir uma estrutura que não temos. Vamos ter que passar por todos aqueles outros caminhos, sair da nossa estrutura física, sair da Associação (ENTREVISTADA 03).

Bom, primeiro é não ter um financiamento específico pra isso, então há uma dificuldade porque, se você não tem dinheiro, quase que não faz nada! Então eu acho que o ponto de dificuldade é a falta de financiamento mesmo em relação a isso. Por exemplo, já tentamos um punhado de vezes o edital de cultura e não conseguimos, mas vamos continuar tentando. Porque para nós é de fundamental importância, inclusive essa parceria (ENTREVISTADA 02).

Primeiro é a questão financeira, porque eu acho que esbarramos muito, as organizações LGBT são muito frágeis na parte da estrutura financeira. E, segundo, a

questão técnica, nossa equipe precisa de pessoas que estejam à frente, organizando, etc. Eu acho que fundamentalmente é isto: financeiro e técnico (ENTREVISTADO 04).

Retomo as considerações abordadas em relação ao financiamento para as ONGs, entidades do terceiro setor, e para o lazer, área fragilizada no que tange a investimentos, principalmente do setor público. Na visão de Mascarenhas (2005), o Estado deveria investir mais em políticas públicas alternativas, já que investe muito pouco na área do lazer enquanto fornece, através de empréstimos e financiamentos, o capital necessário ao poder privado, grande investidor no setor. Diante disso, propõe uma postura diferente para a atuação do Estado: em vez de patrocinar o desenvolvimento do lazer no contexto do mercado – por exemplo, na concessão de empréstimos pelo BNDES para a construção de shoppings, parques temáticos ou mega-empreendimentos turísticos –, o fundo estatal deveria investir “na ampliação do acesso ao microcrédito para cooperativa e política de subsídios para as pequenas empresas de lazer com atividades efetivamente orientadas para a promoção da cultura lúdica, do bem-estar humano, da dignidade das pessoas e do respeito à natureza” (MASCARENHAS, 2007, p. 194).

Outras questões estão relacionadas ao histórico no Movimento LGBT, público no qual as ONGs estudadas focam suas questões. Nesse sentido, ressalto o vínculo com a epidemia de HIV/AIDS, que enfatiza a relação do movimento com o eixo saúde. Tal característica acaba focalizando as verbas e recursos destinados a essas instituições, estigmatizando-as.

[...] a grande dificuldade é recurso financeiro, não conseguimos recurso, não conseguimos financiador para isso. Por exemplo, aqui em Minas saiu um edital agora do Estado, da Cultura é direcionado para entidades estritamente culturais, então se a minha entidade não é uma entidade estritamente cultural eu não vou ter acesso a isso. [...] do Municipal nós encaminhamos um projeto lá para poder continuar as oficinas de percussão, foi indeferido, não recebeu pontuação suficiente. Então eles têm os critérios que desconhecemos, os critérios que eles têm de aprovar ou não o projeto. Se nós temos um histórico de desenvolvimento da cultura aqui dentro da entidade, isso já é um critério que deveria pesar lá, no entanto não conseguimos, é muito difícil (ENTREVISTADA 01).

Essas dificuldades de caráter estrutural acabam por influenciar umas às outras, desencadeando nos limites de atendimento ao público específico. E nesse sentido é interessante pensar em possibilidades de atendimento, não privando esses sujeitos do direito ao Lazer. O entrevistado 06 ressalta essa questão no relato abaixo:

Eu vou falar de limite e dificuldade, mas também vou falar de possibilidades. Assim, possibilidades são muitas, podemos fazer muitas coisas, só que caímos no limite, que eu falei, das pernas pra caminhar até essas possibilidades, não temos recurso, [...] trabalhamos com a militância. E assim, mobilização social é uma coisa que não

é fácil só pra o Movimento Social não, mobilizar, acho que até hoje, o maior desafio é a mobilização, não só do Movimento LGBT, mas de todos os Movimentos. Mas, no Movimento LGBT também a maior dificuldade é a dificuldade de mobilizar. É muito difícil mobilizar. Mobilizar aquela pessoa é falar assim: 'olha, nós vamos ter essa atividade, e vai ser assim, nós vamos discutir isso, isso e isso, e isso é pertinente a você, sendo que você é homossexual, isso é pertinente a sua condição, ao seu acesso de direto e tudo'. É muito difícil. Então é um desafio, a mobilização é um dos maiores desafios. Aí vem recurso, vêm outras coisas, vem estrutura, vêm questões políticas, por exemplo, se o Movimento for fazer uma atividade num espaço determinado da Prefeitura e o gerente daquele espaço é um gerente homofóbico, então nós vamos esbarrando em vários limites, em vários obstáculos. São limites diversos, de estrutura, de recurso, de mobilização (ENTREVISTADO 06).

Ressalto que, apesar das dificuldades, diante dos diferentes objetivos e através de uma perspectiva diversificada, o Lazer se dá permeando as ações realizadas por essas instituições. E é a partir desse contexto que apresento os sujeitos da pesquisa: os profissionais que atuam no âmbito do lazer.

4.5 Em foco: os sujeitos da pesquisa

Ao buscar compreender o papel dos profissionais envolvidos nas ações de lazer das organizações não governamentais, iniciei as entrevistas solicitando que relatassem sua trajetória profissional, demarcando sua relação como o Movimento LGBT. As trajetórias dos entrevistados se apresentam de forma diversificada, e diferenciada dos dirigentes das instituições, que a têm marcada pelo envolvimento com movimentos sindicais e partidos políticos. Contudo, a participação em outros movimentos sociais, como o estudantil, caracteriza a trajetória dos demais envolvidos.

Então, sempre o que me motivou foi vendo em jornais, revistas, alguns ataques homofóbicos, então o que me motivou a participar do Movimento foi isso. Em 2005 eu conheci o CELLOS através de um folhetim, eu não sabia que existia a instituição, e aí entrei em contato assim que terminei a Faculdade, que até então não tinha tempo. Depois me engajei, e com dois meses mais ou menos, três meses de grupo, a direção da época me chamou pra fazer parte da direção. E de lá pra cá estou na direção até hoje. Eu já fui tesoureiro do grupo, hoje sou presidente do CELLOS. Teve um mandato que eu fiquei como tesoureiro e, depois, o Carlos foi presidente do CELLOS duas vezes; depois que ele passou os dois mandatos, eu, em [...] 2006 eu entrei, aí fiquei 2006 e 2007; aí em 2008 teve eleição de novo, fui reeleito e vou ficar até março de 2012. Eu comecei no grupo em 2005, quando a minha primeira Parada pelo grupo, eu tinha ido, na época não participava do Movimento, em 2004; em 2005 eu já me envolvi nas atividades do grupo (ENTREVISTADO 05).

Na verdade eu comecei a participar do Movimento Social na Universidade, a partir do serviço social; eu comecei no Movimento Estudantil, [...] estudei na Universidade Católica e fiz serviço social, e lá comecei no Movimento Estudantil específico, eu não participava do Movimento Estudantil Geral não, participava só da organização

do Movimento Estudantil em serviço social. Uma das temáticas que discutíamos lá era essa, porque tínhamos vários eixos de discussão dentro do Movimento Estudantil em serviço social, e fora também que é uma questão que é discutida dentro do serviço social que é a questão LGBT, de emancipação e também por uma questão pessoal, pelo fato de ser homossexual. Foram juntando esses fatores, as discussões que eram feitas no serviço social, no Movimento Estudantil, e eu comecei a me aproximar um pouco mais dessas discussões, questões relacionadas a sexualidade, gênero. Eu comecei a descobrir que no Movimento LGBT era possível aprender um pouco mais de informações sobre essas coisas, saber mais sobre questões. Eu nem sabia que existia o Movimento LGBT, eu sabia, sim, que tinha a Parada, sabia que tinha um grupo que se organizava. Mas eu não sabia como que era isso, como era a função orgânica do Movimento LGBT, nunca tinha participado, nunca tinha ido, inclusive pra mim era tudo uma novidade. [...] E aí eu fui conhecendo outras pessoas e tudo que foram me falando disso, e eu resolvi me aproximar do Movimento LGBT. E no CELLOS tinha umas pessoas que já faziam essa organização aqui em Belo Horizonte, e eu tive a oportunidade de conhecer um dos membros do CELLOS, que me convidou pra poder ir e saber como é, ter mais informações mesmo, não só porque no serviço social a gente tem lá essa especificidade de se aproximar de outros Movimentos, e é como eu falei: isso, somado às questões pessoais, pelo fato de que sou homossexual, fui me interessando um pouco mais sobre a temática (ENTREVISTADO 06).

A minha história [...] começa quando eu morava ainda em Corinto, [...] então foi em 98 que eu comecei a ter contato com o movimento social, porque em 97 eu comecei a trabalhar na Prefeitura Municipal de Corinto e, estando dentro da Prefeitura de Corinto de 97 até 2001, [...] por trabalhar na área social, eu acabei assumindo por dois mandatos a Associação Comunitária do bairro Maciel. [...] Só que vindo para Belo Horizonte em 2001, final de 2001, [...] fiquei aqui em Belo Horizonte uns quatro anos praticamente, até 2004, três anos afastada do movimento social. [...] Numa dessas paradas, eu peguei um panfleto da ALEM, [...] tinha o endereço de onde a ALEM funcionava. [...] Querendo mudar minha vida, querendo ter contato com outras coisas que fossem mais significantes pra mim, eu procurei a Associação em 2004, comecei a participar da atividade, realmente como participante. Um pouco mais à frente, eu voltei a ter contato com a Associação. Quando eu comecei a ter um contato mais direto já foi na primeira caminhada das lésbicas, aí já foi em 2005. [...] De lá pra cá eu já comecei a ter uma frequência maior na Associação (ENTREVISTADA 03).

Apenas um dos profissionais entrevistados tinha uma relação mais antiga com o Movimento LGBT local, e sua trajetória preserva intensa ligação com partidos políticos de esquerda. Em relação à formação dos profissionais envolvidos com as atividades das instituições em geral, não necessariamente a formação está ligada ao meio acadêmico. A maioria dos profissionais vinculados às ações de lazer tem formação superior, entretanto não está diretamente vinculada às áreas de atuação ligadas ao Lazer. Como iniciaram a ação na área a partir de sua relação com o Movimento LGBT, nesse sentido, percebo que, antes de uma relação profissional, há uma relação de militância.

[...] as formações da maioria da direção do CELLOS, tem psicólogo, professor, tem jornalista, tem assistente social. [...] Acho que sim, acho que tem mais psicólogo, professor, jornalista; é, tem mais esses profissionais, tem alguns da base que estão estudando, fazendo faculdade, que trabalham com marketing, outros estão no nível segundo grau, outros não, semianalfabetos temos também. Então, tem várias formações, mas não exatamente a pessoa é formada naquilo ela vai fazer aquilo, a gente aproveita alguns talentos. Então, por exemplo, tem gente no grupo que faz

jornalismo, então geralmente ele entra em contato com a imprensa, quando vamos fazer algum evento, mandar um *release* para imprensa, divulgar, ser a pessoa centrada para caso a imprensa precise falar conosco, aí ele que vai dar todas as informações. O assistente social, às vezes vem algum gay, ou lésbica ou travesti procura o grupo; aí, utilizamos o talento dele com formação de assistente social para estar acolhendo essa pessoa. Então vamos de acordo com a situação que aparece; se não tiver alguém formado para aquilo, vamos, aprendemos e fazemos (ENTREVISTADO 05).

Varia muito, mas uma grande maioria é ‘autodidata’ mesmo, [...] são poucos os profissionais e acadêmicos mesmo que estão envolvidos, muito mais são as pessoas ‘autodidatas’. Nós temos um profissional, que é formado, que sempre apresenta para ALEM que é o Evandro. Ele está ligado mais às artes, mas é único assim; o resto, é tudo “autodidata” mesmo, não é formado para aquela questão específica, mas faz a questão da arte (ENTREVISTADA 02).

[...] eu acho interessante que sempre temos a presença de muitas psicólogas assim, estudantes de psicologia. Eu acho que pela própria abertura da UFMG e da parceria que o Movimento Social tenta fazer e fortalecer com a UFMG, sempre temos muitos estudantes da UFMG. E dentro do próprio corpo hoje, das poucas militantes que temos, administradoras, advogadas, psicólogas, estudantes de psicologia, tem pessoas que não têm formação superior, além de ter a presença de estudantes. [...] As outras pessoas que estão envolvidas são mulheres comuns, são mulheres, algumas mais velhas, mais maduras. [...] Aí faz essa ‘mistureba’ (ENTREVISTADA 03).

Nesse sentido, busco as contribuições de Melo e Alves Júnior (2003) acerca da questão da formação do profissional no campo do lazer. Os autores se referem à necessidade da discussão dos aspectos teóricos do lazer e da cultura, da discussão das diferentes linguagens ou manifestações culturais e do estímulo à formação cultural desses profissionais. Contudo, o que percebo no caso das ONGs LGBTs pesquisadas é que a atuação na área do lazer não foi o elemento articulador da participação desses profissionais nas instituições; ao contrário, a partir de sua participação no grupo, foi se direcionando para esse tipo de atividade.

Tendo em vista que a formação acadêmica não é algo fundamental para a atuação nas atividades de lazer, busquei analisar quais seriam os conhecimentos e habilidades que os dirigentes e militantes envolvidos julgavam necessários para aqueles que se dispõem a organizá-las. Inicialmente, houve uma grande preocupação com o trato do público atendido, a necessidade de se ter sensibilidade às especificidades dos LGBT, não só no que se refere aos estigmas enfrentados devido sua orientação sexual, bem como às suas demais identidades, sejam estas referentes à raça, gênero, escolaridade ou classe.

A primeira coisa é saber trabalhar com mulher e saber trabalhar com lésbica, porque tem uma especificidade que é preciso ter essa sensibilidade, então uma das primeiras coisas é trabalhar com mulher. E acho que uma coisa é essa vontade de passar o conhecimento, eu acho que são as duas coisas, saber trabalhar com a mulher e a lésbica (ENTREVISTADA 02).

É, porque trabalhamos com homossexuais, jovens na sua grande maioria, de periferia ou negros, na sua maioria são negros, esse profissional tem que saber fundamentalmente que vai desenvolver um trabalho para eles e que muitos desses jovens são excluídos, não têm escolaridade. Muitos já chegaram à universidade a partir de que entraram no CELLOS e começaram a estudar, a sentir a importância. [...] Esse profissional tem que ter: primeiro, ele tem que saber que público ele vai trabalhar e segundo, ele tem que desenvolver atividades e metodologias que possam atingir esse público. É um público que, às vezes, não tem um hábito de leitura, é um público que tem todo o processo de exclusão; às vezes eles não sabem fazer um relatório. Então, para você desenvolver qualquer tipo de atividade para que essas pessoas se sintam envolvidas, você tem que pensar em tudo isso – entendeu? – e saber da realidade desses meninos (ENTREVISTADA 04).

Se a pessoa não tem uma dinâmica de lidar com esse grupo, de saber quem é esse grupo, o que esse grupo traz, quais são as potencialidades, quais são os limites desse grupo, a pessoa não vai dar conta de chegar no objetivo da atividade, por mais que seja uma reflexão, por mais que seja uma atividade esportiva, por mais que seja uma atividade de mobilização. Se as pessoas envolvidas não tiverem isso claro, não vão dar conta (ENTREVISTADO 06).

Isayama (2004) frisa que um sólido referencial teórico possibilita a compreensão da prática a partir de novos olhares, permitindo a consolidação da práxis. Nele, o profissional que atua com o público LGBT e conhece as questões sobre esse grupo social terá a sua prática a partir de outra perspectiva. Outra questão se refere ao conhecimento acerca daquele tipo de atividade, a articulação do conhecimento prático e teórico.

Se é aula de dança, por exemplo, a pessoa tem que ter esse conhecimento, ela tem que ter essa prática, do saber dançar, como se dança, do ritmo que se dança e tudo. [...] o mais importante é o conhecimento prático, e relacionar também com o conhecimento teórico, porque nós não trabalhamos somente a prática: ‘por que se dança assim?’, ‘que dança é essa?’, ‘a origem dessa dança?’. Então o conhecimento teórico também é muito importante. Então esse critério é importante (ENTREVISTADA 01).

[...] a primeira coisa que a pessoa precisa ter é uma pré-disposição à militância – isso aí não tem dúvida – e entender o que é o Movimento; eu acho que o segundo passo é a pessoa dar conta de fazer com que aquela atividade seja uma atividade produtiva para o Movimento Social. [...] A atividade cultural, fazemos com que ela tenha um objetivo para o Movimento. Então, acho que uma questão importante é que a pessoa entenda qual é o objetivo daquela atividade e dê conta de trabalhar para que a atividade alcance o objetivo. Essa é uma das habilidades que a pessoa precisa de ter, por exemplo: se vai ter o “Vídeo Pipoca” e o “Vídeo Pipoca” tem a intenção de refletir, de fazer uma reflexão com o grupo que está assistindo. Então, essa pessoa precisa dar conta de fazer uma discussão para o grupo que está ali, senão não faz sentido, senão assiste o filme, acaba o filme e todo mundo vai embora. São essas as habilidades e competências que eu acho que a pessoa tem que ter. E, no fundo de tudo, a pessoa ter um entendimento o mais amplo possível do que é o Movimento LGBT hoje, o que é a questão relacionada ao gênero, à sexualidade, à homofobia e outras questões que compõem a bandeira de luta do Movimento. A pessoa precisa ter esse entendimento, porque se a pessoa não tiver esse entendimento, por mínimo que seja, ela também não vai dar conta de trazer discussões, já que é uma atividade específica, é uma atividade do CELLOS, muito possivelmente vai ser uma atividade direcionada para homossexuais. Então eu acho que, para que a pessoa participe e lidere ou esteja à frente dessas, ou organize as atividades culturais dentro do CELLOS, ou dentro de qualquer instituição, ou dentro de qualquer Movimento Social, ela precisa estar par do próprio Movimento e precisa dar conta de fazer

com que as reflexões e discussões do Movimento sejam presentes nas atividades para que as atividades alcancem os objetivos. Acho que são questões fundamentais: saber do Movimento e dar conta de articular as atividades aos objetivos que aquela atividade tem (ENTREVISTADO 06).

Nesse contexto, ressalto a importância de um real conhecimento teórico e cultural para o trabalho no âmbito do Lazer. Melo e Alves Júnior (2003) apontam para a necessidade da discussão dos aspectos relacionados ao lazer e à cultura, das diferentes linguagens e do estímulo à formação cultural desses profissionais.

Diante dessa constatação, outra questão que merece ressalva é a forma como se estrutura o processo de seleção e contratação desses profissionais.

Na verdade, não há profissional exatamente para planejar, idealizar e colocar em prática. Há voluntárias, militantes ou uma ativista ou outra ativista ou uma participante. Essas pessoas que vão, ou pensar, ou planejar e executar essas ações são as próprias mulheres que estão ali dentro da associação no dia a dia, são aquelas que estão mais presentes. Podemos ter um *mailing* gigante, digamos que cinco mil mulheres, podemos ter mais duas mil pessoas aí dentro da internet, no seu *twitter*, *orkut*, mas no dia a dia o número é reduzido; então, na hora de pensar essas atividades de colocar na rua, também temos que pensar nessas pessoas que vão poder colaborar e é um número menor de mulheres que você tenta buscar os valores de cada uma para poder somar. Aquela que tem mais facilidade para poder desenhar, aquela para pintar, aquela para bordar, aquela para poder fazer a arte, aquela outra que vai organizar a situação, que vai articular com algum parceiro, com algum fornecedor, aquela que pode dar entrevista para a imprensa, se for o caso. E aí você pensa mais ou menos isso, uma série de coisas que você pensa para poder colocar a atividade na rua ou mesmo no seu espaço ali na sede. [...] E que são essas poucas mulheres que no dia a dia, voluntariamente, dão seu tempo, dão sua atenção, acreditando que aquela ação, aquela atividade vá contribuir de alguma forma para mobilizar mulheres, para trazer informações (ENTREVISTADA 03).

No CELLOS, nós temos pessoas de vários níveis de escolaridade, vários níveis profissionais e diferentes. Então, o que acontece? Algumas pessoas, até por ter um nível, por exemplo, um nível maior de escolaridade, ou por ter alguma formação que dê conta de alguns processos, acabam tomando frente. Por exemplo: um é professor, então, ele, se eu não me engano, dá aula de Geografia, tem uma facilidade melhor de lidar com o grupo. e então, está realizando o grupo do 'Vôlei', e eu, por exemplo, sou assistente social; outro, que estava fazendo o 'Vídeo Pipoca', também é assistente social, então dá conta depois de trazer uma reflexão com relação àquele filme, por exemplo, assim como o professor dá conta de organizar o Vôlei, os times e tudo, a conversa, como é que vai ser, os ânimos, que podem se alterar. [...] E tem outros profissionais também que são do coletivo de direção e que são do coletivo formal também e que são pessoas que têm algum tipo de formação e que acabam também trazendo uma contribuição pra essas atividades. Apesar de essa pessoa ser responsável, tem outras pessoas que estão sempre presentes, tem assistente social, tem outros professores, tem [...] jornalista e que acaba também, com a experiência do Movimento, dando conta de fazer reflexões para as atividades (ENTREVISTADO 06).

Para Pereira (2004), a profissionalização dos prestadores de serviços na área social está se tornando uma necessidade, tendo em vista a manutenção da qualidade dos serviços e a sistematização das ações. As áreas relacionadas à manutenção da saúde, à preservação do meio ambiente, à questão da moradia, do lazer, da educação de crianças e

adolescentes e ao atendimento ao idoso sobressaem como prioridades no atendimento às comunidades e organizações sociais e, portanto, na profissionalização do terceiro setor (PEREIRA, 2004).

Montaño (2002) ressalta que esse novo formato acarretou um caráter de despolitização aos movimentos sociais, que passam a ser vistos como mais empresariais, voltados para o autofinanciamento ou para a procura de parcerias no sentido de obter fundos, o que lhes exige maior eficiência – daí a profissionalização da militância. Para o autor, tais diferenças confirmariam a tendência de mudança de um tipo de organização (o movimento social) para outro (a ONG), de um tipo de militante para outro.

Aos militantes, a profissionalização produziu efeitos contraditórios por estar apenas a serviço do movimento. Culminou em uma camada de dirigentes cada vez mais distantes das bases dos movimentos, que se aproximou das ONGs e se ocupou em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários.

O processo de seleção se dá a partir do coletivo de militantes que as instituições têm, através das experiências, dos valores que eles podem vir a agregar. Mesmo partindo de sua base de militância, ambas as instituições seguem certos critérios para a seleção desses profissionais.

São profissionais que já têm um perfil de trabalhar com a questão LGBT ou são LGBT, e que estão dispostos a ajudar nesse evento ou em alguma atividade. [...] Buscamos fundamentalmente a pessoa que tenha um histórico de Movimento Social, que já tenha atuado em alguma área de organização dos Movimentos Sociais e, de preferência, na área de Direitos Humanos. Porque não adianta a gente ter um profissional lá, que tenha um bom currículo, que seja, digamos, tecnicamente, bom, perfeito, mas que não conheça essa realidade, que não tenha esse perfil que a gente quer. Então, um dos perfis para seleção que a gente utiliza é ter uma relação histórica com os Movimentos Sociais e com o Movimento de Direitos Humanos, e de preferência LGBT (ENTREVISTADO 04).

Bom, o critério que utilizamos: primeiro que a pessoa domine bem aquela arte à qual ela se propôs (ENTREVISTADA 02).

[...] O critério principal é o conhecimento do serviço que estamos contratando. Outro aspecto importante é o engajamento dele no movimento social, no movimento cultural, essa resposta que ele dá para o movimento cultural, procuramos saber como isso funciona. Ele tem que ter esse engajamento de resgatar também a cultura afrodescendente, que para nós é importante, porque trabalhamos a questão racial. E outra coisa: não pode ser homofóbico e nem lesbofóbico; ele tem que ter esse despojamento dos preconceitos (ENTREVISTADA 01).

Enfatizo a importância dada ao envolvimento com o movimento social, com a área de conhecimento que envolve as questões LGBT, bem como com a implicação do sujeito com a cultura, e o domínio daquele tipo de atividade. Melo (2003) contribui com essa discussão ao apresentar algumas características específicas do profissional que trabalha no

âmbito do lazer. Ressalta, quanto à postura profissional, uma formação que dialogue com outros profissionais e compreenda as possibilidades de intervenção de outras linguagens; liderança; comunicação; criatividade; organização; atualização, entendendo que esta se dá de forma permanente, tanto no que se refere à formação técnica quanto ao cotidiano social; além de senso crítico, que possibilita a identificação da ordem social de uma perspectiva diacrônica, percebendo como as diferenças sociais e culturais influenciam seu trabalho. Quanto ao domínio de conteúdo, Melo (2003) enfatiza as linguagens, uma vez que as diversas manifestações culturais devem ser compreendidas, com todas as suas peculiaridades; o entendimento de Lazer, compreendendo a atuação não como mera ocupação, mas como uma intervenção pedagógica no âmbito da cultura; e, por fim, a cultura, compreendida como um conjunto de valores e normas, e não somente como uma série de manifestações.

Observo que, como nem sempre há a contratação de profissionais, esses critérios ficam sujeitos ao corpo de militantes das ONGs, e na maioria das vezes não são encontrados perfis compatíveis. Dessa forma, em se tratando especificamente do corpo de militantes, são considerados importantes os seguintes aspectos:

O primeiro critério é observar tipo de atividade, para poder saber se essa pessoa quer colaborar (ENTREVISTADA 03).

[...] Nós pensamos: “Olha, quem são as pessoas” e, a partir dessas pessoas, a qualificação que elas têm pra poder participar desse momento. Por exemplo: quem que vai ser a pessoa que vai trazer a discussão do “Vídeo Pipoca”? Essa pessoa vai ser uma pessoa que vai dar conta de responder ou de trazer algumas coisas? Ou vai ser qualquer pessoa? [...] Começamos a pensar isso também, que a qualidade dessas atividades dependia, também, de quem estava ali naquele momento, organizando ou direcionando a atividade (ENTREVISTADA 05).

Assim, não tem uma seleção de profissionais pra liderar as atividades; o que tem é uma seleção no perfil, e essa pessoa com esse perfil aliado à formação profissional dela, conseguimos qualificar a organização e a direção dessas atividades; não foi uma seleção de profissionais (ENTREVISTADA 06).

O que percebo é que, em se tratando de perfil e seleção dos profissionais, nem sempre o que é idealizado pode ser alcançado, já que há a vinculação da seleção a partir do perfil e das experiências do corpo de militantes. Nesse sentido, outro ponto também relevante diz respeito à disponibilidade dessas(es) militantes, e é o que se observa na fala abaixo:

[...] Os critérios vão surgindo de forma a pensar, por exemplo: “Olha, quem que tem a disponibilidade de fazer, de cumprir essa atividade, essa tarefa todo sábado”? Que às vezes as pessoas têm todos esses critérios, mas elas não podem ir no sábado ou no domingo. [...] Acho que é mais o percurso contrário, sabe? Acho que é a atividade que vai moldando o profissional ou a pessoa que vai estar ali à frente dela, porque, aí, pelo fato de ser militância, pelo fato de estar na relação mais de militância do que em uma relação profissional, eu acho que é muito o percurso contrário por conta disso, por ser uma relação de militância (ENTREVISTADO 06).

Novamente, vejo os resquícios das perspectivas delineadas pelo terceiro setor. A partir desse contexto, diante das propostas de descentralização dos programas e serviços através das parcerias, subvenções ou transferência de responsabilidades a essas instituições, têm como resultado o espaço da “solidariedade”, do voluntariado, que podem vir a se tornar ações sociais fragmentadas. Nesse caso, a realidade das duas ONGs é intensamente marcada pelo trabalho voluntário.

Primeiro é voluntário, o trabalho no CELLOS sempre foi voluntário. Os companheiros conciliam vida pessoal com atividade do grupo. O CELLOS é uma entidade sem fins lucrativos, então a gente não tem recurso, a gente mantém a entidade através de uma parceria que a gente tem com a Secretaria Municipal de Saúde; a gente faz a prevenção, a gente recebe um recurso, que nem fica com os companheiros que fazem a prevenção, eles doam pra entidade pra gente pagar o aluguel. Apesar que a atividade é do coletivo da direção, todo mundo faz. O que acontece: a gente tem essa verba que a gente recebe, como é uma entidade sem fins lucrativos, [...] os eventos que a gente faz, sempre o recurso vem de fora pra gente poder manter. No caso, nenhum componente do CELLOS recebe salário, recebe alguma atividade pra desenvolver alguma coisa, todos estão aqui mesmo por ideal. A maioria vem de movimentos sociais, às vezes trabalhava com movimento estudantil, ou algum outro tipo de movimento. [...] Mas ninguém recebe um valor específico pelas atividades (ENTREVISTADO 05).

Questiono a perspectiva de trabalho voluntário, no sentido de diferenciar os significados comumente empregados ao termo “voluntário”, tais como “trabalho alienado”, “ato despolitizado”, “atitude encobridora dos descasos públicos”, entre outros, a fim de superar o entendimento criado pela “visão global” do termo. Assim, corroboro com Paiva (2003), ao entender que o trabalho voluntário deve se dar a partir de uma perspectiva de responsabilidade social de cada indivíduo, com vistas à melhoria de suas condições de vida e da sociedade. A ação daqueles que buscam contribuir com a minimização das misérias alheias deve ser respeitada, desde que o preço disso não seja a manutenção do próprio quadro de “miséria”. Para uma postura de responsabilidade social, é preciso que o voluntário esteja sensível para a realidade que o cerca. A legitimidade desse trabalho só se justifica a partir da noção de que os voluntários fazem parte de uma sociedade maior, que é constituída pela ação de cada um e, de forma dialética, constitui os sujeitos que a compõem.

A relação do trabalho voluntário com o Estado também deve ser entendida de uma forma mais profunda, buscando-se superar o atual estágio em que as pessoas, organizadas ou não, têm como única função suprir as deficiências de serviços que seriam de responsabilidade do Estado (PAIVA, 2003). O acelerado crescimento do terceiro setor na sociedade brasileira tem como referência o deslocamento das questões sociais “como figuração pública de problemas nacionais, de um lugar politicamente construído – um lugar da ação, da

intervenção, da crítica, da polêmica e do dissenso – para o lugar da não política” (TELLES, 1998, p.15). Para a autora, cabe às práticas da filantropia a administração técnica e a gestão dessas questões.

Com esse deslocamento, inserem-se nos processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral processos que, por sua vez, se explicam nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado. Estes vêm sendo implementados por meio de uma reversão política neoliberal, caracterizada, entre outras coisas, pela destituição de direitos trabalhistas e sociais legais e pela erosão das condições políticas que conferiam um caráter público à demanda por direitos.

Com base nesse panorama, o Estado começa a apoiar as ações da sociedade civil, com o propósito de formar parcerias, aplicar incentivos fiscais e alcançar segmentos da sociedade, embora não de forma satisfatória. Para Silveira (2002), o voluntariado, compreendido dentro do terceiro setor, está assumindo, no Brasil, maior visibilidade, aumentando numericamente a quantidade de participantes e de setores em que atua, contribuindo para a identificação de problemas e a reivindicação de direitos e buscando participar na construção de mecanismos que aumentem a qualidade de vida da população.

Diante disso, aponto a necessidade de o voluntariado ser devidamente capacitado nos aspectos específicos e gerais da área com a qual vai trabalhar – no contexto das ONGs pesquisadas, o Lazer. Dessa forma, tornam-se peças fundamentais para a implementação de programas e atividades que superam a tradicional prática na área, marcada pelo distanciamento entre as ações desenvolvidas e a cultura local (PAIVA, 2003, p. 165).

Marcellino (2007) ressalta que o profissional que atua no âmbito do Lazer tem diferentes formações, e isso é extremamente necessário, pela própria abrangência da área cultural. O autor destaca que esses profissionais devem dominar um conteúdo cultural e ter vontade de dividir esse domínio com outras pessoas. Para isso, precisam possuir uma sólida cultura geral, que lhes dê possibilidade de perceber a interseção/ligação do seu conteúdo de domínio com os demais; exercer, quotidianamente, a reflexão e a valoração, próprias da ação dos educadores, e que os diferenciarão dos “mercadores”, da grande maioria da indústria cultural; e ter o compromisso político com a mudança da situação em que nos encontramos, atuando nessa perspectiva (MARCELLINO, 2007).

Ressalto a importância da mobilização das militantes como componentes de um grupo, entretanto enfatizo a relevância de mediação de um profissional comprometido com a área, de forma a possibilitar e facilitar a aquisição do conhecimento sem ter que obrigatoriamente transmiti-lo de forma unilateral. Assim, retomo a perspectiva da Animação

Cultural, na qual o profissional trabalha com uma proposta pedagógica, pautada na ideia de mediação construída com base no princípio de estímulo às organizações comunitárias, tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo*.

Questionada a respeito da importância de um profissional com o conhecimento sobre o Lazer para mediar as atividades, uma das entrevistadas deu o seguinte depoimento:

Fica mais fácil, eu vejo, porque aí você já trabalha com uma coisa mais profissional, você deixa de estar realizando no achismo, de estar realizando por experiência, mas você já vai e faz uma coisa voltada mais para o profissional, que eu acho que é importante (ENTREVISTADA 02).

Nas demais entrevistadas, também foi notória a importância dada à formação profissional, contudo novamente a falta de recurso financeiro é levantada como entrave. Com a crise do *Welfare State*, frente à crescente demanda de serviço público diante das desigualdades produzidas pelo modo capitalista, o Estado firma parcerias com entidades como ONGs, que passam a se responsabilizar pelas questões sociais. Entretanto, não é sempre que há repasse de recursos que viabilizem a realização de atividades e planos de ação para as diferentes dimensões que compõem as questões sociais como saúde, educação e lazer. Principalmente para um grupo estigmatizado como o LGBT, que traz na sua história estreita relação com a área da saúde devido à epidemia de HIV/AIDS, para além do preconceito, devido à orientação sexual, muito presente em nossa sociedade. Nesse sentido, aponto que, na ausência de um profissional específico da área do lazer, faz-se necessário que os profissionais – no caso dessas ONGs, os militantes – busquem a formação teórica e cultural para atuar nessa área.

Algumas das atividades de lazer da ALEM já foram financiadas em algum momento da história da instituição, e, quando há essa possibilidade, seja através de um projeto que concorre em uma edital, ou de uma contribuição ou financiamento de parceiros, o primeiro critério respeitado por elas é fato de o profissional ser mulher.

Primeiro, ser mulher, que eu acho que não precisa ser lésbica e nem bissexual, mas ela tem que ser mulher, porque eu acho que o olhar é diferente. E ser competente e gostar do que faz, porque primeiro pode ser uma mulher e não gostar do que faz e não ser competente. Então, eu acho que deve ser mulher e gostar do que faz (ENTREVISTADA 02).

Um dos critérios é a competência, porém a entrevistada não se fez clara ao tratar sobre o que entendia desse conceito. Competência é uma palavra do senso comum, utilizada para designar uma pessoa qualificada para realizar alguma coisa. Manfredi (1998), que em seu

trabalho buscou reconstruir as noções de qualificação e competência e suas respectivas interfaces, enfatiza que as expressões ‘qualificação’ e ‘competência’ parecem ter matizes distintos. A noção de qualificação está associada ao repertório teórico das ciências sociais, ao passo que a de competência está historicamente ancorada nos conceitos de capacidades e habilidades, constructos herdados das ciências humanas.

A autora salienta que a competência – definida como um saber e uma habilidade operante em um contexto – assume uma consistência específica na relação estreita entre os conteúdos e sua utilização, seu controle, sua elaboração e reelaboração. Nesse sentido, a noção de competência se configura mais abrangente, não se restringindo ao "saber-fazer", em sua conotação operativa imediata. Tomada como uma configuração de algo em permanente construção/reconstrução, ela se torna mais transparente e mais facilmente perceptível como um campo de embates e, portanto, de negociação por parte dos diferentes atores sociais – trabalhadores, empresários, governantes, educadores (MANFREDI, 1998).

Considerando o contexto das ONGs LGBT, ao pensar o critério “competência” para a seleção de profissionais que trabalharão com o conhecimento sobre o Lazer nessas instituições, corroboro com as ideias de Fleury e Fleury (2001), a partir da noção de competência que agrega valor à organização, mas que, por outro lado, deve agregar valor social ao indivíduo. Dessa forma, as pessoas, ao desenvolverem competências essenciais para o sucesso da organização, estão também investindo em si mesmas, não só como cidadãos organizacionais, mas como cidadãos do próprio país e do mundo.

Além disso, por se tratar de uma entidade de mulheres, a associação busca a contratação de mulheres; entretanto, já houve momentos em que a instituição teve, em seu corpo profissional, homens.

[...] Um critério que usamos é que seja mulher, mas, por exemplo, se o profissional for competente e tudo... Por exemplo, tivemos um professor que era homem, então um dos critérios que usamos é que domine o assunto; segundo é que seja mulher, quando nós achamos, porque não achamos professora de percussão [...]. Agora já estamos achando uma (ENTREVISTADA 02).

A contratação de mulheres é privilegiada, e há certa resistência à contratação de homens, o que ocorre somente quando não existe outra possibilidade, ou quando não se encontra uma profissional da área. Pude perceber essa realidade em algumas inserções durante a pesquisa de campo.

A contratação dos profissionais é também outro ponto a ser discutido. Como a maioria dos trabalhos é realizada a partir do voluntarismo, os profissionais são contratados por atividade realizada, eventos pontuais. Ou seja, não há, nas instituições, profissionais que

estejam presentes no cotidiano delas, não existe um profissional com conhecimento sobre o lazer compondo o corpo dos recursos humanos das ONGs.

Nós contratamos nós mesmos, militantes, mas para a oficina de batoque nós contratamos um percussionista de outro movimento, que tinha a técnica, tinha todo o conhecimento, de ritmo, de instrumento musical e tudo, de confecção desses instrumentos. [...] As outras oficinas – nós tivemos oficina de pátina, oficina de mosaico – nós contamos com o apoio e a colaboração da nossa associada [...] que é uma das fundadoras. Ela também contribuiu repassando as técnicas para nós dos grupos. E as mulheres mesmo, nós mesmas, organizamos, nos envolvemos na organização e na preparação das atividades culturais (ENTREVISTADA 01).

No CELLOS, especificamente, todas as atividades de lazer são realizadas pelos próprios militantes, e os membros do coletivo de diretoria é que tomam frente na sua organização, e todos atuam voluntariamente.

Quem está à frente dessas atividades é algum membro da direção, não militante de base; este não fica responsável. O militante, para chegar a ser militante do CELLOS, tem que ter no mínimo três meses de atividades no grupo, frequentando aqui na entidade, oferecendo alguma contribuição, indo nas atividades que temos, fazendo esse processo. Com três meses, marcamos uma Assembleia. Nessa Assembleia, vem a direção, vêm os membros da base, é feita uma eleição, apresentamos a pessoa que quer ser militante do grupo, e os membros da Assembleia votam a favor ou contra. Votando a favor, ele se torna membro militante do grupo, onde que ele tem responsabilidades a cumprir e também, para ter um certo compromisso com a entidade, para não ficar aquela coisa: tornei membro, vem na eleição, vota e depois some dois meses e volta. Ele, todos, inclusive da direção, todos pagam uma cota mensal, que é um valor pra cobrir despesas mesmo de luz, condomínio, material interno nosso mesmo. Os militantes também pagam um valor simbólico de cinco reais por mês, cada um paga, pode pagar mais, mas vai de acordo com cada pessoa. Estipulamos um valor de cinco reais que cada militante doa para o grupo por mês. [...] Com o passar do tempo, que ele for desenvolvendo. Eu entrei assim, eu era militante também; depois de três meses teve eleição, fui eleito militante, aí que eu fui desenvolvendo, engajado, envolvido com a entidade, aquela responsabilidade. Dependendo do tempo, aquela pessoa que vemos que é muito responsável é chamada para o coletivo da direção, e, mais tarde, quando tem um, dependendo do período, vamos analisando e vendo que a pessoa tem compromisso sério com a entidade. Ela vem a participar e ser responsável, também, pelo jurídico pela entidade e [...] alguma atividade também (ENTREVISTADO 05).

Dessa forma, quando há a contratação de profissionais, a questão em pauta passa a ser a remuneração. No caixa das instituições não há verba para tal fim, e a busca de recursos se dá via financiamento de projetos.

Por exemplo, o professor do batoque tinha um projeto específico para isso. É muito difícil conseguirmos um projeto. Por exemplo, na cultura, nunca conseguimos um projeto voltado para as lésbicas; já tentamos umas duas vezes. Mas quando há um projeto, essa pessoa tem uma ajuda de custo (ENTREVISTADA 02).

É em presença de realidades como essa que, principalmente em setores em que o capital privado não tem interesse financeiro, busca-se a participação de voluntários. Estes acabam funcionando como uma válvula de escape para a falta de condições efetivas de ação

por parte do poder público, principalmente no contexto das instituições vinculadas ao terceiro setor. Entendo que, para a busca da ligação entre a ação técnica e a base da população, é necessário o trabalho voluntário no intuito de minimizar os riscos de atuação dos “especialistas”. Contudo, reforço que não cabe ao voluntariado “custear”, a partir de sua contribuição, uma demanda que é de responsabilidade do Estado e, por consequência, da refuncionalização neoliberal, repassada a essas instituições. Portanto, penso que o trabalho dos voluntários deva ser atrelado e acompanhado pela atuação de profissionais de competência específica e geral, os quais, diante da relação de empregado e empregador, devem ter garantida sua remuneração.

Esse é o contexto no qual se insere o campo de atuação profissional, no âmbito do lazer nas Organizações Não Governamentais ALEM e CELLOS. Nessa realidade, apesar de não ser a prioridade dessas instituições, o Lazer permeia suas ações, o que possibilita que ele seja pensado, questionado e reelaborado. Percebo que tais instituições reconhecem o fascínio que as atividades de lazer exercem sobre a população de modo geral, e, mais ainda, de certa forma, reconhecem suas potencialidades como um espaço de vivência de novos valores, questionadores da realidade social.

Contudo, especificamente no âmbito do lazer, há muito que fazer, embora já tenhamos percorrido um caminho considerável. Penso que a grande questão é a conscientização de que o lazer constitui um direito social, um momento com um fim em si mesmo. Diante disso, corroboro com as ideias de Lopes (2009), e acredito na complexidade de se desenvolverem ações e políticas que visem, de fato, à democratização do acesso ao lazer e à construção de indivíduos emancipados, sem recursos das mais variadas espécies, que englobam desde instrumentos de planejamento e avaliação até a compra de materiais e a construção de equipamentos.

Desse modo, busquei identificar e analisar as concepções que esses profissionais têm de lazer, bem como a relação deste com a agenda do Movimento LGBT, no intuito de interpretar o papel dessas organizações e desses profissionais, no que tange às ações de lazer e ao entendimento do lazer como direito, seguindo as construções interpretativas elaboradas pelos profissionais.

4.6 O Lazer na agenda LGBT: conceitos e perspectivas

O nosso cotidiano é balizado por conceitos engendrados na sociedade na qual vivemos. Por certo, se compreendêssemos melhor tais conceitos, poderíamos encaminhar nossa vida de acordo com nossas intenções. Melo (2003) apresenta o seguinte exemplo para ilustrar essas considerações: se entendêssemos melhor os conceitos que adotamos para construir uma relação amorosa, poderíamos identificar os problemas dessa construção e refletir acerca das influências externas as quais está submetida, que não são motivo de felicidade, tentando descobrir formas de relacionamento mais satisfatórias.

Assim, se compreender os conceitos que norteiam nossa vida representa para todos uma possibilidade de viver melhor, para aqueles que trabalham com um determinado objeto é uma necessidade primordial (MELO, 2003). Dessa forma, para aqueles que trabalham no âmbito do lazer torna-se fundamental que esse profissional conheça os conceitos relacionados com o objeto com o qual pretende intervir na sociedade.

Portanto, procurei identificar o conceito de lazer dos profissionais envolvidos das ações das instituições. Corroboro com as considerações de Melo (2003), entendendo que os conceitos são recortes da realidade, tentativas de fragmentar para melhor compreender algo que se encontra presente de modo complexo em nossa vida. Diante disso, todos os conceitos têm limites claros, o que não significa que devam ser desconsiderados, ao contrário, são necessários ao balizar nossa atuação.

No contexto das ONGs pesquisadas, as concepções de lazer dos entrevistados se apresentam de forma diversificada.

O lazer, para mim, está relacionando a uma resposta que temos que dar para os conflitos que a gente vive no dia-a-dia, do corre-corre do dia-a-dia, o lazer vem como um momento em que você vai sair disso tudo, desse caos todo e vai se dedicar a você. É um momento em que você vai buscar ter prazer, cuidar do seu corpo, cuidar da sua mente, produzir alguma coisa diferente daquilo que você faz no dia-a-dia, respirar, aprender a respirar melhor, aprender a olhar o outro melhor, porque no lazer, nas atividades culturais e de lazer, a gente tem essa busca, e isso para mim é muito importante, principalmente em um grupo tão discriminado, estigmatizado quanto é o nosso grupo (ENTREVISTADA 01).

O conceito de lazer pra mim é que o lazer faz parte da vida da pessoa. Ninguém vive sem ter o lazer, não adianta a gente ter tudo e não ter o lazer, porque você vai ficar em falta com uma coisa. [...] inclusive, alguma coisa na instituição e o lazer aproxima as pessoas e eu acho isso importante (ENTREVISTADA 02).

Eu acredito que a atividade de lazer [...] é uma ação que me desconecta daquilo que me causa no dia-a-dia obrigação, a obrigação com alguma coisa, que também pode estar conectado a ausência de horário, ter que cumprir um horário, mas que também

me traga informação, porque se ela não me trouxer algo de novo pra mim não vai valer a pena. Então, eu posso ir pro Parque Municipal, deitar na grama, mas se eu deitar nessa grama não me trouxer uma sensação diferenciada, se eu não perceber a cor, o verde, as várias tonalidades de verde, que você pode ter em uma mesma árvore, por exemplo, ou se eu não sentir, se não me trouxer nada de novo, então pra mim não está sendo interessante. [...] Mas essa atividade de lazer, eu acho que ela passa por isso sabe, de você se sentir bem ao final, estando livre, e que você também absorva coisas novas (ENTREVISTADA 03).

Na verdade, eu nem sei bem, eu vou falar o que eu entendo, eu acho que o lazer são todas as formas que você utiliza ou pratica, que traz um bem estar para a sua pessoa. Elas estão colocadas em vários lugares, cinema, recreação, festa, atividade física, isso também para mim pode ser um lazer (ENTREVISTADO 04).

O lazer pra mim é um momento de descontração, de você liberar suas energias (ENTREVISTADO 05).

É aquilo que me traz contentamento, é aquilo que me traz prazer, é aquilo que me traz alegria, aquilo que me faz um sujeito melhor. [...] Então assim, eu percebo o lazer com essas expectativas, do prazer e do que eu considero bom e que eu gosto de fazer, que é bom pra mim, é muito nesse sentido a minha expectativa com relação ao conceito da palavra lazer. A primeira perspectiva é o prazer naquilo que eu esteja fazendo, [...] está muito relacionado ao prazer que eu tenho e que obtenho naquele momento, naquele espaço, naquela atividade, naquela tarefa, ou naquela situação (ENTREVISTADO 06).

Inicialmente aponto a relação dada ao lazer não como uma atividade, ou ocupação. Dumazedier (1973, p. 34) compreende o lazer como

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Ao situar o lazer como um “conjunto de ocupações”, tal entendimento restringe o fenômeno à prática de determinadas atividades. Nesse sentido, a compreensão dos entrevistados amplia essa visão. Além disso, há o entendimento do lazer como necessidade da vida caracterizada por uma busca pelo prazer, pelo contentamento. Dumazedier (1979) destaca um sistema de caracteres específicos e constituintes do lazer: o caráter libertário, o lazer é liberação de obrigações institucionais e resulta de uma livre escolha; caráter desinteressado, o lazer não está submetido a fim algum, seja lucrativo, profissional, utilitário, ideológico, material, social, político, socioespiritual; o caráter pessoal, as funções do lazer respondem às necessidades do indivíduo, em face das obrigações primárias impostas pela sociedade; e o caráter hedonístico, o lazer é marcado pela busca de um estado de satisfação, tomado como um fim em si mesmo. Assim, essa busca pelo prazer, felicidade, alegria ou fruição é de natureza hedonística e representa a condição primária do lazer.

Apontou-se ainda para a relação lazer e trabalho, bem como, outras obrigações.

[...] é uma ação que me desconecta daquilo que me causa no dia-a-dia obrigação, a obrigação com alguma coisa, que também pode estar conectado a ausência de horário (ENTREVISTADA 03).

Eu entendo por isso, qualquer forma física ou mental, que esteja fora dessa questão do trabalho formal (ENTREVISTADO 04).

Para os entrevistados, o lazer não tem relação com as obrigações como o trabalho formal e também não é uma obrigação. No conceito de Dumazedier (1973), o autor define o lazer em oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana. Contudo ao relacionar o entendimento dos profissionais que trabalham no âmbito do lazer com a compreensão de Dumazedier, ressalto as considerações de Gomes (2004), ao apontar que trabalho e lazer, apesar de possuírem características distintas, integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas. Torna-se necessário levar em conta o dinamismo desses fenômenos, atentando para as inter-relações e contradições que eles apresentam. Assim, é importante enfatizar que no cotidiano, nem sempre existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre o lazer e as obrigações profissionais, familiares, sociais, políticas, religiosas. Afinal, como salienta Gomes (2004), não vivemos em uma sociedade composta por dimensões neutras, estanques e desconectadas uma das outras.

Nesse sentido, o lazer não pode ser entendido como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a conviver com as injustiças sociais, como observado na fala de alguns entrevistados. Caso contrário, todos os problemas pessoais e sociais estariam resolvidos, num passe de mágica, ou pelo menos, “compensados”, pelas possibilidades oferecidas pelo lazer. Para Marcellino (2006), a admissão da importância do lazer na vida moderna se faz ao considerá-lo um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Assim, os movimentos ecológicos, de jovens, de mulheres, têm alicerçado muitos de seus valores com base na vivência e na reivindicação pela vivência do tempo de lazer.

Outra questão observada nas concepções dos entrevistados, diz respeito à multiplicidade de manifestações no âmbito do lazer.

Pode ser contato com a natureza, pode ser um filme, pode ser um bar, pode ser uma boate, pode ser um espetáculo, pode ser um museu, pode ser uma exposição, pode ser caminhar pelas ruas, mas que além de me desconectar que me traga sensações boas, e que me traga também informação (ENTREVISTADA 03).

Eu entendo lazer a partir de um processo de prazer naquilo que você esteja fazendo. Às vezes a gente sentar, conversar e tomar uma cerveja é o meu maior lazer, ou às vezes ir pra Igreja é o meu maior lazer, que aquilo me oferece, de alguma forma, um prazer, um contentamento (ENTREVISTADO 06).

Saliento a relação do lazer com a cultura, na qual a cultura institui uma expressiva possibilidade para se conceber o lazer em nossa realidade sócio-histórica. Pautando-se de que a cultura constitui um campo de produção humana em várias perspectivas, e o lazer representa uma de suas dimensões, subentende-se que ao mesmo inclui a fruição de diversas manifestações culturais (GOMES, 2004). Assim, o lazer compreende a vivência de diversas práticas culturais, como jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte, bem como todas as formas de arte (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), dentre outras possibilidades.

Algumas questões aparecem isoladas em uma ou outra fala acerca das concepções de lazer dos entrevistados, como o desenvolvimento, o aprendizado propiciado pelo lazer, e a conscientização possibilitada por ele, seja ela política, cultural ou social.

[...] eu acho que tem um outro viés também que é importante, porque é um momento de resgatar a auto-estima, tanto no futebol, nas atividades de voleibol, por exemplo, as atividades de percussão, as atividades de trabalho com a cerâmica, com a pátina, as mulheres, através dessas atividades descobrem as suas habilidades. Isso contribui muito para que a pessoa fique com a autoestima melhor (ENTREVISTADA 01).

Eu acredito que a atividade de lazer [...] é uma ação [...] que também me traga informação, porque se ela não me trazer algo de novo pra mim não vai valer a pena (ENTREVISTADA 03).

Além da descontração, é uma forma também, sutil da gente envolver politicamente esses companheiros que vêm para o grupo ou pessoas que vêm para o grupo. Eles vêm com o intuito de assistir um vídeo, mas ali às vezes desperta neles aquele, quando a gente começa a discutir as questões, que às vezes lá na casa dele não são discutidas, ele não houve falar de gay que é espancado, de lésbica que é estuprada, que travesti que é apedrejada na rua, então às vezes ele não ouve isso, e aqui a gente relatando, trocando experiências, às vezes desperta. Então acho, a importância das atividades lúdicas do CELLOS, além de um momento de descontração, que a gente vem à vontade, come pipoca, [...] no Vôlei a gente vai lá, vai de tênis, de bermuda, vai jogar bola, é descontraído mas ao mesmo tempo a gente sempre está focando isso, conscientizando (ENTREVISTADO 05).

A possibilidade de desenvolvimento pessoal e social que o lazer enseja, normalmente, não é tão perceptível. É uma oportunidade privilegiada de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas. Marcellino (2006) aponta que é preciso considerar que se o conteúdo das atividades de lazer é caracterizado por um viés educativo, a forma como são desenvolvidas abre possibilidades “pedagógicas” interessantes, uma vez que o componente lúdico possibilita uma espécie de denúncia da realidade.

Essas concepções refletem na opinião dos entrevistados em relação à presença ou não do Lazer na agenda do Movimento LGBT. É interessante observar que a maioria dos entrevistados não tem clareza do lazer enquanto direito, e conseqüentemente, do aspecto

político do lazer. Ao buscar analisar o lazer na agenda do Movimento LGBT, procurei identificar ações que reivindicam esse direito, como há para a criminalização da homofobia, para a união estável entre LGBT e para a adoção.

Ao relatar acerca das possibilidades de lazer para o público LGBT, os entrevistados ressaltam que,

O lazer, a cultura, a alegria, a festa, são características muito inerentes ao homossexual, até porque são questões que são negadas pra gente o tempo todo. Eu não posso ir ao cinema com meu namorado assistir um filme e manifestar um afeto, por mais simples que o afeto seja, então, se tem um outro espaço, beleza, eu vou e participo, mas é um direito que é negado. [...] Independente de qual é a atividade, o grau, nível dessa atividade, não é uma atividade feita pra todas as pessoas, é uma atividade que está pautada no mesmo processo de heteronormatividade que a sociedade prevê para nós (ENTREVISTADO 06).

Para questão LGBT a gente tem pouco isso, porque a questão do lazer está muito voltada a festa, se bem que agora algumas iniciativas de mostras de filmes LGBT, tem jogos olímpicos, mas ainda são incipientes. (ENTREVISTADO 04).

É diante desse contexto que pergunto: o lazer está na agenda do Movimento LGBT?

Faz parte sim, faz porque dentro da entidade a gente tem isso, tem esse espaço que defendemos muito, porque é muito importante. Ficamos no campo da política, mas, o lazer e a cultura também têm o seu campo político que a gente pode trabalhar junto. E no Movimento LGBT também, então a gente percebe sim um envolvimento em futebol, jogos, vôlei LGBT, participação no Carnaval com um grupo próprio, de LGBT, [...] tem feito parte sim da agenda. A gente fez concurso também de poesia, de literatura no Movimento como um todo; então, faz parte da agenda sim (ENTREVISTADA 01).

Faz sim, parte da agenda. É porque a gente não pode também ficar endurecida discutindo somente questões políticas, como eu disse anteriormente, essa parte lúdica, ela também é uma questão, a arte, é uma arte libertadora inclusive para a autoestima e autoconhecimento da mulher (ENTREVISTADA 02).

Sim, eu acredito que faça parte sim. Primeiro eu penso que para você chamar a atenção das pessoas e trazer pessoas ao nível do Movimento LGBT, trazer essas pessoas para poder de alguma forma participar, que seja só para ouvir, que ela não faça mais nada, [...] que a mulher não volte mais na Associação, que ela vá lá, que esteve lá só uma vez, mas trazer essa pessoa para ela poder ouvir alguma coisa, e para ela pensar e para ela ampliar sua visão, para ela ter pensamento crítico, para ela poder agir de uma forma diferente, a gente tem que ter um chamativo (ENTREVISTADA 03).

Eu acho que é preciso, acho que está entrando, hoje nós estamos consolidando essa agenda cultural e do lazer, mas ela não foi assim (ENTREVISTADO 04).

Todas as ONGs que eu conheço, sempre tem atividades lúdicas. Toda entidade LGBT tem alguma coisa voltada com a questão lúdica, por exemplo: não adianta você chegar, [...] e ficar só fazendo fala política e você não ter coisas que é da cultura do universo gay que são: o show das *drags*, as músicas de momento que eles gostam muito. [...] se você faz um evento puramente político, vão aparecer dez pessoas lá, então o quê que o Movimento fez sabiamente? Unindo a questão política e a questão lúdica, você une as duas coisas. Hoje praticamente todos os eventos são

assim, até outros eventos estão seguindo o nosso modelo e estão fazendo atividades que desenvolve aquele objetivo que eles querem e ao mesmo tempo trazendo show, que é isso que atraem as pessoas. E a gente esquece que o gay está na sociedade, então, por exemplo: você vê os outros Movimentos praticamente estão todos esvaziados. Hoje as pessoas não estão muito envolvidas com a questão do Movimento Social, questão dos seus direitos, e etc. [...] o que trouxe de bom pra gente no Movimento foi a visibilidade (ENTREVISTADO 05).

Acho que sim, porque vou dar um exemplo. A parada é uma atividade de lazer, é uma atividade cultural, e que atualmente é um dos maiores instrumentos de visibilidade do movimento LGBT. A parada, que é uma atividade cultural, uma atividade de lazer, e que tem um fundo político, tem um objetivo político, a visibilidade do movimento, a ocupação do espaço público, mas não deixa de ser lazer e cultura. [...] Então, dizer que o lazer e a cultura estão dentro da agenda do Movimento LGBT é uma coisa para mim que é certa, que eu creio que sim. Acredito que é uma das formas até do movimento se expressar, de falar, de mobilizar, que é através da cultura, da dança, da festa, e da alegria, e é uma característica inerente ao Movimento LGBT. [...] A atividade da parada, é um dos maiores instrumentos de visibilidade do movimento e que é feita através de uma projeção cultural e de lazer, eu acho que está sim, dentro da agenda do movimento (ENTREVISTADO 06).

A partir desses relatos é possível dizer que para a maioria dos entrevistados o lazer faz parte da agenda do movimento. Não nego que há espaço para as atividades de lazer, e enfatizo que o Lazer se dá permeando essas ações, contudo o mesmo não é prioridade das ONGs e não compõe o quadro de pautas reivindicativas como as questões de adoção, aborto, união estável e criminalização da homofobia. A partir da fala dos entrevistados, observei esse desencontro, entre se ter um espaço para a realização das atividades, promover essas atividades e reivindicar por esse direito, ou trabalhar com essa perspectiva. A maioria dos entrevistados acredita que o Lazer está na agenda do Movimento LGBT, principalmente pelo fato das instituições trabalharem com atividades culturais, de lazer.

Um dos entrevistados ainda destaca que um fato marcante na história do Movimento LGBT possa ser um fator influenciador da não inserção do lazer na agenda do movimento.

A história do Movimento LGBT, na década de 60, final de 60, quando existia o primeiro grupo Somos, que foi em 69, existia uma polêmica dentro do grupo Somos que foi, inclusive, o motivo do “racha” do Somos. Porque o “racha” do Somos foi quando teve uma greve, a greve do ABC paulista. Um grupo dizia que tínhamos que ir para a greve apoiar os metalúrgicos e outro grupo dizia que não, que nós tínhamos que cuidar da nossa vida e fazer um grupo de sociabilidade, de autoconhecimento, etc. Então é emblemático o “racha” do Somos porque, na hora da votação para decidir o que o Somos ia fazer, um setor foi para greve e outro foi fazer um piquenique, entendeu? Então ficou muito essa coisa, a turma que vai para a luta e a turma do piquenique, é como se não pudesse juntar as duas coisas, porque acaba você fazendo só sua luta política e desconsiderando que trabalha com seres humanos, que tem uma carga de subjetividade tremenda. Como eu falei, precisa de um monte de ações de empoderamento pessoal, não só coletivo, pensar só em ação coletiva, só na questão muito objetiva da ação política. Por outro lado também não dá para fazer um clube de amigos, entendeu? Onde só se reúne, faz um piquenique, joga um vôlei, e ‘ah como é bom ser homossexual’, porque isso o mercado já até oferece e você tem que pagar por isso. Então nós temos as boates, nós temos saunas,

cinemas específicos para homossexuais, turismo, que a preocupação não é os direitos dos homossexuais, não é sua cidadania, não é o combate à discriminação, é o bem estar. **Então quer dizer, essa pauta, no movimento, ela sempre teve dificuldade, porque o lazer e a cultura sempre foi vista muito pela questão no mercado, e as outras como a questão da luta pelos direitos.** Hoje, eu acho que por questão das paradas, o bom dessas paradas, já começa a ter uma combinação, e você utiliza a questão da festa, do lazer, juntamente com uma ação política. Então já existem algumas estratégias, por exemplo, em Itabirito, eles não têm paradas lá, eles têm um torneio de futebol gay. E era um tipo de, começou como um jogo de futebol e cresceu, hoje ele já faz uma semana de atividades na Câmara Municipal, a prefeitura já banca o churrasco, as coisas que é preciso para o futebol e eles fazem. Essa é a semana de visibilidade deles, então não é mais só a parada, tem muitos que ainda usam a questão do miss gay, por exemplo, para poder denunciar o preconceito, a discriminação, então, você pode combinar essas ações, digamos lúdica cultural de lazer com uma questão política. Eu acho que agora que está entrando na pauta do movimento (ENTREVISTADO 04).

Destaco aqui a necessidade de um entendimento mais amplo acerca das potencialidades do lazer, principalmente no que tange a seu duplo aspecto educativo. Ou seja, o lazer é sim um veículo de educação, por isso atrelá-lo ao campo da discussão política é uma possibilidade real. Ao mesmo tempo, torna-se fundamental uma educação para o lazer (lazer, objeto de educação), que parte da conscientização deste como direito à reivindicação desse direito.

Ainda, segundo os depoimentos, para a população LGBT, no âmbito do lazer houve certa apropriação do setor privado, dessa forma, as atividades se tornaram produtos de consumo, consumo que é pago. E nesse sentido, o entrevistado ao falar acerca do lazer na agenda do movimento ressalta que esse direito é negado.

Inclusive ele não é só negado pelo Estado, porque o espaço público é negado e as pessoas não utilizam o espaço público, ele foi apropriado pelo capital. Então para você ter um lazer, hoje específico, para LGBT, você tem que pagar, e pagar muito caro, por exemplo, quando você tem lá na parada de São Paulo, e em um dia anterior a parada, um dia lá no parque, quem é que vai ter acesso àquilo ali? Alguém que tem dinheiro. Homossexual que tem dinheiro, aquilo ali tinha que ser público, gratuito, mas não, quem se apropriou dessa parte do lazer, foi o capital e ele tem entrada com isso (ENTREVISTADO 04).

O que se observa é o contrassenso das questões sociais. Diante desse contexto, Mascarenhas (2007) afirma que a contradição que se apresenta é a do público *versus* o privado, e nada mais desafiador do que sustentar uma política que tenha a compreensão do lazer como um direito social básico para todos, o que requer a ampliação do fundo público no sentido da “repolitização” do Estado no tocante à sua responsabilidade social quanto ao custeio desta mesma política. Contudo, isso tangencia a capacidade estatal em conduzir políticas sociais alternativas e por enquanto, os investimentos do setor privado são maiores que aqueles realizados pelo setor público, cabendo ao segundo o financiamento do primeiro.

Por fim, diante dessa realidade, há a ênfase na necessidade do discurso do direito ao Lazer entrar para as reivindicações do movimento.

[...] acredito que quando acontecem as conferências estaduais, como nós tivemos em dois mil e oito, dois mil e sete dois mil e oito, uma conferência estadual, nós discutimos sim, lazer, cultura, educação e tal, mas foi nesse momento, eu acho que especificamente fica perdido isso. Na hora de eu estar ali, por exemplo, na Praça Sete, com o microfone falando de uma série de coisas, eu também devo falar disso, porque nós temos um grupo de batuque que não pode ensaiar no Parque Municipal, porque faz barulho. [...] Eu acredito que deveríamos ter até nos nossos discursos, nas nossas falas, discutir mais essa questão, porque senão, pode ficar uma ideia de que nós só sentimos falta da lei de união estável, como se nós tivémos uma lei de união estável, então automaticamente vamos ter os nossos direitos de herança, com relação à adoção e tal. Se eu não pensar isso, nessa necessidade de que há, de que o LGBT, de que o *gay*, de que a lésbica também tem suas necessidades de lazer, de cultura, de arte, de esporte, se eu não pensar nisso, se eu não discutir isso de alguma forma, se eu não falar disso, se eu não reivindicar isso, fica parecendo então que as nossas ausências são só essas: a lei contra a homofobia, a lei de união estável, a legalização do aborto com mais segurança, não é só isso. Não há uma diferença entre a lésbica bissexual ou a lésbica transexual, todas têm as mesmas necessidades, digamos, as contas que você vai pagar todo mês, as coisas que você vai comprar todo mês, para sua sobrevivência, eu também tenho, não difere, eu gero lixo, você gera lixo, eu armazeno bem ou não, você também, é a mesma coisa, não difere. A única coisa que muda é o nosso objeto desejo, nosso afeto que de pessoas é por sexo oposto e no meu caso é pelo mesmo sexo (ENTREVISTADA 03).

Acredito que para que essa mudança ocorra torna-se necessário que as barreiras impostas, verificadas no plano da cultura, sejam relativizadas. Isso se dará à medida que o lazer for sendo convenientemente entendido em termos dos seus valores e funções através da ação educativa para o lazer somada a sua vivência. Além disso, Marcellino (2006) enfatiza que a ação conscientizadora da prática educativa, encucando a ideia e fornecendo meios para que as pessoas vivenciem um lazer criativo e gratificante, torna possível o desenvolvimento de atividades até com um mínimo de recursos, ou contribui para que os recursos necessários sejam reivindicados pelos grupos interessados junto ao poder público.

Portanto, no contexto do campo de atuação profissional no âmbito do lazer nas ONGs LGBT, a capacitação e o desenvolvimento de uma estrutura de atuação, composta de profissionais (de competência específica e geral) e de voluntários, é de extrema importância. Devo enfatizar, que a busca deve ser por mediadores, atuando em equipes multiprofissionais, procurando o trabalho interdisciplinar, a partir de uma visão concreta do lazer, aliando competência técnica, sólida cultura geral e exercício constante da reflexão sobre a ação desenvolvida, consubstanciada no compromisso com a mudança, através da exploração das amplas possibilidades de se trabalhar no plano cultural, de uma perspectiva democratizada. Essa capacitação/formação deve se dar no contexto das instituições e fora delas, ou seja, deve ser de responsabilidade das ONGs, mas também dos profissionais.

Diante desse panorama que caracteriza a intervenção do profissional que atua no âmbito do lazer nas Organizações Não-Governamentais ligadas ao Movimento LGBT, enfatizo a importância de se ter clareza das relações que influencia a atuação no terceiro setor, principalmente no que tange às ONGs.

O crescimento do terceiro setor na última década evidencia, além das persistentes ambiguidades presentes nesses tipos de organização, como a gestão privada de financiamentos públicos e a permanência de um modelo de sociedade hierarquizada e moralista, outras questões a serem problematizadas. Lidamos com o risco de privatização de serviços que deveriam ser universalizados no âmbito público; com uma permanente tensão na relação autonomia/dependência relativa ao Estado; com a questão das isenções e imunidades fiscais, a “desuniversalização” dos serviços sociais e a localização no campo da solidariedade de direitos constitucionalmente alicerçados (YAZBEK, 2000).

Quanto às ONGs, que passaram a ter maior visibilidade nos anos 80/90 por seus investimentos na defesa de direitos sociais, da melhoria das condições de vida da população e da democratização do país, expressando muitas delas novos caminhos propositivos da sociedade civil, apresentam uma institucionalidade construída a partir de um discurso onde temas como cidadania, direitos e solidariedade articulam ações e movimentos que trazem sujeitos diferenciados, mas que tem em comum uma identidade marcada pelo fato de serem sujeitos políticos em construção. (YAZBEK, 2000).

Nesse sentido, a estratégia de intervenção deve se pautar a partir desses pressupostos, norteados pela atuação desses agentes. Intervir no âmbito do lazer, no terreno do bem-estar social, portanto, remete esses profissionais para a ação, exatamente, nessas sequelas da questão social transformadas em políticas estatais e tratadas de forma fragmentária e parcializada, com prioridades definidas ao sabor das conjunturas históricas particulares. Isto conferirá tanto a relevância quanto os limites possíveis da intervenção do profissional que atua no âmbito do lazer.

Pensar na intervenção desse profissional diante do cenário encontrado remete como apontado anteriormente articulá-la a uma proposta de intervenção que procura estimular a participação comunitária, desenvolvida com os sujeitos, sem hierarquia das tomadas de decisões, que recusa a ser uma ação praticada de “cima para baixo”, ou construída pelos profissionais e entregue à comunidade. Dessa forma, sugerir a Animação Cultural como proposta de intervenção se deu a partir dos dados encontrados e no sentido de pensar as articulações possíveis através dos novos contornos que a Animação Cultural vem ganhando. Comprometendo-se com questões como consumismo, os efeitos de uma urbanização

acelerada, a banalização da violência, a ênfase nos valores monetários, entre outros – requer uma postura mais crítica dos mediadores, que podem intervir de maneira compromissada com as camadas populares, com seus anseios e problemas (GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010).

Um dos papéis fundamentais de um animador cultural é favorecer a problematização e o questionamento da ideologia dominante, no intuito de superar a alienação, desenvolvida de forma dissimulada pela indústria cultural que, além de criar, objetiva padronizar gostos e necessidades. Portanto, um dos objetivos da Animação Cultural é desorganizar pensamentos enraizados nas pessoas, desencadeando certo incômodo, possibilitando ao sujeito atentar para detalhes antes não observados (MELO, 2006).

Dessa forma, a missão do animador cultural é a de despertar nos indivíduos novas formas de compreender a realidade, estimulando sua reflexão e possibilitando o questionamento do contexto no qual está inserido. Para Melo,

[...] a ideia de mediação parece mesmo ser fundamental para lidarmos com a intervenção no âmbito da cultura. Tenho pensado na ideia de estabelecimento de uma certa “desorganização”: o processo de educação se daria pela busca de instaurar um incômodo (MELO, 2006, p. 43).

[...] a Animação Cultural é uma proposta de educação que, ao buscar quebrar uma certa unilateralidade no processo de comunicação, parte do princípio da “deseducação”, da desestabilização (MELO, 2006, p. 44).

Com base na mediação, o animador cultural é capaz de possibilitar e facilitar a aquisição do conhecimento sem ter que obrigatoriamente transmiti-lo de forma unilateral. Melo (2006) alerta que esta atuação deve ser cautelosa, para não cair na armadilha de se julgar o que deveria ou não ser estimulado. Por isso, o animador não pode querer controlar, “mas sim tematizar e estimular o descontrole” (MELO, 2006, p. 63). Assim, o processo de educação se daria não pela construção de ideias, mas pela “desconstrução de mentalidades e de olhares”.

Compartilho das ideias de Melo (2006) ao conceber a Animação Cultural como uma proposta de “alfabetização cultural”, nas suas potencialidades e limites. Perspectiva que recusa um pragmatismo do mercado e uma alfabetização enraizada nos limites exclusivos da cultura modernista da imprensa, diante das formas mais fortes de críticas que emergem de uma noção pluralizada de alfabetização que valoriza a cultura impressa e a visual. Além disso, a alfabetização como discurso crítico também proporciona uma base mais complexa para o poder, para a formação de identidades e para a materialidade do poder, enquanto enfatiza que, apesar de a própria alfabetização não garantir coisa alguma, ela é uma condição essencial para

o protagonismo, para a auto-representação e para uma noção substantivada da vida pública democrática (MELO, 2006).

O campo do Lazer é um objeto de conhecimento que hoje se oferece sinalizando toda sua complexidade enquanto expressão das tensões, diálogos e encontros culturais que ocorrem no cotidiano em processo de culturalização. O lazer é do ponto de vista político, um direito do cidadão que, cada vez mais, reivindica seu direito à cidade e ao lazer qualificado (HOLLANDA, 2004). Nesse sentido, ressalto que a relação da atuação profissional no âmbito do Lazer e Animação Cultural nestas instituições se apresenta enquanto uma proposta pedagógica pautada na ideia de mediação, com o intuito de provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar ao corpo ao suceder [...]. Mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.

Guimarães Rosa

A epígrafe de Guimarães Rosa retrata minha trajetória no período desde a construção da ideia até a consolidação deste trabalho. Em todas as etapas, deixar de lado meus pré-conceitos e concepções sobre o campo era um exercício complexo em diversos aspectos. Como pesquisadora, tinha pouco conhecimento sobre dinâmicas institucionais, práticas políticas, atividade militante e, inclusive, sobre o universo de preconceito e discriminação contra o qual essas pessoas – ativistas e profissionais – dedicavam suas vidas.

Minhas indagações a respeito da heteronormatividade e minha consequente percepção do seu significado e impacto, bem como do patriarcado e dos prejuízos sociais causados pelas relações de preconceito, ou, ainda, das nuances preconceituosas contidas em determinados discursos ideológicos eram excessivamente restritas. E nesse sentido, retomo as palavras de Machado (2007, p. 04): "produzir conhecimentos a respeito da dor de outrem pode ser o suficiente para nos indignarmos com determinadas formas de opressão, mas não é o suficiente para sabermos o que significa".

Assim, na relação de troca entre pesquisador e pesquisado, enfatizo a importância de reconhecer o valor e o poder explicativo contido nos diferentes tipos de saberes e práticas sociais. Com a imersão no campo e a participação no cotidiano das instituições, através das reuniões, nas atividades de lazer, eventos organizados pelas entidades, a relação foi se delineando e se tornando mais harmônica. Foi através das pessoas que conheci nesse percurso que pude questionar valores e perspectivas teóricas, epistemológicas, sociais e existenciais.

Com a formação em Educação Física e trajetória de estudos no campo do Lazer, envolvi-me com temas cuja base teórica se funda em áreas diversificadas, como a Sociologia e a Psicologia Social, o que exigiu imersão em novos campos de estudos e, conseqüentemente, abertura ao conhecimento. Nesse sentido, reconheço que foi um processo rodeado por limitações, que se refletiram no trabalho.

Fazendo o exercício de tecer algumas considerações a respeito deste trabalho, apresento algumas reflexões a partir das questões que o nortearam. Não busco aqui dar respostas definitivas, mas apontar aspectos relacionados ao campo de atuação profissional no

âmbito do Lazer, a partir do diagnóstico realizado em duas instituições do chamado “terceiro setor”.

Apresento, então, as ações, seus objetivos, público atendido, planejamento, espaços e equipamentos relacionados, avaliação, bem como os limites e dificuldades do serviço nesse segmento. Foram localizadas dez atividades de lazer (cinco em cada ONG), norteadas pelo entendimento desse fenômeno como uma dimensão da cultura instituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais (GOMES, 2004).

Em relação aos objetivos, as instituições apresentaram diferenciações. Inclusive, em uma das ONGs, na ALEM, não houve consenso entre as entrevistadas. Pude compreender que nesta instituição as atividades estão relacionadas com o resgate da autoestima do público LGBT, tendo as atividades um caráter descontraído e que permite a socialização. No CELLOS, as atividades estão relacionadas ao empoderamento desse público, visando ao seu protagonismo social, também através do processo de socialização.

As atividades são voltadas para o público LGBT, contudo a ALEM direciona suas ações às mulheres lésbicas e mulheres bissexuais, enquanto o CELLOS trabalha também com as outras identidades, atendendo um público mais diferenciado. É importante ressaltar que ambas as instituições não restringem suas atividades à população LGBT, recebendo também heterossexuais interessados em participar delas. No CELLOS, há certa focalização no público da classe baixa, por entenderem que é um grupo mais vulnerável na sociedade.

As instituições trabalham com atividades diferenciadas, que envolvem desde as artes e a musicalidade às atividades físicas; contudo, não é reconhecida a potencialidade de todas essas manifestações, já que alguns profissionais não têm clareza quanto ao caráter educativo das atividades, considerando apenas os aspectos de descontração e contentamento, o que acontece com o futebol e o vôlei.

Pensando no planejamento dessas ações, e entendendo-o como um processo que equilibra os meios e fins, os recursos e objetivos (PADILHA, 2001), no caso das ONGs pesquisadas, o planejamento é também projetado de forma distinta entre as instituições. No Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual, o planejamento se divide em duas fases, que envolvem o planejamento mais geral com todo o coletivo de direção, para todas as ações da instituição; e o planejamento específico, voltado para a atividade em particular, já com o grupo responsável. Na ALEM, a organização se dá de outra forma, já que toda a comunidade atendida é convidada a participar do processo de planejamento, bem como na elaboração, implementação e avaliação das atividades. É interessante ressaltar que, apesar de as entrevistadas não apresentarem como objetivo o protagonismo e a autonomia desse público,

há uma preocupação com a construção coletiva dessas ações no processo de planejamento. Enfatizo aqui os princípios do trabalho com a Animação Cultural e, nesse sentido, já aponto uma perspectiva de trabalho para os profissionais que atuam com o conhecimento sobre o lazer.

Sobre o processo avaliativo, as duas ONGs organizam reuniões com essa finalidade, diferenciando apenas os momentos em que são realizados esses processos, já que são influenciados pela forma como as ações são planejadas. Na ALEM, a avaliação também é realizada com todos os envolvidos; já no CELLOS, é a comissão de atividades que realiza esse processo e encaminha para o coletivo de direção. Não há uma estratégia para o registro dessa avaliação, mas existe o interesse de aprimorar esse processo. Os aspectos técnicos e quantitativos são os pontos avaliados, havendo certa preocupação com o número de participantes e a frequência nas atividades. A avaliação qualitativa até aparece, contudo as instituições não têm um método a seguir, prevalecendo as impressões de quem organizou. Não estou desconsiderando a importância da avaliação quantitativa, entretanto ressalto a importância de uma análise qualitativa, direcionada a identificar benefícios e resultados no/para o público atendido. E isso inclui a explicitação da subjetividade da percepção do outro.

Outro ponto de destaque no desenvolvimento das atividades de lazer está relacionado aos espaços e equipamentos utilizados para esse fim. As sedes não têm espaços que contemplem a realização de todas as atividades e, diante das dificuldades financeiras, a saída encontrada foi o estabelecimento de parcerias. Assim, os equipamentos materiais permanentes e de escritório foram adquiridos através de projetos e via parcerias. Para os espaços físicos, com quadras, auditórios, as ONGs se apropriam das redes de mobilização para formalizar as parcerias que cedem espaços, bem como disponibilizam outros equipamentos. Ressalto ainda a questão da dificuldade de apropriação dos espaços públicos, exemplificada por ambas as ONGs. E, nesse sentido, levanto os seguintes questionamentos: a dificuldade de apropriação se dá devido ao preconceito e à discriminação frente à orientação sexual do público atendido? A falta de recursos financeiros dificulta essa apropriação? Ou essa é uma realidade em diferentes contextos da nossa sociedade?

Percebo que o “pano de fundo” dos discursos criados frente à utilização e apropriação dos espaços públicos pelas pessoas LGBT é a discriminação e o preconceito, frutos da homofobia. E é esse aspecto o diferencial das organizações não-governamentais estudadas, que questionam as posições institucionais de legitimação do silenciamento da

homossexualidade para além de protestos pontuais e a histórica construção de uma cidadania LGBT “naturalmente” inferiorizada, ou subcidadania.

Nesse sentido, corroboro com os apontamentos de Martins; Tolentino e Nogueira (2009, s/p.) ao afirmarem que

ampliar os espaços públicos de participação de LGBTs é um desafio não apenas por mais visibilidade, pois visibilidade é uma estratégia de luta e não um fim em si. Ser visível é articular esferas privadas e públicas, romper o silêncio que nos cerca e tornar a inclusão uma bandeira mais política e não apenas psicológica. Ampliar os espaços públicos de participação de LGBTs é um desafio contra-hegemônico de reconhecimento da liberdade individual e da igualdade coletiva como expressões republicanas de uma sociedade mais fraterna e menos violenta.

Diante disso, compreendo que o acesso ao espaço público se dá pela politização do sujeito no sentido de modificar o pensamento de submissão arraigado nos costumes do povo brasileiro dada nossa herança cultural. Isso passa pela formação de uma nova cultura política, onde os sujeitos passem a realmente ocupar o espaço público como espaço de luta por reivindicações e melhora de condições de vida.

Ressalto ainda que o relato dos limites e dificuldades do trabalho com o lazer em ONGs que trabalham com as questões LGBT constitui-se uma tarefa difícil. Pondero que, a partir das questões identificadas, algumas limitam a realização das atividades com qualidade. E, nesse sentido, um dos grandes problemas dessas ONGs LGBT mineiras está relacionado à obtenção de recursos, que quase sempre se concentra em doações de uma liderança, parceiro ou de alguns militantes do grupo. Esse é um limite que expressa os problemas do modelo no qual as instituições estão inseridas – organizações vinculadas ao terceiro setor. Contudo, essa questão também caracteriza o contexto do lazer, para o qual poucos recursos são destinados, quando o são.

Outra dificuldade está relacionada à participação em editais de agências de fomento. Na maioria das vezes, as ONGs pesquisadas não se enquadravam nos pré-requisitos estabelecidos ou não cumpriam algum tipo de critério de seleção (que também não era esclarecido). Diante dessa questão, aponto a necessidade de se ter um profissional qualificado para trabalhar na captação de recursos para a entidade, função/cargo que não consegui identificar. Assinalo também que alguns editais estabelecem certos critérios rigorosos, que dificultam a participação de organizações não governamentais, voltando indiretamente o foco de seus processos seletivos às instituições governamentais e privadas.

Destaco também outro limite: o histórico do próprio Movimento LGBT e seu vínculo com a epidemia HIV/AIDS. Essa vinculação enfatiza a relação do movimento com o eixo saúde e acaba focalizando a destinação de verbas e recursos para essas instituições. Esse

vínculo, muitas vezes, acaba por balizar o trabalho dessas e de muitas ONGs. Nesse sentido, penso que a grande possibilidade deste trabalho é disseminar o atendimento, ou melhor, a garantia do direito ao lazer a esse público, sem as dificuldades da acessibilidade financeira, e sem a discriminação pela orientação sexual.

A partir desse panorama das instituições, questionei alguns aspectos relacionados aos profissionais: sua formação, o processo de seleção e contratação, os conhecimentos e habilidades pertinentes à sua atuação, além de sua perspectiva em relação a esta. Busquei ainda abordar sua história de militância e sua relação com o Movimento LGBT, com o intuito de compreender seus anseios em relação ao trabalho com esse grupo.

Através da imersão no campo, tracei um panorama geral acerca da abrangência da atuação nas ONGs LGBT pesquisadas, e identifiquei que a composição do quadro de pessoas envolvidas nas atividades de lazer era diversificada. Detectei que não havia necessariamente um profissional específico envolvido no planejamento, execução e avaliação dessas atividades. Contudo, foi possível identificar certa aproximação e um maior envolvimento de algumas pessoas frente à organização dessas ações. A partir daí, elenquei os sujeitos que representaram os profissionais atuantes no âmbito do lazer, cuja trajetória e relação com o Movimento LGBT me permitiram perceber que a relação que se dá nas duas instituições não é uma relação profissional e sim de militância.

As trajetórias dos entrevistados se apresentaram de forma diversificada. Parte dos profissionais as tem marcadas pelo envolvimento com movimentos sindicais e partidos políticos, e os demais envolvidos apresentam trajetórias marcadas pela participação em outros movimentos sociais, como o estudantil, que imprimem modos diferenciados de perceber e compreender o movimento e suas questões.

Em relação à formação, esta não necessariamente está ligada ao meio acadêmico. Contudo, a maioria dos profissionais vinculados às ações de lazer tem formação superior, embora não esteja diretamente vinculada às áreas de atuação historicamente ligadas ao Lazer.

Diante desse contexto, analisei os conhecimentos e habilidades necessários àqueles que trabalham com o conhecimento sobre o lazer. Houve grande preocupação com o trato do público atendido, diante da necessidade de se ter sensibilidade às especificidades dos LGBT, não só no que se refere aos estigmas enfrentados devido à sua orientação sexual, bem como às suas demais identidades, sejam estas referentes à raça, gênero, escolaridade ou classe. Outra questão diz respeito ao conhecimento do conteúdo da atividade e a articulação entre conhecimento prático e teórico. Diante desse contexto, busco as contribuições de Melo (2003), que tece uma reflexão acerca dos conhecimentos e habilidades que tangenciam o

perfil de um profissional atuante no âmbito do lazer, e ressalta o domínio de conteúdo, enfatizando as múltiplas linguagens; o entendimento de Lazer no âmbito da cultura; e a própria cultura.

Delineados os conhecimentos e habilidades, o processo de seleção se dá a partir do corpo de militantes das instituições, através das experiências e dos valores que eles podem agregar. Entretanto, são estabelecidos critérios para essa seleção: o envolvimento com movimentos sociais, com a área de conhecimento que envolve as questões LGBT; a implicação do sujeito com a cultura e o domínio do conteúdo. Na Associação Lésbica de Minas, embora se dê prioridade aos profissionais do sexo feminino, o critério da competência tem sobressaído. Contudo, como a relação é de militância e nem sempre há a contratação desses profissionais, os critérios estão sujeitos aos recursos humanos das ONGs, o que às vezes inviabiliza encontrar perfis compatíveis. Dessa forma, a instituição fica “refém” do perfil e das experiências de seu corpo de militantes, bem como de sua disponibilidade de tempo para a realização das atividades. Esse contexto reflete a realidade de muitas ONGs, que têm seu cotidiano marcado pelo trabalho voluntário.

Assim, a contratação de profissionais, quando acontece, é feita por atividade realizada, para eventos pontuais. Não há, nas instituições, profissionais que trabalham com o conhecimento sobre o Lazer presentes em seu cotidiano. A partir dessa constatação, retomo uma consideração anterior, reforçando que o maior entrave das instituições é a falta de recursos financeiros. Diante da escassez de recursos para a realização das ações, as entidades têm buscado o estabelecimento de parcerias, meios de financiamento, processos de editais.

Por fim, apresento a análise das concepções de lazer desses profissionais, a relação do lazer com a agenda do Movimento LGBT, no intuito de interpretar o papel dessas organizações e desses profissionais, no que tange às ações de lazer e ao entendimento do lazer como direito, seguindo as construções interpretativas elaboradas pelos profissionais.

As concepções de lazer dos entrevistados se apresentam de forma diversificada, contudo alguns elementos se aproximam. Inicialmente ressalto que o lazer não foi apontado como atividade isolada, ou ocupação. Os entrevistados também o distinguem como necessidade da vida, caracterizada por uma busca pelo prazer, pelo contentamento, mas que não tem relação com as obrigações como o trabalho formal, ou seja, não constitui uma obrigação. A multiplicidade de manifestações também foi ressaltada por todos os entrevistados. Contudo, dentre as questões destoantes, mas que apareceram, estão o desenvolvimento, o aprendizado propiciado pelo lazer e a conscientização possibilitada por ele, seja ela política, cultural ou social.

Essas concepções refletem na opinião dos entrevistados em relação à presença ou não do Lazer na agenda do Movimento LGBT, já que a maioria dos entrevistados não tem o conhecimento do lazer enquanto direito, não considerando o aspecto político do lazer. Ressalto que, quando busquei analisar o lazer na agenda do Movimento LGBT, procurei identificar ações que reivindicam esse direito, como há para a criminalização da homofobia, para a união estável entre LGBT e para a adoção. Não nego que há espaço para as atividades e enfatizo que o Lazer se dá permeando as ações das instituições, contudo não é prioridade das ONGs, assim como essas outras questões.

A partir da fala dos entrevistados, observei o desencontro entre se ter um espaço para a realização das atividades, promover essas atividades e reivindicar esse direito, ou trabalhar com essa perspectiva. A maioria dos entrevistados acredita que o Lazer está na agenda do Movimento LGBT, principalmente pelo fato de as instituições trabalharem com atividades culturais, de lazer. Entretanto, enfatizam a necessidade de o discurso do direito ao Lazer entrar para as reivindicações do movimento, sendo consenso que esse direito é negado ao público LGBT. Segundo os entrevistados, para a população LGBT, no âmbito do lazer houve a apropriação do setor privado; dessa forma, as atividades se tornaram produtos de consumo, que são cobradas.

Diante da análise do panorama das atividades realizadas pelas ONGs pesquisadas, aponto para a necessidade de um profissional, seja ele militante ou não, que atue como mediador, favorecendo a problematização e o questionamento da ideologia dominante, no intuito de superar a alienação – no caso do lazer, desenvolvida de forma dissimulada pela indústria cultural, que, além de criar, objetiva padronizar gostos e necessidades. Remeto às contribuições de Melo (2006), segundo o qual um dos objetivos da Animação Cultural seria desorganizar pensamentos enraizados nas pessoas, desencadeando certo incômodo, possibilitando ao sujeito atentar para detalhes antes não observados. Daí a importância de esse processo ser trabalhado nos diferentes conteúdos. Contudo, a materialização dessa proposta está intimamente relacionada com o planejamento dessas ações; caso contrário, ela se restringe ao campo das ideias, acabando por não estabelecer relações com o contexto do e para o lazer não foram consideradas.

Nos últimos anos, tem crescido no Brasil o número de estudos sobre a temática Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Trata-se de um campo amplo, heterogêneo e, por vezes, contraditório, que tenta dar conta de fenômenos complexos relacionados a um segmento social que historicamente foi privado de exercer plenamente sua cidadania (GÓIS, 2003). Acredito que esse tema é ainda pouco explorado e carece de mais

estudos para que possamos ter uma melhor compreensão sobre os significados e a dinâmica desse movimento social e desse público, bem como das implicações e nuances políticas da entrada dessa temática na esfera pública brasileira e, mais especificamente, em relação às questões sociais.

Se a intenção é a consolidação do lazer como um direito de cidadania e isso passa por sua democratização, cabe, portanto, também à categoria profissional responsável por sua promoção, incitar reflexões sobre a configuração que tem se delineado no cenário atual das políticas públicas de lazer. Isso reforça o princípio de que nossos esforços devem se pautar pela ampliação da cidadania e pela democratização da sociedade, visando responder às complexas questões levantadas por essas temáticas.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais. Disponível em: <www.abglt.org.br/port/index.php>. Acesso em 15 de ago. 2009.

Associação Lésbica de Minas. Disponível em: <<http://www.alem.org.br>>. Acesso em 15 de ago. 2009.

Associação Lésbica de Minas. **Estatuto da ALEM**. Belo Horizonte, 1999.

_____; Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual. **Projeto tudo a ver**. SES. Coordenação estadual DST/AIDS. Belo Horizonte, 2008.

ALMEIDA NETO, Luiz Mello. Um olhar sobre a violência contra homossexuais no Brasil. **Revista Gênero**. , n. 1, v. 4, EDUFF, Niterói, 2003.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Políticas públicas. In: GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 181-185.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Bontempo, 1999.

AYOUB, Eliene. **Interesses físicos no lazer, como área de intervenção do profissional**. Campinas, Unicamp, FEF (Dissertação de Mestrado), 1993.

AZEVEDO, Janete Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BARBOSA, Marcos Aguiar. **O lazer nos resorts brasileiros: um diagnóstico na perspectiva das estratégias organizacionais**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. [manuscrito] Belo Horizonte, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARROS, José D'Assunção. Projeto de Pesquisa - suas funções e partes constitutivas. **Revista Tema Livre**, 13ª edição. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>. Acesso em 20 de jan. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1996.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001.

BRACHT, Valter. Educação Física: a busca da autonomia pedagógica. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.1, n.1, p. 12-18, 1989.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Estudo de caso para a formulação de uma política setorial de lazer: avaliação contextual do distrito federal. **Revista da faculdade de Educação Física da UNICAMP**, v. 1, n. 2 p. 121-145, dez. 1999. ISSN: 1983-930

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra Coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para cidadania**. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CALEGARI, Lizandro. A mulher no cinema brasileiro e a tentativa de afastamento da heteronormatividade: uma leitura de Dona Flor e seus dois maridos. **Revista Literatura e Autoritarismo**: Cinema, música e história, n. 7, jan./jun. 2006. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num07/art_01.php> Acesso em: 10 out. 2008, 19h30.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 2001.

CASTRO, Mary. Resignificando sexualidade, por violências, preconceitos e discriminações. In: **Juventudes e sexualidade**. UNESCO, Brasil, 2004.

Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual. Disponível em: <<http://www.cellos-mg.blogspot.com>>. Acesso em 15 de ago. 2009.

Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual. **Estatuto CELLOS**. Belo Horizonte. 2003.

CEPAL. **Uma década de luces y sombras: América Latina e Caribe em los años noventa**. Bogotá, DC, CEPAL: Alfaomega, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, Sônia F. (Org.). **Reforma sanitária, em busca de uma teoria**. São Paulo: Abrasco/Cortez, 1989.

CUNHA, Nayara Avelar. **Lazer e clubes: mapeamento do campo de atuação profissional do lazer em clubes de Belo Horizonte**. Monografia (graduação) Belo Horizonte, MG: [s.n], 43p. 2004.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DAY, Vivian Peres. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de psiquiatria**. Rio Grande do Sul, Abr. 2003, vol. 25, suppl. 1, p. 9-21.

DELUIZ, Neise. Formação do sujeito e a questão democrática em Habermas. **Boletim Técnico do Senac**, v. 21, n. 1, jan./abr., 1995.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Polêmicas do nosso tempo. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DRAIBE, Sônia Miriam. O Sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. **Cadernos de pesquisa nº 32**. Campinas, NEPP/UNICAMP, 1998.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA/IPLAN (Org.). **Para a década de 90: diagnóstico e perspectivas**. Brasília, 1990.

_____. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. **Cadernos de pesquisa nº 08**. Campinas, NEPP/UNICAMP, 1993.

DRAIBE, Sônia Miriam *et al.* **O sistema de proteção no Brasil**. Campinas, NEPP/UNICAMP, 1991.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**. n. 04, p. 131-158. 2009.

_____. Paradas: uma política (homos)sexual lúdica, mas não light. **APOGLBTSP. Revista Oficial da Parada**, vol. único, 2004.

_____. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. “Encontros tudo a ver”. Reflexo dos grupos de consciência do feminismo de segunda onda na produção do sujeito político do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS/MG). Desigualdade e diversidade. **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**. n. 4, jan/jul, p. 33-45, 2009.

_____. **Muito prazer, sou CELLOS, sou de luta: a produção da identidade ativista homossexual**. Dissertação (Mestrado). Rio Grande: FURG, 2007. 153p.: il. color.

FERNANDES, Rubem Cesar. O que é o terceiro setor? In: IOSCHPE, E B *et al.* **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Sem fins lucrativos. **Comunicações do Iser**. Rio de Janeiro: ano 4, n. 15, p. 13-31, jul. 1985.

FLEURY, Maria Tereza Leme; Fleury, Afonso. Construindo o conceito de competência. **RAC**, Edição Especial, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Augusto de. O que está por trás da nova lei do terceiro setor. In: FERRAREZI, Elizabete. **OSCIPI- Organização da sociedade civil de interesse público: a lei 9790/99 como alternativa para o terceiro setor**. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

FRY, Peter; MACAE, Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Cidadania planetária: pontos para a reflexão**. Instituto Paulo Freire, 1998. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0040>. Acesso em: 12 dez. 2010, 20h00.

GÓIS, João Bosco Hora; SOLIVA, Thiago Barcelos. A rua e o medo: algumas considerações sobre a violência contra jovens homossexuais em espaços públicos. In: **Anais... XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu-MG, 2008.

GOHN, Maria Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos Brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Movimentos sociais e de redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. O novo associativismo e o terceiro setor. **Serviço Social & Sociedade**, n. 58. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GÓIS, João Bôsko Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas** v.11 n.1. Florianópolis, Janeiro/Junho, 2003.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (org.). **Dicionário Crítico do Lazer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____; AMARAL, Maria Teresa Marques. **Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer.** Brasília: SESI/DN, 2005.

_____; PINHEIRO, Marcos; LACERDA, Leonardo. **Lazer, turismo e inclusão Social: intervenção com idosos.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GUTTERRES, Etel Soares; RODRIGUES, Rejane Penna. Orçamento Participativo e a Questão do Lazer: o caso de Porto Alegre – RS. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.) **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras.** Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. **De que gênero estamos falando?** Sexualidade, gênero e sociedade: Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ, v.1, n.2, Dez., 1994.

HERIQUES, Cláudia Heringer. **Ação profissional no lazer em acampamentos de férias: analisando o planejamento, a metodologia e a avaliação.** Monografia (graduação). Belo Horizonte, MG: [s.n], 41p. 2004.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. A contribuição dos estudos culturais para pensar a animação cultural. **Licere:** Belo Horizonte, v.7, n.1, p.101-112, 2004.

IANNI, Octavio. **A formação do estado populista na América Latina.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O ciclo da revolução burguesa.** Petrópolis, Vozes, 1985.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. Formação profissional. In: GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 93-96.

_____. Lazer, Formação e mercado de trabalho. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; SÁ, Eduardo Penna de. **Lazer, empresa e atuação profissional.** Brasília: SESI/DN, 2006. 84 p.: Il.: 21 cm. (Gestão de Lazer, 12).

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. IN: HADDAD, Sérgio (org). **ONGs e universidade: desafios para a cooperação na América Latina.** São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 2002.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **As ONGs no enfrentamento da exploração, abuso sexual e maus tratos de crianças e adolescentes - pós 1993.** CECRIA/AMENCAR. ECA_10 ANOS. Pesquisa. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.cecria.org.br/banco>. Acesso em: 05 set. 2008, 21h00.

LEITE, Marco Antônio Santos. **O terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público** — Oscips. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2003. Disponível em: <www.alemg.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/TerSet.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2008, 22h35.

LINDNER, Liandro (org.). **ENONG – Encontro Nacional de ONG/AIDS: construção de sonhos e lutas.** Curitiba: L. Lindner, 2005.

LOPES, José Rogério. **Terceiro setor:** a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n.3, p.57-66, 2004.

LOPES, Tarcila Bretas. **Sobre o fazer técnico e o fazer político:** a atuação do profissional de lazer no Serviço Público Municipal. Dissertação (Mestrado em Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

LOURO, Guacira. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**. Ano 9. 2 sem. 2001. p. 541-553.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem. **Revista Pátio**, ano 3, n12. fev/abr 2000.

MACHADO, Frederico Viana. **Muito além do arco-íris.** A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado. Belo Horizonte: 2007.

_____; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Visibilidade, sexualidade e cidadania na Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte. In: **Anais... II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia.** 2007. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. UFSC. Florianópolis, Brasil. ISSN 1982-4602.

_____; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. **Interações**. vol. X • n.19. p. 35-62. Jan-Jun, 2005.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade:** identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Unicamp, 1990.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Esporte e lazer da cidade: formação e desenvolvimento de quadros. **Brincar, Jogar, Viver.** Programa Esporte e Lazer da Cidade. v. I, n. 01, janeiro, 2007.

_____. **Estudo do lazer:** uma introdução. 3. ed. Ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. **Lazer e educação.** Campinas, SP: Papyrus, 1987.

_____ (org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. **Lazer e humanização**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MARQUES, Vera Lúcia; D'ÁVILA FILHO, Paulo M. **Movimento LGBT: política, poder e identidade sexual**. Preparado para apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Rio de Janeiro, Brasil, 11 a 14 de junho. 2009. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2009/files/MarquesDaSilvaVera.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2010, 08h42.

MARTINS, Daniel Arruda; TOLENTINO, Leonardo; NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. **Sexismo, Homofobia e Instituição: um panorama da escola sexista**. 2009. Apresentação realizada no Programa BH sem Homofobia. Disponível em: <http://educacaoemhomofobia.files.wordpress.com/2009/03/sexismo-homofobia-e-instituicao-nuh-ufmg-paulo-daniel-leonardo.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2010, 20h00.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política**. In: SUASSUNA, Dulce; AZEVEDO, Aldo Antonio. **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 181-210.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica - Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. IPEA. Brasília, 2001.

MELLUCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELO, Victor Andrade de. **A animação cultural: conceitos e propostas**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

_____. **A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos**. **Licere**. Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 86-103, 2004.

_____. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo. IBRASA, 2003.

_____; ALVES JÚNIOR, Edmundo Drummond. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder e LINHALES, Meily Assbú (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MIRANDA, Sheyla. Como surgiu a expressão “imprensa marrom”? **Revista Mundo Estranho**. Edição 110, abril, 2011. Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/pergunta_286177.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2011, 00h00.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Murilo Peixoto da. As diferenças e os “diferentes” na construção da cidadania gay: dilemas para o debate sobre os novos sujeitos de direito. **Bagoas**. n. 02. 2008. p. 191-210.

MOTTA, Arnaldo Alves da. **Terceiro setor ou setor terceirizado?** In: Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social. Outubro, 2005. Disponível em: <http://www.fonte.org.br/news/news_outubro.htm>. Acesso em: 20 out. 2010, 20h00.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Democracia e transição socialista**. Escritos da teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. FHC e as políticas sociais: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação – balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NUNAN, Adriana; JABLOSKI, Bernardo. Homossexualidade e preconceito: aspectos da subcultura homossexual no rio de janeiro. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. n. 54, v. 1, 2002. p. 21-32.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez - Instituto Paulo Freire, 2001.

PAIVA, José Luís de. Por um voluntariado local. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em esporte e lazer:** para atuação em políticas públicas. Campinas, SP: Papirus, 2003. p. 157-170.

PARROW, Sidney. **O poder em movimento.** Movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

PECI, Alketa; FIGALE, Juliana; OLIVEIRA, Fábio de; BARRAGAT, Alexandre; SOUZA, Conceição. Oscips e termos de parceria com a sociedade civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do governo de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública (RAP)** — Rio de Janeiro 42(6):1137-62, nov./dez. 2008. FGV, EMBAPE. ISSN 0034-7612.

PELIANO, Anna Maria. As relações pública e privada na prestação de serviços assistenciais - Rio de Janeiro. **Cadernos do CBIA** – n. 1, 1991.

PEREIRA, Cássio Avelino Soares. Terceiro setor. In: GOMES, Christianne Luce (Org) **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINA, Luís Wilson. Multiplicidade de profissionais e de funções. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer, formação e atuação profissional.** Campinas, SP: Papirus. p. 117-130. 1995.

PINTO, Gabriela Baranowski. **O lazer em hospitais:** realidades e desafios. Dissertação (mestrado) Mestrado em Lazer. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. 2009.

PRATA, Marcelo Ricardo. **A discriminação contra os homossexuais e os movimentos em defesa de seus direitos.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social. Setembro de 2008. Rio de Janeiro.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Mercado de Trabalho. In: GOMES, Christianne Luce (Org). **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** – v. 16, n. 2. Rio de Janeiro, UERJ/IMS, 2006.

RICCI, Rudá. Dilemas dos movimentos sociais e organizações populares em Minas Gerais. **Revista Espaço Acadêmico.** n. 59. Abril. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/059/59ricci.htm>>.

RODRIGUES, Almira. **Advocacy**: uma ação política de novo tipo. 1999. Disponível em: <www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos_detalhes.asp?IDArtigo=6>. Acesso em: 14 nov. 2009, 12h17.

RODRIGUES, José Luís Pinto. **Impressões de identidade**: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Letras, Rio de Janeiro. Fevereiro de 2007.

SAID, Edward W. 2007. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia do Bolso.

SALES, Benes Alencar. A polissemia do sujeito cartesiano. **Princípios**, Natal, v. 14, n. 22, jul./dez. 2007, p. 79-92.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e Lazer: um binômio instigante. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e sociedade**: múltiplas relações. Campinas: Editora Alínea, 2003. (Coleção Estudos do Lazer).

SANTOS, Carlos Nelson F. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro: padres, profissionais liberais, técnicos do governo e moradores em geral servindo-se de uma mesma causa. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 29-60, 1977.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes sociais**: trajetórias e fronteiras. Texto, 2004.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Porto Alegre, 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SILVA, Adriano Gonçalves da. **Trajetórias e construção do saber docente de professores universitários do campo do lazer**. Dissertação (mestrado) Mestrado em Lazer. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. 2010.

SILVA, Renata Laudares. Lesbianismo, preconceito e as questões do lazer. In: Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana e Simpósio Paulista de Educação Física, 2, 8, 2001, **Anais...** Rio Claro. Rio Claro: Motriz, 2001, v. 7, n. 1. p. 124.

_____; SCHWARTZ, Gisele Maria. Ética X preconceito: um desafio para profissionais no âmbito do lazer. **Revista da Educação Física/UEM Maringá**, v. 12, n. 2, p. 35-41, 2. sem. 2001.

SILVEIRA, Jairton Dimas. Trabalho voluntário: da filantropia à cidadania. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates. **Voluntariado e a gestão de políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002. p. 48-165.

SIMÕES, Julio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

STIGGER, Marco Paulo. Participação popular na gestão espaço público de lazer: um caminho percorível na construção da utopia democrática. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas e setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

STOPPA, Edmur Antônio. Lazer e mercado de trabalho. **Licere**, Belo Horizonte, v.3. n.1, p.176-181, set. 2000.

_____; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Lazer, mercado de trabalho e atuação profissional. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Lazer e mercado**. Campinas, SP. Papyrus. p. 71-100, 2001.

TANAKA, Oswaldo Y.; MELO, Cristin. **Avaliação de programas de saúde do adolescente - um modo de fazer**. Capítulo IV. São Paulo: Edusp, 2001.

TEIXEIRA, Ana Claudia; DAGNINO, Evelina e SILVA, Carla Cecília Almeida. La constitución de la sociedad civil en Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.), **Sociedad civil, espacios públicos y democratización: Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. p. 21-76.

TELLES, Vera da Silva. No fim da navalha: entre carência e direitos. **Revista Pólis**, n. 30. São Paulo: Publicações Pólis, 1998.

_____. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Editora Scipione, 1996.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 3. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Os setores público e privado no lazer e no turismo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas, SP: Coleção Fazer Lazer. Papyrus, 1995.

TRILLA, Jaume. **Concepto, discurso y universo da animación sociocultural**. Animación Sociocultural: teorías, programas y âmbitos. Barcelona: Ariel, p. 13-39, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

UNESCO. **Políticas Públicas De/Para/Com as Juventudes**. Brasília, UNESCO, 2004, 350p..

VEIGA-NETO, Alfredo J. FISHER, Rosa Maria Bueno. Foucault, um diálogo. **Revista Educação e Realidade**, n. 29, v. 1, p. 7-25, jan/jun, 2004.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. Lazer e diversidade cultural: perspectivas na formação e o mercado profissional. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 9, 1997, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CELAR, 1997. p. 189-198.

_____. Lazer e Mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; STOPPA, Edmur Antônio; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). **Lazer e mercado**. Campinas: Papyrus, 2001. (Coleção Fazer/Lazer).

WIMMER, Gert Ferreira; FIGUEIREDO, Gustavo de Oliveira. Ação coletiva para qualidade de vida: autonomia, transdisciplinaridade e intersetorialidade. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 11, n. 1, 2006. p. 145-154.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, 'terceiro setor' e 'compromisso social': perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo. **Psicologia & Sociedade**. 19 (1): 30-37; jan/abr. 2007.


YAZBEK, Maria Carmelita. Terceiro setor e a despolitização da questão social brasileira. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates. **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002. p. 276-283.

ZINGONI, Patrícia. Marco Lógico: uma metodologia de elaboração, gestão e avaliação de projeto social de lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho; ZINGONI, Patrícia; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães (Org.). **Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução e avaliação**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

_____. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Revista Motrivivência**, ano X, nº. 11, setembro 1998.

ANEXOS

ANEXO I: Carta de Apresentação da Pesquisa

	<p style="text-align: center;">Universidade Federal de Minas Gerais Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional Mestrado em Lazer</p> <p>Carta de apresentação da pesquisa intitulada: “O Campo de Atuação Profissional em Lazer: Diagnóstico das Organizações Não-Governamentais Direcionadas ao Movimento LGBT em Belo Horizonte – MG”.</p> <p style="text-align: center;">Pesquisadora: Marie Luce Tavares - Orientador: Hélder Ferreira Isayama Contatos: Telefone: (31) 3409-2335 Celular: (31) 9704-5696 E-mail: marieufmg@gmail.com</p>
---	--

À presidência da instituição _____.

Vimos por meio desta convidá-los a participar da pesquisa “O Campo de Atuação Profissional em Lazer: Diagnóstico das Organizações Não-Governamentais Direcionadas ao Movimento LGBT em Belo Horizonte – MG”, vinculada ao programa de mestrado em Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a responsabilidade da mestrandia Marie Luce Tavares e orientação do professor Hélder Ferreira Isayama. Sua instituição foi selecionada para participar desta pesquisa por contemplar os critérios pré-estabelecidos (ser uma organização não-governamental que trata das questões voltadas ao movimento LGBT e constatação de ações de lazer no planejamento das organizações). Este estudo objetiva diagnosticar e analisar o campo de atuação profissional na área do lazer nas Organizações Não-Governamentais direcionadas ao movimento social LGBT, na cidade de Belo Horizonte – MG, e ainda, especificamente, analisar as concepções de lazer que permeiam as ações dessas organizações; diagnosticar as ações relacionadas direta ou indiretamente com o lazer; identificar os profissionais responsáveis e atuantes junto a essas ações; compreender o “papel” desses profissionais na organização e no desenvolvimento dessas ações. Para tanto, faz-se necessário a observação estruturada das instituições e entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos dirigentes das ONGs e profissionais atuantes nas ações de lazer. Nenhuma informação disponibilizada aos pesquisadores será vinculada diretamente à instituição ou aos profissionais a ela vinculados, mantendo assim total sigilo. É importante salientar que a participação na pesquisa é totalmente voluntária não cabendo qualquer forma de remuneração aos profissionais ou à instituição. A qualquer momento a instituição poderá solicitar esclarecimentos aos pesquisadores. Ao final da pesquisa, a mestrandia compromete-se a entregar em cada uma das instituições o texto final da dissertação de mestrado em CD-ROM. Sem mais a acrescentar agradecemos o tempo a nós destinado e colocamo-nos a disposição para sanar eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Mestranda – Marie Luce Tavares

Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama

ANEXO II: Termo de Anuência

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a realização da pesquisa intitulada “O Campo de Atuação Profissional em Lazer: Diagnóstico das Organizações Não-Governamentais direcionadas ao Movimento LGBT em Belo Horizonte-MG”, realizada pela mestranda Marie Luce Tavares sob a orientação do Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama e vinculada ao Programa de Mestrado em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, o qual terá o apoio desta Instituição.

Belo Horizonte, __ de _____ de 2010.

Dirigente da ONG

ANEXO III: Termo de Consentimento Livre Esclarecido – via arquivo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A presente pesquisa intitulada “O Campo de Atuação Profissional em Lazer: Diagnóstico das Organizações Não-Governamentais direcionadas ao Movimento LGBT em Belo Horizonte - MG” tem como objetivo diagnosticar e analisar o campo de atuação profissional na área do lazer nas ONGs direcionadas ao movimento social LGBT, na cidade de Belo Horizonte - MG.

Cabe ressaltar que a mesma corresponde à dissertação de mestrado de Marie Luce Tavares matriculada no Programa de Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG e orientada pelo Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama.

Entendemos que pensar no lazer com vistas ao terceiro setor remete refleti-lo enquanto campo de atuação profissional, configurado pela multiplicidade de campos de ação, que envolve diretamente mudanças sociais. Dessa forma, requer um profissional capaz de promover a integração e facilitar os processos de inclusão social.

Nesse sentido, diagnosticar o campo de atuação profissional na área do lazer nas Organizações Não Governamentais possibilita o conhecimento das práticas existentes e do contexto que as inserem, sendo de fundamental importância para a reflexão sobre as possibilidades do lazer e a intervenção profissional junto ao terceiro setor, considerando que ainda não se verificam pesquisas nesse âmbito; além de contribuírem para a construção do conhecimento científico.

A metodologia utilizada neste estudo será combinada com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa de campo se dará através da observação estruturada das instituições, aplicação de entrevistas semi-estruturadas, seguida da análise do conteúdo das entrevistas em consonância com a bibliografia. A pesquisa buscará, através das entrevistas, analisar as concepções de lazer dos dirigentes dessas organizações; diagnosticar as ações relacionadas com o lazer nessas organizações; identificar os profissionais responsáveis e atuantes junto essas ações; e ainda, compreender o “papel” desses profissionais na organização e desenvolvimento dessas ações. Nesse sentido, pode-se previamente prever os riscos de exposição e conseqüente desconforto.

Contudo, ressalta-se que as entrevistas serão gravadas, transcritas e utilizadas apenas para fins da pesquisa. Somente os pesquisadores envolvidos neste estudo terão acesso às informações, mantendo-se o anonimato dos depoentes. A coleta de dados se iniciará após a aprovação do Comitê de Ética.

Por fim assumimos o dever de tornar público o resultado desta pesquisa e reiteramos nossa disponibilidade na prestação de esclarecimentos, em qualquer etapa do estudo. Asseguramos ainda total liberdade aos participantes que poderão recusar a participar ou mesmo retirar seu consentimento sem qualquer tipo de ônus para ambas as partes envolvidas (pesquisado e pesquisador). Disponibilizamos através do endereço CELAR – Centro de Estudos de Lazer e Recreação, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Av.: Presidente Carlos Luz, 4664/Campus UFMG, Pampulha, Belo Horizonte-MG, (31) 3409-2335 e divulgamos os dados do Comitê de Ética da UFMG (COEP) para quaisquer esclarecimentos: Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II, 2º Andar, sala 2005 - telefone (0xx31) 3409-4592.

Belo Horizonte, __ de _____ de 2010.

Mestranda Marie Luce Tavares

Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Via para Arquivo

Eu _____
profissional atuante na Associação Lésbica de Minas (ALEM), portador do CPF _____ e RG _____, aceito participar da pesquisa intitulada “O Campo de Atuação Profissional em Lazer: Diagnóstico das Organizações Não-Governamentais direcionadas ao Movimento LGBT em Belo Horizonte - MG”, realizada pela mestranda Marie Luce Tavares e pelo Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama e vinculada ao Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

Ciente das informações e esclarecimentos prestados na folha 01, livremente dou meu consentimento para que a entrevista seja gravada e os dados sejam utilizados para fins deste estudo.

Belo Horizonte, __ de _____ de 2010.

Assinatura do Voluntário

ANEXO IV: Termo de Consentimento Livre Esclarecido – via voluntário

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A presente pesquisa intitulada “O Campo de Atuação Profissional em Lazer: Diagnóstico das Organizações Não-Governamentais direcionadas ao Movimento LGBT em Belo Horizonte - MG” tem como objetivo diagnosticar e analisar o campo de atuação profissional na área do lazer nas ONGs direcionadas ao movimento social LGBT, na cidade de Belo Horizonte - MG.

Cabe ressaltar que a mesma corresponde à dissertação de mestrado de Marie Luce Tavares matriculada no Programa de Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG e orientada pelo Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama.

Entendemos que pensar no lazer com vistas ao terceiro setor remete refleti-lo enquanto campo de atuação profissional, configurado pela multiplicidade de campos de ação, que envolve diretamente mudanças sociais. Dessa forma, requer um profissional capaz de promover a integração e facilitar os processos de inclusão social.

Nesse sentido, diagnosticar o campo de atuação profissional na área do lazer nas Organizações Não Governamentais possibilita o conhecimento das práticas existentes e do contexto que as inserem, sendo de fundamental importância para a reflexão sobre as possibilidades do lazer e a intervenção profissional junto ao terceiro setor, considerando que ainda não se verificam pesquisas nesse âmbito; além de contribuir para a construção do conhecimento científico.

A metodologia utilizada neste estudo será combinada com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa de campo se dará através da observação estruturada das instituições, aplicação de entrevistas semi-estruturadas, seguida da análise do conteúdo das entrevistas em consonância com a bibliografia. A pesquisa buscará, através das entrevistas, analisar as concepções de lazer dos dirigentes dessas organizações; diagnosticar as ações relacionadas com o lazer nessas organizações; identificar os profissionais responsáveis e atuantes junto essas ações; e ainda, compreender o “papel” desses profissionais na organização e desenvolvimento dessas ações. Nesse sentido, pode-se previamente prever os riscos de exposição e conseqüente desconforto.

Contudo, ressalta-se que as entrevistas serão gravadas, transcritas e utilizadas apenas para fins da pesquisa. Somente os pesquisadores envolvidos neste estudo terão acesso às informações, mantendo-se o anonimato dos depoentes. A coleta de dados se iniciará após a aprovação do Comitê de Ética.

Por fim assumimos o dever de tornar público o resultado desta pesquisa e reiteramos nossa disponibilidade na prestação de esclarecimentos, em qualquer etapa do estudo. Asseguramos ainda total liberdade aos participantes que poderão recusar a participar ou mesmo retirar seu consentimento sem qualquer tipo de ônus para ambas as partes envolvidas (pesquisado e pesquisador). Disponibilizamos através do endereço CELAR – Centro de Estudos de Lazer e Recreação, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Av.: Presidente Carlos Luz, 4664/Campus UFMG, Pampulha, Belo Horizonte-MG, (31) 3409-2335 e divulgamos os dados do Comitê de Ética da UFMG (COEP) para quaisquer esclarecimentos: Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II, 2º Andar, sala 2005 - telefone (0xx31) 3409-4592.

Belo Horizonte, ___ de _____ de 2010.

Mestranda Marie Luce Tavares

Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Via do Voluntário

Eu _____
profissional atuante na Associação Lésbica de Minas (ALEM), portador do CPF _____ e RG _____, aceito participar da pesquisa intitulada “O Campo de Atuação Profissional em Lazer: Diagnóstico das Organizações Não-Governamentais direcionadas ao Movimento LGBT em Belo Horizonte - MG”, realizada pela mestranda Marie Luce Tavares e pelo Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama e vinculada ao Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

Ciente das informações e esclarecimentos prestados na folha 01, livremente dou meu consentimento para que a entrevista seja gravada e os dados sejam utilizados para fins deste estudo.

Belo Horizonte, __ de _____ de 2010.

Assinatura do Voluntário

ANEXO V: Roteiro da Entrevista

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Qual a sua relação com o movimento LGBT e com essa instituição? (Fale um pouco sobre a sua história na instituição, como se engajou no movimento LGBT...)
2. Descreva as atividades culturais e de lazer realizadas pela instituição?
3. Quais os profissionais estão envolvidos no desenvolvimento das ações das atividades culturais e de lazer?
4. Como são selecionados esses profissionais?
5. Quais critérios são utilizados para a seleção dos profissionais que atuam nas atividades culturais e de lazer?
6. Qual a formação desses profissionais?
7. Para trabalhar com as atividades culturais e de lazer da instituição, quais conhecimentos, competências ou habilidades você julga necessários?
8. Quais os objetivos das atividades culturais e de lazer realizadas pela instituição?
9. Como e por que são planejadas as atividades desenvolvidas pela instituição?
10. Para a realização das atividades culturais e de lazer são estabelecidas parcerias? Quais? Qual o critério?
11. Quais os espaços e equipamentos são utilizados nas atividades?
12. Como são avaliadas as atividades?
13. Qual o público alvo das atividades culturais e de lazer? Por quê?
14. As atividades culturais e de lazer fazem parte da agenda do movimento? Por quê?
15. Quais os limites e dificuldades de trabalhar com atividades culturais e de lazer nas instituições LGBT?
16. O que você compreende por lazer?